

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

Ano 1997

81 ANOS

Nº 48

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Diretoria - 1996/1999

Presidente:	Miguel Depes Tallon
1º Vice-Presidente:	Léa Brigida Rocha de Alvarenga Rosa
2º Vice-Presidente:	José Garajau da Silva
3º Vice-Presidente:	Anibal de Athayde Lima
4º Vice-Presidente:	Christiano Woelffel Fraga
Secretário:	Victor Biasutti
Tesoureiro Geral:	João Bonino Moreira
Tesoureiro-Adjunto:	Paulo Stuck Moraes
Oradores:	Aylton Rocha Bermudes Neida Lúcia Moraes José Paulo de Souza Filho
Curadora da Casa Elmo Elton:	Maria José Salles de Sá
Coordenador de Relações Públicas:	Windsor Eisenhower Fernandes
Revisor:	Ivan Borgo
Editor:	Marien Calixte

Conselho Editorial:

Renato Pacheco,
Ormando de Moraes,
José Hygino de Oliveira,
Iryson da Silva,
Anésio Otto Fiedler,
Windsor Eisenhower Fernandes e
Francisco Aurélio Ribeiro

Grandes Conselheiros com status de presidente de honra:

Adelpho Poli Monjardim,
Carlos Teixeira de Campos,
Renato José Costa Pacheco e
Ormando de Moraes.

Este número da Revista está sendo editado com apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Vitória, em virtude de convênio.

Distribuição gratuita às escolas do Município de Vitória
Pedidos à Caixa Postal Nº 1561 - Vitória - ES - 29000

Endereço: Av. República, 374 - Parque Moscoso - Vitória - ES

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



81 ANOS

VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Ano 1997 **Nº 48**

REVISTA
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo . – nº 48 (jun. 1997) . – Vitória : IHGES, 1997 . – 251 p. : il. ; 27cm. semestral.

1. Espírito Santo (Estado) – História . 2. Espírito Santo (Estado) – Geografia . 3. Literatura Brasileira – Poesia . 4. Ensaio brasileiro.

CDU : 981.52 (05)

CATALOGAÇÃO : Ana Maria Matos Mariani

ÍNDICE

- Apresentação	05
- Noticiário	07
- O Escravo e a História - <i>Adriana Pereira Campos</i>	15
- Meditação Heráldica - <i>Rui Vieira da Cunha</i>	21
- A História dos Padres Capuchinhos em Terras Capixabas - <i>Luiz Carlos Biasutti</i>	25
- Breves Notas Históricas sobre a fundação da área de Pedra Azul - <i>Júlio de Oliveira Pinho</i>	32
- São Pedro - Uma História de Desafios - <i>Domingos de Azevedo</i>	37
- Saint-Hilaire no Espírito Santo - <i>José Shiavo</i>	46
- Itália - Cinquentenário do Regime Republicano - <i>Mário Bonzano</i>	57
- Recordações de Vila Velha - <i>Carmen Schneider Guimarães</i>	66
- Coronel Pedro José Aboudib - 1873-1947	71
- O Brasil Quinhentista e o Episódio Bolês - <i>Zoel Correia da Fonseca</i>	93
- Os Oriundi nas Crônicas de Roberto Mazzini - <i>Miguel Depes Tallon</i>	107
- A Prática da Cidadania em Nível Local - <i>Mário Celso M. Tourinho</i>	133
- Estudos Tupinológicos - <i>José Moisés</i>	143
- A Prisão dos Jesuítas - <i>A. Lamego</i>	145
- Amylton de Almeida e sua Múltipla Presença - <i>Francisco Aurélio Ribeiro</i> ..	149
- As Mãos no Fogo - Romance da Vida Gasta - <i>Luiz Busatto</i>	151
- A Sedução da Linguagem - <i>Maria Lucia Kopernick</i>	153
- Sueli - Romance Confesso - <i>Tânia Cristina Vargas Canabarro</i>	161
- "Escrever é uma Consequência" - Saint-Exupéry - <i>Telma Martins Boudou</i> ..	164
- Hugo Viola	173
- Newton Freitas - <i>Renato Pacheco</i>	183
- Lembranças Antigas de Vitória - <i>Newton Freitas</i>	185
- Figuras de Nossa História Política - <i>Antônio Gil Velho</i>	193
- Bicos de Pena	195
- Garrincha - Um mito com quem estive - <i>Fernando G. Cavalcanti</i>	199

- A Arte de fazer Amigos - <i>José Hygino de Oliveira</i>	203
- Epitáfio - <i>Antônio da Silva Monteiro</i>	207
- A Sonda - <i>Papiniano Carlos</i>	208
- Balada dos Sete Povos das Missões - <i>Carlos Nejar</i>	209
- Último Duelo - <i>Jorge Medauar</i>	212
- Cantiguinha Lírica muito cheia de Esperança	213
- Máscara de Gesso - <i>Xerxes Gusmão Neto</i>	214
- A Canção e o Vento - <i>Heraldo Brasil</i>	215
- A Epopéia da Imigração Libanesa - <i>Mansur Challita</i>	219
- Flauta em Surdina - <i>João Baptista Herkenhoff</i>	222
- Nossos Comunistas Históricos em Santa Teresa - <i>Luiz Carlos Biasutti</i>	224
- Juizes de Antigamente - <i>João Baptista Herkenhoff</i>	226
- Que me desculpem a irreverência - <i>Orlando Moraes</i>	228
- Anchieta e o Espírito Santo - <i>José Ignácio Pereira</i>	230
- Tio, padrinho e compadre - <i>Sérgio Misse</i>	232
- Lágrimas do Riso - <i>Xerxes Gusmão Neto</i>	237
- Crônicas de Ivan Mazzini - <i>José Sebastião Witter</i>	239
- Szyborska, Nobel 96 - <i>Adam Emil Czartoryski</i>	241
- Quando Fala o Silêncio - <i>Miguel Depes Tallon</i>	250

APRESENTAÇÃO

Com o consócio amigo, este número 48 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, com algumas pequenas modificações. Além das costumeiras seções de Estudos e Ensaio, Palestras, Crônicas, a Revista abre mais espaço para a poesia, na seção A Poesia é necessária, criada pelo então presidente Ormando Moraes. Neste número, a seção comparece com poemas inéditos de Carlos Nejar, Jorge Medauar, Xerxes Gusmão Neto, Heraldito Brasil, Antônio da Silva Monteiro, e o poema "Cantiguinha lírica, muito cheia de esperança", de Bruno Torres Paraíso, publicado em 1966, no 2º número da revista A Neocenaculista, em Cachoeiro de Itapemirim. A mesma seção oferece, também, um poema do poeta convidado, Papiniano Carlos, um dos mais importantes nomes da poesia contemporânea de Portugal.

Dois outras novas seções surgem: a de resenhas e a de crítica, com trabalhos de Francisco Aurélio Ribeiro, Luiz Busatto, entre outros.

Na seção Documentos, o professor Fernando Cavalcanti, o popular Passarinho, empresta sua valiosa colaboração para completar a bela biografia que Rui Castro fez de Garrincha, em Estrela Solitária. É que o último jogo da carreira de Garrincha foi no Espírito Santo, defendendo as cores do Santo Antônio, conforme relato de Fernando Passarinho, com a respectiva súmula do jogo. No apêndice que acompanha o livro de Rui Castro, contendo todos os jogos de Garrincha, não há registro desse jogo. Fica aí, portanto, a contribuição do IHGES para a biografia de Garrincha.

A Revista reproduz, ainda, os bicos de pena, que o consócio Leandro Bongestab, da Trevo Antiguidades, adquiriu no Rio de Janeiro e doou ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

No mais, aí está o nº 48 à disposição do leitor.

1º Semestre de 1977

O CONSELHO EDITORIAL

NOTICIÁRIO

IV CENTENÁRIO DE ANCHIETA

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a Academia Espírito-Santense de Letras, com a colaboração da Xerox do Brasil, promoveram no período de 19 a 21 de março, um seminário comemorativo dos quatrocentos anos do falecimento do beato José de Anchieta. Durante o evento, proferiram palestras os consócios Ester Abreu Vieira de Oliveira, Oscar Gama Filho, Luiz Busatto, Mário Bonzano, Ivantir Borgo e Ailton Rocha Bermudes.

POETA CARLOS NEJAR CANDIDATO AO PRÊMIO RAINHA SOFIA

Por proposta da escritora Ester Abreu Vieira de Oliveira, o poeta Carlos Nejar teve sua candidatura apresentada ao prêmio espanhol RAINHA SOFIA. A iniciativa foi apoiada pela Academia Espírito-Santense de Letras e pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

FALECIMENTOS

Faleceram no ano passado os consócios Hermógenes Lima Fonseca, Ivo Amâncio de Oliveira e Carlos Teixeira de Campos, este último presidente de honra do Instituto. A Casa de Domingos Martins dedicou aos consócios mortos uma de suas sessões.

DOACÕES

Inúmeros consócios têm doado livros para o acervo da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. O consócio Ari Lopes Ferreira doou uma série de livros importantes para o estudo da História do Espírito Santo, inclusive uma primeira edição da "História da Literatura Espírito-Santense", de Afonso Cláudio. O consócio Henrique Geaquinto Herkenhoff doou uma "História do Chile" e o consócio Alziro Calmon Tavares doou um exemplar do "Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo", da edição de 1878. Aos consócios os agradecimentos do IHGES.

1. O Escravo e a História

Adriana Pereira Campos (*)

1.1 . Historiografia e Escravidão

Em nossa prática profissional, sempre optamos pela história problema nos termos formulados por Henry Febvre, isto é, uma reflexão racional, balizada por uma metodologia científica, de questões fundadas no presente e, ainda, incompreensíveis para seus contemporâneos. Não se trata de uma história militante comprometida com uma corrente política que busca justificá-la, mas de uma ciência do presente que procura compreendê-lo através da pesquisa orientada por métodos rigorosos e sistemáticos. Imbuídos deste espírito de obrigação com o presente, fomos buscar no passado da escravidão a ação afirmativa dos negros que, mesmo submetidos ao peso da expropriação de seu próprio corpo, criaram alternativas para fazer fluir sua insubmissão. Interessa-nos, sobretudo, demonstrar que, embora legalmente considerados coisas e na prática comparados a animais, os escravos compreendiam muito bem as engrenagens do sistema escravista e, algumas vezes, conseguiram subvertê-lo ou inviabilizá-lo, ainda que os efeitos dessas ações tivessem alcance apenas individual.

Muitas vezes, os historiadores consideram irrelevantes em suas pesquisas as ações de insubmissão que tenham apenas um caráter individual. A repulsa que nutrimos à história marcada por heróis e grandes feitos influencia a escolha de nossas fontes, nos fazendo rejeitar tudo o que possa conduzir nossos estudos a caminhos tão "condenáveis". Todavia, a história que trazemos à baila não retrata um único homem ou herói, mas, homens e mulheres comuns que protagonizaram ações corajosas e inteligentes num sistema cruel e violento. Trata-se de pessoas que buscavam soluções que julgavam mais prudentes e acertadas. Sabe-se, atualmente, que as organizações coletivas de escravos chamavam muita atenção e se tornavam alvo de forte repressão. Desse modo, muitos escravos e escravas empreenderam uma luta solitária ou, pelo menos, acompanhada por poucos. Não era, talvez, o caminho mais fácil e efetivo, mas, com certeza, o possível.

Face estas reflexões, a nova historiografia do escravismo tem se dedicado ao estudo de novas fontes nas quais se observa o escravo sob nova ótica. A exploração destas fontes e de novas interpretações, entre as quais a tese da autonomia da ação do escravo, contraria os estudos clássicos sobre a escravidão no Brasil. Estes estudos foram responsáveis pela elaboração no país da teoria da "retificação", segundo a qual os escravos apenas "espelhavam os significados sociais

(*) Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. É Professora de História da UFES.

impostos pelos senhores". Esta teoria foi fundamental para a destruição da imagem benevolente e não violenta da escravidão no Brasil; seus formuladores fazem parte de toda uma geração que se esforçou por conhecer a história do Brasil a partir da lógica capitalista que vigia no ocidente. Este esforço marcou o rompimento com o enfoque patriarcal e aristocrático da sociedade brasileira e com a teoria dos ciclos, cujo conteúdo básico era a periodização da história brasileira segundo a predominância no mercado exportador de certos produtos. Com estes estudos aprofundou-se os conhecimentos acerca da estrutura exportadora da economia colonial, na qual o escravo comparece dentro de um quadro teórico marxista como força produtiva. Criou-se uma nova categoria de escravo colonial, pois a definição de escravo "antigo" não traduzia a realidade das colônias. A nova categoria serviu, sobretudo, para denunciar o caráter violento da escravidão brasileira; entretanto, a nova corrente historiográfica critica esta categorização e aponta que os estudos clássicos criaram o mito do escravo coisa, ser humano incapaz de ação autônoma. "(...) a crença de que essa constatação é tudo o que importa saber e comprovar sobre o assunto acabou gerando seus próprios mitos e imobilismos na produção historiográfica" (CHALHOUB, 1990, p. 36).

Para a tipificação do escravo colonial, os estudiosos da teoria dinâmica além de recorrerem a farta documentação sobre a economia colonial, voltaram-se para os relatos de viajantes como Saint Hilaire, Nicolau Dreys, John Luccock; isto é, recolheram de homens europeus brancos os dados que criaram o perfil do povo negro escravizado. "Partindo de esquemas teóricos prontos, eles já sabem, de antemão (...), e isto os torna incapazes de ler com o mínimo de desconfiança até os comentários mais claramente racistas e preconceituosos dos viajantes do período" (Ibid., p. 250).

Diante destas teorias que negavam ao escravo consciência, conforme Maria Helena P. T. Machado. (1987, p. 18), os estudiosos da escravidão adotaram concepções divergentes, com cada grupo de historiadores antagonizando e contradizendo o outro. A historiografia se divide: de um lado, toma-se o escravo como aquele sujeito aculturado e acomodado herdado dos estudos de Gilberto Freire e, de outro, como o africano alheio ao universo mental branco que buscava reviver sua origem através dos quilombos.

A unilateralidade destas correntes se mostrou insuficiente para o estudo das iniciativas escravas. Assim, a nova historiografia da escravidão propõe ultrapassar a unidimensionalidade dessas linhas teóricas em nome do estabelecimento de novos princípios estruturantes multidimensionais. Trata-se de um movimento teórico de síntese entre a corrente que privilegia a rebeldia e aquela que privilegia a acomodação. Este movimento de síntese deve partir de um novo

corpo conceptual que redefina o escravo como sujeito social capaz de posicionar-se diante da dominação senhorial. Os antigos conceitos de rebeldia e acomodação serão revistos tendo em conta a ação do escravo e seu universo social e não somente o universo ideológico da classe dominante que informava o escravo como um sujeito que espelhava a vontade senhorial.

A teoria da coisificação do escravo é complexa e de difícil ataque, pois o comércio de pessoas expropriava, na prática, o ser de seu próprio corpo e de sua livre vontade. Desse modo, não nos interessa combater a teoria naquilo que ela contribui para a compreensão do sistema escravista e a lógica comercial e econômica do período, mas a extensão desta análise ao escravo como sujeito histórico "incapacitado" que apenas espelhava a vontade de outros sujeitos - os senhores.

É importante compreender que a dominação senhorial, mesmo sendo hegemônica, deixava importantes brechas onde se forjavam ações escravas autônomas. Esta dominação não se esgotava no uso da força, embora fundamental, porque outros mecanismos visavam proteger a classe senhorial de um confronto constante com seus escravos que desgastaria sua autoridade. Assim, havia uma "ampla rede de controle social, capaz de combinar o argumento da força com outros mecanismos de dominação" (MACHADO, 1987, p. 17).

Sidney Chalhoub (1990, p. 36) explica que os escravos absorviam as regras da dominação senhorial para delas tirarem o melhor partido possível, corrigindo aquilo que eles considerassem, segundo sua vivência, excessos. Os "casos" reunidos pelo autor mostram que o escravo protagonizou no seu cotidiano lutas domésticas para a construção das situações que considerava mais justas. Chalhoub (1990, p. 36) considera que o Poder Judiciário foi um importante espaço utilizado pelos escravos para o uso inteligente da vontade senhorial, que deixava sob a racionalidade de seus estatutos legais as incongruências e as contradições de seu projeto de sociedade.

1.2 . Fontes e Escravidão

A nova corrente historiográfica, que privilegia o escravo como agente social, voltou-se para fontes documentais judiciais que até bem pouco tempo eram desprezadas porque tidas apenas como instrumentos da classe dominante. Estas fontes talvez sejam a mais inovadora e controvertida forma de estudar a escravidão. Elas trazem histórias de pessoas comuns, de escravos que jamais poderiam ser chamados de líderes revolucionários ou mártires populares, mas somente de indivíduos que, mesmo dentro de uma ordem baseada na violência, buscaram resgatar sua humanidade ou vestígios dela.

As fontes judiciais têm sido questionadas por seu caráter oficial sob o argumento de que elas reproduziam a ideologia senhorial. Mesmo podendo aceitar que as leis e o aparelho judicial buscavam legitimar a dominação senhorial, o fato do escravo ser parte no processo, presenciar e se manifestar durante as audiências e, ainda, dos autos tratarem especificamente de suas vidas, valida estas fontes como importante campo de pesquisa. A verdade é que todo documento está comprometido com seu tempo e com as intenções daqueles que o produziram. O historiador que ignora tal fato se coloca ingenuamente diante de suas fontes. "Todo documento, todo texto, é portador de uma ordem do mundo que lhe é específica, de uma ordem a ser decifrada. (...) Não se trata mais, à imagem da Historiografia tradicional, de considerar a língua simplesmente como um meio (...)"(Dupront apud Robin, 1991, p. 78). É preciso "desestruturar o texto, romper a ordem e a arquitetura do discurso, para extrair palavras e noções" (Robin, 1991, p. 78).

Thompson foi um dos historiadores pioneiros na utilização dos processos judiciais como fontes de investigação histórica. A lei e o aparelho judiciário foram elevados à categoria de objeto histórico de análise a partir da consagração de suas pesquisas sobre a "lei negra" na Inglaterra do século XVIII, nas quais tece considerações teóricas sobre a importância do estudo do direito dentro de uma perspectiva marxista para análise das atitudes de grupos sociais perante uma dada realidade. A reflexão dos estudiosos acerca da importância da lei e da justiça como fontes de informação histórica, a partir de um novo quadro conceitual, lançou novos campos de pesquisa, seja teórico ou empírico. O profissional que insiste na perspectiva do direito como mera expressão das classes dominantes "ignora (...) o papel que as classes dominadas desempenham na história e a própria dinâmica da luta de classes. O direito acompanha, com maior ou menor proximidade, os movimentos dessa luta" (COELHO, 1992, p. 08).

Em razão destas reflexões, tomamos como referência a corrente que privilegia a análise de sistemas sociais a partir da ótica do direito e do poder judiciário, e das relações políticas que o constituem (GRINBERG, 1994, p. 36). A base teórica desta análise toma um pressuposto muito caro aos juristas nos dias atuais: a concepção do direito, do poder judiciário e do corpo de leis a partir de uma visão dialética dos interesses de classes conflitantes que através deles exprimem as contradições do próprio sistema. Para os partidários deste pressuposto, o direito e o poder judiciário não são apenas reflexos da estrutura sócio-econômica e nem só instrumento da classe dominante, mas espaços de luta e conflito na sociedade. "É preciso notar, inclusive, que as contradições não se dão apenas entre blocos de normas, porém dentro desses blocos. Assim, por exemplo, o direito estatal, as leis que exprimem, em linhas gerais, o domínio de classe e grupos privilegiados têm

elementos que podem ser utilizados pelas classes e grupos libertadores, porque, na hipocrisia de fazer o contrário do que dizem, (isto é, dizer que vão construir a "Justiça" nas normas, enquanto fazem normas de proteção injusta de seus privilégios), a classe e grupos dominadores muitas vezes se contradizem, deixam "buracos" nas suas leis e costumes, por onde os mais hábeis juristas de vanguarda podem enfiar a alavanca do progresso explorando a contradição (LYRA FILHO, 1982, p. 117)".

Ora, a lei não pode ser, inexoravelmente, de uma classe, porque isso abalaria sua credibilidade de igualdade e generalização que são a sustentação da sua existência desde a Revolução Francesa. Para a garantia de sua legitimidade ela precisa conter critérios que se baseiem nos interesses mais gerais que atenda a sociedade como um todo e não como parte.

"Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. (...). (...) mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos. (...). O direito pode ser retórico mas não é uma retórica vazia" (THOMPSON, 1987, p. 354).

Segundo Genovese (1979, p.27), "a escravidão deve ser entendida primeiramente como uma questão de classes e só secundariamente como uma questão racial ou estritamente econômica". É como vemos a presente questão; a luta entre senhores e escravos desenvolvia formas diversificadas de relação entre estas classes. A lei, o direito e a justiça mediavam essas relações impondo restrições a ação de ambas as partes, o que, na maior parte das vezes contrariava, sobretudo, a vontade senhorial porque restringia o uso direto de seu poder sobre o escravo. A noção de que estes conflitos eram de interesse "público" parece configurar uma cisão do domínio senhorial, que deveria confrontar"se com outros personagens além dos cativos para impor sua vontade. Neste sentido, ganha relevo a afirmação de que "as formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibem o poder e oferecem alguma proteção aos destituídos de poder." (Thompson, 1987, p. 358).

A partir desta conceituação não constitui heresia buscar informações sobre determinada formação social a partir da sua instância jurídica, porque a vida social se apresenta de forma complexa e multiforme. "O conhecimento científico da vida social deve poder traduzir a totalidade dessas significações: deve mostrar nos como o conjunto das determinações de toda a natureza que pesam sobre nós explicam o nosso comportamento"(Miaille, 1989, p. 73).

Desse modo, não podemos concordar com a crítica do historiador Jacob Gorender que acusa a nova historiografia de reabilitar o conceito de escravidão consensual por dedicar-se ao estudo da ação autônoma dos escravos a partir dos processos judiciais. Na verdade, não observamos na obra dos estudiosos da nova historiografia, até agora pesquisados, esta condusão. Ao contrário, percebemos uma visão mais complexa da escravidão como sistema social e um conhecimento mais aprofundado do escravo como sujeito da história, em contraposição à concepção do escravo como "objeto" passivo defendida pela teoria da reificação. Enfim, o estudo que toma como referência a ótica do direito no século XIX tem servido à problematização da complexa história da escravidão colonial no Brasil, que estava paralisada pelo êxtase dos historiadores diante das teorias abrangentes sobre a escravidão, responsáveis pela ausência de novas abordagens sobre o tema.

Desse modo, consideramos ser possível reconstruir a vida de escravos e forros através dos processos judiciais, revelando os valores e as necessidades que guiavam as suas atitudes diante da dominação senhorial. A escravidão precisa ser vista além da acomodação e da rebeldia como comportamentos opostos.

BIBLIOGRAFIA CITADA

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade : uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GEERTZ, Cliford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão : trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas f830-f888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

TOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores : a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

MEDITAÇÃO HERÁLDICA.

Rui Vieira da Cunha (*)

A fase decadentista da Heráldica propiciou, a par de múltiplos manuais repetitivos, o paisagismo e o naturalismo em suas concretizações artísticas (1). Enfermidade à qual pagou pesado tributo nosso armorial de domínio (2).

Vieram à baila, com a recuperação desses estudos, indagações fundamentais, genéricas e particularizadas. A teoria militar da origem da Heráldica era adotada na lição Clássica de Fox-Davies (3), em que pese às duras restrições do temido Round (4). Em 1980, porém, com respaldo genealógico, Beryl Platta confrontou tal explicação, embora diga a autora que seu descobrimento "is not the end of heraldic study but a beginning" (5).

Por outro lado, as legendárias armas de Jerusalém eram a execução sempre invocável à lei heráldica proibindo metal sobre metal. E agora, em 1994, o erudito Arcebispo Heim pulverizou o mito (6)...

O enfoque da cor como problema da História Cultural (7) rasgou horizontes isuspeitados. Os esmaltes heráldicos (metais e cores) (8) são em número restrito, com alguns particularismos nacionais. Subterfúgios houve, modernamente em curso de eliminação (9), como ao natural, para fugir ao labéu de falsidade (10).

Nessa mesma linha está carnação (ou encarnação), "ser de carne humana, ou seja rosada", para alguns sem lugar entre os esmaltes (11), enquanto em outros aparece como "email de couleur blanc-rose" (12) e esmalte auxiliar (Hilfstinktur) (13), possivelmente uma das "cores ditas de figuração" (14), Isso sem sinonimizar-se a pleno o matiz rosa (15), uma cor secundária outrora usada nos torneios (16).

O acolhimento formal do rosa, em nossa Heráldica de Domínio, ocorreu no Estado do Espírito Santo e foi inserido em modelo evidentemente calcado nas discutidas armas nacionais (17). O Decreto nº 456, de 7 de setembro de 1909, adotou o estudo das áreas estaduais (art. 1º), representado por uma grande estrela, azul e rosa", com uma paisagem central destacando o Convento de Nossa Senhora da Penha (art. 2º) (18).

Presidia o Estado Jerônimo Monteiro, que fez tal escolha com seu irmão, o Bispo Diocesano D. Fernando. Azul e rosa eram as cores de um Clube Abolicionista, de Benevente, e também das vestes da padroeira da capital, Nossa Senhora da Vitória, reunindo civismo e tradição (19).

O escudo capixaba converteu-se, dessarte, em alvo privilegiado para

(*) Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

críticas técnicas, ao desobedecer cânones da Ciência Heróica quanto as cores. O campo rosa escandalizou os especialistas!

Quase oito décadas depois, a 4 de junho de 1988, foi criada uma autoridade heráldica no Canadá (20), apta a conceder ou registrar armas a requerimento de cidadãos ou pessoas jurídicas canadenses (21)

Robert Douglas Watt, Chief Herald do Canadá, salientou as experiências efetivadas notavelmente, como "a cor rosa". Adiantou, cauteloso, que o amplo uso regular de tais novidades era matéria em aberto, proseguindo seu debate (22).

Augusto Vachen, Arauto Saint-Laurent, precisaram que, sem confundir-se com carnação, o rosa utilizado nas armas concebidas para James Aleysius Megrath, antigo governante da Terra Nova, provinha de uma bandeira histórica. E essa cor parecia inovação propriamente canadense (23).

As armas de Megrath tem um campo terciado em pala (rosa, prata e sinople) e ainda três peças, cruzes floretadas, são partidas de rosa e sinople (duas), de rosa e prata (uma) (24). A bandeira invocada, de largo uso na Terra Nova, era oriunda da conjunção das cores identificadoras dos grupos conflitantes de pescadores de focas, pela metade do século passado. Rosa era a dos ingleses (protestantes, verde a dos irlandeses (católicos) (25).

Em face do exposto pelo Arauto Saint-Laurent, fizemos presente a experiência vigente espírito-santense aos heraldistas canadenses, os quais se apressaram a difundí-la (26).

Apesar da diversidade da natureza das fontes criadoras, há similitudes nos casos apreciados. A cor rosa foi escolhida, em ambos, na área da vexilologia e se mostrava tingida de sentimentos religiosos.

A aceitação do rosa no quadro das cores heráldicas principais pelo organismo especializado de uma grande nação do mundo de hoje impõe, de qualquer modo, como fato novo, uma observação atenta.

O escudo das armas estaduais de 1909, afinal de contas, escritura em seu haver os louros de precursor de inovação revolucionária neste fim de século. Vingar-se-á agora? Dicant Paduani...

(1) Panorama novecentista em Gustav A. Seyler, *Geschichte der Heraldik* (J. Siebmacher's grosses Wappenbuch, adiante citado JS, vol. A), pp. 730-782, Neustadt am der Aiseh, 1970. Ver, publicado pela Herold, *Biographisches Lexikon der Heraldiker* (JS, vol. H), p. 510, Neustadt an der Aiseh, 1992.

(2) Cf. nosso Estudo da Nobreza Brasileira, vol. II (Fidalgos de cota-de-armas),

pp. 103-106, Rio, 1969.

(3) A. C. Fox-Davies, *Complete Guide to Heraldry*, pp. 1-18, Londres, 1956.

(4) J. Horace Round, *Peerage and Pedigree*, vol. II, pp. 307-384 (*Heraldry and the Gent*), Londres, 1910.

(5) Beryl Platts, *Origins of Heraldry*, pp. 109, Londres, 1980. Para o estado da questão - Thomas Woodcock e John Martin Robinson, *The Oxford Guide to Heraldry*, Oxford, 1988.

(6) Bruno Bernard Hein, *Or and Argent*, pp. 9-10 e 43, Gerrard Cross, 1994.

(7) Michel Pastoureau, *Couleurs, Images, Symboles Études d'histoire et d'anthropologie*, pp. 10-19, Paris, s/d.

(8) D. L. Galbreath e Léon Jéquier, *Manuel du Blason*, pp. 91-100, Lausanne, 1977.

(9) Vicente de Cadenas y Vicent, *Fundamentos de Heráldica (Ciencia del Blason)*, 150, Madri, 1975, Ampelio Alonso de Cadenas y Lopez, Vicente de Cadenas y Vicent, *Horaldario Español, Europeo y Americano*, tomo II p. 31, Madri, 1992.

(10) Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira, *Vocabulário Heráldico*, verb. natural (p. 169), Lisboa, 1985.

(11) Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira, op. cit., Verb. Cor (p. 79), Carnação (p. 65) e Encarnação (p. 104).

(12) Michel Pastoureau, *Traité d'Heraldique*, p. 320, Paris, 1973.

(13) Publicado pela Herold, *Wappenbilderordnung (JS, vol. B)*, pp. 53-59 (*Hilfstinkturen*), Neustadt an der Aisch, 1986. Cf. Ottfried Neubecker, *Deutsch und Französisch für Heraldiker*, pp. 35 e 97, Munique, 1983.

(14) Maurice Déribéré, *La Couleur*, p. 93, Paris, 1964.

(15) Roné Gilles, *Le Symbolisme dans l' Art Religieux*, p. 123, Paris, 1961.

- (16) Goffredo di Crollanza, Enciclopedia Araldice-Cavalleresca, verb. Colori (p. 196) e Rosco (p. 516), Bolonha, 1964.
- (17) Roberto Thut, As Armas Nacionais e sua legitimidade heráldica, in revista do Instituto Heráldico-Genealógico, nº 07, pp. 197-212, S. Paulo, 1940.
- (18) Clovis Ribeiro, Brasões e Bndeiros do Brasil, pp. 213 e 215, S. Paulo, 1933. Ver, p. ex., a interpretação artística divulgada em José Teixeira de Oliveira, História do Estado do Espírito Santo, 2ª ed., p. IV, Vitória, 1975.
- (19) Maria Stela de Novais, Jerônimo Monteiro. Sua vida e sua obra, pp. 205-206 e 236, Vitória, 1979, e O Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, p. 85, Rio, 1960.
- (20) Robert D. Watt, The Canadian heraldic system: honouring heraldic and cultural inheritance, in Archivum, vol. XXXVII, pp. 177-188, Munique, 1992.
- (21) The Canadian Heraldic Authority - Granting Coats of Arms in Canada. Procedure Guide, pp. 6 e 13, Ottawa, 1996.
- (22) Interview with Robert Watt, Chief Herald of Canada, in Heraldry in Canada / L'Héraldique au Canada, Adiante citado HC, Vol. XXVII, nº 2, pp. 39-40, Ottawa, junho 1993.
- (23) Auguste Vachon, Héraut Saint-Laurent, Les Inovations de l'Autorité Héraldique du Canada, in HC, vol. XXIX, nº 2, pp. 16 e 23, Ottawa, junho 1995.
- (24) Interview with Cathy Sabourin, Fraser Herald, in HC, vol. XXVI, nº 4, p. 8 (com reprodução a cores), Ottawa, dezembro 1992.
- (25) Michael Steer, Hurrah for the Pink, White and Green: A New Provincial Flag for Newfoundland and Labrador?, in HC, vol. XIV, nº 2, p. 11, Ottawa, junho 1980.
- (26) Cf. nossa carta in HC, vol. XXIX, nº 4, p. 2 (Forum), Ottawa, dezembro 1995.

A HISTÓRIA DOS PADRES CAPUCHINHOS EM TERRAS CAPIXABAS

Luiz Carlos Biasutti (*)

1-PRELIMINARES

Mário Bonzano, professor da Universidade Federal do Espírito Santo, comentando a obra de Sônia Maria Demoner, "A Presença de Missionários Capuchinhos no Espírito Santo, Século XIX" deixou registrada a seguinte mensagem: "Não resta dúvida de que o presente trabalho preenche mais do que a contento uma lacuna até agora existente na nossa História Eclesiástica. A atuação civilizadora dos jesuítas já tem sido bastante enaltecida. Seria injusto, entretanto, esquecer a grande obra dos Capuchinhos em terras espírito-santenses".

Em seus estudos, Sônia Maria Demoner narra a história dos capuchinhos italianos e austríacos que estiveram no Espírito Santo entre 1848 até 1870, principalmente na região do Rio Itapemirim (aldeamento afonsino), região do Rio Doce (aldeamento dos índios Batocudos), e dos capuchinhos germânicos na região de Santa Isabel, Domingos Martins e Santa Leopoldina.

Trabalhando em missões religiosas e paróquias, estes religiosos vinculados aos aldeamentos indígenas ou à colonização alemã contaram com a ajuda de nomes que jamais serão esquecidos pela comunidade do Espírito Santo: Frei Ubaldo de Civitela de Trento, Frei Luiz de Ravena, Frei Carlos de Bagnone, Frei Jerônimo de Montefiore e Frei Gregório de Bene.

A situação dos Capuchinhos nos tempos do império é revelada também por duas obras históricas: "Nas Selvas dos Vales do Mucuri e Rio Doce" de Frei Jacinto de Palazzolo e "Capuchinhos em Terras de Santa Cruz", de Frei Fidélis de Primiero.

Em 1994, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória publicou "ESTUDOS ESPÍRITO-SANTENSES", obra do nosso grande homem das letras do Espírito Santo, Renato José Costa Pacheco.

No capítulo "Conflitos nas colônias agrícolas espírito santenses, 1827-1882. ", o nosso nobre escritor ilustra muito bem o contexto histórico da época e nos leva a uma melhor compreensão do problema religioso na colonização alemã principalmente entre 1856 e 1870.

(*) Sócio correspondente do IHGES. Desembargador no estado de Minas, historiador e escritor.

2 - FIM DO IMPÉRIO E COMEÇO DOS TEMPOS REPUBLICANOS

Com a saída do Jesuítas e a morte do Padre José de Anchieta (cujo quarto centenário de falecimento, com orgulho, o nosso Estado do Espírito Santo vai comemorar no próximo ano), o Império Brasileiro mesmo reconhecendo o catolicismo como religião oficial, traz enormes males para a religião.

O Imperador Pedro II, que bancava o sacristão e era adepto das idéias Galicanas, interferia absurdamente na organização religiosa. Imaginem que até a Proclamação da República, a Província do Espírito Santo dependia do Arcebispo do Rio de Janeiro.

Com a separação do Estado e da Igreja e imediata criação da Diocese do Espírito Santo, melhora a assistência religiosa e novos tempos surgem nas terras capixabas. Tudo isto merece ser lembrado agora, quando os Padres Capuchinhos comemoram o centenário de sua chegada em missão oficial que teve início em 12 de setembro de 1898, data de aceitação por parte da província Religiosa de Siracusa, Sicília (Itália) em arremeter religiosos para o Brasil.

Aqui merece referência especial as pesquisas de Maria Stella de Novaes divulgadas em sua obra "O italianos e seus descendentes no Espírito Santo".

Todavia, desde 1874, com a chegada da expedição Tabachi, a imigração italiana em terras espírito-santenses estava transformando completamente o interior capixaba. No final do século , a população de pouco mais de 70 mil habitantes triplicou espantosamente .

Este período foi marcado pelos trabalhos dos Padres da Congregação de São Carlos, que vieram para o Espírito Santo como capelães dos imigrantes.

Entre os três mosqueteiros de Deus", padre Marcelino Moroni, Padre José Vendentti e Padre Remígio Pezzolti, sobressaiu a estrela do primeiro. Padre Marcelino não tolerava os abusos do clero antigo, pouco edificante, e pregava contra a ganância dos comerciantes e a falsidade dos políticos.

Estes padres andavam a cavalo dando assistência religiosa desde Virgínia, Matilde, Alfredo Chaves, Todos os Santos, Viana até Santa Teresa. Itaguaçu, Itarana, Boapaba, Itapina, Acioly e Baunilha. Falavam a língua dos colonos e tinham uma palavra de conforto para todos naqueles tempos difíceis.

Quando Dom João Batista Nery dividiu as colônias italianas do Espírito Santo entre padres agostinianos espanhóis no sul do Estado e padres sicilianos em Santa Teresa e região do Rio Doce, o Cônsul Rizo Rizzetti em Vitória, fez um solene protesto.

Esta nebulosa época da história religiosa do Espírito Santo merece ser lida no melhor livro que já se escreveu sobre o assunto: "A Igreja e os Migrantes",

de Riolando Azzi.

Entre 1900-1904 surge a figura de Maria Zanolo, jovem, culta e divorciada, famosa por ter escrito desaforos às autoridades civis e religiosas da Itália sobre o abandono cultural dos colonos. Montada a cavalo, com roupa de couro e dois revólveres na cintura, e acompanhada de muitos jovens cavaleiros, Maria Zanolo pregava o progresso igual ao dos colonos alemães, que tinham escolas, remédios, pastores e até médico em suas regiões. O bispo Dom Fernando Monteiro e os Padres Agostinianos Espanhóis, com o apoio dos políticos e dos Capuchinhos conseguiram que a "guerreira" abandonasse o Estado (Apud Riolando Azzi e Arquivo dos Padres de São Carlos em Roma). Não deixa de ser uma figura singular numa época machista como aquela.

3 - A MISSÃO DOS CAPUCHINHOS DE SIRACUSA

A presença no Espírito Santo dos Capuchinhos de Siracusa trouxe, sem dúvidas, enormes benefícios. Nada mais do que trinta e quatro religiosos trabalharam durante estes anos todos nos atuais municípios de Santa Teresa, Colatina, São Roque, Itarana, Itaguaçu e Viana.

Enquanto não haviam sido definidos os limites territoriais entre Minas Gerais e Espírito Santo os capuchinhos cuidaram das Paróquias de Mantenedópolis e Ecoporanga. Aliás, em sua obra, Renato Pacheco lembra que a fundação do município de Ecoporanga se deve ao trabalho de Frei Inocêncio Comiso, com a construção da Igreja Matriz.

Contudo, foi em Santa Teresa que os Capuchinhos concentraram seu esforço total. Frei Eugênio de Comiso, em novembro de 1898 toma posse na Paróquia de Santa Teresa e imediatamente derruba a velha igreja, começando a construção daquele que se tornaria o atual Templo da cidade. É a igreja mais antiga da região montanhosa do interior do Espírito Santo.

Frei Eugênio veio para Santa Teresa acompanhado por Frei Caetano de Comiso que ficou impressionado com a ignorância e o analfabetismo reinante na colonização italiana onde, por mais de vinte e cinco anos, os jovens cresciam sem qualquer instrução. Com muita coragem, em 20 de outubro de 1901 este frade abriu a Escola Paroquial de Santa Teresa, verdadeiro marco do ensino teresense. Em 1907 a Escola Paroquial muda de nome, Escola Rita Baverini, em homenagem à esposa do Cônsul da Itália que visitou o Espírito Santo. Frei Caetano manteve a escola até 1913, quando, desgostoso por falta de apoio, voltou para o Rio de Janeiro.

O terceiro sacerdote Capuchinho que trabalhou em Santa Teresa foi Frei José Antônio de Ferla, cujo trabalho foi incansável. Durante sua gestão a Igreja

Matriz ficou quase pronta. Em 1916, ao regressar da Itália, faleceu no naufrágio do navio espanhol, "Príncipe de Astúrias", perto do litoral de Santos, quando tinha apenas 41 anos de idade.

Em 1916, novos frades Capuchinhos chegam ao Espírito Santo: Frei Gaspar de Modica, Frei Domingos Rocaro e Frei Clemente Bonomo. É a grande fase do Colégio Ítalo-Brasileiro, o maior internato do interior do Estado na época. Frei Jacinto conseguiu trazer bons professores para o ensino e em 1920 havia 60 alunos internos e 80 semi-internos. Por esta época Frei Diogo da Bahia, irmão leigo, chefe de disciplina e professor severo era alvo de elogios por uns e de críticas por outros devido aos castigos físicos....Frei Gaspar de Modica comprou uma colônia e organizou a primeira equipe de futebol da cidade. Com Frei Domingos de Modica construiu-se um barracão com palco para educação artística e musical. Na época gloriosa da administração de Frei Clemente Bonomo, o Colégio atingiu a marca de 110 alunos internos. Em 1928, o governo instalou o Tiro de Guerra e foi construída a Gruta de Lourdes, ainda hoje muito bem conservada pelas irmãs de Santa Catarina.

4 - A CRISE DE 1930 - O SEMINÁRIO - A II GUERRA MUNDIAL

Em 1930, a crise da Bolsa de Valores de Nova York e a queda do preço do café produz um colapso nas atividades capixabas. Mussolini tinha suas atenções voltadas somente ao imperialismo africano para: Tripolitânia, Cirenaica, Somália e Abssínia (Etiópia). O governo italiano suprimiu a ajuda para manutenção do Colégio Ítalo-Brasileiro que foi então obrigado a fechar as portas.

Felizmente em 1935 o novo Superior dos Capuchinhos, Frei Serafim de Sortino resolve reabrir o velho casarão como Seminário para formação de jovens para o sacerdócio.

Novos padres chegam da Europa: Dionísio de Monterosso, Frei Afonso de Calaxibeta (que durante 18 anos seria vigário de Santa Teresa), Frei Tarcísio de Palazzolo e Frei Frederico de Mazarino. Durante a Segunda Guerra Mundial sofreram junto com a população ítalo-brasileira. Um ofício do bispado proibia que os frades viajassem de Santa Teresa para Vitória.....

Depois da Segunda Guerra Mundial em 1946, há 50 anos atrás, nova leva de jovens padres chega ao Espírito Santo. Frei Jorge de Modica, homem de grandes virtudes, seria mais tarde elevado pela Santa Fé a Bispo de Patos de Minas. Seu companheiro, Frei João Maria de Sortino iria modernizar o ensino do Seminário, fundar o ginásio teresense (1951) e ainda dirigir o jornal local "A voz do Seminário", que circularia por 20 anos. Outros jovens padres italianos dariam sua contribuição

religiosa em Santa Teresa: Frei Querubim de Sortino, Frei Apolinário José Cavarram, Frei Geraldo de Sortino, Frei Silvestre de Modica e Frei Gaspar II de Modica. Frei Rafael de Mineo seria o fundador da futura paróquia e município de São Roque.

A partir de 1947 começam a surgir os Capuchinhos brasileiros, Frei Vital Ronconi seria o primeiro Capuchinho teresense e capixaba, depois dele viriam Frei César Broeto grande professor, esportista, Frei Estevão Cortelleti, que trabalhou durante 35 anos na Paróquia de Santa Teresa, Frei Antônio Zuchetto, hoje Bispo do sul da Bahia, Frei Nelson Piffier, Frei Jair Silvestre, Frei Paulino Fabris, Frei Honório Siqueira.

5 - FREI SISTO DE CASSARO: NOVO PRÉDIO DO EDUCANDÁRIO

SERÁFICO

Nos tempos modernos da história dos Capuchinhos no Espírito Santo, marca presença a grande atuação de Frei Sisto de Cassaro, que entre os anos 50 e 60 com grande entusiasmo construiu o magnífico prédio do hoje Educandário Seráfico São Francisco de Assis. Trata-se de obra ampla, funcional e moderna, com planta do renomado engenheiro Dr. Ricardo Bullia.

Interessante que os católicos da cidade do Rio de Janeiro, amigos dos frades Capuchinhos, praticamente custearam 90% da obra. Durante 20 anos dirigiu o novo Seminário e Colégio, Frei José Cortelletti, filho da terra. Padres de excelente nível intelectual colaboraram no Educandário, como Frei Anselmo Durval Cortelletti, Frei Francisco de Manaus, formado em engenharia, Frei Ramiro Francisco, doutor em filosofia, Frei Serafim José Pereira, historiador da ordem Capuchinha, Frei Jorge Ulberg, bem como uma centena de grandes professores inclusive o ex-governador do Espírito Santo, Dr. Albuíno Cunha de Azeredo.

6 - CONCLUSÃO

A presença da Ordem dos Padres Capuchinhos no Espírito Santo representa um dado importante em nossa história. Nos tempos imperiais cuidaram do aldeamento dos Botocudos, às margens do Rio Doce, combateram a escravidão tanto na Vila de Itapemirim como no episódio de Queimado (Serra). Ainda no campo religioso e pastoral estiveram presentes em Itapemirim, Mimoso, Santa Isabel, Cariacica, Muniz Freire e Iúna (Rio Pardo) entre 1848 e 1910; em Linhares de 1880 a 1910, Colatina de 1904 a 1942 e finalmente em Mantenópolis e

Ecoporanga na conclusão do Contestado, entre Minas e Espírito Santo.

Hoje ainda continuam firmes em Santa Teresa, Itarana, Itaguaçu e Viana. Sua maior contribuição, principalmente depois da chegada dos padres de Siracusa (Itália) foi a dedicação ao ensino. O Colégio Ítalo-Brasileiro foi o nosso Caraça. Ex-alunos dos capuchinhos foram políticos importantes do Espírito Santo, grandes comerciantes, advogados, médicos tando no nosso Estado como em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Mais de dez mil alunos estudaram em Santa Teresa nesses anos aqui ligeiramente lembrados.

Entre muitos outros, foram alunos dos Padres Capuchinhos o Senador Raul Giuberti, os Prefeitos de Vitória, Paulino Muller e Setembrino Ethevaldo Pelissari, o Deputado e Vice-Governador do Espírito Santo, Henrique Pretti, o saudoso jornalista Alvino Gatti, o artista Dionísio Del Santo, os deputados estaduais, Frederico Pretti, Emílio Zanotti, Jamil Zouein, Argeo Lorenzoni, Sebastião Marreco, Odilon Milagres, o fundador do Hospital Felício Rocho de Belo Horizonte, Américo Gasparini e o patrono da Ecologia, Augusto Ruschi.

É mais do que justo que estes abnegados frades recebam a nossa homenagem por tudo o que fizeram nas terras capixabas.

LUIZ CARLOS BIASUTTI

7 - BIBLIOGRAFIA

AZZI, Riolando, A Igreja e os Migrantes, São Paulo, Ed. Paulinas, Vol. I

BIASUTTI, Luis Carlos, No Coração Capixaba (120 anos da colônia italiana mais antiga do Brasil, Santa Teresa, ES), Barvalle Editora, Belo Horizonte, 1994

BIASUTTI, Víctor, Brumas , Vitória, Gráfica e Editora São José Ltda, 1992

CASTROGIOVANI Giuseppe da, Notizie Storiche della Missione Cappuchina di Rio de Janeiro, Catania, Itália, 1910

DEMONER Sônia Maria A Presença de Missionários Capuchinhos no Espírito Santo, sec. XIX, Vitória, Fundação Siciliano Abel de Almeida, 1971

FRANZINA, Emílio, Eli Italiani al novo Mondo Lémigrazione italiana in América 1492-1942, Arnoldo Mondadori Editora, Milano (Itália) 1995

NOVAES, Maria Stella de os Italianos e seus descendentes no Espírito Santo ,
Instituto Jones dos Santos Neves, Artgraf Ltda, 1980

PACHECO, Renato Estudos Espírito Santenses, Ed. I.H.G.E.S. , 1994

PALAZZOLO, Frei Jacinto de , Nas Selvas do Mucuri e Rio Doce, Ed. José
Olimpio, Rio de Janeiro, 1970

PEREIRA, Serafim José Necrológio dos Frades Capuchinhos, 1849-1992, Rio de
Janeiro, 1992

TOMBO (Livros I e II) Paróquia de Santa Teresa

BREVES NOTAS HISTÓRICAS SOBRE A FUNDAÇÃO DA ÁREA DA PEDRA AZUL

Júlio de Oliveira Pinho (*)

Mercê de condições naturais, a região da Pedra Azul não tem vocação para culturas extensivas ou grande pecuária.

O clima é frio para tropicais mas não suficientemente para culturas de clima temperado, com algumas exceções. Café não vai bem e muitas frutas europeias exigem baixas temperaturas que aqui não ocorrem.

O solo é pobre e muitas vezes bem degradado.

A topografia é imprópria para a agricultura, com exceção de algumas encostas menos íngremes ou fundos de vales.

Deste modo também o gado não medra satisfatoriamente em pastos fracos que cobrem íngremes encostas onde os animais fazem grande esforço para alcançar alguma moita de duro capim. Além disso o frio do inverno com ventos do sul maltrata o gado desabrigado.

Mas apesar de tantas adversidades a região, hoje, abriga muitos pequenos agricultores que sobrevivem decentemente.

Como diz a velha fábula: “A fome aguça o engenho”.

Se a pecuária não se apruma, a agricultura extensiva não é viável e a cafeicultura é impraticável, o agricultor passou para as culturas intensivas explorando os fundos de vales e encostas mais adequadas, até a exaustão.

Talvez seja motivo para dizer que a propriedade foi tão dividida e subdividida que agora não tem muita possibilidade de suportar maior número de agricultores.

Mas em décadas passadas a coisa era bem diferente.

Os colonos italianos que por aqui arribaram no final do século passado em busca do Eldorado encontraram uma realidade completamente diferente daquela que deixaram na velha Itália.

Se de lá saíram fugindo da pobreza, aqui vieram encontrar um ambiente completamente diferente dominado pela mata, onde para sobreviver precisaram enfrentar dificuldades de toda a ordem. Vários colonos italianos que receberam glebas nas manchas de solos arenosos de Carolina, Matilde e Cedro após alguns fracassados anos agrícolas, abandonaram as propriedades e subiram contornando os contra-fortes do maciço da Pedra Azul, uns pelo lado Nordeste e outros pelo Sudoeste e se foram fixando em torno desta montanha.

Aqui, realmente, encontraram solos menos arenosos, menos pobres e de

(*) Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e empresário em Domingos Martins/ES.

melhor assentada do que deixaram para os lados de Matilde, Carolina e Cedro.

Mas aqui o clima não permitia a cultura do café e tinha muitas limitações para culturas rentáveis.

O jeito foi fazer das tripas coração e aguentar. Moravam em casa de pau-a-pique ou até provisoriamente, recolhidas nas reentrâncias de troncos de enormes árvores.

Não é fácil imaginar como essa gente não sucumbiu de vez num ambiente tão hostil para as atividades agrícolas, sem assistência de qualquer natureza, sem vias de comunicação e portanto entregue à própria sorte.

Foram heróis não galardoados numa luta ingente e sem alternativa.

E para testemunhar essa vida angustiante vamos citar um simples episódio tão triste como frustrante.

Um colono de nome José Gradim residente na Pedra Azul desde começo deste século, praticava o escambo (troca direta de produtos) para adquirir imprescindíveis necessidades domésticas. Isto era normal naquele tempo.

Numa certa manhã a mulher avisou-o da necessidade de comprar sal, querosene, e outras mercadorias que estavam acabando. O diligente marido logo se preparou e de picuá a tiracolo e facão na cinta se dirigiu à venda de Matilde, caminhando velozmente dezenas de quilômetros por picadas no meio da mata até lá chegar. Um pouco acabrunhado dirigiu-se ao vendeiro e disse que precisava fazer umas compras mas que desta vez nada trazia porque estava criando uns frangos que logo que estivessem mais crescidos iria trazê-los para pagar estas compras.

O compadre muito à vontade respondeu:

- Então vamos fazer de outro jeito:

Você volta para a casa e quando os frangos estiverem grandes, você os traz e leva suas compras; e acabou o negócio.

O pobre Gradim desapontado, com tristeza estampada no rosto e de picuá vazio regressou à casa com dia perdido e a frustrante notícia para a sofrida mulher.

Conviver com tais situações não era fácil.

Nessas circunstâncias praticavam uma agricultura rudimentar e quase itinerante mas adequadas às condições reinantes. E este modo de agricultar e viver prevaleceu por mais de meio século.

Os instrumentos agrícolas se reduziam a facão, enxada, foice, machado e ... fósforos. O arado só aqui chegou em 1944, trazido pelo arador Guilherme Brikwedde.

Enquanto iso na velha Roma, ao tempo de Virgílio, o arado fazia parte do equipamento agrícola.

Foice e machado eram indispensáveis para derrubar algum trato de grota mais adequado para o plantio. Depois de secar suficientemente se fazia a queimada cercada por aceros, às vezes. A limpeza e amontoa de restos vegetais era indispensável para em seguida fazer o plantio em covas abertas a enxada. E daí em diante se esperava que a natureza obrasse por si, isto é, não se adubava, não se irrigava (que não havia condições para isso) e não se falava de doenças ou pragas. Em compensação a produção era bastante aleatória.

Se no solo abundava o húmus formado pela mata e as condições atmosféricas eram favoráveis, a produção era abundante, mas se estas condições favoráveis não estivessem presentes ou se a área escolhida já tivesse sido plantada havia menos de 04 anos a safra podia ficar comprometida.

Feijão, milho e mandioca eram as mais importantes culturas. A pecuária servia para satisfazer as necessidades da família em leite, queijo, carne e às vezes para a venda de algum desses produtos.

As encostas mais apumadas eram reservadas para pasto do gado “pé duro”.

Era agricultura de sobrevivência e auto suficiente. Comprava-se querosene, sal e vestuário e pouco mais se vendia feijão, farinha e algum garrote.

Calçado não se usava. E não era fácil, de pé descalço, entrar na derrubada, sujeito a estrepadas e picadas de cobra.

Vestuário comum se reduzia a calça, camisa e por vezes um pano amarrado na cabeça. O facão na cinta fazia parte visual. Por vezes se compravam sacos vazios de açúcar para fazer camisas.

A alimentação se limitava àquilo que se produzia, feijão, milho para polenta e criação de galinhas e porcos etc...; mandioca, aipim, gado para leite, queijo e carne, por vezes cana para garapa, e pouco mais além de algum doce.

A herança de um arraigado catolicismo não se perdeu. Pelo contrário, a busca da proteção divina estava presente em todos os momentos da vida desses colonos que aos domingos infalivelmente, se reuniam na reza entoando cânticos e preces de agradecimento e louvor.

Mais tarde surgiu o centro social que era marcada pela capela e a venda onde aos domingos e dias santificados (que eram muitos) todos se reuniam com espírito religioso na reza e, depois vinha o lazer com bocha, pinga e muita “lorota”.

O meio de transporte de então era o animal. Cada qual prezava o seu “bom animal” ou sua bestinha “incansável” e como é natural fazia os maiores elogios ao seu animal. A respeito contava proezas que a sua imaginação criava.

Fazia parte do visual do cavalo ou besta o bom arreio que cada um embelezava a seu modo.

E sobre esse assunto de animais a conversa ia longe e às vezes com indisfarçável propósito de fazer negócio.

A coisa mais gostosa para qualquer um era sentir que no negócio tinha “dado manta” no outro.

As mulheres que durante a semana eram verdadeiras e humildes serviçais dentro de casa, nesta hora também se divertiam carregando as crianças para a reza comendo pão e doces que se vendiam na canônica e conversando animadamente entre si.

Havia também os dias festivos em que se venerava o santo padroeiro do lugarejo e outros santos de especial devoção.

Viviam num mundo limitadíssimo e aceitavam com naturalidade essa vida de sacrifícios e renúncias.

Este modo de viver, ou melhor, de sobreviver se arrastou por várias décadas, como se disse.

Entretanto pouco a pouco alguns fatores trouxeram esperança de dias menos amargos.

SÃO PEDRO

UMA HISTÓRIA DE DESAFIOS

**Domingos de Azevedo
do Instituto Histórico e
Geográfico do Esp. Santo
e da Ação Comunitária do
Espírito Santo.**

O BAIRRO SÃO PEDRO

Domingos Gomes de Azevedo (*)

1. LOCALIZAÇÃO E PROCESSO DE OCUPAÇÃO

Localizado no lado norte/noroeste da Ilha de Vitória, junto a um dos canais do estuário do Rio Santa Maria (canal Vitória) e adjacente à rodovia Serafim Derenzi, o Bairro São Pedro dista a aproximadamente 8 km do centro da cidade. A partir do centro, possui dois acessos principais: pelo lado Leste, as Avenidas Maruípe e Serafim Derenzi e pelo lado Oeste, as Avenidas Santo Antônio e Serafim Derenzi. Todos os terrenos onde se assenta aquele aglomerado urbano são de propriedade da União e foram sendo ocupados progressivamente de forma dispersa a partir de 1967, com exceção da pequena concentração de pequenas residências na chamada Ilha das Caieiras - que se constituem na primeira ocupação de toda a parte do contorno norte/ oeste de Vitória e que não se transformou com a ocupação desordenada do mangue, ficando unida a São Pedro I e Santo André - conservando uma identidade própria.

Em 1977, quando começa em São Pedro o processo de intensificação da ocupação dos mangues e que o bairro foi oficializado pela Prefeitura de Vitória, iniciou-se o processo de organização comunitária, quando os moradores da área se uniram no sentido de não aceitar a proposta de remoção para lotes urbanizados em Carapina, feito pelos órgãos públicos, Conseguindo resistir à remoção, a organização dos moradores, em torno do movimento comunitário de São Pedro (MCSP) fez com que a Prefeitura desse a garantia de permanência das famílias na área e iniciasse o processo de aterro, abertura de ruas, etc..

O ponto mais destacado do trabalho social neste período foi a organização de vários mutirões para a demarcação e denominação de todo o arruamento e praças do bairro, bem como a locação de equipamentos comunitários. A partir das reivindicações, grande parte do aterro foi conquistado, iluminação pública, rede de água e linha de ônibus.

Em 1979, surgem rumores sobre a implantação do PROMORAR, que tinha como objetivo projetar e programar ações e obras de melhoria de infraestrutura, no sentido de elevar as condições do bairro, com especial atenção ao saneamento e a regularização da situação de propriedade dos terrenos, tudo isso com o financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH),

No final da década de 80, estudanles de serviço social, assistenles sociais, universitários vinculados ao Projeto Rondon, Comissão de Justiça e Paz e a

(*) Membro do IHGES e ex-professor da UFES.

Comissão de Direito à Moradia da Arquidiocese de Vitória iniciaram o processo de visitas domiciliares e contato com grande parte dos moradores, onde hoje se denomina São Pedro I, procurando levantar os problemas básicos da população local. Notava-se uma insegurança generalizada por parte dos moradores quanto ao projeto de Urbanização PROMORAR. Este grupo, mais as representações de ruas (Conselho de Rua) que já estavam formados, se tornaram um canal de comunicação com os técnicos do PROMORAR. A população começou a conhecer a proposta técnica deste órgão do governo. Num seminário realizado, o MCSP apresentou um projeto alternativo ao PROMORAR conseguindo a sua aprovação e resultando na urbanização de São Pedro I. A professora Vera Nacif em artigo publicado no jornal "A Gazeta" em maio deste ano afirma: " O mangue em si, embora berçário de vida, naquele momento não importava. A vitória do povo ficou patenteada com a conquista do direito de morar".

A população de São Pedro era formada por migrantes desalojados com a erradicação dos cafezais (programa GERCA), flagelados de 1979 e pessoas oriundas dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, que vieram em busca da farta distribuição de empregos dos chamados "grandes projetos industriais", momento em que o Brasil vivia "o milagre econômico" e que coincide com a crise do petróleo de 1974.

No entanto, a maioria das famílias não foi absorvida pelo mercado regular de trabalho. Grande contingente de trabalhadores era formado por biscateiros, catadores de lixo, pescadores, faxineiras, vendedores ambulantes e muitos do setor de construção civil. As famílias eram numerosas, tendo em média uma prole de cinco filhos e agregados. Obviamente, essas famílias não percebiam com o trabalho que executavam o suficiente para sua manutenção, ocorrendo a fome, a desnutrição e a mortalidade infantil - atingindo principalmente as crianças na faixa etária de 0 a 1 ano. Quanto à moradia, habitavam barracos de madeira, de aproximadamente 15m², construídos sobre o mangue. A situação se agravava na área do lixão - São Pedro III - onde se aterrava também a área de mangue, sob a forma de aterro sanitário, de forma incompleta, pois não havia cobertura de terra por sobre o lixo.

2 - A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E AS LUTAS SOCIAIS

"Todo o homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa humana perante a lei" (artigo VI da Declaração Universal dos Direitos Humanos). Esta frase estava escrita no coreto do Movimento Comunitário do bairro São Pedro, na avenida 4 de setembro (data da oficialização do bairro pela PMV) onde transitavam diariamente, os seus moradores.

Foi em fevereiro de 1977, (durante o Carnaval) que dois migrantes plantaram a semente do bairro na serena e bucólica paisagem do manguezal. Longe estavam de imaginar que três anos depois estariam fincados cerca de 960 barracos com modestas melhorias urbanas, carecendo de infra-estrutura para justificar o reconhecimento pleno dos moradores como seres humanos como dita a frase dos direitos da ONU.

Os fiscais, no dia seguinte, derrubaram os barracos. Os dois moradores procuraram o governo, reivindicando o direito de moradia. Foram atendidos. Na calada da noite outras famílias com o mesmo drama de aluguel, derrubavam mangues, faziam aterros, construíam barracos sobre palafitas.

O livro "Trajetória de uma Cidade", em seu capítulo V "A Delicadeza Perdida" de autoria do escritor João Gualberto Vasconcellos, registra que "o processo de expansão industrial foi também um processo de ampliação da miséria, do desemprego e do subemprego urbano, o que ampliou ainda mais a problemática urbana, que ia se instalar na região da Grande Vitória a partir dos anos 1970". Ainda na mesma publicação, baseado na tese de doutorado da professora Maria da Penha Siqueira, é registrado que o advento dos grandes projetos industriais acelerou o fluxo migratório, aumentando rapidamente o número de trabalhadores que se fixaram na cidade em busca de novas oportunidades de trabalho. No livro "Entre a utopia e a estratégia", publicação da Cultural- ES, editado em 1989, dos escritores Ana Maria Doimo e Geert A. Banck registram "O movimento de São Pedro é uma das várias manifestações que ocorreram e estão ocorrendo no Brasil refletindo uma variedade de esforços no sentido de fortalecer a emancipação popular e, através dessa emancipação, transformar a sociedade". E acrescenta "Tendo começado nos anos 70, esses movimentos expandiram-se rapidamente, tanto em áreas urbanas como em áreas rurais. A rápida proliferação dos movimentos - com seu poder de mobilização, sua ênfase na democracia de base e seu objetivo de construir a cidadania através das pressões para o atendimento das demandas por bens de consumo coletivo (habitação, transportes, etc.) acabou por desafiar teorias e teóricos das Ciências Sociais".

Podemos listar alguns momentos que marcaram o processo de ocupação do bairro:

- a) Em fevereiro de 1977, após a ocupação do mangue, os moradores canalizaram esforço organizacional para a consolidação do novo espaço urbano;
- b) Ao mesmo tempo, uma parte do mangue, onde hoje estão os bairros de Nova Palestina e Resistência, foi aproveitada como depósito de lixo da cidade;
- c) Em 1979, a aceleração da vinda dos migrantes, ampliaram a destruição do manguezal, fazendo aterros, construindo barracos e sobrevivendo à cata de

lixo;

d) No final de 1980, foram iniciadas as obras de aterro de mangue, quando a PMV põe em prática o seu projeto de substituir por casas de alvenaria os 960 barracos. Começa então o projeto PROMORAR, que se estenderá mais tarde aos bairros de Andorinhas. Santa Maria, Joana D'Arc e Itararé;

e) Em 1981, foi criada a Associação dos Catadores de Lixo em São Pedro IV. O lixão de São Pedro tornou-se fonte de sobrevivência de centenas de pessoas: venda de papéis, plásticos, vidros, reaproveitamento de restos alimentares e posteriormente como espaço de moradia com a construção de barracos sobre o lixo - forma de aterro do mangue. O movimento dos catadores se fortaleceu com a edição do livro e do filme do jornalista Amilton de Almeida e Henrique Gobbi, "lugar de toda pobreza" - que retratou a realidade degradante, humilhante e subumana daquele povo, chamando a atenção da sociedade e dos governantes, para suas reais condições de vida;

f) As reivindicações se ampliam, o Movimento Comunitário se fortalece, os meios de comunicação dão destaque aos fatos ligados ao bairro e em 1983, surge a Escola Comunitária com o nome "Grito do Povo" (nome da chapa que ganhou as eleições em 1981). Mais tarde o nome da escola foi mudado para "Francisco Lacerda Aguiar".

g) A administração da PMV no período 1985 a 1988, coincidiu com o início e conclusão de São Pedro III - 1ª etapa. Foi um projeto marcado pela incompetência: ruas intransitáveis (aberta pelos moradores com largura de 6 a 8 metros a prefeitura reduziu o tamanho, criando becos asfaltados, sem nenhuma infra-estrutura, provocando mais dificuldade do que conforto (se as pessoas tinham dificuldade em trafegar, imaginem os carros!); falta de esgoto, obrigando os moradores a abrirem esgoto nas ruas, ruas mal iluminadas, falta d'água, não existia coleta de lixo. E com as obras, a construtora Ordebrecht, responsável pela urbanização destruiu a rodovia Serafim Derenzi.

h) Na administração de 1989 a 1992, foi recuperada parte da 1ª etapa da obra que já estava bastante danificada e restaurada a rodovia. Continua a invasão do manguezal. O país é marcado pelo crescimento dos movimentos em defesa da ecologia e do meio-ambiente e a administração municipal se volta para o enfrentamento do problema ambiental de São Pedro. Define como prioridade a delimitação do manguezal para preservação do ecossistema - incluindo a estação ecológica do Lameirão - com a conseqüente necessidade de remoção das palafitas da área objeto do processo de preservação, Foram removidas 200 famílias, com muita resistência por parte dos moradores, trazendo dificuldades na repartição e realocação dessas famílias. A partir desse momento, a PMV intensificou a

fiscalização contra novas ocupações, um trabalho de Educação Ambiental foi implantado e o manguezal renasce numa explosão de vida;

i) A Administração Municipal, iniciada em 1993, dá continuidade às ações: preservação do manguezal, remoção das moradias surgidas no mangue, urbanização e saneamento do bairro Nova Palestina (implantação da estação de tratamento de esgoto, estendendo para os bairros de Resistência, Grande Vitória, Inhanguetá e Estrelinha). Surgem ainda programas de educação, segurança pública, transporte, saúde, lazer, educação ambiental e geração de emprego e renda (fábrica- escola de alimentos de São Pedro) em convênio com a Pastoral e o projeto SOS Trabalhador.

3. SÃO PEDRO - HOJE

A região da Grande São Pedro - aglomerado urbano com 14 bairros: São Pedro I, Santo André, São Pedro II, São Pedro III, São Pedro IV, Resistência, Nova Palestina, Ilha das Caieiras, Universitário, Comdusa, Conquista, Estrelinha, Inhanguetá, Grande Vitória - surgida na segunda metade da década de 70 tem aproximadamente 50.000 habitantes, população que supera grande parte dos municípios do Estado. A Grande São Pedro dispõe hoje de estrutura de serviços que muitos bairros considerados nobres, ainda não têm. A melhor escola da rede municipal de ensino, equipada com computadores é da região, o maior e mais bem equipado Posto de Saúde está em construção, Uma faculdade particular já se encontra instalada no local. O bairro terá três estações de tratamento de esgoto. A grande preocupação da administração é em relação a "expulsão branca" da região. São especuladores que chegam depois que foi feita a urbanização e oferecem dinheiro para ficar com o lote ou a casa. O ocupante muitas vezes aceita e depois parte para outra invasão.

O projeto "São Pedro - Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação Ambiental" foi apresentado na Conferência Habitat 2 da ONU, que ocorreu em Istambul, Turquia, em maio deste ano. O projeto foi escolhido junto com 17 experiências de urbanização no Brasil. Discutiu-se alternativas de urbanização para o planeta, a partir dos exemplos satisfatórios dos diversos países participantes. Os principais pontos do projeto apresentado são:

Área Ambiental

- O manguezal foi delimitado e está sendo preservado;

Saúde

- Na Grande São Pedro, as crianças têm atendimento garantido do nascimento ao sexto ano de vida. A taxa de mortalidade infantil no primeiro ano de vida caiu de 33 óbitos por 1.000 nascimentos em 1993 para 13,8 em 1996;

Educação

- A Grande São Pedro tem 14 das 74 escolas municipais, possuindo a maior escola da rede, que conta com o 1º laboratório de informática das unidades escolares;

Ação Social

- Integrando assistência social e intervenções para mudanças estruturais da realidade, a Ação Social está levando os direitos de cidadania e qualidade de vida a muitos segmentos da população.

4 - CONCLUSÃO

Ela não foi a primeira moradora do bairro, nem das primeiras a se engajar na luta pela melhoria das condições de vida dos moradores de São Pedro, mas seguramente é um das que mais se destacaram na grande travessia do estado de miséria absoluta para uma vida mais digna, Maria Leda dos Santos, a Dona Leda. morando numa casa simples, em São Pedro 1, organizadora e primeira presidente da Associação dos Catadores de Lixo. se considera uma pessoa feliz e recompensada pela sua luta. "Fico feliz ao ver o crescimento e desenvolvimento da Grande São Pedro. Éramos a lama de toda a pobreza, e hoje a riqueza está em toda a parte. Ainda não temos tudo, mas o que já temos, eu nunca acreditava que um dia teríamos. O meu choro, a minha luta e de outros tantos companheiros valeu a pena" (trecho de uma entrevista dada por Dona Leda ao jornal "A Gazeta").

Fontes Bibliográficas

- * "Lugar de Toda Pobreza" - edição da Prefeitura de Vitória, 1983. (Amylton de Almeida e Henrique Goibi).
- * "Entre a Utopia e a Estratégia", edição da Cultura - ES, 1989. (Ana Maria Doimo e Geert A. Banck).
- * São Pedro - volume 1 - Maplan, julho, 1980 (PROMORAR) administração Prefeito Carlos Alberto L. Von Schilgen.
- * Projeto Creche "Cantinho da Amizade" - Uma experiência pedagógica de Participação Comunitária" - entidade: Movimento Comunitário do Bairro São Pedro - período de elaboração: 12.09 à 1.11.83
- * Projeto de Desenvolvimento de Comunidade - Bairro São Pedro - 29 de abril de 1983.

SAINT HILAIRE NO ESPÍRITO SANTO

JOSÉ SHIAVO (*)

AUGUSTE PROVENÇAL DE SAINT HILAIRE foi um sábio naturalista e botânico francês que, por volta de 1818, quase ao fim do reinado de Dom João VI, visitou a capitania do Espírito Santo. Com seu espírito perquiridor e arguto, observava e investigava tudo. Percorreu a região Sul do Brasil coletando dados de natureza diversa e reunindo amostras de diferentes espécies vegetais que levou consigo para o museu de Orléans, sua cidade natal. Escreveu depois várias obras relatando o resultado dessas viagens, entre elas a que fez ao distrito mineiro de Diamantina e pela região litorânea do Brasil. Essa obra, que abrange dois volumes, foi editada em Paris em 1833, sob o título de *VOYAGE DANS LE DISTRICT DES DIAMANTS ET SUR LE LITTORAL DU BRÉSIL*. São os capítulos VII a XV consagrados ao Espírito Santo, de que dá interessante Taleau Generale (Paris, Lib.Guide,1883).

Refere que no século XVII não havia na região capixaba mais que 500 colonos e quatro reduções (ou aldeamentos indígenas): Anchieta, Guarapari, S.João e Reis Magos (Nova Almeida).

Após a venda da capitania em 1674 pelo último herdeiro do donatário e sua aquisição pela coroa em 1718, ficou de então por diante subordinada ao Governo da Bahia, sob administração de capitães-móres, só adquirindo autonomia durante a gestão do Governador Tovar, por carta-régia de 03/09/1810.

No decurso desse tempo a maioria da população era constituída de indígenas, que os jesuítas souberam cativar, submetendo-os ao trabalho, acudindo às suas necessidades e infundindo-lhes conhecimentos úteis. Para conseguir isso tiveram que afastá-los dos brancos, que, além de os corromper, os tiranizavam.

Pouco valeram as leis de proteção a esses infelizes, pois longe das vistas dos reis e dos seus ministros não eram cumpridas.

SAINT-HILAIRE censura os governos de Silva Pontes, “que abusou de sua autoridade causando danos à província, e Tovar, que administrou quase tão mal quanto ele, e finalmente Rubim, que “passando em geral por um homen íntegro, tendo talento e atividade, fez uma administração que “se chegou a ser brilhante deixou de ser conforme às leis do estado e aos princípios da sábia economia.”A tudo punha estorvos, manifestando sua ignorância em matéria de administração”. Atribuía por fim aos maus governos o atraso crônico da Capitania.

Sobre a cultura da Cana-de-açúcar eis que existiam aí sessenta engenhos e sessenta e seis destilarias de aguardente, além de apreciável produção de arroz.

(*) - Professor, historiador, escritor e sócio correspondente do IHGES.

Observa que apenas o litoral era cultivado em estreita faixa que não excedia quatro léguas, além da qual se estendiam espessas florestas que iam alcançar os limites de Minas Gerais. Por elas pervagavam os botucudos, inimigos jurados dos colonizadores e foi por medo deles que permaneceram estes na faixa litorânea.

A população a esse tempo não passava de vinte e quatro mil habitantes (22.403; foi o cálculo do capitão-mór Mongeardino em 1790.

As rendas da capitania (termo que aliás não emprega chamando-lhe “província”, sabendo-se contudo que essa denominação só foi introduzida após a independência) não indo além de cento e vinte mil cruzados anuais, todavia sensivelmente diminuída devido à deficiência da arrecadação. E como a despesa superava a receita, ordenou el-Rei que a ela se juntassem os rendimentos da vila de Campos dos Goitacazes.

Além de Vitória (capital) contava apenas seis vilas: Itapemirim, Benevente, Guarapari, Vila Velha, Viana e Almeida. Nenhuma delas possuía juiz e não passavam todas elas de modestos povoados.

- II -

Aludindo aos costumes dos habitantes da capitania, diz SAINT-HILAIRE que “as mulheres não se ocultam como as de Minas. Recebem os estrangeiros, palestram com eles e ajudam a fazer-lhes as honras da casa. Tecelagem de algodão é coisa a se acostumar; sabem quase todas fazer rendas mais ou menos comuns, e têm o hábito de trabalhar de cócoras em um pequeno estrado a mais ou menos a altura de um pé (cerca de vinte centímetros) acima do assoalho, a que atribuem à imitação dos índios. Encarece a influência do falar indígena, o que explica a penetração de inúmeras palavras não só na nomenclatura geográfica como na botânica. Salaria o desleixo com que se indumentam os habitantes e diz que os homens têm por veste uma calça de algodão, e uma camisa do mesmo tecido, deixando as fraldas de fora. As mulheres como as mineiras vestem camisas de algodão e uma simples saia indígena. Manifesta dúvidas quanto à proclamada antropofagia dos índios.

Ao penetrar no Espírito Santo vindo à cavalo da Corte, através da zona litorânea fluminense (de que a baixada do Espírito Santo não é mais um prolongamento

(A. Lamego), a primeira localidade em que pousou é a Vila de Itapemirim, localizada à margem direita do rio do mesmo nome.

Descreve a vila como um pequeno aglomerado de casas cobertas de palha, não se lhe afigurando mais que uma aldeia em 1811 elevada a vila, sendo contudo

cabeça de comarca judiciária apesar de não contar mais que umas setenta cabanas cobertas de palha. Sua principal produção era o açúcar, para o que dispunha de nove engenhos. O algodão se plantava para o próprio consumo, assim como o feijão, o arroz, a cebola, esta última exportada para Vitória e para a Côte.

Prosseguindo viagem margeando o mar, chegou até o povoado de Aghá, constituído de choças à beira da praia. transpôs o rio Piúma observando as três ilhotas que lhe vêm adiante, então como ainda hoje de escassa importância.

Aludindo à carência de população, diz que ali não ter encontrado mais do que algumas miseráveis choupanas habitadas por índios, quase todas contruídas com varas e folhas de palmeira entremeando-as umas que outras revestidas de barro. Refere-se à precária ponte de madeira construída sobre o rio, cabendo aqui observar que da mesma maneira era faz poucos anos.

Dali segue para Benevente (erigida em vila em 1795) nome que recebeu a antiga Reritigba, fundada pelos jesuítas em 1565. Havia então ali cerca de cem casas, cobertas umas de telha, outras de palha, sendo algumas delas de dois pavimentos. A agricultura era assás precária devido ao fundado receio de depredação do gentio.

A esse tempo começava a despontar o pequeno povoado de Iconha (só em 1938 elevado à cidade). Dali chegou a Meaipe (que ele grafa Meiaipe, diferentemente do Príncipe de Newvied, que, além de grafar de modo diverso, põe acento circunflexo na última sílaba (Miaipê). Era uma aldeia dependente da circunscrição de Guarapari. Esta, que recebeu fôros de vila em 1689, passou à cidade em 1891. Contava então pouco mais de trezentas casas e uma população calculada em 22.000 habitantes. Achou seu comércio superior ao de Itapemirim e de Benevente, predominado todavia a pobreza entre os seus moradores, cultivava - se aí a cana de açúcar, o algodão, o arroz, o feijão e a mandioca, mas apenas o suficiente para suprir as necessidades domésticas.

Pouco adiante visitou o Perocão, lugar, diz ele, que tira o seu nome de uma ribeira, cujas águas correm na vizinhança. Cumpre observar ser comum no Espírito Santo receberem as localidades a denominação do rio que as banha, mudando entretanto de denominação quando a localidade muda de nome, como no caso de Anchieta, que primitivamente se chamou Iriritigba, depois trocado para Benevente. Adiante visitou Una, que traduziu por "ribeira negra", o que não nos parece lá muito certo, porquanto, para ser ribeiro, se lhe deveria acrescentar um I, que se lhe acrescentou posteriormente, ficando a localidade conhecida por Iúna.

Passou - se dali a Ponta da Fruta (promotório situado ao sul da Baía do Espírito Santo), então uma aldeia insignificante com umas poucas cabanas esparsas

muito mal conservadas. Caminhando rumo a Vila Velha, visitou o sítio de Santinhos, no qual deveria pousar, e atingiu o ribeiro de Jecu, que, segundo ele, foi a pronúncia que ouviu (tal como no caso de Monte Mestre Alvaro, que preferiu grafar “Mestre Alvo” devido à pronúncia caipira que ouviu. A propósito convém observar que o Príncipe Newvied grafou “Mestre Alvaro”, e Luicu foi a grafia adotada pelo capitão-mór Mongeardino em sua “informação”, e Jecu é a grafia adotada por Milliet de Saint-Adolphe em seu Dicionário Geográfico do Império do Brasil. Diz que ali raramente se viaja por terra e o caminho único que leva à capital, desaparece inteiramente sob a erva que o cobre.

Atraído pelo pitoresco local, galgou uma colina de cujo cimo avistou a atraente baía de Vila Velha, o Monte Moreno, a Ilha do Boi, e os picos de Jucutuquara e do Mestre Álvaro; o Penedo, o Aríbiri, o Paul, a Ilha do Príncipe, a capital e por fim, Vitória estendendo-se entre a montanha e o mar...

- III -

A descrição que fez de Vitória mostra-nos a velha cidade tal como era à véspera da independência.

Estende-se a sua baía do Monte Moreno (que forma a ponta do Tagano) à ponta do Piraém (diz o doutor Adelpho Monjardim que a parte extrema do sul de Vitória é Santa Luzia (CF. Vitória física). Faz observar que a baía é realmente uma baía, como a do Rio de Janeiro e a do Salvador, e não o estuário do rio Santa Maria (o que está em desacordo com o que ensina o dr. Cícero Moraes em sua Geografia do Espírito Santo, pgs.12/15).

Entram aí os barcos por estreito canal confinado entre o Monte Moreno e a Ilha do Boi. Adiante avista-se o Morro de Jaburuna (que deriva de Jabira, certo gênero de pássaro, e una, sufixo de proveniência indígena que significa preto ou escuro, antigamente apelidado Jabiuruna).

Fala a seguir da passagem de Maruípe, do nome de um rio que deságua ao norte das ilhas dos Frades, constituindo com sua águas o Lameirão, do Forte de São João, ladeado pelo Pão de Açúcar (hodiernamente Penedo), notando-se que Pão de Açúcar é nome genérico de monte granítico afunilado, e da Ilha do Príncipe, com seu depósito de pólvora.

A Vila construída a sudoeste da Ilha de Duarte de Lemos e do lado ocidental da baía, ocupava de modo especial a parte alta, sendo muito pitoresca e coberta de florestas, daí se descortinando a cordilheira da Serra do Mar.

As ruas eram estreitas, irregulares e mal calçadas. “Em contraste com as casas abandonadas ou semi abandonadas, como na maioria das cidades mineiras,

dedicadas à agricultura e ao comércio regularmente estabelecido, os habitantes da Vila da Vitória não estão sujeitos aos revezes dos cavadores de ouro, e não têm motivo para abandonar a terra natal. Cuidam bem de preparar e embelezar suas casas (apreciação que se nos afigura de todo inverídica, mormente da parte de quem, como ele, percorreu Vila Rica, Diamantina, o Sêrro e outras). Considerável número delas têm um ou dois andares. Algumas têm janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa.

A esse tempo não possuía cáis nem dispunha de praça. Existiam aí algumas fontes públicas, que também não concorrem para embelezar a cidade, mas, pelo menos, fornece aos habitantes água de excelente qualidade”.

As igrejas eram nove, sendo a paroquial muito grande, porém vulgar. Dois conventos: O dos Carmelitas e o de S. Francisco, este último notável apenas por sua localização, e o primeiro por haver servido de quartel por um certo tempo. As imagens de sua igreja, - diz Saint Hilaire -, são as mais feias que até hoje vi. Falando desses religiosos acentua que, “animados do mesmo espírito da maioria dos brasileiros, só pensam em fazer dinheiro de tudo, destroem as matas e apenas deixarão aos seus sucessores terras inúteis”.

O que mais lhe agradou em Vitória foi o palácio do governo. “O mais belo adorno da capital - le plus bel ornement de la capitale d’Esprit S’aint est sans contredit l’ancien convent des Jésuites, aujourd’hui le palais du gouverneur”. O edifício, como se sabe, passou por diversas transformações, datando a principal delas da época de Jerônimo Monteiro (1908-1912). Pode - se ver essa evolução no famoso e bem fundamentado livro do saudoso Dr. Luiz Derenzi (História do Palácio Anchieta, Rio, 1971). Calculou a população da capital em 4.245, sendo um terço de escravos e um quarto de brancos. Fez considerações sobre o comércio da vila, os hábitos do povo no concernente à agricultura, à plantação de mandioca, arroz e algodão, que são “As plantas que mais ocupam os colonos do Espírito Santo, de modo especial em Vitória”.

Do algodão faziam tecidos grossos que, exportavam, como também exportavam arroz. O local onde é hoje “Goiabeiras”, no qual se construiu o aeroporto de Vitória, era outrora filiado à freguesia de Carapina, e contava nessa época alguns poucos habitantes que se ocupavam com a fabricação de tachos para o preparo da farinha de mandioca. Não foi bem sucedida a cultura do trigo no período colonial.

Os transportes faziam - se por terra através de tropas constituídas de cavalos e não burros, como é comum, e tal fato, singular na época, não deixou de chamar a atenção do sábio.

Observou também o desinteresse pela criação de porcos, justificadas pelos

agropecuáristas de então, ser tal criação inconveniente como prejudicial à plantação de mandioca.

O personagem que na Capitania particularmente o impressionou foi o Capitão-mór Francisco Pinto Homem de Azevedo. Proprietário de grande habitação em Jucutuquara, para o qual trouxera da corte carta de apresentação. A residência de Jucutuquara estava de localização a mais agradável. Era grande e regular e erguia-se à meia encosta sobre o monte coberto de ervas rasteiras. Em frente a esta estendia-se um vale cortado por um regato ladeado de montanhas cobertas de mato, a mais notável das quais era o que dá nome à própria habitação.

O Capitão-mór herdara essa propriedade de um tio. SAINT-HILAIRE o enaltece inclusive pelo espírito humanitário.

Ao ser eleito em 1824 o Conselho Provincial constituído de seis membros, dele fez parte como o principal. Fôra no ano anterior escolhido vice presidente da província, tendo sido o primeiro a ocupá-la em substituição ao primeiro presidente Ignácio Accioli de Vasconcelos, assim como seu sucessor, o Visconde da Vila Real da Praia Grande, entre 1829 e 1830. Desempenhou ainda a presidência em 1835, 1836, 1842 e 1844. Em 1838 reuniu-se a primeira Assembléia Legislativa colonial, criada pelo Ato Adicional em 12 de Agosto de 1834, e Capitão-mór Francisco Pinto eleito para integrá-la. Era sogro de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, e avô materno do Barão de Monjardim que dele herdou a Fazenda de Jucutuquara, em cuja casa se instituiu o museu de Arte e de História do Espírito Santo.

Faleceu em 20 de dezembro de 1846 ao tempo em que presidia a província o Dr. Luíz Pedreira do Couto Ferraz, depois Barão e visconde de Bom Retiro.

- IV -

Contrariamente ao que lhe aconselhava o governador, quanto ao seu propósito de visitar o Rio Doce, dizendo-lhe: “O Rio Doce é um inferno!” levado pela sua inelutável curiosidade, Saint-Hilaire para lá se dirigiu. O itinerário seguido na ocasião continua sendo o mesmo de hoje. De Vitória foi à Serra, dominada pelo Monte Mestre Álvaro (que ele grafa com a pronúncia caipira que então ouviu - Mestre Alvo), passando por Caraipe (palavra cujo sentido interpretou como “Caminho dos Mágicos”, ou “Um dos homens brancos”. Dali à vila dos Reis Magos (depois Nova Almeida), Aldeia Velha, posteriormente Santa Cruz e por fim Aracruz), quartel do Riacho e afinal a Regência, na foz do Rio Doce.

Estranhou a queima das matas para dar lugar às plantações, processo ainda hoje usual, sem menor atenção à ecologia. Estudou a vegetação local, como

fazia por todas as localidades por onde passava, o que lhe permitiu organizar importante herbário com trinta mil diferentes espécies recolhidos em suas viagens. Caraípe (grafia atual - Jacareipe) era por essa época aldeia composta de algumas casas muito distantes umas das outras e deve o seu nome a um rio que por ali corre. Passou-se a seguir a seguir à Vila de Almeida, quase totalmente constituída pelos índios civilizados, havendo sido fundada pelos Jesuítas em 1857, quando já era conhecida a VILA NOVA, donde: Vila Nova de Almeida, e afinal Reis Magos. A denominação anterior era Aldeia Nova, em oposição à Aldeia Velha, esta posteriormente Santa Cruz e atual Aracruz. “Está situada, diz Saint-Hilaire, na embocadura de um rio (rio Jacaraípe) numa colina que apresenta no topo um larga plataforma, dominando vasta extensão do mar.

O Rio Reis Magos recebeu a denominação da Vila. Os moradores, a princípio apenas índios, exprimiam-se na língua materna, sendo-lhes vedado falar em português, o que não deixa de ser curioso. Mais tarde foi proibida a fala indígena devido a seu influxo sobre o idioma vernáculo.

Os Jesuítas usavam a música - diz ele - para atrair os índios, e esses aprendiam-na com grande facilidade. Após a supressão da ordem, ficaram os índios abandonados, desertaram do local, sendo distribuídas as sesmarias por eles ocupadas com os lusitanos que para ali vieram.

A aldeia na época dos padres deveria contar com um população de 3.700 índios. Estendia-se o seu território até o Rio Doce, na qual se fundou o povoado de Santa Cruz de Linhares, cujo primitivo nome foi Quartel de Linhares. Não passava este de tosca choupana, que abrigava duas ou três praças de linha, incumbidas da vigilância dos caminhos. Observa que os silvícolas demonstraram possuir mais imaginação e presença de espírito que os demais habitantes. Eram porém impacientes e imediatistas. O idioma por eles usado era o que os Jesuítas denominaram “língua geral”, e os indianistas “tupi”, elaboraram um vocabulário e uma gramática, esta de autoria do Padre Anchieta.

Deixando a Vila Nova de Almeida, foi Saint-Hilaire até Aldeia Velha (Aracruz). “Este lugarejo - informa - compõe-se de choupanas construídas em sua maioria na foz do Rio Aldeia Velha e em sua margem meridional. É habitada por índios civilizados, que vivem da pesca e do produto de algumas terras que ali cultivam. O rio é formado pela junção de dois córregos: O Piraquê-mirim, procedente do sudoeste, e o Piraquêassu, que vem do noroeste (Serra da Lombardia). Interpreta esta denominação com o sentido de “boesque de peixes”. Observe que ali se fabricava cal com ostras acumuladas em ostreiras ou sambaquis. Encontrou aí um posto militar com quatro índios, que se revejavam na vigilância da estrada de oito em oito horas.

Dirigiu-se depois ao quartel do Riacho, que não passava de uma cabana que alojava quatro soldados, seguindo o rumo até Vila de Linhares, anotando que, “do Riacho ou Campo do Riacho até a embocadura do Rio Doce não se encontra água nem casas”.

O aspecto do Quartel da Regência, que era o fim desse longa marcha - relata ele - não me alegrou. É uma grande cabana isolada, edificada no meio da areia pouco à quem da embocadura do Rio Doce, de onde se descortina o mar. Ali se escuta sem cessar o estrondo das ondas. Para o oeste a vista é limitada por florestas imensas e para o norte se vislumbra entre as brenhas o rio cuja margem norte é de sua vez recoberta de matas. Relata que o estabelecimento desses postos (Regência e Linhares) data do tempo do governador Silva Pontes. “E antes dessa época toda comunicação por terra entre a Vila Nova e embocadura do rio Doce, ou, se quiser, entre as províncias de Porto Seguro e da Bahia, devia ser impossível. É preciso então reconheceu que a administração de Silva Pontes em geral tão cruel foi sobre esse aspecto útil a essa região”.

- V -

Chegando ao Rio Doce, região que descreve em traços gerais, observa que o Porto do Souza, no qual se localizada uma guarnição militar era o último pertencente ao Espírito Santo. Próximo demorava a confluência do rio Guandu, que nasce, diz ele, na montanha chamada Serra da Costa (sabemos ser hoje a Serra do Castelo) e, do lado sul, lançava-se no Rio Doce, servindo com a Ilha da Esperança, de limite entre Minas Gerais e o Espírito Santo.

Curioso é que observando as origens do Rio Doce, foi o único que se aproximou da verdade, estando erradas todas que asseveram seu nascimento no contraforte da Serra da Mantiqueira, uma vez que se forma logo abaixo de Ponte Nova, no local denominado Xopotó, na confluência do rio Ipiranga com o Carmo, após haver este recebido os Gualachos do norte e do sul na altura de Barra Longa.

Em seguida refere-se às Escadinhas, corredeiras hoje desaparecidas após a construção da barragem da Usina Hidro-Elétrica de Mascarenhas. A confluência do rio Manhuaçu (então chamado Moemaçu). Ao rio Cuieté (ou Cuiaté). Às cachoeiras de Manguari e Escura. aos rios Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno, Correntes e Santo Antônio, enfim à região mineira banhada pelo Rio Doce.

Os mineiros - relata - desciam o rio Doce em pirogas (obviamente depois das Escadinhas) para virem mercadejar em Linhares. Pouco depois o governo fazia concessões a uma companhia constituída com o fim de promover a navegação desse rio, o que redundou em fracasso. Observava que, “quase na foz as águas são

muito doces e podem ser bebidas,” mas que até ali chegam os resíduos da minerações de Minas. Louva a fertilidade das terras fronteiriças à foz do rio e acentua que a sua insalubridade é devida às febres ali comuns.

Em Linhares visitou a “Fazenda da Bom Jardim” pertencente ao falecido João Felipe Calmon fundador da localidade, a quem conhecera na Côte.

O povoado constituía-se de choupanas e, apesar disso, fôra oito anos antes elevado a vila e a paróquia. Estava, como toda região espíritosantense, subordinada ao bispado do Rio de Janeiro, tendo recebido a visita do Bispo-capelão-mór da diocese - Dom José Caetano da Silva Coutinho, que viera do reino após a vinda da família real para o Brasil.

A plantação de mandioca era aí a mais comum e os habitantes muito pobres à exceção de João Felipe. A vila foi fundada por iniciativa do conde de Linhares, donde haver recebido o seu nome, com a finalidade de estabelecer um intercâmbio entre Minas e Espírito Santo. Tovar nesse tempo governador da Capitania, querendo secundar as intenções do ministro, cuidou de interessar a agricultura da província para que os agricultores ali chegados se estabelecessem às margens do Rio Doce. João Felipe Calmon foi o único que atendeu ao convite. Homem empreendedor vendeu as possessões que possuía na Vila de Itapemirim e foi para Linhares com toda família. Chegando às margens do rio para aí formar um estabelecimento o terreno que fica deante da Vila de Linhares.

Seu exemplo, todavia, não seduziu ninguém. Imaginavam as margens do rio Doce como uma região pavorosa onde se era atacado por doenças perigosas e onde sem cessar se corria o risco de ser massacrado pelos Botucudos. Desesperando de vir povoar Linhares, a administração enviou para lá camponeses espanhóis que tinham vindo das ilhas Canárias para chegar a Montevidéo e naufragaram perto de Vitória. Perdoou-se também desertores sob a condição de se fixarem no lugarejo. Alguns aventureiros e mulheres de má vida e ainda índios que fugiam das perseguições do governador juntaram-se a este núcleo e eis o que forma hoje (1818) a população de Linhares.

O governador Rubim, levado por intrigas obscuras, comuns entre os brasileiros - acentua Saint-Hilaire - perseguiu João Felipe que, devido a isso, foi até a Côte pedir justiça, morrendo ali sem nada conseguir.

Visitando a lagoa Juparanã descreve-lhe as origens que se devem a um córrego da qual a nascente não é conhecida (trata-se, sabemos hoje do rio São José).

Na INFORMAÇÃO de Mongeardino (1790) lê-se a grafia Jeruperanan.

“É muito abundante em peixe - prossegue - como as suas margens são de caça, principalmente em muitas pescarias e crocodilos (jacarés, certamente a espécie

mais comum - de papo amarelo -), que têm o nome científico de Caiman de Tirostris. Os habitantes de Linhares vão constantemente caçar e pescar nessa região, mas não fizeram ainda qualquer derrubada nas margens do lago. Dia virá em que elas se animarão com a presença do homem e se embelezarão com numerosas habitações; então esse lugar será por certo um dos mais belos do império do Brasil.”.

Explica que Juparanã provém da língua geral - Ju, espinho, dardo e paranã - Mar grande, água, mar de espinhos. Distingue as duas lagoas do mesmo nome: Juparanã e Juparanã-mirim, esta de menor porte - “mirim”. Diz que, por ocasião das chuvas a lagoa transborda e vão as águas desaguar no oceano em um lugar chamado Barra Seca (denominação esta vulgar para os rios do Espírito Santo)...

Visitou em seguida o Quartel de Combóio, nome também de um riacho e de pequeno cabo situado entre as barras do rio Riacho e do Rio Doce. Mais adiante a Ilha do Lameirão, a Aldeia do Piriquiaçu e as montanhas de Taguatiba e Araçatiba. Por fim a vila de Viana ou Santo Agostinho, que sete ou oito anos antes não possuía duas ou três cabanas e tira seu nome do intendente Geral da Política e Desembargador do Paço - Paulo Fernandes Viana a quem se deve a remessa de casais açorianos para povoar a região. Parou por fim em Vila Velha, que qualifica de “aldeiamento constituído de quase exclusivamente cabanas semi arruinadas (obra de quarenta casas cobertas de palha - diz Milliel se Saint-Adolphe em 1863). O termo de sua viagem ao Espírito Santo foi uma excursão ao Convento da Penha, cujas origens descreve. Dos cimos do monte sobre o qual se assenta o santuário deslumbrou-se com o panorama contemplando extasiado o oceano largo, a baía encantadora, as ilhas, o monte Moreno, guardião da cidade com uma ponta avançando pelo mar em fora e entre os dois montes o Riberão da Costa cujas águas, após serpearem por baixos arenosos, desaparecem no oceano...

ITÁLIA

CINQÜENTENÁRIO DO

REGIME REPUBLICANO

Prof. Mário Bozano

ITÁLIA CINQUENTENÁRIO DO REGIME REPUBLICANO

(*) *Mário Bonzano*

No dia 2 de junho do corrente ano, comemorou-se o cinquentenário do regime republicano na Itália.

A adoção deste regime marcou o fim da dinastia da Casa de Savóia, a mais antiga da Europa cuja origem remonta aos primórdios do ano 1000, sendo um dos primeiros membros o conde Humberto Biancamano.

Em se tratando de um país, cuja história, até o regime republicano, está profundamente ligado à civilização de outros povos, vale a pena, embora rapidamente, recordar, inicialmente, os principais acontecimentos que se desenvolveram durante vários séculos.

Roma, cidade eterna, capital da nova república, foi o centro de uma das mais brilhantes civilizações, a princípio em toda a península e em seguida atingiu todo o mundo conhecido daquela época.

Historiadores como Tito Lívio, César, Tácito, poetas como Tibulo, Horácio e Virgílio cooperaram para criar o espírito de nacionalidade em toda a península.

Na primeira época da fase imperial, a cultura romana se estendeu a todos os países do Mediterrâneo.

A queda do império atingiu facilmente todas as províncias, mas só marcou o fim de um estado, não de uma civilização.

Os bárbaros destruíram uma unidade política, mas acabaram sendo dominados pela civilização peninsular, a tal ponto que o imperador dos francos Carlos Magno fez questão de ser coroado pelo Papa Leão III, no ano 800, na Igreja de São Pedro.

Com seus sucessores inaugurou-se um novo regime o "FEUDALISMO".

A península italiana fragmentou-se politicamente. Mas aquela nobreza que vivia em castelos estrategicamente situados, unia-se quando ameaças externas punham em perigo o espírito de sua nacionalidade.

Cidades denominadas marinheiras, como Gênova, Veneza e Amalfi passaram a ser o elo entre o Ocidente e o Oriente.

As cruzadas que se seguiram, cuja finalidade parecia unicamente religiosa, deram grande incentivo às relações comerciais.

A renovação econômica e cultural teve início nos séculos XI e XII, e alcançou mais força nos séculos seguintes. Assim no norte e centro da Itália uma nova organização tomou vulto: eram as Comunas, ou seja cidades livres que se

(*) Membro do IHGES. Historiador, escritor e ex-professor da UFES.

destacaram pelo seu importante desenvolvimento comercial e industrial.

E, para melhor se defenderem das ameaças externas, transformaram-se em "SENHORIA", sendo o poder confiado a um senhor que governava como príncipe absoluto.

Ganharam fama os Visconti e Sforza de Milão, os Médici de Florença, os Gonzaga de Mântua e os Savoia no Piemonte, que tanta importância viriam a ter nos destinos da Itália, nos séculos posteriores, pois lhes coube a reunificação da mesma, e a governaram até 1946, quando, através de plebiscito, foi implantado o regime republicano cujo cinquentenário comemoramos no corrente ano.

De maneira geral, enquanto os séculos XIV e XV foram uma época de crises, para a Itália foram um período de grande brilho material e intelectual.

O invento do papel e imprensa deu-lhe uma extraordinária força na difusão da cultura.

O desejo de redescobrir os tesouros das artes e do pensamento que o mundo clássico esquecera, fizeram com que o interesse pelas "Humanae litterae" surgisse a época denominada HUMANISMO, que foi a verdadeira alma do Renascimento.

A Itália passou a ser o grande farol que iluminou a Europa durante três séculos.

Depois da metade do século XVIII, a situação política italiana sofreu a intervenção de três dinastias estrangeiras, que a dominaram até o século XIX.

Coube ao Duque de Savóia Amadeu II o título de rei do Piemonte e Sardenha, que aumentou seu prestígio, procurando, desta maneira, dar um cunho cada vez mais italiano ao seu governo, partindo daí no século passado o movimento unificador, que seria denominado RISSORGIMENTO.

Napoleão sonhara transformar a península italiana num país único, politicamente unido, sob a forma republicana.

Mas, após sua queda, o Congresso de Viena, desconhecendo que a Itália era habitada em sua maior parte por uma raça só, usando a mesma língua e tendo os mesmos costumes, dividiu a península de acordo com interesses dinásticos de duvidosa origem, em estados e ducados.

Tal divisão, todavia, não teve longa duração.

Patriotas como Mazzini, e Garibaldi deram início ao movimento unificador.

Coube, entretanto, ao rei do Piemonte e Sardenha Carlos Alberto de Savoia o início efetivo da luta pela unificação em 1848.

Frustrado em sua tentativa, o filho Vitor Emanuel II conseguiu concretizar grande parte da unificação italiana.

Merece destaque especial a atuação do grande patriota José Garibaldi, que atuou em terras brasileiras por ocasião da Guerra dos Farrapos. Merece uma referência especial a corajosa atuação de sua esposa ANITA GARIBALDI, catarinense, que o acompanhou em todas as lutas travadas pelo marido na Itália. Sua morte deu-se em, condições trágicas por ocasião de uma perseguição movida por tropas inimigas.

Era o primeiro sangue brasileiro derramado em solo italiano na luta pela independência. Mais tarde outros brasileiros componentes da gloriosa FEB, repetiram o grande feito ao lutarem para libertar o solo italiano do domínio nazista.

Em 1860 o mesmo Garibaldi organizou a famosa expedição denominada EXPEDIÇÃO DOS MIL que conquistou o Reino das Duas Sicílias, que, em seguida foi anexado pelo Reino do Piemonte e Sardenha.

Com a anexação da Lombardia, dos Ducados de Parma, Modena e Toscana parte dos Estados Pontifícios, e agora do Reino das Duas Sicílias, era oficialmente proclamado, em 1861 o Reino Italiano, sendo transferida a capital para Florença.

Faltava, ainda a total anexação dos estados pontifícios e sua capital Roma.

Vale lembrar que desde Carlos Magno, há mais de mil anos atrás, os Papas além do poder religioso tinham o poder temporal denominado Patrimônio de São Pedro.

Mas a unidade italiana exigia também a posse de Roma, que seria a capital, segundo seu destino histórico, de toda a Itália unificada.

Mas questões religiosas e a presença de um pequeno contingente francês dificultavam a suspirada anexação.

Em 1870, todavia, quando as atenções européias eram totalmente voltadas para a guerra franco-prussiana, no dia 20 de setembro era finalmente ocupada a capital papal, juntamente com o que ainda restava dos antigos estados pontifícios.

Roma tornava-se finalmente capital da Itália, do novo reino.

Tal ocupação deu origem à famosa "QUESTÃO ROMANA", que teve seu feliz desfecho em 1929, durante o governo fascista de Benedito Mussolini, com a criação da Cidade-Estado do Vaticano, estado esse totalmente autônomo, medindo menos de 44 hectares quadrados, encaixado dentro da própria capital romana. O lema adotado era Livre Igreja em Livre Estado.

Faltavam ainda algumas regiões no norte da Itália para completar a unidade política do país. Isto aconteceu com a participação do mesmo na primeira Guerra mundial.

Finalmente após a queda do Império Romano em 476 DC, a Itália voltava a se reunir e formar um estado, uma nação.

Terminada a Grande Guerra, desordens políticas assolaram todo o país,

havendo séria ameaça de implantação do regime comunista.

Para enfrentar tal situação, em Milão, no ano de 1919 era fundado por Benito Mussolini o Partido Fascista que tomou o poder em outubro de 1922, após a chamada Marcha sobre Roma dos seus camisas pretas, vindos de toda a Itália.

Cooperou para a implantação do novo regime, não só a situação, econômica do país, mas a frustração resultante do tratamento dado à Itália pelos antigos aliados franceses e ingleses.

Assim, aos poucos, a Itália se aproximou da Alemanha Nazista.

E, como primeira consequência, em 1936 era criado o famoso Eixo Roma Berlim. E, em 1939, era assinado o PACTO DE AÇO que aproximou definitivamente a ditadura fascista à Ditadura Nazista.

Era o prelúdio do início da Segunda Guerra Mundial, o que aconteceu em 1º de setembro de 1939.

A Itália mal preparada, dispondo de um armamento obsoleto e sem qualquer entusiasmo, vale lembrar que muitos altos oficiais tinham combatido contra o atual aliado, não conseguiu as retumbantes vitórias prometidas pelo fascismo.

Em julho de 1943 foi deposto Mussolini e formado um novo governo que durou até fevereiro de 1944, quando foi assinado o armistício com os aliados.

Enquanto aconteciam tais fatos os aliados tinham desembarcado em território italiano.

Os alemães não se conformando com tal situação, assumiram o governo de boa parte da Itália.

No dia 13 de outubro a Itália entrou oficialmente no conflito contra a Alemanha.

Mussolini que fora libertado pelos alemães, fundou no norte da Itália a República de Saló.

Mas a inexorável ação dos aliados levou a Alemanha a se render enquanto Mussolini ao tentar fugir para a Suíça, foi aprisionado e fuzilado no dia 28 de abril de 1945.

Em junho de 1944 o rei Vítor Emanuel III tentou salvar a monarquia nomeando o filho Humberto como Lugar-Tenente do Reino.

Terminado o conflito, no dia 10 de fevereiro de 1947 era assinado o tratado de paz, que foi sumamente oneroso para a Itália.

Não podemos esquecer a ativa participação da Força Expedicionária brasileira - FEB - que ao lado dos aliados lutou para que a Itália não só se livrasse do nazifascismo, mas para que fosse restabelecida a democracia na península.

Vale lembrar, ainda, que durante a permanência na Itália, os nossos

pracinhas souberam conquistar não somente a admiração, mas a amizade do povo, que reconhecia os sacrifícios a que se tinham submetido para que voltasse a viver dignamente num regime democrático.

REPÚBLICA ITALIANA

No dia 25 de julho de 1944, nove meses após a assinatura do armistício, depois da renúncia do Rei Vitor Emanuel III, o Lugar Tenente Geral do Reino, na cidade de Nápoles, emitiu um decreto que dizia: depois da liberação do solo italiano, as formas institucionais serão escolhidas pelo povo italiano, que elegerá, com sufrágio universal, direto e secreto uma Assembléia Constituinte, que dará à Itália uma nova Constituição.

Tal decreto era uma espécie de elo entre o estado unitário, criado em 1861, com a formação do Reino da Itália, e o que ia renascendo sobre novas bases democráticas, das ruínas da Segunda Guerra Mundial.

Perante a nova situação o povo italiano soube mostrar grande prudência e maturidade. Foi um fato realmente extraordinário, pois a mudança radical das instituições se deu de forma pacífica, e democrática, apesar de serem as circunstâncias de fato excepcionais.

Na lenta e difícil obra de reconstrução política e material do estado que foi levada nesta fase, o primeiro organismo com representação popular foi a CONSULTA NACIONAL (abril de 1946), cuja missão era a de redigir as normas para a eleição da Assembléia Constituinte que fixaria as normas necessárias para um REFERENDUM, pelo qual o povo italiano deveria se manifestar na escolha entre a República e Monarquia.

As novas diretrizes foram aprovadas por um decreto do Lugar-Tenente em 16 de março de 1946, sendo fixada a data de 2 de junho de 1946, para a escolha do sistema institucional e para a eleição dos deputados da Assembléia Constituinte.

A consulta popular, por 12.717.923, contra 10.719.284, escolheu o regime republicano.

E, por ironia do destino, Umberto II de Savoia que no dia 9 de maio do mesmo ano tinha tomado o título do Rei da Itália, viu-se forçado a abandonar o território nacional.

A Assembléia Constituinte reuniu-se no dia 25 de junho para eleger um chefe de estado provisório, tendo sido escolhido Enrico de Nicola, que fora presidente da Câmara de 1920 a 1924, ano em que o Fascismo passou a dominar toda a vida política da Itália.

Em seguida foi eleito um Comitê Composto de 75 deputados, em que

estavam representados todos os partidos e os movimentos políticos, encarregado de preparar o anteprojeto da constituição.

O plano foi apresentado à Assembléia Constituinte no dia 31 de janeiro de 1947, sendo definitivamente aprovado. Dos 515 deputados, 453 votaram a favor.

A Constituição da República foi promulgada em 27 de dezembro de 1947 pelo chefe do Estado e entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1948.

Os trabalhos se tinham prolongado até o dia 31 de janeiro para discutir os estatutos regionais e a nova lei eleitoral.

O primeiro parlamento da República foi eleito no dia 18 de abril de 1948.

ORGANIZAÇÃO DA REPÚBLICA

O Presidente é eleito, em sessão conjunta da Câmara de Deputados e Senadores e por três delegados de cada região autônoma, sendo necessária uma maioria de 2/3, após a terceira votação, será considerado eleito quem obtiver a maioria absoluta.

A idade mínima exigida é de 50 anos, e a duração do mandato é de sete anos.

Os Senadores são eleitos proporcionalmente ao número de habitantes de cada região (20, sendo no mínimo 7 por região).

O número de senadores elegíveis é de 315 e a idade mínima exigida para ser eleito é de 40 anos.

Os Presidentes da República, ao término de seu mandato, têm direito ao cargo de senador vitalício, e durante o mandato presidencial podem nomear 5 senadores também vitalícios, escolhidos entre cidadãos de mérito no campo social, científico, artístico e literário.

A Câmara de Deputados conta com 630 membros, eleitos proporcionalmente ao número de habitantes de cada região, sendo a idade mínima para ser eleito de 25 anos.

Ao lado destes poderes existe também um Tribunal Constitucional, cuja missão precípua é a de verificar a legitimidade das Leis emanadas pelo Parlamento e garantir a inviolabilidade da Carta Magna.

Pela sua atribuição, fica acima dos três poderes fundamentais do estado ou seja Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Tribunal Constitucional é composto por 15 membros, dos quais 5 são nomeados pelo Presidente, 5 são eleitos conjuntamente pelo Senado e Câmara e 5 pela alta Magistratura do Estado.

A duração do mandato é de 9 anos, sendo inelegíveis para novo mandato imediato.

Administrativamente a República Italiana se divide em regiões, 20 ao todo, sendo 5 regidas por certas condições de autonomia.

Estas cinco são: Trentino-Alto Ádige, Valle d'Aosta, Friuli-Venezia Giulia, Sicília e Sardenha.

É interessante lembrar, ainda, que além das 20 regiões em que se divide a Itália, existem em seu território dois estados totalmente autônomos; a República de S. Marino e a Cidade Estado do Vaticano.

San Marino é uma das mais antigas repúblicas, tendo sido fundada em 301 DC, tem 61 KM quadrados e 20.000 mil habitantes.

Segundo a tradição teria sido fundada por um pedreiro que fugiu da Dalmácia por motivos religiosos, e governada por dois Capitães Gerais e possui um Conselho Consultivo de 50 membros que exercem o poder legislativo.

A cidade Estado do Vaticano, cuja superfície é somente de 44 hectômetros quadrados, foi fundada em 1929 pelo Pacto Lateranense, e é a sede do Sumo Pontífice, chefe do catolicismo mundial.

Considerações finais.

Ao Comemorar seu cinquentenário do regime republicano, a Itália com toda razão, mesmo não sendo uma grande potência (figura entre os sete países do mundo tidos como mais ricos) deve sentir orgulho pela sua grande participação na evolução civilizadora mundial.

Convém lembrar que em 1949 entrou na Aliança Atlântica, em dezembro de 1955 foi admitida na ONU, em março de 1947 com outras cinco nações passou a fazer parte do Mercado Comum Europeu e da Comunidade para a Energia Atômica.

No quadro da Aliança Atlântica a Itália recebeu a mais ampla cooperação, sendo respeitados os compromissos políticos e militares.

Em 1965, o Ministro dos Negócios Estrangeiros foi eleito presidente da XX Assembléia Geral das Nações Unidas.

A cultura romana na antiguidade, a grande influência das universidades italianas e o espírito cavalheiresco da Idade Média, o incomparável espírito renascentista, admirável movimento intelectual estético e social da Idade Moderna e a evolução em todas as modalidades científicas, literárias e artísticas da idade contemporânea, tiveram sem dúvida uma participação italiana valiosa, que sempre cooperou e coopera pelo engrandecimento e aprimoramento de toda a humanidade.

Este cinquentenário do regime republicano italiano, será sem dúvida, o

pedestal sobre o qual se ergue o farol que em todos os recantos continuará a iluminar a humanidade.

Será, ainda, aquela força oriunda de um regime democrático, onde a dignidade humana encontrará sempre sua verdadeira expressão.

Vitória, 25 de setembro de 1996.

Prof. Mário Bonzano

Instituto Histórico e Geográfico do Esp. Santo

RECORDAÇÕES DE VILA VELHA

Carmen Schneider Guimarães ()*

Eram duas as lanchas que faziam a travessia da baía de Vitória para o terminal de bondes da C.C.B.F.E., em Paul: Santa Cecília, menor, de popa arredondada, e a Elizabeth, bem mais confortável. Os catraieiros ficavam por perto, aguardando a chegada de algum retardatário, e com remadas vigorosas, levavam-no até o continente, a tempo de pegar o elétrico. Entremeando "aras" e "itas", na atracagem do porto, embarcações movimentavam-se, nas lombadas das ondas.

Os bondes partiam totalmente lotados para Vila Velha e vice-versa, mantendo acoplados atrás de si um "reboque", também repleto de passageiros.

Estudantes, operários, funcionários públicos, donas de casa, profissionais liberais, todos, sem exceção, usavam o transporte coletivo da época, já que a estrada de rodagem encontrava-se em precárias condições de tráfego, e eram poucos os proprietários de veículos em Vila Velha.

Os estudantes, donos da euforia de uma juventude sadia e alegre, com seu espírito brincalhão, utilizavam-se das iniciais da companhia Central Brasileira Força Elétrica para tachá-la de Companhia Carro de Bois Fingindo Eletricidade, ou ainda, maliciosamente: Comprei Cachaça Bebi Fiquei Embriagado. Companheiros de viagem eram os "reclames" do Rhum Creosotado (com os famosos versos) e da Lugolina (com as quatro moças fazendo a mímica labial das sílabas) assim como os dos cigarros Astória, Yolanda, Belmont e Liberty. Se houvesse radinho de pilha, com certeza, estaríamos ouvindo as marchinhas carnavalescas que ainda hoje fazem sucesso, ou a melodiosa voz do Chico Alves.

O motorista, o condutor e o fiscal eram elementos com quem contracenávamos nas repetidas viagens diárias, por vezes em número de quatro (idas e vindas). Viagens, sim! Levava-se, de uma a uma hora e meia no percurso. Os passageiros excedentes equilibravam-se nos estribos, uns sobre os outros, os famosos "pingentes". Quem mais sofria, além destes, eram os pobres trocadores, chamados curiosamente de "condutores". Gente boa, na maioria das vezes, gracejando e dizendo com alegria: "Faz favor, faz favor!" repetidos incansavelmente em sua lida cotidiana, enquanto abriam e fechavam os dedos, fazendo tinir as moedas na palma da mão, já que as notas eram dobradas e prensadas entre os dedos. A passagem custava 300 réis no bonde e no reboque, 100 réis. A companhia, acionada a todo minuto, azucrinava o motorista, com os passageiros. descendo e subindo nas paradas conhecidas. Alarico acelerava o bonde, e com o pé "buzinava" uma sineta com batidas fortes, rompendo a distância, sempre muito

(*) Escritora capixaba, residente em Belo Horizonte

bem humorado. Passava pelo Garrido, pelo "Corte" pelas pontes (onde Otávio Schneider havia salvo uma segunda vítima de afogamento, atirando-se lá de cima ao caudal marinho, já que a primeira tinha sido na Barrinha, em Piratininga), Cobi, o Atahyde, Cavalieri, Aribiri, José Azevedo Vereza (duas vezes Prefeito de Vila Velha), Rômulo Serrano (Inspetor da Alfândega), Maria Elisa Vereza Coutinho, Diretora da Escola Pública; o cruzamento de bondes, com dona Mercedes e "seu" Albert Galdio, agente da estação. A Glória, a Fábrica (por causa de uma primitiva, fábrica do Governo) com os Vieira descendo e indo a pé para a Bizarria, do Mineiro; Jaburuna, Freitas. Finalmente, o ponto do Dr. Ernesto Guimarães. Estávamos em Vila Velha. A bomba de gasolina do Antenor Braga, onde o fordeco 29 de nosso pai (ford bigode) era abastecido, para os passeios às praias, especialmente à Sereia, na Praia da Costa, e puxadas de rede de arrasto, em Itapoã. Às vezes, íamos à Barra do Jucu (atravessávamos a ponte da Madalena rezando, com as rodas do carro em duas tábuas lustrosas, fixadas sobre mourões encarrilados); e ainda, à Ponta da Fruta, de praias firmes, com areia socada (onde a fubica rodava tal qual os "bugres" hoje) . A rua Cel. Sodré, Presidente Lima, a Praça, ainda sem a Prefeitura, situada esta, na Luciano das Neves, fronteira à Praça Duque de Caxias, seguida do prédio novo do Grupo Escolar "Vasco F. Coutinho", na reta para a Toca (de memoráveis enchentes), saída para a Barra do Jucu (com Gil Bernardes no caminho, os Setúbal, os Oliveira Santos).

Para que o bonde não seguisse em frente até a Praia da Costa e Itapoã, os trilhos viravam à esquerda, uma curva quase em ângulo reto, entrando na Luciano das Neves, estridentemente anunciado.

Freitas Lima; Clara, "seu" Carlos e Ana Lora, bem na esquina; os Aguiar, Otávio Schneider, na Henrique Moscoso; os Lofego, os Duarte, os Laranja, os Lyrio, os Leão, os Bezerra; o prédio do atual Colégio das Freiras (sem muros, desabitado, onde íamos furta-jamelões nas grimpas das árvores).

Divertiamos-nos, trocando figurinhas das famosas "Balas Holandesas", naturalmente com a falta, nos álbuns, das difíceis macacas nº 6 e nº 9, e da difícilima clavel do ar. Discutíamos o final dos seriados de Flash Gordon e os filmes de Buck Jones e Tom Mix. Muitas vezes, aproveitávamos o demorado trajeto do bonde, para lermos as aventuras de Faustina, Zé Macaco, Reco-Reco e Azeitona, no Almanaque do Reco Reco; Tesouro da Juventude, só em casa.

Deixávamos para trás a Padaria do Abílio Gueiros, indo encontrar a do Silvino Valadares , na 23 de maio. Dr. Ewerton e Dr. Martins, os Desembargadores Waldemar e Augusto Botelho; os Queirós. Dona Yolanda Modenezi Faustini, nossa primeira professora no Grupo Escolar, ainda na sede provisória à rua Don Jorge Menezes, com a Diretora dona Laura Rodrigues Pimenta; Pitita, os Santos, os Coelho, as casas do Terceiro B.C., o coronel Dutra Dona Inhazinha Velloso, Hilário

Sonegheti, dentista; a Farmácia do Toninho; na rua Luíza Grinalda, os Salles de Sá; os Correios e o Telégrafo (o 2º porque o 1º ficara situado na rua Antônio Athayde); a barbearia do Pacífico Armando Guerra, a entrada para o Cercadinho, os Loiola, o Restaurante do João Nava, do outro lado, o Hotel; os armazéns do Alberto e o do Eugênio Queiroz; o "seu" Ramires, com sabedoria, ajudando os que o procuravam; a Casa Paroquial, mas antes desta, na Prainha, lembramo-nos de uma outra, onde o Padre Odorico residia; o Ponto Chic; dona Chiquinha e "seu" Alexandrino Caldeira, o dentista "seu Ananias as irmãs Rocha, nos cuidados especiais com a igreja, os Quintaes, o gaúcho Pe. Ponciano, integralista fanático, o Pe. Barros, as quermesses e as Semanas Santas, as missões (com o pe. Leão mandando os pecadores para o inferno de cabeça para baixo, o que nos tirava o sono); as festas juninas, e os animados ensaios de quadrilha; os médicos Drs. Lordelo, pai e filho, o Aylson Simões, Aylton Barros, o Aquino de Araujo e o Hélio Amorim, entre outros, expedicionários que deram suas vidas nos campos da Itália; o ten. Pinheiro e o Fraguinha, testemunhas da II Guerra Mundial. Andrezinho Nogueira e "seu" Gil Bernardes (com os brilhantes filhos) auxiliares do Prefeito Godofredo Schneider, especialmente na construção da estrada da Barra, fazendo com que o Convento da Penha servisse de pano de fundo à rodovia (não concluída por causa da deposição do Prefeito, pelas forças revolucionárias de 1930).

O Clube dos Fenianos e o dos Democratas, onde, por ocasião do Carnaval, os foliões, comandados pelo pintor Lúcio Bacelar e pelo estilista (Clementino Barcelos, faziam ferver em disputas as noites momescas da cidade. Também à frente das Lapinhas, nas comemorações natalinas, "seu" Clementino sobressaía, ensinando e ensaiando a liturgia das festas folclóricas; os Motta, o Nico Araujo, sinaleiro do Moreno, indicando com bandeiras verdes ou vermelhas a aproximação dos navios (que esperavam a lancha do "prático" da Capitania dos Portos, para a entrada na estreita barra de Vitória). Também por ali andou sediado o teatro de Vila Velha, vivo nas lembranças das encenações promovidas pelas professoras do Grupo Escolar, com participação dos alunos. Tempo em que dona Glorinha abria o Sobradinho para as "aulas particulares" que frequentávamos, juntamente com o amigo Isaías Ramires. Na rua Antônio Athayde, íamos buscar nossa professora Célia Pacheco, seguindo com ela até o Grupo Escolar, na sede nova, onde já o colocamos, com o Diretor Ernani Sousa.

A Pracinha da Igreja N.S. do Rosário, na época, possuía apenas a parte mais próxima da Prainha. Lembramo-nos das escavações para a construção da outra metade, no início do quarteirão, compreendido entre as ruas 23 de Maio e a Vasco F. Coutinho, local de um antigo cemitério.

Seguíamos nós, no balanceio do bonde, que ia ao seu final na Guarita de

Piratininga, muitas vezes sentados no "cara dura", de frente para os passageiros, agora restritos a alguns militares. Descíamos na ruela espremida entre os muros dos Lange e da Fábrica de Balas. Já chegava até nós agradável brisa, pela proximidade da praia, a Arariboya de Vasco Fernandes Coutinho; e tomávamos a trilha de Inhoá, colônia de pescadores, confinando com a fazenda do Inacinho Leal (buscando a casa da pedra).

O coreto, de saudosa lembrança, constituía-se no ponto alto da alegria do povo vila-velhense, além das partidas de futebol dos seus times preferidos, o América e o Olímpico. Ao compasso dos dobrados militares, descia a ladeira de Piratininga a Banda do 3º B.C., comandada pelo Mestre Benício Cavalcante. A emoção descompassava os corações e enchia o peito nosso de entusiasmo cívico. Lá estavam o Jessé, o Tindelê, o Thelmo, e todos aqueles músicos fardados, que trocavam seu descanso dominical pela beleza de uma apresentação popular, de grande importância para a comunidade.

As palmeiras imperiais abriam alas, desde a pracinha até a orla marítima.

O bonde gritava outra vez, no atrito com os trilhos secos, na curva fechada, desviando-se da frondosa castanheira, sentinela dos terrenos praianos. Mais outra virada, desta vez, lembrado o confronto do Pe. José Ludwig com a CCBFE, para que não se destruísse o oratório com a relíquia religiosa, trazida "com desvelo e veneração pelo Frei Pedro Palácios desde a Hespanha, sua pátria, a effigie da Santíssima Virgem em grande painel", segundo J.J. Gomes da Silva, em seu "As Maravilhas da Penha". Com denodo, tido como irascível, o sacerdote sempre defendeu os domínios físicos do Santuário, a preciosidade de sua mata, cuidados que muito valeram para a preservação do patrimônio do Convento. Fronteira ao antigo cais dos Frades, a imponência do portão que dava entrada para o caminho de pedras da sinuosa subida do Morro da Penha, por entre centenárias árvores. Dia de festa da padroeira era a vez do grande júbilo. Além das missas e da romaria dos homens, vindos de todas as partes do Estado, a majestade da procissão marítima, com a pompa das embarcações engalanadas, as barraquinhas e o foguetório. Só esta festividade quebrava o ritmo dolente dos canelas-verdes (assim alcunhados por culpa das meias que os colonizadores usavam, segundo alguns). Na vizinhança, a casa de dona Emilinha Mascarenhas, depois do Clube de Remo Piratininga. Adiante, as Timbebas, e mais além, a Uxaria.

Na Fradinha, residiram personalidades que não podemos esquecer, em recordações da mais tenra infância, como a figura avantajada do Desembargador Getulio Serrano e suas lindas filhas (Glícia fôra Miss E. Santo); os médicos Dr. Aguirre, Alcebiades Schneider, (tio Bibi), Dr. Paschoal (de espessa barba, cuja foto, em casa de nossa avó, causava-nos medo).

Ponteando o primitivo cais das lanchas (citado no livro "Dr. Voronoff", de Mendes Fradique, pseudônimo do escritor capixaba José Madeira de Freitas, quando da visita de seu personagem Dr. Eduardo Marinho à Vila Velha) no sopé do morro do Cruzeiro (marco de antepassadas missões), o prédio de uma antiga Escola, então residência de "seu " Anselmo Cruz e de Dona Celeste ("dama de muita finura de trato e grandeza de espírito, "segundo nosso pai). Com ele também, dona Eponina e "seu Luiz Valente, com os pequenos José (Zeca) e Luizinho, recém-chegados de Portugal, mais dona Laura Cruz (bem mais tarde nossa professora de Inglês).

Inquilinos de dona Mariquinha e "seu" Bernardo Schneider, dona Élvia e o Ten Cintra, enteado do Gal. Dutra (que veio a ser Presidente da República), ocupando a mesma casa onde residiram Nete e Henrique Meyerfreund, com o primogênito e Helmut, ali nascido, na rua São Bento, pertinho dos Pitanga, na doce vizinhança da Fábrica de Balas.

Ao longo da Prainha, confraternizando com os banhistas vila-velhenses, pescadores chegavam com a fartura de seu pescado nas baleeiras e batelões, muito conhecidos de todos.

Bem ali o mar, como já disse o escritor: "elemento civilizador de uma cidade". A enseada, que abriu as portas à colonização do Espírito Santo, transformase hoje em página aterrada pela insensibilidade e insensatez de governantes.

De olhos cerrados, só assim, atrevêmo-nos a passar pelas cercanias da antiga saudosa Prainha, para que os queloides e as cicatrizes das sucessivas cirurgias plásticas a ela impingidas não desfigurem a imagem de primitiva altivez panorâmica, dentro da histórica natureza e geografia espírito-santenses, que nossa retina teima em conservar intacta.

CORONEL PEDRO JOSÉ ABOUDIB (1873 - 1947)

Depoimento prestado a INDÁ SOARES CASANOVA ()*

"Nasci em Zgartha, no Líbano, de uma família de pequenos proprietários de terras. Meu pai vivia do cultivo de trigo, batata, milho, possuía um campo de uvas, plantações de azeitonas e criava, em pequena escala, bicho-da-seda. Por ser o mais velho dos irmãos, desde muito jovem fui encarregado de cuidar da irrigação das plantações, que exigia assistência a horas determinadas. Embora com esse encargo, aos oito anos de idade comecei a frequentar a escola.

Minha cidade natal fica na planície, ao pé da montanha. Durante parte do ano a temperatura em Zgartha é bastante elevada e, o calor, sufocante. Mas, quase todos os seus habitantes possuem residências em Ehdn, localidade situada a 1.450 metros de altitude. Basta-lhes, pois, subir a serra para passar o verão em clima mais ameno. Deste modo, nas estações extremas do ano uma das duas localidades permanece quase desabitada, a população concentrando-se na outra. Lembro-me de que contava doze anos de idade quando, aproveitando a companhia de um velho amigo, que ia visitar sua propriedade em Ehdn, meu pai mandou-me olhar também a nossa, para verificar se tudo se achava em ordem e tomar determinadas providências. Fomos os dois a cavalo. Estávamos no auge do inverno e nevava bastante naquela manhã. A estrada subia serpenteando as encostas da cordilheira. Ao aproximar-nos da cidadezinha, escondida num desvão da montanha, vi, de súbito, nosso velho amigo estremecer sobre o cavalo. Corri a ampará-lo. A muito custo, consegui apeá-lo. Sacudi-o, chamei-o, tentei reanimá-lo. Estava morto. Acomodei-o no chão, amarrei seu cavalo e, montando outra vez no meu, galopei até Ehdn. Residiam ali, permanentemente, umas vinte famílias, que não desciam para Zgartha no inverno. Mas, como encontrá-las àquela hora da manhã? A neve caía e as ruas estavam desertas. Não vislumbrei viv'alma. De repente, uma idéia me ocorreu. Dirigi-me à igreja de São Jorge, subi ao topo da torre e fiz repicar o sino. Em poucos minutos a pequena população, alarmada, atendia ao meu apelo, acorrendo á pracinha da igreja. Relatei o ocorrido e, logo, um grupo de pessoas saiu em socorro do meu idoso companheiro de jornada, cujo coração não resistira ao frio e á brusca mudança de altitude.

Contava eu, então, não mais de doze anos de idade. Desde os dez, porém, seduzia-me a ideia de imitar numerosos conterrâneos que partiam rumo á Argentina e ao Brasil em busca de fortuna. Várias vezes comunicara a meus pais esse desejo de emigrar. Eles o reprovaram, porém, alegando, principalmente, minha

(*) Apointamentos para uma desejada biografia. Estas anotações foram redigidas, frente ao entrevistado, e interrompidas em 2.5.1945.

pouca idade. Além disso, era eu o mais velho dos filhos, quatro rapazes e quatro meninas. Duas de minhas irmãs, Manthura e Catharina, estudavam em Beirute. Ao terminarem os estudos, só Catharina regressou ao lar. Manthura resolvera abraçar a vida monástica e ingressara na ordem de São Vicente de Paula. Por essa época, cedendo a convite de um frade amigo e parente de meu pai, deixei Zgartha e me transferi para uma pequena cidade a fim de aprimorar meus conhecimentos de Árabe e de Francês. Durante os dois anos em que ali permaneci, visitava minha família com freqüência. Ajudava o frade a officiar a missa e, na longa convivência diária que tivemos, pude observar a bondade e as virtudes desse verdadeiro discípulo de Cristo. As esmolas arrecadadas a cada dia durante o officio eram, invariavelmente, distribuídas aos pobres dos arredores, no dia seguinte. Graças à sua cultura e à sua probidade, esse frade foi mais tarde elevado ao cargo de superior do convento Ehdn. Dele recebi o maior apoio, material e moral, tanto nos estudos como no desejo de emigrar, pois meus pais ouviam com todo acatamento e consideração suas palavras e seus conselhos. Também o reverendo Padre Saad, primo de minha mãe, muito contribuiu para convencer minha família a consentir em que eu tentasse a sorte sozinho, longe de minha terra. E assim, num belo dia, com o assentimento de todos e aproveitando a companhia de pessoas de nossas relações, deixei a casa paterna, tão cheio de tristeza quanto de esperanças. Tinha dezesseis anos de idade.

Embarquei num navio, com passagem de terceira classe, no porto de Trípoli. Enjoei a bordo e, no dia seguinte, mareado, não tive ânimo para saltar em Beirute. Além de enjoado, sentia-me triste e sozinho. Arrasava-me o penoso sentimento de haver deixado o convívio com meus pais e irmãos. Encontrava-me nesse estado quando, erguendo os olhos para o tombadilho, surpreendeu-me o aceno de um jovem casal estrangeiro, convidando-me a subir. Junto ao casal, um rapazinho, aparentando ter a minha idade, observava-me curioso. Subi. Eram turistas americanos. Falaram-me em inglês e, como não lhes respondesse, perguntaram-me, em francês, para onde ia e por que deixara tão criança o lar paterno. Mais confortado, relatei-lhes meus projetos de viver no Brasil e disse-lhes quanto me custara convencer meus pais e obter deles o necessário para a viagem. De tal maneira ficaram tocados por minha coragem que não mais me deixaram voltar de terceira classe. Passei a fazer as refeições a seu lado e a partilhar da cabina do menino. Residiam em Washington e insistiram em levar-me para os Estados Unidos, prometendo encaminhar-me no ramo de atividades que escolhesse. Eram extremamente afáveis e simpáticos comigo, davam-me todas as provas de estima. Quanto a mim, teria aceito o convite se não receasse que meus pais, depois de haver-me recomendado a conterrâneos seus, já fixados no Brasil, reprovassem essa alteração nos meus planos e essa mudança de destino.

O navio aportou em Marselha. Não posso me esquecer do que então me aconteceu, da sorte que tive. Despedi-me dos novos amigos que acabara de fazer, combinando reencontrá-los quando regressassem de sua rápida visita a Paris. Ao desembarcar em Marselha deparei, casualmente, com um velho conhecido de minha família, homem de negócios próspero e pessoa influente. Ao ver-me, surpreendeu-se. Depois de trocarmos cumprimentos, narrei-lhe os motivos por que ali me encontrava e falei-lhe do casal americano que conhecera a bordo. Quando soube que eu teria de voltar à terceira classe, levou-me às "Méssagéries", de cujo agente era amigo pessoal, e conseguiu que eu viajasse até o Rio de Janeiro na segunda classe, pagando apenas meia passagem, o que muito me valeu. Caminhando pela cidade, deparamos casualmente com a família americana, que logo veio a nosso encontro. Diante do amigo, o casal reiterou seu oferecimento e acabou deixando comigo seu endereço em Washington para que lhe escrevesse, caso não fosse feliz no Brasil. Dias depois, quando nos despedimos definitivamente, após seu regresso de Paris, era como se fôssemos parentes. O rapazinho, seus pais e eu abraçamos chorando.

Nos primeiros dez anos de vida em minha nova pátria mantive correspondência com essa distinta família. Entretanto, depois desse tempo, a despeito da grata recordação que deles sempre guardei, os negócios e, sobretudo, as lutas políticas em que me empenhei não mais me deixaram lazer para cultivar essa amizade. Essa história virá a seu tempo e, por hora, voltemos à Marseille onde, em abril de 1889, mais uma vez bafejado pela sorte, iniciei meus passos de comerciante. Compatriotas, sabendo que eu falava o francês, pediram-me servise-lhes de intérprete nos "magasins" onde desejavam fazer compras. Prestando-lhes este serviço, prazerosamente, minha satisfação não teve limites quando o gerente me surpreendeu com a comissão de dois mil francos, de praxe oferecida aos intérpretes. De posse dessa pequena, mas inesperada fortuna, preferi recebê-la em mercadorias e, assim, não saltei de mãos vazias na capital brasileira.

Até o Rio de Janeiro a viagem foi para meu espírito fonte de ensinamentos proveitosos. Para um jovem inexperiente, nada melhor que uma travessia longa e demorada de um continente a outro, espécie de banho lustral propício ao contato do mundo, adverso quase sempre. Nenhum incidente a anotar. Mas, ao entrar na Guanabara, ordens severas haviam sido dadas para que não desembarcassem os estrangeiros e o navio levantou ferros. Essa notícia levou ao desespero os viajantes tendo mesmo se atirado ao mar alguns italianos, libaneses e sírios. Esse gesto extremo levou o comandante a deter a marcha do navio, enviando escaleres à terra, o que veio alterar as ordens e assim pudemos desembarcar. A cidade estava assolada pela febre amarela e, que desolação para o recém chegado o aspecto

pouco cuidado da metrópole brasileira...

Dia 20 de maio de 1889 ! Saltando no cais Pharoux deparei com duas pessoas de uma aldeia próxima à minha cidade natal as quais mais de uma vez eu vira tratando de negócios com meu Pai. Ali estavam como curiosos, pois sabiam que no vapor "Orenoco" viajavam libaneses. Causou-lhes espanto, como é natural, o fato de serem chamados pelos nomes. Apresentei-me. Levaram-me para sua casa, onde permaneci cerca de dois meses, fazendo pequenas incursões ao interior de Minas e do Estado do Rio de Janeiro, visitando Juiz de Fora, Valença e outras cidades. Meus amigos estavam estabelecidos no antigo campo de Santana, hoje Praça da República, onde muitas vezes fui carpir sozinho a dilacerante saudade de casa, de meus queridos pais e irmãos.

O fantasma da febre amarela, permanentemente no Rio, levou-me a escrever a um conterrâneo, residente em Vitória, sobre a possibilidade de ali me estabelecer. A resposta veio pronta para que seguisse imediatamente.

Chegando à capital espírito-santense, não pude esconder a decepção que me causou. Ruas sem calçamento, mal iluminadas, nenhum sinal da prosperidade que eu ambicionava. Meu amigo, porém, afirmou-me ser o Espírito Santo um estado de grande futuro e, por isso, resolvi embrenhar-me pelo interior em busca de pouso para me estabelecer. Aluguei um animal de montaria na velha Capixaba, bairro junto ao cais de Vitória, assim denominada, que deu origem ao atual patronímico dos espírito-santenses; e pus-me a caminho, fazendo o percurso sozinho, auxiliado por um pequeno manual de conversação francês-português. Nas cidades de Serra e Nova Almeida, nada de interessante me deteve e por isso tomei rumo de Alfredo Chaves, cujas informações me pareceram mais animadoras.

Uma tarde, quase ao anoitecer, detive-me para jantar e passar a noite na fazenda São João de Jaboti, à beira da estrada, onde encontrei o bom acolhimento de costume na terra. Ai, por inclinação da idade, aproximei-me do jovem filho da casa, Joaquim Lima que induziu-me a ficar em Guarapari, porto de mar, escoadouro natural dos produtos da região ainda fértil.

No dia seguinte para lá rumamos e, tendo me agradado do lugar, procurei uma casa para me instalar. Sempre auxiliado pelo meu amigo Quincas Lima, consegui uma ao preço de vinte mil réis mensais.

Voltei então a Vitória em busca da bagagem e, tendo adquirido um animal para sela e carga, comecei a negociar com o pequeno estoque trazido de Marselha, ora na cidade, ora viajando pelo centro do município. Por muitos anos serviu-me este burro adquirido por 170 mil réis, o qual me acordava todas as manhãs, à mesma hora, batendo com a pata dianteira na porta de minha casa. Isto em agosto de 1889.

Em princípios de novembro, esgotadas as mercadorias, viajei para o Rio de Janeiro, embarcando no vapor "VERA LONDRES" do Lloyd Brasileiro. Naquela época, a pequena cabotagem fazia escalas nos portos de São Mateus, Barra, Vitória, Guarapari, Benevente, Piúma, Itapemirim, Cabo Frio, e São João da Barra, rumando para o Rio. Novamente instalado em casa do amigo Raimundo, comecei a fazer compras a crédito, apresentado por ele.

Certa manhã, conversando na sacada com meu conterrâneo, vimos passar a cavalo vários militares, em atitude marcial. Entre eles reconheceu Marechal Deodoro e Benjamim Constant, os quais, diziam-me, tinham graves responsabilidades no momento. Mais tarde, soubemos que a proclamação da República se fizera sem luta, tendo apenas ficado ferido o Barão de Ladário.

Notei que a República nos primeiros dias não deu aos brasileiros muita alegria. O povo queria bem ao Imperador que muito o merecia. Tivera a felicidade de vê-lo passar de carruagem pelo campo de Sant'ana, no mês seguinte à minha chegada, sua fisionomia me impressionara. Em minha pouca idade e inexperiência não podia compreender o valor que nele descobriria mais tarde.

Nos primeiros dias de dezembro, regressei a Guarapari trazendo copioso sortimento (cerca de vinte contos) com o qual pude instalar-me. Durante quinze dias mantinha aberto o meu estabelecimento na cidade e nos quinze restantes viajava; mascateando mercadorias. Meu objetivo era, antes de tudo, tornar-me conhecido no interior e arranjar freguesia para aumentar meu negócio na cidade. Assim permaneci até 1891.

Por essa época, aproveitando o decreto do Governo Provisório que facilitava aos estrangeiros a naturalização, desde que não se apresentassem como tais nas Câmaras de suas municipalidades, tornei-me brasileiro. Assim fiz levado pelo fato de haver percebido o futuro deste grande e maravilhoso país, a hospitalidade generosa de seu povo bom e comunicativo. Não me lembro de que meu gesto de renúncia ao título de estrangeiro fosse no município, seguido por outros. Esta singularidade trouxe-me maiores simpatias entre a boa gente de Guarapari tendo mesmo um dos maiores da terra, o coronel Domingos Lima, que há muito me honrava com sua amizade, relatado o fato ao jovem político Moniz Freire, pouco depois eleito presidente do Estado, no período governamental iniciado a 23 de maio de 1892.

Havia, no Guarapari desse tempo, certa vida de sociedade, pois além de sede de comarca, o comércio era florescente devido ao movimento do porto onde freqüentemente ancoravam navios da frota de pequena cabotagem do Lloyd Brasileiro.

Apesar da existência de dois bem arregimentados partidos, Conservador

e Liberal na Monarquia, vivia-se como se numa só família. Cultivavam-se as boas maneiras e o bom gosto no trajar era peculiar às senhoras que, não raro, davam-se o luxo de encomendar vestidos na capital e no Rio de Janeiro.

Seguidamente eu era convidado a fazer refeições em casa do Coronel Domingos Lima, que para várias legislaturas foi eleito deputado á Assembléia Estadual. Era um homem de bem. Recordo-me que, em Setembro de 1892, estando eu em Vitória em sua companhia, hospedados ambos no antigo Hotel de Europa, convidou-me a ir ao Palácio conhecer o presidente, cujas qualidades enaltecia. Por modéstia recusei, mas por insistência sua, acompanhei-o ao Palácio dos antigos Jesuítas, onde me surpreendi diante do presidente, moço de vinte e oito anos, irradiando simpatia profunda. Conquanto já me expressasse regularmente em português, preferiu o presidente Moniz Freire dirigir-me a palavra em francês. Admirou-se de, aos dezenove anos, já estar estabelecido em terra estranha e, mais ainda, sabendo que deixara o lar paterno com dezesseis. Contei-lhe então os motivos que me trouxeram ao Brasil, país pelo qual me sentia entusiasmado. Crivou-me de perguntas e não soube esconder sua admiração pela coragem, pelo adolescente que eu era, ao enfrentar sozinho o novo mundo. Comovido, voltou-se para o Coronel Domingos Lima dizendo: "Seu Domingos, faça por este moço tudo o que puder." E, dirigindo-se a mim: - Vem frequentemente a Vitória?

- Sim, Senhor Presidente.

- Pois bem: está convidado a visitar-me todas as vezes para tomar comigo uma xícara de café.

Recebi esse convite como ordem que cumpri religiosamente. Assim foi se solidificando e estreitando uma amizade recíproca que permaneceu inalterável por longos anos na fortuna e na desgraça. Venero-lhe ainda a memória como a do mais querido amigo, o mais digno dos homens que conheci.

INICIAÇÃO POLÍTICA

Com o auxílio de um dicionário francês-português e do guia de conversação pude me exercitar na leitura e escrita do vernáculo. Interessado vivamente na vida político-administrativa do país, lia com afinco os jornais. A princípio, quando a leitura me embaraçava ou faltavam-me palavras para expressar-me, pedia explicações rápidas aos amigos mais próximos. De tal modo sentia-me integrado às cousas da terra que, tendo-se aberto um posto de qualificação eleitoral, o Coronel Domingos Lima alistou-me eleitor. Mais tarde, devido á amizade e confiança que me dedicava, indicou-me á eleição, de 1º Juiz Distrital em Guarapari, cargo que exerci durante o quadriênio de 1892-1896. '

Data daí minha carreira política pois, a contragosto, fui eleito vereador municipal para o período de quatro anos. Reeleito para o período de 1900-1904, falou-me o Coronel Domingos Lima que eu deveria ser eleito Presidente da Câmara, de acordo com o desejo dos demais vereadores. Respondi-lhe categoricamente que não aceitaria essa investidura pois não me sentia bem presidindo uma assembléia de brasileiros natos. Além disso, esse fato daria motivo à exploração política da oposição, visando-o, como também ao chefe do partido Construtor, o preclaro presidente Moniz Freire. Recusando-se o Coronel Domingos Lima a aceitar minha sugestão, fui a Vitória sem dizer-lhe a verdadeira finalidade da viagem. Em minha costumeira visita ao Presidente narrei-lhe o fato, pedindo-lhe que escrevesse ao velho coronel, dissuadindo-o de sua pretensão. Pousando uma das mãos em meu ombro, disse-me Dr. Moniz:

- "Você cada vez mais se eleva em meu conceito. O Domingos quer e eu também quero". E assim fui eleito presidente da Câmara. .

Desde meu primeiro encontro com o Dr. Moniz Freire e consequente filiação ao partido Construtor, dediquei o máximo de meu esforço a essa causa que, para mim, se tomou sagrada dada a grande estima e admiração que me inspiravam as atitudes do grande espírito-santense.

Felizmente meus negócios tomavam rumo satisfatório e próspera era minha situação financeira, assim pude fazer face às despesas da chefia política local.

CASAMENTO - 23 de junho de 1894.

Construíra uma excelente casa de moradia tendo nos baixos a casa comercial. As relações que fazia em minhas viagens de negócios e a política, davam á minha residência um movimento de hóspedes e visitantes semelhante a um hotel, provido de criadagem. Minha boa Sinhá foi-me entretanto prestimosa companheira ajudando-me e colaborando no acolhimento e trato aos que nos procuravam. Casara-me cinco anos após chegar ao Brasil e tive a felicidade de escolher esposa numa das mais conceituadas famílias, senão a mais importante do lugar. Meu sogro, Manoel Joaquim Fernandes Lima, era tabelião da comarca, cargo que exercia com probidade ressaltando ainda o seu espírito liberal. Havia entre nós estima recíproca e, infelizmente, pouco aproveitei de sua convivência depois de meu casamento, pois faleceu em seguida. Sinhá era bonita moça e tinha uma linda cabeleira. Não foi entretanto a primeira namorada. A princípio, recebeu com reservas minhas pretensões, mas creio que além da simpatia que lhe inspirava, muito influuiu no seu espírito a afeição que me dedicavam sua irmã D. Maria Rosa

e seu padrinho, Coronel Domingos Lima. Em seis meses passamos do namoro ao casamento e, embora eu houvesse adquirido os móveis e instalado casa, tive que aceder ao pedido de meu sogro que, já adoentado, preferia que a filha mais nova permanecesse a seu lado.

Em 1896, foi eleito e empossado presidente do Estado outro grande talento capixaba, Dr. Graciano Neves. Médico notável, mas de hábitos simples, não tinha a bossa da política. Antes de terminar o segundo ano de governo, renunciou, passando o cargo ao vice-presidente Sodré, telegrafando a Moniz Freire, então em Paris, para que voltasse urgente a fim de tratar da eleição de seu substituto.

Cabe aqui lembrar o que a respeito desse grande espírito-santense ouvi, mais tarde, do grande cirurgião Chapot Prevost.

Em meados de 1902 segui para o Rio de Janeiro a fim de submeter-me a delicada intervenção cirúrgica. Dias depois recebia eu na casa de Saúde São Sebastião, onde me encontrava sob os cuidados do Dr. Marcos Cavalcante, a visita do Dr. Moniz Freire, então presidente do Estado que, também por motivo de saúde, estava com a família em vilegiatura no Hotel das Paineiras. Quis o acaso que lá se encontrasse com o Dr. Chapot Prevost, seu particular amigo. Levou-o até meu quarto, onde eu ardia em febre. Censurando-me por não ter ouvido sua opinião na escolha do cirurgião, apresentou-me ao Chapot. Verificando o interesse que por mim tomava o amigo, disse-lhe o cirurgião ser necessária a presença imediata de meu médico, pois não lhe parecia bom meu estado. Dr. Moniz insistiu para que tomasse a si a responsabilidade de tratar-me, no que o secundei, já que meu operador não dera mais notícia, relegando-me ao cuidado de enfermeiros. Com muita delicadeza, recusou-se o Dr. Chapot a intervir o que, entretanto, fazia sob as ordens do diretor da Casa de saúde, Dr. Simões Correia que, diante da gravidade do caso, entregou-me aos cuidados do ilustre cirurgião.

Na referida Casa de Saúde, nessa ocasião, encontrávamo-nos quatro espírito-santenses em tratamento com o mesmo médico. Reunidos em meu quarto, uma noite, jogando solo, já em franca convalescença, deteve-se a conversar conosco o Dr. Chapot. Falávamos do próximo regresso quando nos disse, á guisa de conselho de despedida: - "Os senhores que têm no seu Estado uma notabilidade como o Dr. Graciano Neves não precisam vir ao Rio para tratamento de saúde. Conheço-o desde os bancos acadêmicos e lamento que tenha permanecido em meio tão pequeno".

Devo á memória do Dr. Graciano mais que admiração pelo seu caráter, pelas suas virtudes, um agradecimento pelo que fez, a meu pedido, por um amigo gravemente enfermo, Horácio Gomes, irmão dos então Padres Helvécio e Manoel, hoje ilustres arcebispos respectivamente de Mariana e Goiás. Ainda que não

exercesse por esse tempo a medicina, acedeu em tratá-lo e, mesmo julgando o mal irremediável, visitou-o diariamente até acompanhá-lo à última morada.

Guardo também a melhor lembrança do desprendimento e altruísmo do Dr. Chapot, a quem cheguei a procurar na própria residência e que nada quis receber pela assistência a mim prestada. Soube mais tarde, com pesar, de sua morte, quase procurada, segundo dizem, pelo desgosto que lhe causava e à sua encantadora esposa o filho excepcional que tiveram.

Governava o Espírito Santo outro médico amigo de sua terra, o Dr. José Marcelino, quando por este fui indicado para tenente-coronel da Guarda Nacional, cuja patente foi assinada no dia 23 de Setembro de 1898, pelo então Presidente da República Campos Salles, sendo Ministro da Justiça Dr. Epiácio Pessoa.

Para ressaltar a simplicidade dos homens de governo daquela abençoada época, relatarei o que comigo se passou quando doença de meu filho forçou-me a levá-lo à capital com urgência; viajando no vapor Mayrink. Chegando a Vitória à noitinha, deixei Sinhá com Zé Pedro no hotel Europa e saí em busca de Dr. Florêncio, médico de minha confiança. Seguindo pela rua 7 de setembro, deparei com o então presidente do Estado, Dr. José Marcelino, que num grupo de amigos, dirigia-se para o divertimento da moda, o jogo de bagatela. Cumprimentei-o á pressa, alegando ir buscar Dr. Florêncio para atender meu filho gravemente enfermo. Imediatamente despediu-se o presidente dos amigos e, apesar de meu sincero protesto, acompanhou-me ao hotel para ver o menino. Após cuidadoso exame deu-me a receita que levei a farmácia do Wlademiro Silveira, como eu, surpreso e encantado ante a simplicidade do presidente. Aviada a receita, voltou comigo ao hotel, ali permanecendo até as onze da noite em agradável palestra, retirando-se só quando dominada a crise. Ao despedir-se à porta da residência de sua mãe, advertiu-me: "Não chame outro médico para o menino. Virei vê-lo diariamente". No dia seguinte, as nove da manhã, batia à porta de nosso quarto e, à tarde, findas suas funções no palácio, voltava a ver meu filho que em poucos dias se restabeleceria. Ao terminar o período governamental em que deu provas de honestidade e boa gestão nos negócios públicos, foi recompensado com o mandato de deputado à Câmara Federal. Voltara a administrar o Estado o Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire. Era ano de 1900, entrávamos no século XX.

Uma carta do então Ministro da Fazenda, Dr. Murinho, ao Presidente Moniz Freire, mudou o rumo dos acontecimentos. Encarecia o Ministro a necessidade de união de vistas dos governos baiano e espirito-santense a fim de concederem a uma única firma a exploração das areias. Visava essa medida alcançar preços mais altos no mercado estrangeiro. Ficaram pois os Borges fora do negócio, sendo o contrato feito com o referido Sr. Gordon pelo governo da União e os

governos dos Estados da Bahia e Espírito Santo. Por indicação do Presidente Moniz Freire, a firma representante do sr. Gordon encarregou-me dos fornecimentos ao pessoal e armazenagem das mesmas.

Creio que a este fato devi a campanha que, em Guarapari, anos mais tarde, desencadearam contra mim os Borges. Naquela altura não lhes convinha abrir luta, sendo eu a pessoa de maior prestígio no Município e grande amigo do Presidente.

Quando em 1905 o Presidente Henrique Coutinho se afastou politicamente do então chefe do Partido Autonomista Dr. Moniz Freire, resolveu este romper com o situacionismo governamental. Tendo eu chegado na véspera a Vitória, surpreendeu-me ler na manhã seguinte no "Estado do Espírito Santo" o corajoso artigo "Judas", no qual Dr. Moniz manifestava-se contrário á política do presidente Henrique Coutinho. Acompanhado de meu amigo Sizenando de Mattos, então deputado estadual por indicação minha, fui visitar o preclaro chefe. Disse-lhe que, embora lamentasse os acontecimentos, estava com ele incondicionalmente. Secundando o meu gesto, Sizenando de Mattos afirmou-se solidário comigo e, portanto, acompanhava minha atitude.

Á tarde do mesmo dia fui abordado pelo Dr. Olympio Lyrio que em nome do presidente Henrique Coutinho veio convidar-me para ir a Palácio. A principio tentei recusar-me, fazendo ver ao emissário que já me solidarizara com o chefe do partido Autonomista, de quem me considerava incondicional amigo. Mas à insistência do Dr. Olympio Lyrio e também do farmacêutico Inácio Pessoa, em cujo estabelecimento me encontrava, atendi ao convite e encaminhei-me para o palácio. Subtraindo-se à responsabilidade do rompimento, que de nenhum modo desejara, pediu-me o presidente Henrique Coutinho que continuasse a prestigiar o seu governo, permanecendo com a direção política em Guarapari, onde exercia por eleição o cargo de presidente da Câmara. Declarou-me francamente, que tendo eu inimigos em Guarapari, ser-lhe-ia muitas vezes difícil obstar as perseguições que esse grupo dirigido por Dioclécio Borges poderia me fazer caso se assenhoreasse da política local.

Obtemperei-lhe, então, que apesar do respeito que lhe devia e agradecido à prova de consideração que me dispensava, nada me afastaria de cumprir meu dever junto ao Dr. Moniz Freire, mesmo com o risco da própria vida. Palavras proféticas. Meses depois, ao proceder-se à eleição para a renovação de um terço do Senado e a eleição da Câmara Federal, comecei a trabalhar com redobrado denodo contra o governo.

Nossos candidatos eram: para senador, Dr. Moniz Freire e para deputados, Dr. José Monjardim, Dr. Graciano Neves e Bernardo Horta de Araújo. À chapa

governamental, pertenciam para senador, Dr. Augusto Calmon e outros vultos capixabas.

Durante os dezessete dias que antecederam o pleito, cruzei a cavalo; só ou acompanhado de amigos, o município de Guarapari em todas as direções. Contava certa a vitória e tal teria acontecido, se os meus inimigos, em desespero de causa, não tivessem lançado mão do último recurso: a violência. Na véspera da eleição, pelas sete e meia da noite, aproximava-me de Guarapari quando um tiro raspou-me o peito e o animal assustado jogou-me no chão. Auxiliado pelo camarada, consegui pegar a montaria e chegar a casa são e salvo. O fato, porém, foi pressurosamente divulgado pelos situacionistas, aos quais convinha mesmo fazer acreditar que eu estava morto ou gravemente ferido. Isso deu motivo a que muitos dos meus amigos, intimidados, deixassem de comparecer às eleições, nas quais fui derrotado por cerca de trinta votos. Não lhes coube, porém a vitória final, pois apenas com maioria na capital e em alguns municípios, o Dr. Moniz Freire conseguiu provar a perseguição e a fraude praticadas por seus adversários e ser assim reconhecido, bem como os companheiros de chapa para a Câmara Federal. Tal era o prestígio de seu nome, de sua inteligência, de sua palavra nas altas camadas da política nacional! Tais fatos, devo aqui ressaltar, e ainda outros anteriores para ficar bem patente a necessidade em que me vi de mudar-me de Guarapari.

Vale a pena recordar fato curioso que em terra pequena teve repercussão. Pessoa de nossa amizade, D. Flôr Lima, que me sabia preocupado com os acontecimentos, convidou-me à sua casa e fez em minha presença, uma espécie de adivinhação com o auxílio de uma tesoura e um quibano. De acordo com as oscilações da tesoura às suas perguntas, afirmou-me seriam reconhecidos os meus candidatos. O fato impressionou-me pela novidade e, confesso, acreditei de boa vontade no estranho oráculo. Cerca de um mês demorei-me no Rio, aguardando a decisão conjunta do Senado e da Câmara sobre os mandatos, até que dias antes do reconhecimento, sabendo que o resultado nos seria favorável, telegrafei a meu empregado e correligionário, Joaquim Castro nos termos de uma chave telegráfica, previamente combinada. A palavra ABACULA queria dizer: há certeza absoluta do reconhecimento do Moniz e seus deputados. Esse telegrama que devia ficar secreto, foi entretanto divulgado pelas redondezas e marcou época. Logo em seguida, tomei passagem no vapor "Muquy", desembarcando em Benevente donde telegrafei para casa pedindo condução. Ao meu encontro foi meu cunhado com o fim de aconselhar-me a não voltar a Guarapari, onde minha vida corria perigo. De fato, não vi outra solução senão deixar o primeiro torrão brasileiro para o qual transferi meu sentimento de amor à Pátria, pois o ambiente se me tornava intolerável em Guarapari devido à atitude da família Borges, ora em evidência e

que de mim anteriormente recebia grandes favores e até mesmo auxílio pecuniário em grande escala. Certa vez, pessoa da família esteve gravemente enferma na ausência do marido; tomei a iniciativa de chamar médico de Vitória - o ilustre Dr. Graciano Neves, meu grande amigo, que infelizmente mais nada pôde fazer.

Três fatos devo aqui ressaltar. Uma noite, estando ancorada uma pequena lancha de pesca de minha propriedade, mãos criminosas jogaram-lhe querosene ateando-lhe fogo. Por felicidade estava no porto uma embarcação de nome "Maricota" cujo comandante e tripulação acudiram, debelando o incêndio. De outra feita, aproveitando-se de minha ausência, organizaram-se os malfeitores em passeata e chegaram até a casa de minha família procurando assustá-la, quebrando vidraças, etc... Mais tarde, já residindo em Benevente tive necessidade de passar pelo interior de Guarapari e, ao chegar ao lugar Iguape, defrontei-me inesperadamente com o negro Eugênio, conhecido capanga dos Borges, sendo por esse ameaçado. Apeei do animal e ao mesmo tempo sacamos nossos revólveres. Procurou então subtrair-me a arma e o mesmo procurei fazer, pois verifiquei no momento que meu revólver estava descarregado. Por sorte eu não puxara o gatilho dando a perceber a meu adversário a falta de balas e estávamos empenhados numa luta de vida ou morte, quando a providência divina me valeu na pessoa de Sr. Damas, ali residente, que conseguiu nos apartar. Deu-me lugar a chegar a casa de um amigo e compadre, Manoel Corrêa de Jesus, onde passei o dia, seguindo viagem no outro.

Aproximando-se as eleições de presidente da Câmara Municipal, era o fito dos governistas pôr abaixo os elementos monizistas em todo o Estado. Contava com maioria entre os vereadores, mas certo de que os Borges tudo fariam para obstar minha reeleição, fui a Vitória entender-me com o presidente Coutinho e pedir-lhe garantias para a liberdade do pleito. Confiando em sua palavra voltei a Guarapari e na manhã de 23 de maio, data da eleição, acordei com o apito da lancha da Alfândega de Vitória.

Surpreendido, abri as janelas e verifiquei que minha casa que tinha fundos para o mar, estava inteiramente cercada por trabalhadores das areias monazíticas, assalariados dos Borges. Da lancha saltaram os Drs. José Monjardim e Guilherme Oats que, em nome do Dr. Moniz Freire, vinham me buscar, pois chegara em Vitória a notícia de que minha segurança estava ameaçada. Estes dois amigos conferenciaram com os Borges a respeito desse visível banditismo, mas não conseguiram demovê-los do intento de obstar minha entrada e dos meus amigos no edifício da Câmara, guardado até por policiais. Instado por eles, tomei a lancha com minha família para Vitória onde permaneci alguns dias.

Em Benevente até onde os rumores haviam chegado, outras pessoas

disseram o mesmo, aconselhando-me a que aí me estabelecesse. O acolhimento favorável da parte de pessoas gradas da atual cidade de Anchieta, inclusive do juiz de direito, Dr. Josias Soares, levou-me a resolver transferir-me imediatamente para lá e aí recomeçar minha vida, no ano de 1905. Mandeí buscar minha família e deixei a casa comercial e todos os negócios de Guarapari entregues a meu irmão Paulo, anos antes chegado do Líbano, e a meu empregado Joaquim Castro. Mais tarde passei-lhe a casa em definitivo, com enorme prejuízo pois, com meu afastamento, a freguesia; com raras exceções, deixou de cumprir os compromissos. Contava entretanto com a vantagem de possuir crédito ilimitado nas melhores casas de Vitória e do Rio de Janeiro. Comecei a comprar café em grande escala, mantendo como base para o comércio, um grande armazém atacadista. Com tal felicidade progrediram meus negócios, que em breve comprei armazéns providos de cais de desembarque, guindastes etc...

Constantemente viajava pelo interior dos municípios de Benevente, Alfredo Chaves, Guarapari, Rio Novo, Itapemirim, Piúma e Iconha; apesar de ter viajante da casa, muitas vezes meus negócios me chamavam a Vitória e ao Rio, onde meu filho fazia seu curso ginásial. Minha situação econômica se firmara, progredindo sempre. Durante doze anos fui agente do Lloyd Brasileiro. Comecei a trabalhar em café e ampliei meu estabelecimento, negociando artigos diversos: louças, ferragens, armarinhos, drogas, secos e molhados. O fornecimento a negociantes do interior assegurava-me freguesia certa para a compra do café.

Tudo me ocorria às mil maravilhas. Além da base econômica, em minhas viagens a Vitória e ao Rio, tratava relações com pessoas da melhor sociedade, que me demonstravam simpatia e apreço. Por essa época, chamei de Guarapari meu irmão Paulo e o jovem Philadelpho Fernandes, sobrinho de Sinhá, para colaborarem comigo. Desse modo, pude pensar em meu grande sonho de rever meus pais, minha terra natal, deixando-lhes a direção da casa.

PRIMEIRA VIAGEM AO LÍBANO

No dia 22 de maio de 1910, saí de Benevente para o Rio, onde tomei a passagem no vapor "AVON" da Mala Real Inglesa. A viagem de retorno a minha terra enchia-me de alegria. Após 21 anos eu ia rever o torrão natal, meus pais e irmãos, pelos quais ainda hoje guardo a maior ternura e veneração. O navio tocou nos portos da Bahia em dois dias, onde saltei. Em Recife, já não tive a mesma facilidade por falta de um cais de desembarque. Até chegar à ilha da Madeira sentia-me enjoado, mas nesse porto acedi ao convite dos companheiros de viagem e saltei pelo primitivo sistema de cestas.

Fizemos aí ótimos passeios, o que me proporcionou apetite para o almoço regado a champagne. Dai em diante não mais enjoei. Paramos em Vigo, Leixões e, finalmente, desembarquei em Cherburgo ao fim de 18 dias de viagem. Tomei o trem para Paris, onde procurei o casal Spitz que, por várias vezes, nos visitou em Benevente e Guarapari.

Madame Raphaëlle, senhora de deslumbrante beleza, foi com seu marido dedicadíssima e prestimosa e graças a ambos orientei-me bem na capital francesa. O Sr. Spitz era sócio da empresa que explorava as areias monazíticas em Benevente e contava no Brasil com largo círculo de relações. Não me detive por mais de três dias em Paris. Ansiava por rever os meus. Tomei o trem para Marselha e aí o navio que me levou a Beirute, onde meus irmãos me receberam, inclusive minha querida Germaine, irmã de caridade de São Vicente de Paula. Como estranhasse a ausência de meu pai, disseram-me que, adoentado, preferira esperar-me em casa.

Impossível descrever meu estado d'alma, a alegria sem limites de todos nós. Meus irmãos não sabiam o que fazer para me agradar. Mostrei-lhes então os finos presentes que lhes trazia, mas por incrível coincidência, expliquei a irmã Germaine, nada trouxera para meu pai, pois nada me parecera bastante para testemunhar-lhe meu carinho e afecto. Pedia-lhe então que me orientasse na escolha no bem provido comércio local, de algo que o pudesse satisfazer, que fosse digno dele. Irmã Germaine aconselhou-me a que o presenteasse fazendo-lhe boas roupas, depois de o avistarmos. Como a distância fosse pequena, fui a Tripoli visitar o frade Philipus Bachet a quem serei eternamente grato pelos ensinamentos e bons exemplos que me dispensou na meninice. Fôra ele o sustentáculo de minha idéia de tentar a vida no Brasil. Levei-lhe como lembrança, ricos paramentos. As palavras me faltam para bem exprimir a emoção daquele encontro. Infelizmente, às emoções? de alegria e entusiasmo dos primeiros dias, viriam juntar-se lágrimas de profunda dor. Ao chegar a Edhn, minha vila natal, depois de abraçar chorando minha santa mãe, compreendi que perdera para sempre meu idolatrado pai. O desespero apossou-se de mim, pois ele era verdadeiramente o elo mais forte que me prendia à terra natal. Esse devotamento que eu sempre lhe demonstrara, parecera ao zelo de minha mãe, uma preferência e, segundo me disse, a fizera silenciar sobre a morte de meu pai, temerosa que eu, por isso, desistisse da viagem. Com o passar dos dias, amortecida a dor desencadeada pelo golpe brutal, pude fruir as doces alegrias da convivência familiar e assim permaneci três meses. Lembro-me de que estava novamente em Paris, no dia 5 de outubro de 1910, quando surgiu a notícia da Proclamação da República em Portugal. No dia seguinte em companhia de meu amigo Coronel Brandão, que encontrara casualmente em Versailles, saí de Paris e fui visitar a Bélgica, Holanda, Alemanha e Suíça. Em Haya, o edifício em que se

realizou a conferência da paz em 1905. Nesta famosa assembléia, se reuniram 44 nações. - "Aqui sentou-se o embaixador brasileiro, Ruy Barbosa. Era o menor na estatura, mas o mais alto no saber." Essas palavras levaram ao auge meu entusiasmo. Abracei o guia, declarando-me brasileiro. Passei alguns dias em Londres e, de volta a Paris, tomei passagem no vapor Ortega, regressando ao Brasil. Nas vésperas do Natal estava já em Benevente com minha família.

Em 1911 comprei uma lancha a vela. Reformei-a adaptando-lhe um motor e batizei-a com o nome de Zgartha, minha cidade natal. Comprei dois armazéns com instalações e maquinismos para beneficiar café. Nesta época dei sociedade a meu irmão Paulo, pai de Carlos Aboudib, e a meu sobrinho por afinidade, Philadelpho Fernandes. Fiz o capital de ambos cabendo-lhes nos lucros 33% e a mim 34%. Em 1912, fiz construir em Barra do Itapemirim, o navio que denominei "Moniz Freire", sendo o governador o Coronel Marcondes de Souza. À inauguração, que constituiu numa passeata na baía "barra de Vitória", compareceram o representante do Presidente do Estado, jornalistas, o próprio Moniz Freire (então no ostracismo) e, por acaso, estando de passagem no porto, o Senador Lauro Sodré que também participou da festividade a convite de Moniz. Desse encontro nunca esqueceu o ilustre Senador pelo Pará, tratando-me com simpatia sempre que nos víamos.

De 1913 a 1914, fiz uma viagem à Bahia para comprar 2 navios de aço de construção holandesa, para pesca e a motor. No momento de passar a escritura por 200 contos, o tabelião fez duas guias para pagamentos dos impostos: estadual 7% e federal 5%. Recusei-me, alegando que seria inconstitucional que um objecto pagasse 2 impostos. Consultei o Dr. Sales Guerra que confirmou o veredito do tabelião, com o qual não me conformei. Pelo cabo submarino, resolvi telegrafar ao Dr. Moniz, conhecedor de leis, nos seguintes termos:

"Dr. Moniz - Barão de Amazonas, 19. - RIO. - Comprei dois navios pt. pede dois impostos estadual 7% FEDERAL 5%? Devo pagar ambos? Qual devo pagar? Responda urgente Rua Chile 3 pt."

Horas depois, recebi a seguinte resposta: Pedro José - Rua Chile, 3 - Nenhum pt Apenas dois mil réis cada conto selo proporcional". Procurei então o advogado que redigira a escritura de venda e mostrei-lhe o telegrama de Moniz Freire. Ao tomar conhecimento do mesmo, admirou-se pois conhecia o valor de Moniz Freire como juriconsulto e fôra seu colega na Faculdade de Direito de São Paulo. Levou o caso ao conhecimento do então Presidente do Estado da Bahia, Dr. Antônio Moniz, o qual lhe sugeriu consultar a Ordem dos Advogados que, após discutir o assunto, resolveu acatar a opinião de Moniz Freire.

Paguei então 400 mil réis de imposto em lugar dos 20 contos.

OS MONTEIRO

Como ficou dito atrás, em 1906 tive que deixar minha casa comercial em Guarapari entregue a meu irmão e ao compadre Joaquim Castro, meu empregado. Apesar da confiança que neles depositava, os negócios não iam bem devido, principalmente, à tremenda guerra comercial que os Borges, chefes da política local no governo de Henrique Coutinho, me moviam, não me era possível de Benevente ir a Guarapari zelar por meus interesses.

Em 23 de maio de 1908, tomando posse no cargo de presidente o Dr. Jerônimo Monteiro, no mesmo dia recebi um telegrama do saudoso D. Fernando Monteiro, bispo do E. Santo, irmão do presidente, chamando-me a Vitória. D. Fernando que anos antes estivera em Benevente em sua visita pastoral, já me considerava seu amigo, disse-me.

"Já conversei com o presidente a seu respeito. O Sr. vá ao palácio, onde será bem recebido, e esteja certo de que serão tomadas todas as providências que o caso exige". De fato esse ilustre espírito-santense recebeu-me amistosamente fazendo vir à minha presença o desembargador Carlos Gonçalves, chefe de polícia. Disse-lhe então: -Sr. Carlos, quero dar ao Coronel Pedro José todas as garantias para que possa viajar livremente no município de Guarapari. Se for preciso mandar o corpo de Polícia, faça-o.

- Sim senhor, serão cumpridas suas ordens,mas acho que convém ao coronel Pedro José afastar-se um pouco da política...

A essa opinião tendenciosa de um coestaduano dos Borges, respondi; - Sr. Presidente: se as providências que vossa Excia. está dando ao chefe de polícia têm alguma condição, agradeço-lhe muito, mas não posso aceitar isto, porque no dia em que houve o rompimento, entre Dr. Moniz e o presidente Coutinho, hipotequei ao Dr. Moniz minha solidariedade irrestrita e cumprirei minha palavra, com o risco da própria vida.

- Sr. Carlos, as garantias ao Coronel Pedro José não têm condição. Poderá ele acompanhar o seu amigo e chefe nesse mesmo dia, minha cunhada de 23 anos de serviço, fôra demitida pelo presidente Coutinho, foi reintegrada como professora pública.

Saí do palácio satisfeitíssimo.

No dia seguinte o jornal oficial estampava uma notícia dizendo que o Sr. Presidente do Estado havia deliberado, de acordo com o Dr. Dioclécio Borges, a volta do Coronel Pedro José para o município de Guarapari. Ao ler esta notícia, fui ao palácio episcopal agradecer ao querido D. Fernando Monteiro, sua intervenção, mas recusando o favor desde que me fosse oferecido por Dioclécio

Borges. Compartilhando com o meu aborrecimento, garantiu-me D. Fernando que, no dia seguinte, o jornal publicaria uma nota reparadora. Como de fato foi publicada uma nota nestes termos: - Sua Excia., o Sr. Presidente do Estado, ao dar garantias ao Coronel Pedro José, não ouviu pessoa nenhuma.

Foi então que, a convite de amigos que levaram sua solidariedade ao ponto de irem buscar-me em Benevente, pude entrar em Guarapari triunfalmente. Mas já radicado em Benevente, para lá transferi todos os meus negócios deficitários em Guarapari.

Dos Monteiro, apesar de estarmos sempre em campo oposto na política, tive sempre provas de consideração e respeito. Sem falar em D. Fernando, cuja memória venero, recebi do Dr. Jerônimo e do Dr. Bernardino Monteiro as mais inequívocas provas de simpatia devidas ao adversário leal. Da mesma forma travei relações com o Dr. Henrique de Novaes, sobrinho dos Monteiro, de quem fui amigo dedicado, merecendo a honra de ser convidado; muitos anos mais tarde, para padrinho de casamento de sua primeira filha, em 1928.

Por ocasião da solenidade da sagração do bispo espírito-santense D. Helvécio Gomes de Oliveira, no Rio de Janeiro, não mais existia o Dr. Moniz Freire, meu inesquecível e querido amigo. Convidou-me então, o Senador Jerônimo Monteiro, seu ferrenho adversário, a ingressar no seu partido, excusei-me, procurando demonstrar que não tinha mais elementos como político. Respondeu-me que fazia questão da minha pessoa. Prometi pensar...

Certa vez, em Vitória, sendo Ministro da Agricultura (no governo Epitácio) o Dr. Simões Lopes, recebi de seu filho, Dr. Álvaro Simões Lopes, um amistoso telegrama pondo-se á minha disposição para o que pudesse necessitar. É que, alguns anos antes, adoecendo o Dr. Álvaro de febre palustre, quando em viagem pelo E. Santo, eu procurara cercá-lo de todo conforto e assistência.

No gabinete de Ministro, recebeu-me o Dr. Álvaro Simões Lopes, apresentando-me ao seu ilustre pai, ao qual encaminhou o requerimento em que eu solicitava fosse pago pelo Ministério, o frete dos maquinismos da usina de minha propriedade adquiridos em São Paulo. Apesar de estar vetada a lei orçamentaria que facultava aos usineiros esse favor; foi deferido a meu pedido, graças à intervenção do Dr. Alvaro que enalteceu ao Ministro a importância de minha indústria no Espírito Santo.

Nesse momento, surge à porta do gabinete, o Senador Jerônimo Monteiro.- Um momento Senador, estamos tratando de interesses de seu Estado, disse Dr. Álvaro. -E eu subscrevo tudo o que o Coronel Pedro José pedir, respondeu-lhe o Senador Jerônimo Monteiro.

No fim do governo Marcondes fui eleito deputado pela vontade expressa

do Dr. Moniz."-Tenho direito a cinco nomes na chapa estadual. Sabe que você é um desses cinco?" Não aceito, Dr. Moniz, prefira Radagazio no meu lugar. -"Está decidido. É você mesmo. Chegou a hora de dar uma demonstração pública de minha gratidão para com você. A sua vida esteve em jogo." Fui eleito e tive o meu diploma. Mas acontece que, na reforma da Constituição, Dioclécio Borges promoveu a retirada de artigo anterior com a resolução expressa da necessidade de ser brasileiro nato. Na circunstância, o presidente Marcondes, havia posto na chapa Braz Vivacqua, de forma que foram impugnados meu reconhecimento e o do candidato do sul do Estado.

Nessa ocasião fui ao Rio pois Dr. Moniz estava acamado por fratura, sabendo então por meu filho, que ele havia passado ao Marcondes um telegrama um pouco áspero, disposto até ao rompimento. Procurei imediatamente Dr. Moniz pedindo-lhe desistir de meu lugar no Congresso. Respondeu-me a Constituição Federal permitir serem os naturalizados até deputados federais, e que, por isso, se dispunha a recorrer à ordem de habeas-corpus ao Supremo Tribunal Federal. Para dissuadi-lo lancei mão então de todo recurso, pedindo intervenção de vários amigos, inclusive do Dr. Raul Martins. Dos encontros e intervenções de vários próceres, resultou convite do Jerônimo Monteiro para Argêo Monjardim (genro de Moniz) integrar a chapa e prova de não haver má vontade para comigo, ofereceu lugar para meu filho que assim, aos 19 anos, foi eleito Deputado Estadual. Tive que aceitar.

Sonho Premonitório.

Em princípios de 1918, acompanhei Dr. Moniz ao navio que o levaria ao Rio, adoentado, pés inchados. Na noite de 2 de abril sonhei com Dr. Moniz a meu lado. Acordei impressionado. Não pude mais dormir. Às 6 horas fui à sacada e vi sinal de vapor ao norte. Apressei-me e fui à Agência Lloyd comprar passagem, embarcando às 9 da manhã para o Rio. Quando cheguei ao Hotel Avenida, disse-me o gerente," - Coronel Aboudib, o senhor está sendo esperado. Acabam de lhe telefonar." Encontrei o Dr. Moniz agonizante.

USINA JABAQUARA

Em junho de 1915 mudei-me com minha família para Vitória, abrindo um escritório de transações comerciais. Em Benevente a firma continuava em franco progresso e adquiria café em grande escala, facilitando-me firmar-me com o produto na praça de Vitória.

Em começos de 1919, veio a Benevente o nosso comprador de aguardente em São João da Barra, Antônio Almeida. Subiu o rio Benevente até A.Chaves e vendeu em Jabaquara, um canavial com alambique a fogo nu, de propriedade de Feliciano Garcia e Agostinho Ginelli. Sugeriu a meu sócio Philadelpho, a idéia de montar ali um alambique moderno e fabricar aguardente e álcool em alta escala. Em meu regresso, achando viável a idéia, fui a Campos e telegrafei ao Almeida que ali me fosse encontrar. Visitamos várias usinas, desejando eu comprar um jogo de moendas e um alambique. Encomendamos então um alambique ao Sr. Antônio Martins Júnior (sr. de bem) para fabrico de 10 pipas de aguardente em 24 horas. Logo em seguida, soube da existência de uma usina parada em Sta. Cruz, pertencente ao Dr. Aristides Guaraná, de saudosa memória, a qual estava hipotecada ao B.B. por cerca de 3000 contos.

Telegrafei então ao Almeida, para que trouxesse técnico competente e viesse com ele a Sta. Cruz para opinar sobre a compra.

Como não entendesse do assunto, vali-me da opinião do técnico engenheiro David Findley, que achou a maquinaria em boas condições. Propus negócio ao Banco, mas para efetua-lo tive que permanecer 6 meses no Rio de Janeiro, a fim de conseguir anuência e assinatura do velho Guaraná e seus herdeiros. Tinha começado a minha grande luta. O transporte dessa imensa maquinaria em saveiros e rebocadores até Benevente, seria trabalho digno de titãs, se em seguida não o sobrepujasse a subida do rio de peças pesadíssimas e imensas, em pranchas a remo. Tive que mandar limpar o rio Benevente num percurso de cerca de 20 quilômetros, tarefa árdua e caríssima, para facilitar a condução desse material.

Em Jabaquara, onde adquiri terras, instalei guindastes para descarregar a maquinária pesada. Durante a montagem da usina verificou-se a falta de muitas máquinas, sendo necessário modernizar outras. Fiz uma encomenda à casa Jan Maquinismos em Glasgow, Inglaterra, importando a mesma em 12000 libras, cerca de 500 contos, moeda brasileira, tendo pago 113 no ato da entrega na alfândega e o restante em prestações. Nunca pude cumprir esse trato; e a casa foi tão correta que jamais me incomodou até que, em 1929, com a venda da usina, pude liquidar integralmente meu débito.

Quando me atirei a esse empreendimento, jamais poderia imaginar as dificuldades que teria de enfrentar. Faltava-me tudo. Foi preciso prover a lavoura de braços e para isso cheguei a mandar vir, por várias vezes, centenas de trabalhadores de Alagoas, Sergipe e de Campos.

Ali chegavam, mas poucos permaneciam, acossados pelo impaludismo impiedoso. Era-me forçoso mandar vir novas levas para que, aos canaviais em formação, não faltassem braços. Tratei desde logo do problema sanitário, trazendo

técnicos sanitários, que determinaram abertura de valas, plantação de eucaliptos e limpeza dos terrenos adjacentes. instalei uma farmácia que fornecia aos trabalhadores medicamentos. Ajudei também os lavradores próximos a fim de que intensificassem a plantação de canaviais, para a venda e consumo de minha usina.

Só o prédio da usina me custou, naquela época, mais de 100 contos. Mais a construção da casa do alambique e cerca de 50 casas de operários. Instalei luz elétrica. Iniciei e levei a termo a construção de 36 quilômetros de estrada de ferro de bitola 60, de A. Chaves a Benevente, passando pela usina Jabaquara. Para isso contei com valioso auxílio do governo do Estado.

Mas apesar de haver época em que se produziam 200 sacos de açúcar diários, os prejuízos eram enormes e isso por insuficiência dos canaviais. A usina permanecia parada dias e dias, por falta de matéria prima; apesar de meus esforços conjugados aos de meus sócios, amigos e interessados, Paulo, Philadelpho e Chiquinho Gonçalves, que não pouparam sacrifícios de toda a natureza nestes 10 anos de lutas, fui obrigado a vender a usina ao governo do Estado por 950 contos, os quais ficaram reduzidos a 830, porque descontados 450 contos que eu devia ao Banco do E. Santo, entregou-me o governo do Estado, 500 contos em letras ao prazo de 1, 2, 3 anos, as quais entreguei a meus credores. Como os juros dessas promissórias corriam por minha conta, tive que desembolsar 120 contos, ficando pois reduzida a venda para 830.

Nela eu empregara cerca de 3000 contos. Realizei esta venda ao governo do Estado, sendo presidente o Dr. Aristeu de Aguiar, jovem e querido amigo de longa data, que chegou a convidar-me para testemunha de seu casamento.

Essa transação foi orientada pelo então secretário de Fazenda, José Vieira Machado que, como todo secretariado, sabia que eu, anos antes, recebera uma proposta de compra da parte do Dr. Henrique de Novaes, representando industriais de São Paulo; proposta esta que, no momento, Philadelpho achou melhor não aceitar. Já havíamos empregado na usina 2200 contos e a proposta era de 2000 contos pagáveis 350 no ato da escritura, 350 seis meses depois e 1300 contos pagáveis em oito anos.

Meu passivo era nessa época, 1929, 1000 contos: 750 contos ao comércio Vitória- Rio e Glasgow; e 305 contos a amigos, alguns sem documento. Na sua totalidade, meus credores, quer comerciais, quer particulares, achavam que eu devia fazer uma concordata de 20%, de acordo com a lei vigente. Entretanto, com meus sócios, decidimos pagar a todos integralmente. Para isso vendemos todos os bens de minha propriedade, conseguindo salvar apenas o prédio, em Vitória, do Palace Hotel, de cuja renda exclusiva passei a viver muito modestamente. Tinha

porém inabalado meu crédito e gozava de prestígio nas rodas políticas e sociais, tanto que permaneci até 1930 no cargo de vereador municipal da Capital, para o qual fui eleito em 1924, no início do governo Avidos. Nessas legislaturas, nunca me deixei levar por interesses subalternos, zelando pelo município, como era o meu dever.

Em 1930 transferei-me para o Rio de Janeiro, acompanhado de meu filho, então deputado federal.

Com o advento da Revolução, voltamos a residir em Vitória: Em 1934 senti que a vista me ia faltando consideravelmente e para isso lancei mão de todos os recursos, peregrinando pelos consultórios médicos, inutilmente. A conselho de meu dedicado amigo, Dr. Aldemar Pessoa, filho do saudoso farmacêutico Inácio Pessoa, fui a Campinas consultar o Dr. Penido Burnier, sumidade no assunto. Nesta ocasião fazia eu, com Sinhá, uma estação em Poços de Caldas, onde ela procurava melhoras para uma dermatose. Guardo de Dr. Burnier a melhor recordação, tanto do ponto de vista de probidade profissional como pela bondade que teve para comigo. Examinou-me duas vezes no mesmo dia, durante quatro horas. Das 9 às 11 da manhã e das 3 às 5 da tarde. Às 5 horas me disse: "- Preciso lhe ser franco para que o Sr. não seja vítima de algum ganancioso que lhe proponha tratamento ou operação. O Sr. só tem 1/8 de vista. A esclerose atacou a retina e para isso não há remédio. Suas grandes preocupações de espírito influíram para isso, mas vamos tentar sustar-lhe a evolução."

Ao deixar o consultório, senti-me presa da emoção e por momentos julguei-me cego. Desesperado gritei pelo seu nome. Foi então que deu expansão a sua bondade, levantando-me o ânimo e fazendo-me conduzir ao hotel no seu automóvel. À noite, fez-me ali uma visita e levou-me a passear de carro pela cidade.

Na manhã seguinte regressei a Poços de Caldas.

Em 1936, nutrindo ainda a esperança de recuperar a vista, deixei Sinhá em Guarapari onde estávamos passando uma temporada e, a conselho de amigos, decidi ver o maior oculista do mundo, Dr. Barraquer, em Barcelona. Meu filho não escondia sua preocupação e tentou dissuadir-me de atravessar o Atlântico só e quase cego.

Vendi algumas terras que me restavam, apurando cerca de 20 contos e com isso tomei passagem na agência Cook, ida e volta de Santos a Barcelona. Embarquei em junho de 1936, no Cap. San Antônio direto a Barcelona, aonde cheguei a 9 de julho. Nesse mesmo dia fui ao consulado brasileiro para o qual levava uma carta; e o cônsul, muito distinto, marcou-me hora com o Dr. Barraquer. Ao fim de nove dias de tratamento, disse-me o Dr.: "- O Sr. nunca mais pode ler.

Seu caso é irremediavelmente perdido. A esclerose atacou a retina devido às grandes preocupações de espírito que o Sr. teve."

Desiludido, tive ainda a coragem de lhe relatar o que dois anos antes me dissera o Dr. Burnier. "Pensei que no velho mundo as celebridades tivessem mais valor que as do Brasil. Vejo agora que se iguam."

Levara eu uma carta para o Dr. Barraquer e outra para irmã diretora do Instituto Barraquer e isso me valeu de ambos, amável tratamento. A irmã sobretudo, foi dedicadíssima, e quando lhe falei em minha irmã Germaine, religiosa também de São Vicente de Paulo em Beirute, ficou contente. Ao despedir-me, indagando se ainda me demoraria em Barcelona, respondi-lhe: " Sim, por mais alguns dias", disse-me : "Acho que não deva demorar-se". Essas palavras me impressionaram e ao descer a elevador com o cônsul do Brasil, repeti-lhe o que me dissera a irmã. informou-me então dos boatos que corriam de próxima revolução e por esse motivo, cancelando o passeio a Madrid, que havíamos combinado, tomei o trem no dia seguinte com destino ao Líbano, Via Marselha

No mesmo dia à noite, já em Marselha, soube que havia rebentado a revolução espanhola. De Marselha viajei de trem até Trieste, parando em Gênova, Milão, Veneza".

(Com a morte do ilustre depoente ficou inconclusa sua interessante autobiografia).

O BRASIL QUINHENTISTA E O EPISÓDIO BOLÉS.

Zoel Correia da Fonseca ()*

Frei Vicente do Salvador e Padre Simão de Vasconcelos foram os maiores vultos da historiografia brasileira nos séculos XVI e XVII. Frei Vicente era brasileiro, nascido em 1564, em Matuim, na Bahia. Na vida secular chamava-se Vicente Rodrigues Palha. Estudara no Colégio dos Jesuítas, doutorando-se pela Universidade de Coimbra. Religioso franciscano, exerceu seu ofício eclesiástico na terra natal, tendo atingido o elevado cargo de governador do Bispado de Salvador. Sua grande obra historiográfica **História do Brasil**, concluída em 1627, só foi revelada ao público dois séculos e meio depois, em 1881, quando Capistrano de Abreu a encontrou em meio aos manuscritos existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Finalmente, foi publicada em 1888 ~ duzentos e cinquenta e dois anos após a morte de Frei Vicente, ocorrida em 1636.

Simão de Vasconcelos era natural da Cidade do Porto, onde nascera, em 1597. Veio menino para o Brasil, com a família. Estudou no Colégio da Bahia, tendo ingressado na Companhia de Jesus aos dezenove anos, onde galgou os mais elevados cargos, chegando a Provincial do Brasil.

Escreveu **A Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Foi, porém, com a **Crônica da Companhia de Jesus**, que pôde desenvolver suas três grandiosas obras, abrangendo a história do Brasil, desde seus primórdios, através da tríplice biografia dos mais representativos expoentes da Companhia de Jesus, em nossa terra. Sua **Crônica** aborda a história do Brasil ainda em seu nascedouro, ao acompanhar "paripassu", a trajetória memorável do Padre Manuel da Nóbrega. Chefiando a primeira missão jesuítica, quando de seu desembarque, naquele 29 de março de 1549, junto à comitiva governamental de Tomé de Souza, Nóbrega viria a ser o nosso primeiro missionário. Pertence-lhe, também, a autoria da primeira obra literária produzida no Brasil quinhentista - **Diálogo sobre a conversão do gentio**, datada de 1557.

Daí, prossegue Simão de Vasconcelos através da senda luminosa traçada pelo mais brilhante dos inicianos aqui chegados - o insigne José de Anchieta, e não descansa a pena ao finar-se aquela grande vida, em 09 de junho de 1597. Sua **Crônica** prossegue pela biografia do jesuíta João de Almeida - discípulo de Anchieta, e só se aquieta quando do passamento do último biografado, em 1654. O encadeamento natural e interdependente dessas três biografias ultrapassa, em mais

de um século, a história do Brasil.

Nem tudo, porém, foram amenidades nos escritos de nossos decanos historiadores. Levou-os a má sorte a lamentável desacerto, justamente em matéria que lhes constituía o substrato do prazer e da especialidade - a vida e a obra de Anchieta.

Inadvertidamente, acolheram em seus escritos a versão espanhola da **Paternina**, de Berettari, publicada na França e na Alemanha, em 1617. Tratava-se de publicação tendenciosa, redigida em latim, por autores protestantes. Fazia referência ao episódio do enforcamento do francês Jean Coynta, também conhecido por João de Bolés. Essa execução ocorrera no Rio de Janeiro, em 1567 e o Padre José de Anchieta era incriminado como co-autor, ao lado do carrasco.

Ao sabor da credibilidade outorgada pelos consagrados historiadores, o episódio espúrio ganhou acolhida de autores mais recentes, a exemplo de Capistrano de Abreu que, de boa-fé, registrou sua apreciação acerca do caso inusitado. Assim se pronuncia o confiável historiador em seu livro **Ensaio e Estudos**: "... autores jesuítas inserem a história de Bolés, o Jean Coynta - francês fidalgo e herege - na narrativa de Jean de Léry, condenado à pena última no Brasil. O carrasco mostrava-se bisonho no ofício. O herege, reconciliado de fresco, poderia explodir em blasfêmias e incidir nas mesmas erronias. Anchieta, para evitar a perda de uma alma que conquistara, substitui o carrasco. Dessa história pouco edificante, têm-se aproveitado incréus e protestantes. Seria verdadeira?"

Valiosas contribuições para a elucidação do episódio Bolés, foram trazidas por autores patrícios, nas primeiras décadas deste século. Pesquisando em velhos arquivos portugueses, franceses., lograram penetrar o mistério que, por séculos, envolveu personagens, propósitos e atitudes, possibilitando uma apreciação inteligível dos fatos, à luz da nova perspectiva.

Ao abrigo dos novos conhecimentos e pela confrontação criteriosa e desapassionada dos mesmos com o material pré-existente, será possível alcançar a certeza e com ela, restaurar a verdade histórica.

Para apreciar racionalmente o episódio Bolés, bastará escoimá-lo das meias verdades e desfigurações a que se viu atrelado através do tempo. Reconstituído em sua face verdadeira, restará por fazer, apenas, uma apreciação metodológica dos fatos, em seus mais variados enfoques - trabalho que, de resto, constituirá o objeto deste ensaio.

Questionar-se-ão as chamadas "velhas certezas", em razão dos novos conhecimentos e fatos coligidos a respeito do episódio Bolés.

Outra preocupação a ser observada no presente ensaio, é a de fugir, o quanto possível, da aridez característica dos modelos convencionais utilizados

nos procedimentos judiciais. Utilizar-se-á, de preferência, a crônica como forma narrativa, por melhor coadunar-se com a cronologia dos fatos históricos, que se seguem:

VILLEGaignon e a França Antártica

O malogro das tentativas de escravização indígena comprometeu, irremediavelmente, o Sistema de Capitânicas Hereditárias, instituído por D. João III, para o Brasil. Em Vila da Rainha (atual Município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro), na Paraíba do Sul, não foi diferente. A hostilidade dos índios ante o mau tratamento infligido pelos colonizadores portugueses, jogara por terra os esforços do donatário Pero de Góes.

Portugal - país de população reduzida à época do descobrimento, ressentia-se da falta de braços para incrementar o desenvolvimento sócio-econômico de sua extensa colônia. O despovoamento do litoral brasileiro ensejou a presença de entrelopos franceses e ingleses, a comerciar com os indígenas , através do escambo sistema comercial realizado à base de trocas de mercadorias. Participavam ativamente desse comércio, os índios potiguares, no Rio Grande do Norte; os caetés, na Capitania de Pernambuco; os tupinambás, na Bahia e os tamoios, na extensa faixa litorânea, que se iniciava em Cabo Frio, na Paraíba do Sul, e ia até as proximidades de Bertioga, na Capitania de São Vicente.

O comércio de trocas com os europeus redundou em vantagens imensuráveis para os nossos indígenas, em razão do elevado valor qualitativo do material recebido. Em troca de pau-brasil, algodão, farinha, abóbora, pimentão, animais e coloridas aves palradoras, recebiam os índios instrumentos de agricultura, de caça e de pesca, confeccionados em ferro. Além desses instrumentos metálicos, recebiam, também, espelhos, miçangas e faiscantes pedrarias de vidro colorido, para afago da vaidade de velhos caciques e jovens princesas índias.

Estagnados no primitivismo neolítico, não puderam nossos selvagens avaliar a importância do momento histórico que estavam vivendo. Ao abandonar seus milenares machados, machadinhas e facas de pedra, bem como os primitivos anzóis de osso ou de espinhas de peixe, em favor da moderna ferramentaria européia, estavam deixando para trás a idade da pedra polida. Chegara, para eles, o novo despertar: a idade do ferro.

Talvez resida na magnificência desse grande salto evolucionário, a explicação para a terna e duradoura amizade que, entre tamoios e franceses se estabeleceu, a partir de 1540.

Inspirada em tão fraterna aliança, a Corte francesa decidiu-se pela criação

de uma empresa para exploração comercial da nova terra. Seria uma empresa de capital misto; parte de procedência governamental, parte provida de particulares.

Conflagrada em querelas religiosas, a França amadurecera a idéia de situar na América, um Estado onde os reprimidos huguenotes pudessem comentar Calvino livres das perseguições da Igreja. Seria, talvez, uma segunda versão do " Êxodo para a terra prometida ".

Tal inspiração devia-se a um *cavaleiro andante*, herói do mar, soldado e aventureiro. Letrado, admirador de Calvino e amigo do Almirante Coligny - chefe da Igreja Reformada. Amigo, também, do Cardeal de Lorena - príncipe da Igreja Católica. Esse *personagem de capa e espada* chamava-se Nicolau Durand de Villegaignon, e sua fama não era indevida. Combatera na Expedição de Alger, em 1541 e na campanha húngara, contra os turcos. Ganhara notoriedade quando em 1548, no comando de um galeão francês, desembarcara na Escócia para buscar ninguém menos que a bela e desditosa rainha Maria Stuart, então no esplendor dos dezesseis anos. Ela iria desposar o príncipe e futuro rei Francisco II. Esse feito d'armas, ao desafiar a vigilância da marinha inglesa no Canal da Mancha e desembarcar, em Brest, a noiva de Francisco II e futura rainha de França, valeu-lhe as divisas de vice-almirante da Bretanha. Após isso, ainda lutou contra os turcos, no Mediterrâneo oriental e conseguiu salvar a Ilha de Malta.

Embora decepcionado com a avareza do Rei Henrique II, Villegaignon não esmoreceu em seu sonho de criação da *França Antártica*. Anunciou seus projetos aos quatro ventos e aprovisionou dois navios de duzentas toneladas. Entre católicos e protestantes, conseguiu acomodar a bordo seiscentos homens e partiu a 12 de julho de 1555, rumo ao Rio de Janeiro. Essa nova aventura de Villegaignon repercutiu, na França, qual proeza romanesca, merecendo até poema épico de Ronsard.

Poder-se-ia dizer que o processo civilizatório da Guanabara iria iniciar-se naquele dia 15 de novembro de 1555, com a chegada de Villegaignon à ilha do Ratier (atual ilha de Laje), à entrada da baía. Transferiu-se, a seguir, para a interiorana ilha de Seregipe (hoje ilha de Villegaignon). Tal mudança efetuou-se sob os auspícios da Nação Tamoia, pois iriam os franceses situar-se na foz do rio Carioca. Os índios tamoios consideravam o Carioca como uma espécie de rio sagrado. Atribuía-lhes as virtudes de suas puras águas a beleza das mulheres e a boa voz dos cantores.

Pensando na provável reação da Coroa portuguesa, Villegaignon deu início à construção de duas fortalezas, artilhadas e aprovisionadas de víveres e munições, assim como de instalações para a guarnição militar e familiares.

Henrique II decidiu reforçar a iniciativa de Villegaignon, enviando-lhe

uma segunda expedição, sob o comando de seu sobrinho, Bois le Conte. Essa expedição aportou na *França Antártica* em 10 de março de 1557, trazendo duzentas e noventa pessoas. Nela vieram cinco moças casadouras, aos cuidados de uma preceptora mais experiente.

Dentre os desembarcados, dois personagens estarão destinados ao relevo nas próximas páginas; um, por suas excelsas virtudes; outro, por seus reprováveis defeitos.

Jean de Léry, jovem de vinte e três anos e estudante de teologia, fora escolhido por Calvino, para divulgar a nova doutrina, na América. Ao talentoso Léry pertence a autoria da mais empolgante narrativa de viagem dos séculos XVI e XVII - *Histoire d'un voyage*, editada em 1578. Conhecida no Brasil sob o título de **Viagem à Terra do Brasil**, essa obra se recomenda pelo saboroso estilo de Léry, além da imparcialidade com que descreveu a vida e os costumes dos nossos índios. Pela riqueza de pormenores e abrangente poder de observação de nossa sociedade indígena do século XVI, é considerado o melhor documentário indigenista daquele Brasil recém-descoberto.

Villegaignon era homem mais de decisões guerreiras, que de organização administrativa. Suas tentativas de amalgamar personalidades díspares e mesmo antagônicas - católicos, protestantes, calvinistas, hereges e agnósticos, mostraram-se improdúcentes. Ele próprio era dialeto e polemista; calvinista para os católicos e católico para os protestantes. Tamanha miscigenação de credos terminou por transformar sua *França Antártica* em um pandemônio de debates e querelas sem fim. A disputa entre religiosos e contestantes foi tão acirrada, a ponto de subverter a paciência do Almirante: depois das muitas advertências e ameaças, o guerreiro despiu a sotaína e empunhou a espada. Era o início de um regime marcial e despótico, para o forte de Coligny e sua comunidade.

Jean de Léry registrou em seu livro acerbas críticas a Villegaignon. Sua aparente receptividade inicial às prédicas dos calvinistas, foi considerada como mera dissimulação. Concluíram os calvinistas tenha o Almirante retomado à sua antiga religião católica, após o recebimento de diversas cartas do Cardeal de Lorena, trazidas por uma nau que aportara em Cabo Frio.

Não ficaram apenas nessas diatribes os registros de Léry para com as mudanças no comportamento de Villegaignon. Após constituir-se vice-rei da *França Antártica*, terminou por rebelar-se contra a religião reformada, passando a exercer sua autoridade através da força, quando não da violência.

Léry e outros insatisfeitos abandonaram a ilha de Seregipe e foram instalar-se numa construção tosca - a *Briqueterie*, às margens do rio Carioca. Lá, em companhia de outros egressos do forte de Coligny, puseram-se à espera do navio

que os levaria à pátria distante. Essa mudança para terra firme ocorreu em outubro de 1557.

Adquiriram passagens no navio Jacques, que deveria zarpar em 04 de janeiro de 1558, após completar o carregamento de pau-brasil, algodão, pimentão, símios e aves.

Villegaignon enviou, de próprio punho, licença ao comandante do Jacques. Escreveu, ainda, uma carta, em que dizia não opor nenhuma dificuldade ao regresso dos religiosos, pois assim como se alegrara com sua vinda, pensando encontrar o que buscava, assim também ficava contente com seu retorno, por não estar de acordo com sua conduta. Ocultou-lhes, porém, uma traição: entregara ao comandante do navio uma caixinha embrulhada em pano encerado, a fim de protegê-la do mar. Essa pequena caixa continha cartas dirigidas a diversas personalidades. Anexara também, um processo, em que pedia ao primeiro juiz, em França, que mandasse prender os religiosos e os queimasse, como hereges.

A viagem marítima (segundo o relato de Léry) revestiu-se de dramaticidade para tripulantes e passageiros, mas para três religiosos, redundou em tragédia. O mar grosso fustigava a estrutura do velho e carcomido Jacques, abrindo-lhe fendas no casco, por onde a água penetrava aos borbotões, a ponto de ameaçar-lhe a flutuabilidade. Ante a iminência de naufrágio, tripulantes e passageiros revezavam-se, dia e noite, nas bombas de esgotamento, enquanto o carpinteiro de bordo tentava o milagre de vedar as fendas do casco da popa. Do próprio carpinteiro partiu a sugestão de que retomassem ao local de partida, distante apenas cinquenta léguas.

O comandante contrapôs-se ao retomo do navio, dizendo preferir perder a vida, a ficar sem tripulação e mercadorias, em caso de desistência. Comprometeu-se, no entanto, a ceder uma barca aos que quisessem desistir da viagem.

Após diversos debates, Léry e mais cinco companheiros decidiram-se pelo retomo à *terra dos selvagens*. Após colocarem farinha, bebidas e roupas na barca, foram às despedidas. Um amigo, que ficara a bordo, penalizado pela separação e impelido pela amizade a Léry, estendeu-lhe os braços, pedindo-lhe reconsiderasse tal decisão. Dizia-lhe ser preferível enfrentar as incertezas daquela viagem, à certeza de cair às garras de Villegaignon, que jamais iria dar-lhe sossego.

Jean de Léry retomou ao Jacques, o que, provavelmente, salvou-lhe a vida ... e a obra - o precioso **Histoire d'un Voyage**.

Presos ao desembarcar, os cinco desistentes foram submetidos a julgamento sumário, no forte de Coligny e condenados à morte. Três deles, os monges calvinistas Pedro Bourdon, João Bordel e Mateus Verneil foram estrangulados e seus corpos atirados às águas da Guanabara. Os dois restantes - o

alfaiate André Lafon e Tiago Leballew, tiveram suas penas comutadas por Villegaignon, a quem continuaram servindo.

O EPISÓDIO BOLÉS

Na segunda expedição aportada em Seregipe, naquele 10 de março de 1557, desembarcara uma figura notória. Assim como Léry, estava predestinada ao relevo da posteridade; não por suas virtudes, mas por seus desvarios ideológicos. Seu nome era Jean Coynta. Nascera na França, em Boulez - lugar pertencente à jurisdição de Throyes, na Champanhe - Arcebispado de Sens.

Entre portugueses e brasileiros passara a chamar-se João de Bolés, mas atendia também, por Senhor Heitor, João Coynta, Senhor de Bolés...

Assim como Jean de Léry, também escrevera um livro - contestatório para judeus e mouros, intitulado **Colóquio de João - Senhor de Bolés, contra Alchana de Faraó - Capitão dos turcos**. Sua fama, porém, não lhe adveio do livro e nem da erudição - que não era pequena, mas de seus desvarios religiosos e destemperos de linguagem nas prédicas contra a Igreja e autoridades religiosas. Versado na Sagrada Escritura, dominava o latim, o grego e o hebraico. Seus discursos contestatórios eram proferidos em espanhol - língua a que estava afeito o povo da época.

A melhor definição para o aventureiro João de Bolés, pertence a Celso Vieira: "... era um homem jovial e destemido, vaidoso e loquaz, rixento e volúvel; tipo de fanfarrão mercenário e letrado, sem valor para nada e apto para tudo, conforme o ambiente e as circunstâncias; tinha o desafio pronto, o discurso entremeado de anedotas e ironias, o argumento fácil dos contraditores habituais. Servia-se da espada com arrojo, da pena com esmero, da intriga com astúcia".

Como já ocorrera com tantos outros, Villegaignon também se deixara fascinar pelo encanto pessoal e brilho da inteligência do Senhor de Bolés. Perderiam-no, no entanto, a arrogante vaidade e a mordaz irreverência. O próprio Villegaignon terminaria por tachá-lo de jacobino renitente, após irritadas polémicas religiosas.

Sua retirada do forte de Coligny não se fez pacificamente; fora expulso por Villegaignon, segundo alguns autores. Anchieta, que bem conhecera o Senhor de Bolés, declarou na **Informação do Brasil e das Capitânicas**, de 1584, que "... este, com medo de Villegaignon, que pretendia castigá-lo por suas heresias, fugiu, com alguns outros, para São Vicente."

Desertara, ao final de 1557, tendo embarcado em uma das inúmeras canoas-de-guerra dos tamoios, a pretexto de ajudá-los na hostilização habitual a portugueses

e índios tupis de Piratininga, na Capitania de São Vicente.

Tendo alcançado a fortaleza de Bertioga, deu ciência ao capitão-mor do risco de ataque iminente, pelos tamoios. Fixando-se em São Vicente, Bolés enviou uma carta sui generis ao jesuíta Luiz da Grã, no início de 1558. Era essa uma carta pretensiosa e de conteúdo auto-referente, que não lhe honrava a inteligência e, menos ainda, o equilíbrio psíquico. Nela, dizia-se erudito e bastante viajado, além de afirmar sua superioridade em gramática, dialética, lógica, retórica, física e filosofia. Em acintosa deselegância, terminava por desafiar quem se julgasse à altura de um debate público sobre a Sagrada Escritura ou Teologia prática.

Sua carta prenunciou acirrada campanha contestatória contra a Igreja e os jesuítas. Estes, cedo perceberam estar o Senhor de Bolés empolgado pela idéia de criar, no Brasil Colonial, nova doutrina religiosa, tendo Cristo por Messias e Jean Coynnta como divulgador dos fundamentos da nova religião.

Obstinado nessa missão, entregou-se de corpo e alma ao novo proselitismo. Suas empolgantes prédicas eram condimentadas com o veneno das heresias com que recheava o discurso ferino, entrecortado de deboches e ironias.

O adversário era perigoso, logo perceberam os jesuítas e trataram de refreá-lo em suas tentativas de subverter a ordem social e religiosa da província. Para tanto, fizeram uso da incontestada autoridade: mandaram prender João de Bolés. Estava enfim conjurada a grave ameaça. Suas heresias foram resumidas num auto do ouvidor eclesiástico Gonçalo Monteyro.

Para o Governador Mem de Sá, fora um trabalho aborrecido aquele de reprimir as matanças e destruições causadas pelos índios aimorés na Capitania de Ilhéus. Mas pelo menos, já não sentia tanto a amargura que o perseguira, nos meses anteriores, pela lembrança da morte do filho. Fernão de Sá morrera, na Capitania do Espírito Santo, ao tentar reprimir um levante de tupiniquins, às margens do rio Cricaré, em 1559.

Ainda em Ilhéus, o Governador fora solicitado a receber um visitante francês, que havia abandonado Durand de Villegaignon e desejava colocá-lo a par dos dissídios e coisas da *França Antártica*.

O visitante outro não era senão Jean Coynnta - O Senhor de Bolés. Após apresentar-se, Bolés revelou-lhe ter sido enviado pelo próprio Almirante Coligny. Disse-lhe haver desposado uma jovem francesa, mas não pudera viver no Rio de Janeiro, por não ter aderido ao calvinismo. Importantes para o governador foram seus precisos conhecimentos das particularidades defensivas do forte de Coligny e do real poderio da expedição francesa.

Suas pormenorizadas informações impressionaram Mem da Sá, que delas se serviu para a conquista do forte, em março de 1560. Essa entrevista entre Bolés

e Mem de Sá foi corroborada por Anchieta, nas seguintes palavras: "...deste, recebeu o Governador os projetos dos franceses, e com naus armadas, veio combater a fortaleza".

Informado dos pontos vulneráveis da fortaleza, bem como dos costumes e imprevidências dos franceses, Mem de Sá organizou a expedição à Guanabara. Outra não era a intenção da Coroa portuguesa que, para isso, enviara-lhe uma frota sob o comando de Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, chegada à Bahia em 30 de novembro de 1559. Composta de duas naus e oito caravelas, uma das quais comandada pelo seu jovem sobrinho Estácio de Sá, partiu o governador rumo ao Rio de Janeiro.

Conhecendo o número de defensores do forte de Coligny (mais de 120 franceses e 1500 índios tamoios), resolveu Mem de Sá aportar em Vitória, em busca do auxílio de Belchior de Azeredo, capitão-mor e Comandante Militar da Capitania do Espírito Santo.

A providencial ajuda foi obtida através do cacique Araribóia - morubixaba dos Índios temiminós (maracajás). Era essa a oportunidade ansiosamente aguardada por Araribóia e sua tribo, para a vingança contra os tamoios, que os hostilizaram, obrigando-os a abandonar a ilha de Paranapuá (atual Ilha do Governador, na baía de Guanabara) - sua terra de origem , nos idos de 1555.

No dia 15 de março de 1560, foi Mem de Sá, pessoalmente, intimar à rendição a ilha de Villegaignon (O almirante já havia regressado à França, no ano anterior).

Os franceses e tamoios saíram para a luta, por duas vezes e a batalha estrugiu. O número de mortos cresceu, de ambos os lados, mas ao fim daquele dia, as forças de Mem de Sá haviam-se apossado da primeira fortaleza. O outro forte, porém, resistiu e a batalha final deu-se já na madrugada do terceiro dia, quando franceses e tamoios decidiram pela retirada para o Continente.

Com diversos navios avariados e insuficiente pessoal para a tomada de posse da Guanabara, Mem de Sá limitou-se a arrasar o que restara das fortalezas e retirar-se para São Vicente.

João de Bolés, que havia assistido aos combates, no Rio de Janeiro, acompanhou Mem de Sá em sua retirada para São Vicente. Outra batalha esperava pelo Senhor de Bolés naquela Capitania: seu processo estava tramitando na justiça eclesiástica, conforme relato de Gonçalo Monteyro, acerca dos depoimentos de Luiz da Grã, Manoel da Nóbrega, José de Anchieta, dentre inúmeros outros, prestados, em 22 de abril de 1560, na Vila de Santos. Pedia Luiz da Grã uma devassa no passado de Bolés... "...e não se vá para o Reino". A tônica dos diversos depoimentos era representada pelas acusações de desacato às autoridades

religiosas - incluindo o Papa, e pelas mais escandalosas e heréticas pregações.

O Senhor de Bolés foi mandado para a Bahia, na mesma nau em que Estácio de Sá viajava para a Europa. Na Bahia permaneceu preso, por ordem de D. Pedro Leitão - segundo Bispo do Brasil, até 1563,

É de bom alvitre transcrever as palavras de Celso Vieira - sem dúvida, dos mais respeitáveis estudiosos do assunto, nas primeiras décadas deste século, e que, através de pesquisas diversas, muito contribuiu para elucidação de pontos obscuros, no episódio Bolés: "... queriam os jesuítas levá-lo à fogueira, mas veio, do Regente Cardeal-Rei D. Henrique (irmão do falecido Rei D. João III), uma ordem, avocando o processo para a inquisição de Lisboa. Foi então, confiado ao mestre da nau Barrileira, a 08 de maio de 1563; e no dia 20 de outubro do mesmo ano, passava a ocupar uma cela, em Lisboa, sob a responsabilidade de Pedro Fernandes - alcaide do cárcere da santa inquisição.

Conforme documentação segura, que se pode conferir no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, processos números 1586 e 5451, da Inquisição; João de Bolés foi absolvido em 15 de novembro de 1564; tendo tido grande influência nessa absolvição o pronunciamento de Mem de Sá.

Ingressa, então, no Convento de São Domingos, onde permanece três anos, ainda, aguardando a liberdade para outras penas menores.

Depois de libertado do Mosteiro de São Domingos, sob promessa de não se afastar do Reino sem licença da autoridade máxima; João de Bolés embarca para a Índia, onde, finalmente, sua trajetória se perde para registro da posteridade".

Tivessem estado nossos antigos historiadores mais atentos às palavras de Anchieta, em 1584, e de Luiz da Grã, em 1591, ter-se-ia evitado a inclusão do nome do herege Jean Coynta - conforme fez Berettari, em 1617 - naquele enforcamento coletivo de combatentes franceses, após a batalha pelo forte de Uruçumirim, em 20 de janeiro de 1567.

Sabe-se, através da suficiente documentação apresentada, que João de Bolés - o Jean Coynta citado por Berettari, jamais retornara ao Brasil após passar pelo Tribunal da Inquisição, em Lisboa, e portanto, não poderia estar presente, no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1567. A esse respeito, consulte-se o depoimento prestado (sob juramento de dizer a verdade) por Luiz da Grã, ao Tribunal Eclesiástico, em 14 de agosto de 1591: "...Bolés foi desterrado para a Índia".

Também as palavras de Anchieta, na **Informação do Brasil e das suas Capitânicas**, são conclusivas a esse respeito. (Parte dessa declaração, datada de 1584, já foi enunciada linhas atrás): "...fugiu para São Vicente nas canoas dos tamoios, que iam lá à guerra, com título de os ajudarem, e chegando à fortaleza da Bertioiga, se meteu nela com os seus, e se ficou em São Vicente. Ali começou a

vomitam a peçonha de suas heresias, ao qual resistiu o Padre Luiz da Grã, e o fez mandar preso à Bahia e daí foi mandado pelo bispo D. Pedro Leitão a Portugal, e de Portugal à Índia, e nunca mais apareceu".

Por todas essas razões apresentadas e sobejamente comprovadas, é possível atestar a falsidade contida naquela publicação dos escritos de Berettari, em 1617, na França e na Alemanha, incriminando José de Anchieta, como co-autor, no enforcamento de Jean Coynta - o Senhor de Bolés, naquele ano de 1567, no Rio de Janeiro.

Dentre os biógrafos de Anchieta, o lusitano Pero Rodrigues, radicado no Brasil a partir de 1594, talvez seja o mais antigo. A ele pertence o registro inicial do enforcamento dos combatentes franceses aprisionados na batalha pelo forte de Uruçumirim.

Imprecisão e pobreza de pormenores caracterizam o registro de Pero Rodrigues, datado de 1606. Em sua reticente narrativa, faz referência a nove ou dez franceses, aprisionados com armas na mão, a quem Mem de Sá, em acatamento às leis de guerra, mandara enforcar, para exemplo e terror, naquele dia 20 de janeiro de 1567.

Daquele grupo de nove a dez condenados à morte, fazia parte um herege, que Mem de Sá subtraiu ao carrasco, entregando-o a Anchieta, a fim de que tentasse salvar-lhe a alma, reconciliando-o com Deus e a Igreja, para posterior execução.

Além de impreciso quanto ao número de condenados - Nove? dez? - o relato de Pero Rodrigues ainda peca pela omissão dos nomes dos prisioneiros, até hoje imersos no anonimato.

Com era de prever, todas essas falhas não só comprometeram a credibilidade do fato histórico, como também alimentaram especulações outras, nem sempre movidas pelo bom propósito de estabelecer a verdade.

Pelas razões acima expostas, impossível se torna retirar, do registro de Pero Rodrigues, dados objetivos suficientes para comprovação da materialidade da execução, em separado, do herege combatente. E na ausência de prova material da execução, impossível se torna apontar a participação de quem quer que seja.

Anchieta, cujas referências a "Joannes" de Bolés são sobejamente conhecidas, nada escreveu capaz de relacioná-lo, diretamente, a esse outro suposto personagem.

Sabe-se, também, que, por ocasião dos debates no processo de beatificação de José de Anchieta, no século XVIII, em Roma, o episódio relatado nos escritos de Pero Rodrigues, de 1606, não foi sequer aventado pelo Promotor da Fé, como óbice à ascensão do venerável sacerdote à bem-aventurança.

"Na verdade, não existe história; apenas biografia". O aforismo de

Emerson pode ser confirmado pelo desenvolvimento do episódio Bolés, todo ele construído por resumos e fragmentos biográficos das mais variadas personalidades, algumas de transcendente importância para o Brasil quinhentista.

MEM DE SÁ E O BRASIL COLÔNIA

Desembargador dos agravos e fidalgo da Casa e Conselho del-Rei, o Dr. Mem de Sá possuía a retidão da justiça de sua época: breve e implacável.

Sua escolha, para um mandato de três anos, fora outorgada por D. João III e representou uma dádiva para o Brasil. Mais que dádiva, a escolha desse homem honesto e de caráter nobre, obedeceu a uma estranha predestinação: não iria passar apenas três, porém, os restantes quatorze anos de portentosa e edificante existência, para glória da jovem colônia e desencanto de tão grande homem.

Seu governo caracterizou-se por denodadas lutas e grandes realizações. Revelou-se administrador competente, colonizador hábil e soldado de mão heróica. O Brasil foi feliz com Mem de Sá; a recíproca, no entanto, não parece ter sido verdadeira, pelo menos no plano afetivo-familiar: estava ausente por ocasião das exéquias de seu único irmão Francisco Sá de Miranda - grande poeta e renovador da poesia portuguesa, falecido em Lisboa, em 1558. Perdera o filho Fernão de Sá, em luta contra os indígenas, na Capitania do Espírito Santo, em 1559. Quase oito anos depois, veria o sobrinho Estácio de Sá tombar, mortalmente atingido por uma flechada na face, durante a batalha pelo forte de Uruçumirim, no Rio de Janeiro.

Nos derradeiros anos de seu governo... e de sua vida, sentindo-se envelhecido e adoentado, suplicou, por diversas vezes, substituição à rainha Da Catarina da Áustria.

Quando, finalmente, a soberana aquiesceu em substituí-lo, o destino, caprichosamente, contrapôs-se à sua derradeira vontade de querer morrer junto aos seus e em seu torrão natal.

Sabendo-o enfermo e exausto, a rainha nomeou D. Luiz Fernandes de Vasconcelos - antigo comandante da esquadra portuguesa na Índia, para substituí-lo.

D. Luiz de Vasconcelos deveria ser o quarto Governador Geral do Brasil, assim como o Padre Inácio de Azevedo viria substituir o Padre Luiz da Grã, na qualidade de terceiro Provincial do Brasil. O Padre Inácio traria trinta e nove jesuítas para o trabalho de catequese, no Brasil.

A expedição, constituída por seis embarcações, já navegava em pleno oceano, ao Largo do Arquipélago das Canárias, naquele dia 15 de julho de 1570,

quando foi interceptada pela armada de corsários franceses. Os famosos capitães Jacques Soret e Jean Capdeville - comandantes da armada corsária, lograram apresar a nau que transportava o Padre Inácio de Azevedo e os trinta e nove Jesuítas. Mataram-nos a todos, atirando-os ao mar.

As outras embarcações dispersaram-se, indo refugiar-se em diferentes locais. A nau de D. Luiz de Vasconcelos conseguiu abrigar-se em São Domingos, nas Antilhas, e retornou aos Açores.

Quando de novo demandava ao Brasil, foi abordada e tomada por componentes de três navios-piratas. Ao brioso Luiz de Vasconcelos, não restou outra alternativa, além da de lutar e morrer empunhando a espada.

Essa morte veio selar a esperança de retorno à pátria ao velho e alquebrado Mem da Sá. Finalmente, descansou daqueles quatorze anos de lutas e desencantos, às dez horas da manhã do dia 02 de março de 1572. Foi sepultado junto ao cruzeiro da Igreja Nova do Colégio dos Jesuítas. A lápide do seu jazigo ainda pode ser vista no meio da nave dessa Igreja, na Cidade de Salvador - Bahia.

* * * *

BIBLIOGRAFIA

- * Capítulos da História Colonial - João Capistrano de Abreu - Rio de Janeiro - 1928
- * Crônica da Companhia de Jesus - Simão de Vasconcelos - Lisboa - 1865.
- * Vida do Venerável Padre José de Anchieta - Simão de Vasconcelos - Editora Nacional - Rio de Janeiro - 1943.
- * História do Brasil - José Francisco da Rocha Pombo - Vol. I - Editora J. Fonseca Saraiva & Cia. Editores - Rio de Janeiro.
- * História do Brasil - Pedro Calmon - Vol. I - Cia. Editora Nacional.
- * Viagem à Terra do Brasil - Jean de Léry - Livraria Martins editora.
- * Anchieta - O Apóstolo do Brasil - Hélio Abranches Viotti - Edições Loyola - São Paulo - 1966.

**OS ORIUNDI
NAS CRÔNICAS
DE ROBERTO MAZZINI**

Miguel Depes Tallon()*

(*) Professor da UFES e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

"Mérica, Mérica, Mérica,
cossa sara questa Mérica,
Mérica, Mérica, Mérica
L'è un mazzetin da fior..."
(De uma canção de imigrantes)

"Não se encontra o espaço, é preciso construí-lo
sempre."

Bachelard

INTRODUÇÃO

Há nas crônicas de Roberto Mazzini uma intensa presença da cultura dos **oriundi**. **Oriundi**, como se sabe, são os descendentes dos imigrantes italianos, que, nos últimos decênios do século XIX, se transferiram da Itália para o Brasil.

No Brasil, os imigrantes fundaram povoações, vilas, com nomes que lhes recordavam as terras de origem: Nova Trento, Nova Venécia, Santa Cecília e tantos outros.

Nesses núcleos procuraram preservar os vínculos culturais que os uniam à Itália, conservando, tanto quanto possível, a língua, a religião, a culinária, os costumes, os jogos, a maneira de trajar e uma certa arquitetura agrária. Enfim, um conjunto que Luiz Busatto, com muita felicidade, em recente ensaio, chamou de "**identidade ítalo-capixaba**" (1). Para Busatto "**a cultura italiana deixou traços e marcas muito fortes no comportamento social destes brasileiros e capixabas**" (2).

"**Os traços e marcas muito fortes**" a que alude Busatto estão presentes no cotidiano de uma grande parcela da população capixaba, justamente aquela formada pelos oriundi, vez que poucos imigrantes restaram das primitivas famílias que abandonaram a Itália em busca do sonho que foi a **Mérica**. Hoje, o truco, a bocha, a enorme religiosidade, a polenta, o nhoque, o macarrão, a pizza, enfim, as massas, o gosto pelo vinho, pela graspa, se acham de tal forma incorporados à cultura do Espírito Santo, que talvez seja quase impossível tentar uma dissociação.

E todos esses traços e marcas, consoante tentarei demonstrar, se encontram ao longo das **Crônicas de Roberto Mazzini**, de autoria do **oriundo** Ivan Borgo, crônicas essas publicadas na revista **Você**, da Universidade Federal do Espírito Santo, e, depois, em 1995, enfeixadas no volume **Crônicas de Roberto Mazzini**, editado com algumas crônicas inéditas, pela secretaria de Produção e Difusão Cultural da UFES.

O fundamental é alcançar nos textos de Mazzini a interação das normas sociais da cultura dos **oriundi**, com sua ambientação histórica. Aliás, a esse respeito, Wolfgang Iser adverte que "**em face da arte moderna, assim como de muitas recepções de obras literárias, o leitor não mais pode ser instruído pela interpretação quanto ao sentido do texto, pois ele não existe em uma forma sem contexto**" (3).

Ao pretender abordar os **oriundi** nas **Crônicas de Roberto Mazzini**, outro propósito não tive, que não o de procurar identificar os traços de uma cultura, que, ao longo dos decênios, soube fazer-se característica e singular. Assim, os **oriundi**, neste ensaio, têm uma conotação que transcende sua significação literal,

para abranger exatamente todo um repositório cultural que os imigrantes e seus descendentes no Espírito Santo - justamente os **oriundi** - souberam construir, em termos de mentalidade, de sociedade e de costumes.

A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO

A industrialização da Itália, na segunda metade do século XIX, provocaria um grande crescimento demográfico, não acompanhado pela abertura de novos empregos. A crise social fez-se então inevitável e a saída encontrada para a imensa pressão social foi a emigração. E, na emigração, a América com suas possibilidades foi a resposta, a chave para o paraíso.

A primeira leva de imigrantes italianos para o Espírito Santo chegaria em 1874, trazidos por Pietro Tabachi, embarcados em Gênova, no navio francês **Sofia** (4). Luiz Busatto, um dos maiores estudiosos da imigração italiana no Espírito Santo, assim viu o processo:

"O movimento imigratório italiano no Espírito Santo tem características próprias e se processou, basicamente, em dois tempos: o primeiro inclui a fase imperial (1874-1882) que vai da fundação até a emancipação de núcleos nas colônias, em regiões próximas aos centros de comercialização; o segundo, a fase imperial e republicana (1885-1895) e é uma retomada do surto imigratório em regiões mais afastadas e interioranas e que termina com a proibição causada pelo insucesso do núcleo Muniz Freire no Rio Doce" (5).

Para atrair o imigrante, o governo brasileiro empregou agentes e desenvolveu uma campanha publicitária sobre as vantagens do empreendimento, prometendo terra, ferramentas, assistência e auxílio financeiro. Contudo, a realidade encontrada pelos imigrantes foi bem outra, especialmente no caso do Espírito Santo.

As primeiras famílias italianas se instalaram no Espírito Santo, depois de passar algum tempo na **Hospedaria da Imigração**, na Pedra D'Água, foram reembarcadas no pequeno vapor **Presidente** e conduzidas para Santa Cruz, onde se localizava Nova Trento, às margens do Piraquê (6) .

Desentendimentos entre os imigrantes e Pietro Tabachi acabaram comprometendo o empreendimento, levando a grande maioria a penetrar ainda mais para o interior, vindo a ocupar o núcleo de **Conde D'Eu**, cujo nome, posteriormente, foi alterado para Pau Gigante, e, finalmente, Ibiracú.

Com a chegada de novas levas de imigrantes, "**já sem a influência de Tabachi**", foram fundados "**Pendanga, Acioli, Demétrio Ribeiro, Treviso, Cavalinho e Baunilha**" (7). Nos anos seguintes, outros núcleos surgiram e, entre eles, Santa Teresa, Nova Venécia, Araguaia, Ribeirão do Cristo, Rio Novo, Urânia, Vitor Hugo, Iracema, Maravilha e Santa Júlia.

Efetivamente, os governos da província não cumpriram o acordado com os imigrantes e, se de fato receberam terras, algumas ferramentas e algum auxílio financeiro no início, foi só. Nada mais, os diversos governos da província lhes prouveram e os imigrantes, numa verdadeira epopéia, se viram sós, diante do gigantismo da floresta. E num ambiente hostil, palmilhado de mosquitos, doenças tropicais, serpentes, indiferença governamental, desconfiança dos naturais, pacientemente os imigrantes foram construindo em cada núcleo, um pedacinho da Itália, e, pouco a pouco, o seu mundo, seu novo mundo foi tomando forma.

Não bastasse o governo não colaborar, prejudicava, com proibições absolutamente estapafúrdias, como a que impedia o imigrante de possuir o seu próprio moinho. Ora, como o fubá era básico para a alimentação do imigrante, o milho tinha de ser moído em moinhos de nacionais. Recordando esse fato em seu livro *La Vita di Vittorio-diário de um imigrante*, Douglas Puppín retrata uma procissão de fubá:

"É proibido ser dono de moinho de fazer fubá e aqui nosso fubá tem que ser produzido no 4º território de Alfredo Chaves. É longe. Gasta-se 5 a 6 horas para chegar lá e existe uma fiscalização dura.

"Hoje passou aqui a "procissão do fubá". Estavam na caminhada: a velha Salina, Stanislaw Pilon, Emílio Nalesso, Antônio Bravin Donadel, Antônio Zago, a velha Salviato - chamada velha Samambaia, Bortolo Cavati, Alberto Ceolin, Joseph Pohner, Bepi Puppín e seus filhos Domingos e Pietro (de cavanhaque), Oswaldo Bosser, Jota Pagoto, Pietro Borgo, Biso Fregona, Sandalio Abaurre e o velho Lans. Eles vão puxando dois burros e a maioria deles com saco de milho nas costas. Lá no 4º Território temos de esperar moer o milho ou se tiver pronto trocar por fubá" (8) .

A febre amarela, o tifo, a malária, a disenteria, os ofídios, a impenetrabilidade da floresta, a não assistência por parte do governo, levaram ao fracasso inúmeros núcleos, entre os quais o de Muniz Freire, no Rio Doce. As *condições precárias de vida dos imigrantes em Muniz Freire acabaram sensibilizando o cônsul Carlo Nagar, que, em fevereiro de 1895, redigiu um famoso*

relatório, titulado **O Estado do Espírito Santo a a Imigração italiana (9)**. Tal relatório provocaria o histórico **Decreto** de 20 de Julho de 1895, por parte do Reino da Itália, proibindo a imigração para o Espírito Santo.

Mesmo com a imigração proibida e com o fracasso de alguns núcleos pioneiros, os demais, não obstante a adversidade do meio, vingaram. E, lentamente, foram os imigrantes italianos no Espírito Santo criando um mundo todo seu, estabelecendo em cada canto um pedaço da Itália. Luiz Serafim Derenzi registrou essa aclimatação, o tipo de família e de sociedade que se formou:

"O imigrante italiano viveu e talvez os interioranos vivam ainda, desde sua integração no Espírito Santo, sob o regime estritamente patriarcal. O cabeça de casal enfeixa toda autoridade sobre a família. De modo geral, os filhos só se emancipam depois de casados, mas dificilmente, a não ser que, se ele não obtém recursos da família da esposa, abandona a propriedade paterna. O pai provê os filhos. Todos trabalham para um só monte. Junto à propriedade central vão surgindo as casas dos outros membros. Respeita-se a progenitora. A mãe cuida da educação espiritual, transmite os rudimentos da doutrina e ensina as orações " (10).

E mais à frente:

"Os cardápios regionais os delíam: polenta e queijo, saladas de almeirão (radicci), galinha cozida (alessa), frango ensopado, linguiça frita, agnolini, gnochi, ravioli, talharim, macarrão, pasta asciuta, risotto, salame e mortadela, iguarias desconhecidas pelos nacionais, os copetins, aperitivos da pátria distante estão presentes: vermuth, fernet, amorefelsina, sem se falar nos vinhos, é claro" (11).

Nesse mundo diferente, encantador em seus pequenos detalhes, enfim, em toda essa Nova Itália, Araguaia, Matilde e Guiomar são realidades mágicas que saltam das **Crônicas de Roberto Mazzini**, na tentativa de construção de um mundo melhor. Até porque, como já lembrava Bachelard, "as imagens não são conceitos. Não se isolam em sua significação, tendem precisamente a ultrapassar sua significação" (12).

ROBERTO MAZZINI

Roberto Mazzini é o pseudônimo de Ivan Borgo, mais precisamente, Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo, nascido em Castelo, em 21 de fevereiro de 1929. Em 1936, a família se transferiu para Campinho e, em 1939, para Vitória. Todavia, os avós de Ivan, procedentes da região do Vêneto, na Itália, tinham se fixado há muito em Araguaia, onde permaneceram.

Literariamente, Roberto Mazzini começa a ser criado, segundo Renato Pacheco, a partir de 27 de novembro de 1955, no jornal "**O Diário**", de Vitória (13).

Para Reinaldo Santos Neves, na 4ª Capa das **Crônicas de Roberto Mazzini**,

"Trata-se de um cronista, arrisco dizer, contrapontístico. Mas sim, porque sendo Mazzini da digna estirpe dos capixabas de sangue azzurro, temos aí um ser de duas memórias, duas culturas.

Mas isso - esse contraponto cultural e sentimental - é só um canteiro da lavoura literária de Roberto Mazzini. Porque, mais do que um capixaba com saudades de uma bota, Mazzini é um homo Catholicus, ou seja, um homem universal. Irmão de todos os seus irmãos, os como ele degredados filhos de Eva, Mazzini é daqueles para quem nihil humanum alienum est. E tanto faz uma briga em Veneza como um grito na noite de Tóquio, um sebo em Vitória como um beijo nas ruas de Londres, uma pousada em Itaúnas como um velho casebre em Araguaia, tudo é motivo para Mazzini dar o seu parecer sobre a grande tragicomédia humana" (14).

Roberto Mazzini, além de cronista, é contista, e dos bons, já tendo vários contos premiados e publicados pelas revistas **Cigarra**, **Paratodos**, e pelo **Suplemento Literário do Jornal do Brasil**. Em dezembro de 1995, no projeto **Nossolivro**, patrocinado pela Universidade Federal do Espírito Santo e pela **Rede Gazeta de Comunicações**, com o apoio da **Companhia Vale do Rio Doce**, teve um de seus contos premiados, **Epitácio**, republicado, sob o nome de Ivan Lorenzoni Borgo.

A verdade é que ainda que tenha edificado uma obra como contista, é como cronista que Roberto Mazzini se consagrou, principalmente em função das crônicas publicadas na revista **Você**.

São nessas crônicas, reunidas no volume titulado **Crônicas de Roberto Mazzini**, editado em 1995, pela Secretaria de Produção e Difusão Cultural da

UFES, que Roberto Mazzini aparece inteiro em seu perfil de **oriundo**, com suas lembranças, suas memórias de Araguaia, Matilde e Guiomar, vilas povoadas por imigrantes italianos e, é claro, pelos **oriundi**, compondo todo o painel de uma cultura própria e rica, que soube, sobretudo, preservar-se.

A REGIÃO

A região dos **oriundi** nas **Crônicas de Roberto Mazzini** é a região compreendida por Araguaia, Matilde e Guiomar. O centro mesmo é Araguaia, cuja povoação foi criada em 21 de dezembro de 1900, passando à condição de vila, em 11 de novembro de 1938 (15).

Segundo Puppín,

"Araguaia foi, por muito tempo, um local de grande movimentação de imigrantes, pois lá foram residir várias famílias de imigrantes; além disso ali existia a estação da estrada de ferro, que servia de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias do próprio local e das vilas adjacentes. O correio local também era responsável pela movimentação da vila" (16).

O mesmo Puppín relaciona os primeiras famílias da vila:

"Canal Domenico, Celante Bianco, Lorenzon André, Giacomino Dario, Bravin Giuseppe detto Canela, Seraphin Cheto, Mattio Del Pupo, Monteverde, Caselut Giuseppe. Kaninsky, Meto Perin, Emilio Zambon, Regian Guido, Palmeta Guido, Borgo, Giuseppe, Samuel Rosa, Puppín Sante, Légora Luigi, Pedro Pagoto, Amadeu Sasso, Família Ronchi, Família Gagno" (17).

A primeira igreja data de 1885 e a ferrovia de 1902.

A vila dos primeiros tempos deve ter sido, seguramente, a retratada por Roberto Mazzini, pelas poucas transformações que sofreu. Há toda uma crônica de Mazzini centrada na vila e intitulada "**Araguaia: memória e sentimento**" (18).

Para Mazzini,

"Araguaia é um mundo inteiro que trago guardado no coração, com um significado difícil, muito difícil, de ser explicado com nitidez. Araguaia é sobretudo meu pai, um homem medieval que foi um universo de valores sitiado por um mundo demasiadamente distinto de onde eles provieram, e que se

destaca no horizonte de minha memória como a prova mais eloquente de que o homem é um ser viável" (19).

Mais à frente, Mazzini recorda a vila do seu tempo:

"Araguaia é também uma videira carregada de uvas, plantada no pátio interno de uma casa que fica logo na entrada da vila. (...) Araguaia é uma casa onde há uma pintura do Convento da Penha na varanda e onde está sentado um sempiterno velhinho dormindo um sono imemorial (...) Araguaia tem sotaque carregado de italiano. Tem uma rua só e uma estação da Leopoldina Railway (...) Somente a Leopoldina de sua infância teria a possibilidade de colocar em serviço uma locomotiva de nome Ramona. Essa tal locomotiva me parecia a própria imagem do poder e da força, espalhando brasas e fumaças por onde fosse passando e especialmente ao longo da linha que passa defronte das casas de pessoas que assistem a seu desfile debruçadas nos peitoris das janelas ou sentadas nos varandões floridos das casas daqueles brasileiros que falam o R simples como se fosse dobrado" (20).

No mesmo parágrafo, Mazzini se deixa tomar por um pouco de poesia.

"Em Araguaia, pela manhã, há uma neblina que pousa nos morros que ficam atrás das casas e também nas hortas cobertas de alfaces, repolhos e tomates, que alimentam o povo da vila. Grossos repolhos molhados de sereno, bojudos repolhos repimpando na terra fofa de esterco e aguardando o cutelo que os corta pelos talos, bem embaixo" (21).

O curioso nesta passagem fica por conta da alusão inconsciente às cores do pavilhão italiano, "nas hortas cobertas de alfaces, repolhos e tomates": as cores verde, branca e vermelha.

Embora nascido e criado em Castelo, a região da infância de Roberto Mazzini foi, sem embargo, a de Araguaia, onde seus avós tinham sua casa, com incursões às vilas próximas de Matilde e Guiomar.

OS ORIUNDI NAS CRÔNICAS DE ROBERTO MAZZINI

As **Crônicas de Roberto Mazzini** constituem um volume com trinta e oito crônicas, nas quais em dezoito há referências expressas à presença dos **oriundi**, ou ao seu ambiente, sendo sete totalmente centradas ou nos **oriundi**, ou em sua cultura.

As primeiras referências ocorrem na crônica **Veneza e Hemingway**, em que iniciando seu texto, aparentemente, para associar Hemingway a Veneza. Mazzini recorre a sua ancestralidade no Vêneto:

"Aqui há apenas venezianos. Eu, também americano, cheio das claridades americanas, recebo uma saudação dos venezianos e tento lhes dizer que eles foram o meu ontem" (22).

Ora, nada mais eloquente do que esse **"eles foram o meu ontem"**.

E, na mesma crônica, mais adiante, arremata, arrebatado por suas lembranças: **"perco-me no Cais degli Schiavoni. Ouço sinos e vozes d'antanho" (23).**

Continuando seu périplo por Veneza, Roberto Mazzini passa pela **Piazza San Marco**, na crônica do mesmo nome, para promover um encontro anunciado há mais de cem anos:

"(...) quando encontrei alguns parentes do Vêneto. Parentes que não via há mais de cem anos. Você ali, diante do passado. As pessoas olhando e procurando nos vincos dos rostos vestígios da longa caminhada pelo tempo" (24).

Patente por demais no texto a busca orfêica do **eterno retorno**, capaz de plantar **"nos vincos dos rostos vestígios da longa caminhada pelo tempo"**. Caminhada, cujo resultado final outro não poderia ser, que não o do encontro, de Mazzini com o seu **outro**, ou como bem definiu Reinaldo Santos Neves, o encontro **"de duas memórias, duas culturas" (25).**

Em **O desafio da cidade**, ainda em torno de Veneza, Mazzini consegue decifrar, com a visão das verdes águas do canal, um problema da sua infância:

"Olho a água verde, de um verde cor de folha e, de súbito, soluciono um dos mistérios da infância longínqua: descubro afinal de onde vinha aquela

tinta verde do tinteiro de cristal de meu avô" (26).

Uma leve referência a Verdemiglio aparece em **O infante e o silêncio do dr. Gomes: "(...) da localidade de Verdemiglio onde moravam meus tios e onde estava passando férias escolares" (27).**

A crônica **Madrugada / Manhã** é a primeira totalmente centrada na região que elegeu para ambientar seus textos. A crônica trata de sua experiência como proprietário de um sítio na região, que ele próprio não define, mas que o leitor, sem dificuldade, situa na região montanhosa do Espírito Santo. Na crônica, no momento em que localiza "**mais atrás, perto do jequitibá" (28)** uma árvore de cedro, Mazzini empreende mais uma viagem, mais um retorno a sua infância:

"Meu avô plantou um cedro defronte sua casa há mais de oitenta anos atrás. Sempre que ia a sua casa ele me mostrava o cedro (isso há mais de quarenta anos) e me dizia: "olhe como ainda está fino. Plantei há tanto tempo mas o cedro é fininho assim. Imagine então o tempo que a madeira de cedro desta mesa onde estamos comendo, levou para chegar ao tamanho certo para servir de material para um móvel. Espero ver essa árvore que plantei um pouco maior mas não muito. De fato, alguns meses mais tarde meu avô morreu de bronquite e, é claro, o cedro ainda estava bastante mirrado. Tive notícias recentes dessa árvore e me informaram que ela vai indo bem" (29).

Em **A palavra**, Roberto Mazzini retoma sua viagem a Itália e, em Roma, no hotel, deixa-se conduzir por reflexões e define os **oriundi** como integrantes primitivos de um **Exército Brancaleone**, declinando a sua condição de **oriundo**:

"Fala-se de uma terra distante. Somos qualificados de Exército Brancaleone, aquele que sempre vai para o exterior a fim de superar crises internas como aliás é da natureza desses exércitos.

"Uma circunstância mais determinada mostra esse descendente dos participantes da grande expedição em sua volta à base. E então, de repente, ele descobre que não consegue se comunicar na língua ancestral dos primitivos componentes do Exército" (30).

Nos caminhos da montanha é outra crônica totalmente centrada nos locais de sua infância e, sobretudo, num trem a vapor, cuja locomotiva se chamava **Ramona**.

O cenário e o trem povoam os dois primeiros parágrafos:

"Num fundo distante a montanha enorme e azul embalada em nuvens de papelão branco. No cenário, trilhos de aço ao sol, triturados e comidos pela Ramona, a locomotiva resfolegante, expelindo fumaças contundentes e sufocantes, subindo a serra com grande senso profissional.

"Em Guiomar, pastel de palmito com café torrado em casa. Mas o ponto de almoço era em Virgínia. (Para que planeta foram Guiomar e Virgínia depois de guilhotinadas pela foice certa dos mudancistas vigilantes, dos adaptadores, dos quê?) " (31).

Mais à frente, impacienta-se com a indiferença profissional dos cometas:

"A fuligem numerosa entrava pela janela do vagão mas os experientes viajantes das casas comerciais do Rio de Janeiro, que faziam a praça de Vitória, se preveniam vestindo guarda-pós e dormiam a viagem inteira, indiferentes à paisagem. Nem mesmo se interessavam pelos abismos dos viadutos e pontilhões de Soturno" (32).

Em seguida, Mazzini volta o foco para a Ramona:

"Perto do infinito, gravatás e manchas brancas nas pedras bem lá no alto, sumiam no céu e a Ramona, em marcha lenta, pisava em ovos para atravessar os despenhadeiros mais perigosos da estrada. De vez em quando uma pedra pequena se desprendia da rocha, se precipitava nos espaços abissais e caía lá no fundo onde se avistava uma nesga d'água que logo sumia pela vegetação" (33).

Prosseguindo, Mazzini localiza a estação:

"A estrada de ferro passava a seis quilômetros da vila. Para apanhar encomendas era necessário andar cerca de uma hora, por um caminho íngreme, até chegar à estação" (34).

E, no final, depois de situar a estação, Mazzini a define : "na minha memória, a estação é o lugar onde se materializa o sonho e isto basta para concluir que o lugar "é belíssimo" (35).

Continuando sua viagem pela Itália, à altura de Firenze, na crônica titulada

Firenze e il segretario ao sol e à lua, Roberto Mazzini se lembra da pequena localidade de Marechal Floriano: "pego um táxi numa pequena rampa que, pelo aspecto simples bem poderia ser a rampa da estação de Marechal Floriano, Domingos Martins, Espírito Santo" (36) .

E, na mesma crônica, Mazzini recorda-se de antigos sabores:

"Depois de quase sessenta anos irromperam de seu sono imemorial desconhecidas papilas gustativas em minha língua que fizeram tal alarido que me quedei perplexo" (37).

À medida em que dá curso à sua viagem pela Itália, Mazzini empreende uma longa volta pela memória: "no correr do dia vou me lembrando de comidas onde a característica principal é também a simplicidade" (38).

Em **Pádua: uma anotação**, Roberto Mazzini permite-se ironizar os ares de poucos amigos de um padre gordo e mal agradecido, diante da esmola ofertada a Santo Antônio, que é, em verdade, o motivo para novas incursões ao passado:

"Meus primeiros encontros com ele deram-se através da formalidade dos contactos de infância com o sobrenatural. Naquela pequena capela do santo, pude bem sentir a força de seu mistério e o conforto de sua proteção nas ladainhas rezadas nas noites escuras.

"Ao voltar para casa, na cacunda de um de meus tios, sob um substancial reforço na proteção contra os reais ou supostos perigos escondidos no interior da mata. Na tradição da família diziam-me também que Santo Antônio era um grande protetor contra os percalços de nossa atribulada existência" (39).

A crônica **Um olhar** é, sem embargo, a mais lírica e comovente do volume. Totalmente centrada na figura de sua **nonna**, o texto retrata carinhosamente não só a figura da avó, mas, sobretudo o que ela representava em termos de família, de bondade e de simplicidade:

"O olhar da minha nonna quando eu tinha cinco ou seis anos é um velho tesouro que guardo comigo" (...)

"Ela era pequenina, vestia uma roupa simples de camponesa com a saia quase arrastando no chão e usava um lenço branco na cabeça.

"Nas festas de São Miguel colocava um lenço estampado de seda e isso era o máximo de vaidade que se permitia" (40).

Pronto o retrato, Mazzini passa à história da nonna:

"A história da nonna é uma história extremamente comum entre o pessoal que desembarcou aqui no final do século passado. Quando ela chegou ao Brasil era muito novinha e, por isso, não se lembrava de quase nada de sua Pátria. Trabalhou na lavoura de café ...

"Talvez por não haver grande variedade de gêneros ela era especialista de uns poucos pratos cozinhados em fogão de lenha. É preciso lembrar também que era um tempo onde havia a possibilidade de diálogos desse tipo: "Bepi, pegue a peneira e vá apanhar umas piabas que está quase na hora do almoço", o Bepi apanhava a peneira de taquara, descia até o ribeirão e não demorava muito para trazer um samburá cheio de peixinhos" (41).

E, logo, o desfecho da refeição:

"Ficava às nossas costas e dali mesmo, com uma linha, cortava a polenta e o pedaço voava por cima de nossos ombros e caía no prato, com precisão. Polenta com piabinhas: como parar de comer? Saíamos da mesa pesados e lerdos mas com a boa sensação de animais saciados. O cardápio era quase sempre esse com acréscimo de um radicchio, um tomate, coisas assim. As únicas exceções vinham na época do Natal quando ela assava castanhas e distribuía nozes" (42).

Distâncias é outra crônica cujo foco incide sobre as vilas de oriundi, onde Mazzini, com rara felicidade, define o seu espaço narrativo: "antes eram aquelas manchinhas no mapa do Espírito Santo. (Ou nem isso) (43).

Mais à frente, as povoações:

"O nome de algumas dessas manchas espalhadas pela floresta: Araguaia, Venda Nova, Pedreiras, Vitor Hugo, Lajinha. Não, esta última não faz parte da lista. Desculpem. Talvez tenha sido lembrada por fazer parte do imaginário da região. Uma espécie de país à parte. Lajinha equivalia ao exterior. Mesmo porque já era Minas e imaginada como lugar remoto nos confins

das montanhas mais altas, com um frio quase impossível de ser suportado, segundo diziam.

" (...) Aquelas outras manchas eram habitadas por imigrantes e seus descendentes que vieram da Itália no final do século passado para tentar a vida no Novo Mundo.

"Hábitos muito frugais. Nos primeiros tempos era possível apenas sonhar com o queijo de Parma, a uva do Vêneto, o salame de Fontanera ou a mortadela de alguns daqueles "paesi" lembrados com saudade. (...)

Nos primeiros tempos matava-se a fome com polenta e um ou outro formaggio. Galinha com macarrão aos domingos e, claro, um certo vinho que não se sabia bem de onde vinha. Mas estava sempre ali na mesa, sangue bendito, espantador de tristeza e mola para cantar: "La bella bionda va in campagna..., bella ciao, ciao, ciao, ciao, stamattina..."

"Mais tarde algumas daquelas manchas foram se especializando e o queijo do Gerardi de Pedreiras, por exemplo, diminuiu um pouco as saudades dos queijos de Parma, o picuá no lombo do burro trazia também outras preciosidades como a enxada e a foice da marca LP fabricadas em Araguaia substituindo as ferramentas ordinárias que usavam. Quebrou a perna? o Pilon conserta melhor que médico" (44).

Continuando sua ambientação, restabelecendo seu espaço, Mazzini, mais uma vez, centra uma de suas crônicas na região de sua infância. Dessa feita é em Um ermo, onde diz:

"É verdade, mas a construção principal de santo Antônio era uma capela feita por "eles" bem no final do século passado. Não posso cometer o erro de dizer que a capela era bonita. Um mínimo de senso estético encurrala minha vontade de considerá-la assim. Não é bonita. Feia? Também não. Pode mais ser considerada uma construção banal e encontradiça em muitos lugares. A altura do pé direito é desproporcional em relação à área, de modo que olhada da elevação a jusante do rio Fundo, rente a um cafezal, a capela fica parecendo uma ave pernalta" (45).

Desenvolvendo a crônica, Roberto Mazzini rememora uma festa em homenagem a Santo Antônio:

"Na frente da capela há um brejo coberto de paineiras. No outono, as paineiras florescem e seus cachos persistem até a festa do padroeiro, o

próprio Santo Antônio, em junho. Antigamente, nessas festas, comia-se bastante polenta feita com fubá de moinho de pedra e linguiça de porco. Tomava-se um vinho ordinário mas que, para o paladar daquele garoto, sabia a preciosidade da adegade Baco. Além do leilão realizado à sombra de pés de palmito enfiados no chão, onde se leiloavam galinhas, patos, bolos e tigelas de crostoli (os ganhadores, depois, devolviam as tigelas), havia também a roleta" (46).

Uma das mais belas crônicas do volume é **Araguaia: memória e sentimento**, onde Mazzini focaliza a Araguaia de seu tempo de menino, começando por não definir exatamente os possíveis significados emotivos despertados pela pequena vila: "Araguaia é um mundo inteiro que trago guardado no coração, com um significado difícil, muito difícil, de ser explicado com nitidez" (47).

Mas, contrariando o próprio início da crônica, em Verona, as lembranças de Araguaia lhe ocorrem com nitidez:

"A Verona da Renascença me devolve, nas cores das paredes de uma capela, a presença nítida das festas de Natal ou de São Miguel na igreja de Araguaia, onde as andorinhas davam rasantes sobre meu rosto espantado de menino cismador diante das misteriosas vozes dos primeiros habitantes do lugar, de meus avós, que agora estão enterrados naquele pequeno cemitério de Santo Antônio, situado numa colina verde coberta de bambus" (48).

Em seguida, Mazzini história a formação do núcleo de Araguaia:

"Para ali foram aqueles italianos do Vêneto que desembarcaram no porto de Anchieta, foram subindo o rio, de canoa, até Alfredo Chaves e depois prosseguiram a pé até uma pequena chapada inóspita onde construíram o povoado. A febre amarela os aguardava e quase mata a todos. Mas eles ficaram ali ou de teimosos ou por que não havia alternativa. Meu pai, às vezes, me falava de Pietro, meu bisavô, considerado o "literato" porque sabia escrever e se encarregava de mandar cartas para a Itália, dos outros companheiros que curtiam aquela dor que deve ser imensa, a dor do transplante cultural" (49).

Depois de um pequeno devaneio lírico, em que se deixa embalar pela "atmosfera transparente daquelas baixadas que ficam logo ali, no caminho

para Matilde (...) e pelo "barulho da água roçando o capim das margens", que "é a única sensação de movimento que se tem aqui neste campo entre as montanhas que se perdem na distância (lá longe é o azul da saudade)" (50), Roberto Mazzini reconstrói a sua Araguaia e a Araguaia dos primeiros imigrantes:

"A placidez daquela baixada insiste em permanecer na memória. Por falta de bons acessos (a única estrada é de terra batida e muito precária) a região desse caminho para Matilde restou intocada, e me parece ficou do mesmo jeito da época da imigração, no final do século XIX. "Araguaia é também uma videira carregada de uvas, plantada no pátio interno de uma casa que fica logo na entrada da vila.

"(...) Araguaia é também uma casa onde há uma pintura do Convento da Penha na varanda e onde está sentado um sempiterno velhinho dormindo um sono imemorial.

"Araguaia tem sotaque carregado de italiano. Tem uma rua só e uma estação da Leopoldina Railway.

(...) somente a Leopoldina de sua infância teria possibilidade de colocar em serviço uma locomotiva de nome Ramona. Essa tal locomotiva me parecia a própria imagem do poder e da força, espalhando brasas e fumaças por onde fosse passando e especialmente ao longo da linha que passa defronte das casas de pessoas que assistem a seu desfile debruçadas nos peitoris das janelas ou sentadas nos varandões floridos das casas daqueles brasileiros que falam o R simples como se fosse dobrado. Em Araguaia, pelas manhãs, há uma neblina que pousa nos morros que ficam atrás das casas e também nas hortas cobertas de alfaces, repolhos e tomates que alimentam o povo da vila. Grossos repolhos molhados de sereno, bojudos repolhos repimpendo a terra fofa de esterco e aguardando o cutelo que os corta pelos talos, bem embaixo" (51).

Mazzini fecha a crônica em linhas que são poesia pura: "As casas flutuam em nuvens de folhagens verdíssimas, as casas esparsas rodopiam pela colina que margeia a estrada e se confundem com as águas do ribeirão beijadas pelos bambuzais"(52).

Araguaia ainda voltaria à cena, no final da crônica A ponte: " (...) e, ao fundo, na região de Araguaia, a minha montanha, perdida na chuva, acendendo uma grande saudade ancestral" (53).

Em Estação experimental, Mazzini volta a falar do piccolo mundo do imigrante italiano, no Espírito Santo, no século passado:

"Logo ali embaixo há um cruzeiro marcando o local onde imigrantes europeus, em meados do século passado, fizeram seu primeiro acampamento, que se tornou o embrião da colônia de Santa Isabel. Pouco adiante está a ponte sobre o rio Jucu. No tempo da estrada de terra esse local era o ponto de lanche na pausa da viagem para Vitória. Naquela época, uma viagem entre Campinho e Vitória durava quase três horas" (54).

Na crônica *Ao som de Tchaikovsky*, Mazzini relembra seu pai:

"Reunido com o Schorling (o homem que fez o relógio da Praça Oito) na sala de visitas de minha velha casa da infância. Estão discutindo como construir um engenho para cortar toras de madeira. A época é a da Segunda Guerra e as dificuldades são grandes" (55).

A última crônica de Mazzini centrada em episódios de sua infância é *Prima Rita*, que focaliza uma prima morta ainda menina. O texto é lírico e comovente a um só tempo e Mazzini ensina que mesmo na tristeza pode haver poesia e muita, quando ele lembra que **"o caminhão dourado, levando o corpo de Rita pela estrada íngreme, drapejava fitas como se prima Rita fosse para uma festa" (56).**

CONCLUSÃO

Com um estilo fluente, espontâneo, quase informal, coloquial mesmo, Roberto Mazzini cria seu universo lírico, todo um pequeno mundo de poesia, no qual o leitor não é um mero assistente ou espectador, mas um participante quase cúmplice.

Mazzini não se preocupa em produzir nenhuma sintaxe espacial. O que intenta a cada crônica é a edificação de uma **ambientação**, que Osman Lins classificava "**como o conjunto de processos conhecidos ou possíveis, destinados a provar na narrativa a noção de um determinado ambiente**" (57).

Roberto Mazzini é um homem das montanhas, um montanhês lírico. E, a não ser esporadicamente, muito esporadicamente mesmo, como na crônica **Caçadores de ostras (58)**, o mar e seus habitantes não comparecem. O que há são morros, montanhas, vales, trilhas, neblinas, grandes árvores de lei, ribeirões, regatos, riachos, plantações. Não há grandes peixes, nenhuma **Moby Dick**, por exemplo. O máximo a que se permite são piabas. As grandes cidades ficam por conta do exterior. No Espírito Santo, o que lhe interessa são as **pequenas manchas no mapa**, liricamente chamadas de Matilde, Guiomar, Virgínia, Verdemiglio, Santa Isabel, Pedreiras e, é claro, numa dimensão central, Araguaia. O tempo com o qual Mazzini trabalha não é o tempo histórico, mas, francamente, um tempo mítico, ou para empregar a palavra a que ele próprio recorre com certa frequência, **imemorial**. É o tempo de **ouroboros**, a serpente que pica a própria cauda, representando o um que se desintegra no múltiplo e, finalmente, o múltiplo que recupera sua unidade.

Em suas crônicas, Mazzini reconstrói a epopéia dos primeiros imigrantes italianos no Espírito Santo, de sua chegada à sua instalação, com a fundação dos seus primeiros núcleos. Registra a luta desses primeiros desbravadores contra um meio absolutamente estranho e hostil, com todos os perigos decorrentes de uma floresta quase impenetrável, com suas endemias tropicais e serpentes. Ao longo de suas crônicas, Mazzini retrata a paciência com que esses pioneiros, bravamente, transplantaram para o Espírito Santo a sua cultura, reproduzida nas gerações de oriundi, que se seguiram e das quais ele, Mazzini, faz parte. Bocha, vinho tinto, polenta, gnochi, truco, uma grande religiosidade, um forte sotaque italiano, enfim, práticas, costumes e tradições que foram se integrando de maneira irreversível aos da terra, formando essa cultura rica e variada, em que se converteu a cultura dos **oriundi**.

Bachelardeanamente, Mazzini edifica a poética do seu próprio espaço, com marcante destaque para a vila e para a casa. E, no centro desse espaço, ponti-

fica uma enorme saudade chamada Araguaia.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1)- BUSATTO, Luiz. "Por uma identidade ítalo-capixaba", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo", nº 47, Vitória: IHGES, 1996, p.10.

(2) - IBIDEM, p. 10 .

(3)- ISER, Wolfgang. "O ato da leitura", São Paulo: Ed. 34, 1996, vol. I, p. 48.

(4)- DERENZI, Luiz Serafim. "Os italianos no estado do Espírito Santo", Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974, p.50.

(5)- BUSATTO, Luiz. "A imigração no Espírito Santo", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo", nº 38, Vitória: IHGES, 1987/1988, p.11.

(6)- DERENZI, Luiz Serafim. Op. cit., p.50.

(7)- IBIDEM, p.50 .

(8)- PUPPIN, Douglas. "La vita di Vittorio-diário de um imigrante", Vitória: ed. do a., 1994, p. 123.

(9)- Em boa hora, o Arquivo Público Estadual fez traduzir e publicar, como volume I de sua coleção Canaã, o "Relato do Cavalheiro Carlo Nagar - Cônsul Real em Vitória. O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro de 1895)". Citado volume foi lançado em 1995, por ocasião do centenário da proibição da imigração italiana para o Espírito Santo.

(10)- DERENZI, Luiz Serafim. Op. cit., p. 137.

(11)- IBIDEM, p. 138.

(12)- BACHELARD, Gaston. "A terra e os devaneios do repouso", São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 2.

(13) - PACHECO, Renato José Costa. "Grazie, Mazzini...", in BORGIO, Ivan. "Crônicas de Roberto Mazzini", Vitória: SPDC/UFES, 1995, p.5.

(14)- SANTOS NEVES, Reinaldo, in BORGIO, Ivan. "Crônicas de Roberto Mazzini", Vitória: SPDC/UFES, 1995, 4a Capa.

(15)- PUPPIN, Douglas. "Do Vêneto para o Brasil", Vitória: ed.do a., 1981, p. 417.

(16)- IBIDEM, p. 417.

(17)- IBIDEM, p. 417.

(18)- BORGIO, Ivan. "Crônicas de Roberto Mazzini", Vitória: SPDC/UFES, 1995, p.89-94.

(19)- IBIDEM, p. 89.

(20)- IBIDEM, p.92-3.

(21) - IBIDEM, p. 93 .

(22)- IBIDEM, p, 16.

(23) - IBIDEM, p. 16.

(24) - IBIDEM, p. 18.

(25)- SANTOS NEVES, Reinaldo, in BORGIO, Ivan. Op. cit., 4é capa

(26)- BORGIO, Ivan. Op, cit., p. 20.

(27)- IBIDEM, p. 28.

(28)- IBIDEM, p. 3 7 .

(29)- **IBIDEM**, p. 37-8.

(30)- **IBIDEM**, p. 41.

(31)- **IBIDEM**, p. 42.

(32)- **IBIDEM**, p. 42.

(33)- **IBIDEM**, p. 42-3.

(34) - **IBIDEM**, p. 43.

(35) - **IBIDEM**, p. 43 .

(36)- **IBIDEM**, p. 46.

(37)- **IBIDEM**, p. 47-8.

(38)- **IBIDEM**, p. 51.

(39)- **IBIDEM**, p. 55-6.

(40)- **IBIDEM**, p. 63.

(41)- **IBIDEM**, p. 64 .

(42)- **IBIDEM**, p. 64.

(43)- **IBIDEM**, p. 73.

(44)- **IBIDEM**, p. 73-4.

(45) - **IBIDEM**, p. 83 .

(46) - **IBIDEM**, p. 83.

(47) - **IBIDEM**, p. 89.

- (48) - **IBIDEM**, p. 8 9
- (49) - **IBIDEM**, p. 90.
- (50)- **IBIDEM**, p. 91.
- (51)- **IBIDEM**, p. 92-3.
- (52)- **IBIDEM**, p. 94.
- (53)- **IBIDEM**, p, 102.
- (54)- **IBIDEM**, p. 115.
- (55)- **IBIDEM**, p, 123.
- (56)- **IBIDEM**, p, 129.
- (57)- **LINS**, Osman, apud **FIORINI**, José Luiz, in "As Astúcias da enunciação - as categorias de pessoa, espaço e tempo", São Paulo: Ática, 1966, p. 259.
- (58)- **BORGO**, Ivan. Op, cit., p. 11-3.

BIBLIOGRAFIA

- **BACHELARD**, Gaston. "A terra e os devaneios do repouso", São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- **BORGO**, Ivan. "Crônicas de Roberto Mazzini", Vitória: SPDC/UFES, 1995.
- **BUSATTO**, Luiz. "A imigração no Espírito Santo", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo", nº 38, Vitória: IHGES, 1987/1988.
- _____ "Por uma identidade ítalo-capixaba", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo", nº 47, Vitória: IHGES, 1996.
- **DERENZI**, Luiz Serafim. "Os italianos no estado do Espírito Santo", Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

- FIORINI, José Luiz. "As astúcias da enunciação - as categorias de pessoa, espaço e tempo", São Paulo: Ática, 1966.
- PUPPIN, Douglas. "Do Vêneto para o Brasil", Vitória: ed. do a., 1981.
- _____ "La vita di Vittorio-diário de um imigrante", Vitória: ed. do a., 1994.

A PRÁTICA DA CIDADANIA EM NÍVEL LOCAL

Mário Celso M. Tourinho(*)

"Assegurar condições dignas de trabalho com renda suficiente para atender às necessidades básicas do núcleo familiar é um pré-requisito inalienável da cidadania"

(Victor Buaiz, Governador do Estado do Espírito Santo. Jornal do Brasil, 1996)

Introdução

O conceito de cidadania compreende necessariamente o direito da maior participação possível dos cidadãos no processo decisório governamental, com as limitações, no entanto, ditadas por circunstâncias muitas vezes insuperáveis: distancia físico-geográfica entre os cidadãos e os centros de decisão, grau de complexidade de certos temas, irrelevância de determinados assuntos para solução de interesses imediatos dos cidadãos ou da comunidade, grau de descentralização do sistema governamental, entre outros.

Daí fazer-se necessário a presença efetiva do Poder Público, em todos os seus níveis, na prestação dos serviços públicos considerados essenciais ao bem-estar da população, tais como educação, saúde, saneamento básico e limpeza urbana, transportes coletivos, lazer, recreação e cultura, previdência social e varias outras formas de desenvolvimento comunitário e assistência social.

Como muitos desses serviços são tidos como primordiais até para a própria sobrevivência da comunidade ou pelo menos para um mínimo de bem-estar da população, torna-se fundamental, com frequência, a participação do cidadão, dentro dos valores éticos e morais vigentes, nas decisões que resultem na prestação dos serviços públicos acima mencionados.

Nesse sentido, como será enfocado mais adiante, um fato altamente positivo tem sido o reconhecimento, pelos Governos Municipais, da importância - e da força - dos movimentos comunitários organizados em sociedade/associações de bairros e/ou vizinhos, registrando-se actualmente vários exemplos de atuação conjunta dessas entidades com os Municípios, visto que desempenham papel cada vez mais importante na defesa dos interesses comunitários.

O movimento municipalista

O movimento municipalista brasileiro é, sem dúvida, o mais vigoroso da

(*) Mário Celso M. Tourinho, Formado em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia, é Assessor Técnico da IBAM desde 15/09/70

América Latina. Seu êxito tem sido notável nos últimos anos, por suas campanhas para o fortalecimento da posição financeira dos Municípios e pela defesa da autonomia municipal consagrada na Constituição de 1988.

O movimento tem sua principal expressão nas associações nacionais de Municípios, de Prefeitos e de Vereadores e nas associações estaduais e microregionais que funcionam regularmente no País.

Frequentemente são realizados congressos e encontros nacionais, estaduais e regionais de Municípios para discutir questões municipais e apresentar reivindicações às outras esferas do Governo .

O movimento municipalista brasileiro luta para ampliar a responsabilidade cívica do Governo Municipal, procurando capacitá-lo para cumprir melhor seu papel no sistema governamental, sem medir esforços na busca de novas fontes de recursos visando fortalecimento institucional de nossos Municípios.

Nessa luta de civismo, cabe mencionar como aspecto relevante da evolução do movimento municipalista brasileiro nos últimos anos, o fortalecimento do associativismo municipal, que abre novas perspectivas à cooperação intermunicipal em vários planos, envolvendo desde a prestação de serviços de interesse comum até a união de Municipalidades para reforçar as reivindicações ante as esferas superiores.

Ressalta-se, também, que tem crescido o número de associações de Prefeitos e de Vereadores, ao tempo em que é possível constatar a intensificação do número de congressos e de reuniões municipalistas, a favor dessa nobre causa.

O Município como Governo

Os municípios brasileiros enfrentam problemas diversos. Em muitos casos, são problemas que resultam do desenvolvimento do País e que impõe aos Governos uma demanda cada vez maior de todo tipo de serviços públicos.

As necessidades e aspirações das comunidades locais dificilmente serão atendidas sem a participação ativa dos Governos Municipais. Num país como o Brasil isso exige uma mudança das tradições centenárias de centralização até um conceito de federalismo cooperativo e criador, no qual os Municípios devem ser chamados a participar conjuntamente com os outros níveis de governo para a prestação de serviços à população. Apesar do progresso alcançado, especialmente a partir da Constituição Federal, há muito que fazer nesse sentido.

Tão importante para os Municípios como possuir amplos direitos e poderes legais, é a capacidade para exercê-los efetivamente. Portanto é necessário consolidar a divisão de responsabilidades entre os três níveis de Governo, como previsto na

Constituição, assim como o sistema de repartição de receita para o fornecimento administrativo financeiro dos Municípios, reforçando-se, igualmente, a sua capacidade como executores, em nível local, dos programas regionais de desenvolvimento.

É importante, nesse momento, estudar-se criteriosamente e realisticamente a tendência para a desmunicipalização dos serviços públicos locais. Toda e qualquer argumentação em favor da transferência brusca de serviços de natureza local para outras esferas de governo deve ser analisada com uma visão crítica e norteada pelos princípios da ética e da moral pública.

Cabe ao Município intensificar a adição de mecanismos capazes de ampliar o exercício da cidadania e a participação comunitária nas decisões do Governo Municipal, sobretudo na formulação de política e na definição de prioridades locais, a fim de executar ações com mais eficiência e melhor utilizar recursos para programas e projetos de interesse imediato da população.

Isso implica revigorar o papel do Município, para que este não só continue prestando, da melhor forma possível, os serviços que devem ser de sua competência, como também para que possa assumir outros encargos dirigidos ao atendimento direto das necessidades básicas da respectiva comunidade.

Representação e participação popular no processo decisório governamental

São múltiplas e variadas as formas de representação e participação popular nas ações que afetam a sociedade ou a comunidade no processo decisório governamental, as quais muito têm a ver com as tradições e cultura cívico-política do país ou de alguma de suas subdivisões político-administrativas. A mais comum delas está relacionada a eleição de seus governantes, em seus diversos níveis e esferas de atuação, mas na maioria das vezes através de **eleições partidárias**, prática comum nos regimes de governo representativo.

Em alguns países do mundo democrático, os cidadãos têm direito de participar da discussão de projetos de leis nas Casas Legislativas, segundo as normas regimentais respectivas. Tal prática, recentemente adotada no Brasil, tem propiciado o **direito dos cidadãos participarem da discussão de projeto das Câmaras Municipais**. A esse respeito, enfatize-se o fato de o IBAM, inclusive, em campanhas que vem realizando há vários anos, ter estimulado e já conseguido introduzir essa democrática e salutar prática do exercício da cidadania junto aos Municípios brasileiros.

Um outro instituto de particular importância no campo da participação

popular e de grande efetividade no exercício de cidadania é a **audiência pública**, onde os cidadãos interessados, respeitados os princípios éticos e morais, são convidados a discutir decisões a serem tomadas pelos órgãos governamentais competentes e que podem afetar o seu dia-a-dia.

Órgãos colegiados e de assessoramento, bem como conselho deliberativos e consultivos, formados por cidadãos da localidade para participar do processo decisório de órgãos públicos municipais, constituem também prática muito generalizada em grande número de países, inclusive o Brasil. O seu êxito, porém depende de alguns fatores críticos, como a origem e o modo de escolha dos seus membros, bem como o tipo de poder e a forma de manifestação a eles conferido.

Como órgãos dessa natureza - citaremos apenas dois - podem ser mencionados os Conselhos ou Comissões de Orientação e Proteção do Consumidor e de Defesa Civil Municipal que, quando devidamente acionados, se constituem em exemplos vivos de exercício da cidadania em nível local.

De forma a espelhar melhor o exemplo das atividades de orientação e proteção do consumidor deve ser enfatizado o respaldo jurídico oferecido pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que reza no seu art. 22: "os órgãos públicos, por si ou suas concessionárias, permissionárias ou sobre qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficiente, seguros e quanto aos essenciais, contínuos". Ao dispor sobre os direitos básicos do consumidor do art. 6º, X, determina que seja assegurada "a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral". Enfatiza, ainda, o Código como direito do consumidor a "educação e divulgação sobre o consumo adequado de produtos e serviços", bem como a "informação adequada e clara" sobre os mesmos.

Outras importantes formas de participação popular são os **órgãos de apelação e arbitragem, o ombudsman** - este já introduzido em algumas cidades brasileiras, entre as quais Curitiba, com bastante êxito, considerando-se tratar-se de iniciativas pioneiras em nosso País - e a participação obrigatória dos Governos locais em órgãos deliberativos de esferas superiores, como ocorre com a participação dos Municípios nos conselhos deliberativos das regiões metropolitanas.

No Brasil temos também como instrumento de participação a **ação popular**, cujo defeito consiste no rito ordinário a que está sujeito. A sua correta aplicação permite "a qualquer cidadão ser parte legítima para propor ação que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custos judiciais e do ônus da sucumbência" (CF. art. 5º., LXXIII).

A Constituição Federal introduziu, ainda, o **mandado de injunção**, valiosa medida para que se obrigue a assegurar ao cidadão a aplicação de direitos constitucionais que ainda não tenham sido objeto de regulamentação por leis ou atos normativos.

A **desburocratização** e o **fácil acesso à informação pública de interesse dos cidadãos** são também instrumentos que muito facilitam o exercício da cidadania, fazendo-se muito mais presentes nas sociedades mais democráticas. Sobre o assunto, vale citar Paulo Lustosa, ex-ministro de Estado Extraordinário para a desburocratização: "É mais fundamental colaborar na construção da cidadania do que acabar a burocracia, exatamente porque o abalo apropriado é aquele que provém da sociedade civil organizada, em situação consciente de vigilância cívica".

A **descentralização da Administração Municipal**, por meio da criação de regiões administrativas com verbas próprias no orçamento, ou a organização dos distritos, também com recursos orçamentários próprios, pode facilitar muitíssimo a aproximação entre o Governo e o povo e a participação deste no processo governamental. Deve ser enfatizado, no entanto, que sem essa descentralização orçamentária, pouco pode ser alcançado.

Finalmente - e muito importante - a presença de **associações comunitárias** representando interesses de grupos específicos, como bairros, unidades de vizinhança, distritos ou usuários de determinados serviços, como as associações de pais de alunos, pode representar quando bem organizadas e enquanto se mantiverem livres da manipulação política, com atuação dentro dos padrões éticos e morais aceitáveis, um dos mais eficazes instrumentos de exercício da cidadania e da participação comunitária no Brasil.

A participação popular na Constituição

A Carta Constitucional de 1988 introduziu 4 (quatro) instrumentos de participação popular aplicáveis aos Municípios 3 (três) deles extensivos também às outras esferas de Governo.

O instrumento específico referente aos Municípios diz que a Lei Orgânica que cada Município adotar deve incluir, entre outros princípios, "a cooperação das associações representativas no planejamento municipal" (art. 29, X).

Vale comentar que o IBAM havia proposto à Subcomissão dos Municípios da Assembléia Nacional Constituinte, com o respaldo da mesma, um dispositivo mais amplo, estendendo a participação popular não apenas ao planejamento, mas à gestão municipal. A redução da proposta do IBAM ao que

finalmente foi aprovado pela constituinte não impede os Municípios, entretanto, de ampliarem o que dispõe o Texto constitucional, pois, como se sabe, há várias formas de participação comunitária e da prática da cidadania em outros aspectos relevantes da Administração Municipal, conforme visto no decorrer do presente documento.

Outro tipo de participação popular, facultado também para os demais níveis de Governo, diz respeito a "iniciativa popular de projetos de leis de interesse específico do Município, da cidade ou dos bairros, através de manifestação de, pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado"(art. 29, XI).

O terceiro e quarto instrumentos, também extensivos aos Estados e à União, se referem ao plebiscito e ao **referendum** das leis pelo eleitorado (art. 14, I e II), dependendo da sua utilização de regulamentação por leis, como estabelece o **caput** do mesmo art. 14 da Constituição.

Devidamente regulamentados esses instrumentos, ampliam, assim, as possibilidades de participação do cidadão no Governo, pois tais práticas de exercício democrático podem suprir lacunas do sistema representativo, se inteligente e criteriosamente adotadas.

Além dos dispositivos acima mencionados, a nossa Carta Magna preceitua na seu art. 31, § 3º, "que as contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei".

Participação x manipulação da comunidade

Um dos perigos mais comuns a que estão sujeitos os movimentos comunitários nos países em desenvolvimento é a tendência para sua manipulação por políticos, seja para se elegerem, seja para ajudar a eleição de amigos, seja para coonestar decisões que não surgiram da consulta dos grupos comunitários e que muitas vezes não correspondem às suas verdadeira aspirações ou necessidade.

A manipulação político partidária das associações comunitárias gera enfraquecimento, pois o envolvimento partidário deixa marcas negativas, que podem demorar muito tempo para serem esquecidas ou superadas.

Se, por um lado, a participação comunitária no processo decisório governamental não deve assumir formas autoritárias, inaceitáveis pelo Poder Público, por outro lado é absolutamente indispensável evitar todo tipo de manipulação governamental dos grupos comunitários. A lógica é a da prática de um processo democrático de debates, discussão, identificação de necessidades, exame em comum dessas necessidades, bem como das possibilidades e da melhor

forma de sua realização, do acompanhamento de seus resultados e da revisão periódica das práticas que norteiam o processo; enfim, da negociação.

A ajuda mútua e a auto-ajuda como formas de práticas da cidadania

Apesar da objeção ideológica de certos grupos que vêem na ajuda mútua uma forma de exploração dos pobres pelo Poder Público, fazendo-os contribuir com o seu trabalho para obras e serviços que deveriam ser custeados por tributos, a verdade é que certos projetos e programas têm possibilidades bem maiores de realização através da ajuda mútua ou da auto-ajuda do que pela ação exclusiva do Governo Municipal.

A pergunta consistiria, então, no seguinte: o que fazer? Esperar que o comportamento governamental mude, talvez pela via revolucionária, ou tentar resolver as carências dos mais necessitados através das práticas da ajuda mútua ou da auto-ajuda? Para quem conhece essas formas de participação popular, suas possibilidades, seus limites e os aspectos positivos da solidariedade que resulta de sua prática, não há dúvida de que é melhor adotar tais práticas do que adiar a solução desses problemas.

A ajuda mútua, no Brasil, se é relativamente recente nos grandes centros urbanos, tem grande tradição no meio rural, de onde certamente chegou até a cidade. A construção de casas com a ajuda de vizinhos e a plantação ou colheita de produtos agrícolas para aproveitar circunstâncias inadiáveis são bastante comuns no interior do Brasil.

Além disso, muitos projetos que vêm sendo executados nos centros urbanos por meio de ajuda mútua ou de auto-ajuda, além da assistência material e técnico dos órgãos governamentais, contam muitas vezes com a remuneração das pessoas que nelas participam. É assim que várias Prefeituras têm conseguido pavimentar ruas, conter encostas, drenar terras alagadas e realizar outras obras nas suas cidades, principalmente nas favelas, fornecendo material, dando orientação técnica e remunerando os participantes voluntários do projeto. Logo, a participação dos pobres em projetos de ajuda mútua não impede que o seu trabalho seja justa e devidamente remunerado.

O ideal seria, naturalmente que o Poder Público não precisasse recorrer a esse processos, mas, ao fazê-lo, deve ter em conta os seguintes aspectos para evitar problemas e dificuldades:

- * a falta de consulta prévia à contabilidade sobre a natureza e as

características do projeto e, inclusive, a sua não adaptação às peculiaridades locais podem levar ao desinteresse da comunidade;

* a incapacidade do órgão governamental para agir corretamente com pessoas que voluntariamente se dispõem a participar de tais projetos; basta querer tratá-las como se fossem funcionários sujeitos às normas de disciplina da Administração Pública para que surjam naturais dificuldades, mesmo quando o trabalho voluntário está sendo remunerado;

* a má elaboração e a deficiente supervisão dos projetos, falha que os voluntários geralmente não sabem, nem têm porque saber como superar;

* a complexidade técnica em algumas etapas de certos projetos, o que afasta a possibilidade da participação de quem não tiver especialização adequada para a sua execução;

* o fato de que, mesmo sem remuneração da mão-de-obra voluntária, a economia resultante da execução de certos projetos por meio da ajuda mútua ou da auto-ajuda é bastante pequena, considerando-se o predomínio do custo dos materiais e da remuneração do pessoal técnico responsável pela elaboração, supervisão e execução de certos componentes do projeto; logo, o essencial não é fazer grandes economias, é resolver problemas sérios e urgentes;

* o esquecimento, pelo Poder Público, de que uma vez concluídos e postos em funcionamento, os projetos precisam de atenção permanente para sua manutenção ou reforma e quando necessária, sua atualização, ou seja, de todo aquele acompanhamento e avaliação de resultados que devem fazer parte de uma correta administração de qualquer projeto, inclusive dos realizados por meio de ajuda mútua ou auto-ajuda; em outras palavras, nestes casos, a ação do Poder Público não se esgota com a conclusão do projeto, como costuma ocorrer em muitas circunstâncias;

* a incapacidade de certos órgãos para identificar os processos de participação segundo o tipo de projeto. No caso específico de programas com duração permanente, a ajuda mútua dificilmente poderá ocorrer sem remuneração regular para aquelas pessoas responsáveis por atividades que as ocupem regularmente. Seria ilusório pensar que os pobres possam dar-se ao luxo de dispensar remuneração nesses casos.

Conclusões

As conclusões desse artigo estão diretamente relacionadas à observância de certos procedimentos no processo de participação popular, bem como dos tipos de assistência técnico-financeira que permitam viabilizar o desenvolvimento de planos, projetos, programas e ações de participação comunitária em nível municipal.

Importante no processo de participação popular é a garantia de que o mesmo seja efetivamente participativo e não se transforme num simples instrumento de homologação de decisões sem o grau necessário da participação cidadã.

Assim, não basta submeter à aprovação dos grupos comunitários planos, projetos, programas ou ações previamente definidos sem a sua participação. Em outras palavras, a participação deve começar no início do processo, isto é, desde o momento da identificação dos objetivos e necessidades e da discussão dos planos, projetos, programas e inclusive, das formas em que a comunidade pode participar na implementação do que for decidido.

No planejamento participativo, por exemplo, não basta ao Poder Público apresentar planos e projetos já definidos e elaborados, para a homologação dos grupos comunitários interessados ou para a apresentação de modificações menores. Estes grupos devem participar desde o início na identificação das aspirações, necessidades, conveniência e oportunidade nas medidas, inclusive dos possíveis custos para os participantes e da forma ou formas de cobertura desses custos. Somente assim se poderá ter uma participação comunitária efetiva, o que infelizmente ainda não é percebido por muitos representantes do setor público, apesar do seu interesse sincero na mobilização da participação comunitária.

No Brasil, a experiência tem revelado que muitos Prefeitos têm sabido valer-se da participação comunitária para vários tipos de ação - desde a discussão da proposta orçamentaria, até a recuperação de favelas - bem mais, aliás, do que os Vereadores. Estes ainda tendem a ver as ações comunitárias como competidora de seu poder político, como câmaras paralelas e não como entidades capazes de colaborar no processo decisório do Poder Legislativo. Este é um ponto que merece especial atenção no envolvimento da participação comunitária em certos tipos de planos, projetos e ações do Governo Municipal.

É preciso que se tenha consciência de que os movimentos comunitários e participativos vieram para ficar e não como modismo efêmero. As experiências bem sucedidas de vários de nossos Municípios mostram, também, que a participação popular pode fortalecer o Município como nível de Governo, dando à sua Administração aquele respaldo da cidadania tão necessário para assegurar a

legitimidade das instruções públicas. Logo, ao invés de enfraquecer o poder e a liderança política do Prefeito e dos Vereadores, pode, ao contrário, fortalecê-los como bem mostra Jamil Reston. (**)

No que diz respeito à assistência técnica, por parte do Poder Público, a planos, projetos, programas e ações de participação popular, será ilógico esperar, como via de regra, que os grupos comunitários, geralmente constituídos de pessoas modestas, disponham de conhecimento técnico para a sua elaboração, avaliação ou revisão e ajustes que algumas vezes se fazem necessários. Tampouco, se deve imaginar que a própria comunidade conte com pessoas com especialização adequada para a execução e o gerenciamento ou revisão dos planos, projetos e programas.

Os programas de participação comunitária devem, pois, ter em conta essas limitações naturais e buscar suprimi-las pondo à sua disposição o pessoal qualificado necessário e treinando os participantes naquelas tarefas que exigem pouco tempo para que o treinamento seja realizado. A assistência técnica, sob as diversas formas, precisa ainda ser uma atividade permanente, em muitos casos, para evitar a deterioração dos projetos ou programas.

Quanto à assistência financeira, independente de qualquer visão ideológica da questão, é simplesmente necessária na maioria dos projetos de participação comunitária em que o Poder Público esteja envolvido. Se os participantes costumam ser os mais pobres, como imaginar que fossem eles, num esforço coletivo, reunir os recursos financeiros necessários à realização de certos projetos - desde a terra até os materiais, sem falar nos equipamentos e máquinas quase sempre indispensáveis à execução e ao funcionamento do projeto ou programa?

Claro que em certas comunidades haverá até mesmo recursos naturais e outros disponíveis, que podem ser utilizados, o que inclusive pode contribuir para aumentar o sentido da participação comunitária da iniciativa. Nesse caso nada impede o seu uso, desde que isso não prejudique os participantes, retirando-lhes aqueles recursos indispensáveis ao seu bem-estar e até mesmo à sua sobrevivência sem problemas graves.

(**) RESTON, Jamil. Importância da participação da comunidade no desenvolvimento do Município - Rio de Janeiro, IBAM, 1985.

Estudos Tupinológicos (II)

José Moysés (*)

A nosso pedido, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, ano 1996, nº 47, comemorativa do 80º aniversário da instituição, por nímia gentileza do seu Presidente Prof. Miguel Depes Tallon, publicou o artigo "Estudos Tupinológicos". Nela dizia eu que quando exercia a presidência da sub-comissão de boletim e revistas do Rotary Clube Vitória, dei publicação ao trabalho do saudoso desembargador José Fortunato Ribeiro sobre o significado dos nomes tupis em solo espírito-santense.

Escreveu o íntegro magistrado do Tribunal de Justiça do Espírito Santo que fatores diversos confluíram para transformar numa babel a referida nomenclatura do idioma que os nossos aborígenes de origem tupi usavam quando da descoberta do Brasil. E apontava alguns desses fatores:

Primeiro - A influência dos primitivos estrangeiros, cada qual tentando adaptar sua pronúncia à língua dos nativos.

Segundo - O estudo isolado de gabinete pelos tupinólogos, sem nenhum outro adminículo, limitando-se a cópias repetidas uns dos outros.

É de se observar que, pela índole da língua, a formação das palavras se fazia pelo processo de aglutinação de nomes e partículas, que eram em sua mor parte monossilábicos, surgindo desse processo palavras enormes que eram verdadeiras frases, como acontece na língua alemã - o que deu margem a interpretações diversas, umas aceitáveis e concordes e outras absurdas e inaceitáveis e outras ainda, deturpadas, com o fluir dos tempos.

Daí a intransigência de alguns intérpretes em fazer valer seu ponto de vista com idéia fixa.

Terceiro - A multiplicidade de nomes portugueses implantados na língua e com pronúncia alterada.

Quarto - A introdução de nomes africanos na língua, confundindo-se alguns na forma e na pronúncia como catinga (caa-mato; tinga, branco), de origem tupi e catinga (mau cheiro) de procedência africana; guandu (ourijo cacheiro) e guando ou guandu (feijão) provindo da África.

Quinto - Os nomes ou topônimos criados artificialmente nos gabinetes administrativos, sem-nenhum sentido histórico, geográfico ou fenomênico, por meio de indagações diuturnas e observações locais.

Sexto - A boa fé com que os cientistas estrangeiros acolhiam informes dos caboclos atrasados e tomavam, por seu intermédio, os apontamentos, a mor

(*) Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-Santense de Letras. Médico e escritor

das vezes baseados em lendas e criações fantasiosas.

Esses e outros fundamentos poderíamos aduzir que determinaram a confusão linguística de que dificilmente escapará o garimpeiro das origens, por mais perspicácia que tenha.

Por aí se vê, a toda luz, que andou equivocado o mestre Antenor Nascentes, quando disse que o tupi não se faz no asfalto e sim na selva em contato com o índio, no convívio com os mosquitos, com as cobras e outros animais perigosos.

É de considerar-se, entretanto, com a devida vênia do mestre, que o tupi é língua morta e não mais existem superstites da raça que possam mostrar alguma clareira nessa tenebrosa floresta de incerteza.

Assim o tupi, usando a expressão, do mestre, se faz no asfalto, isto é, no retiro dos gabinetes, nos poentos arquivos, nas bibliotecas e, ao mesmo tempo, nas matas e descampados, não em contato com o índio e com a Natureza agressiva, mas sim à luz de iteradas observações e análises locais e das circunstâncias fenomênicas que determinam a denominação da coisa ou do local.

Assim considerado, não pode um exegeta da matéria arriscar-se de interpretar nomes de uma região que desconhece, sob pena de incidir em erro, dada a grande vastidão territorial do País.

Tem que restringir seu trabalho à área delimitada, principalmente depois que salpicaram de nomes artificiais e sem sentido nossa vasta hinterlândia.

Restringimos, por isso, nosso trabalho de garimpagem à região que conhecemos, tendo sempre em vista as observações locais, pesquisas históricas e geográficas e sugestões racionais.

Assim é que, à medida do possível, procuramos recompor e aviventar o remanescente dos nomes tupis; publicados no nº anterior da Revista.

A PRISÃO DOS JESUÍTAS

O SEQÜESTRO DOS BENS NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

A FAZENDA DO MURIBÉCA

A. Lamego ()*

Como complemento do decreto de 3 de Setembro de 1759 que declarava os jesuítas estuminados desnaturalizados, proscritos e expulsos do reino e dos domínios da coroa portuguesa, foi publicado a 17 de Fevereiro de 1761, pelo qual foram confiscados dos seus bens em benefício da mesma coroa. Para dar cumprimento a esse último decreto na Capitania do Espírito Santo foi escolhido o ouvidor do crime Dr. JOÃO PEDRO DE SOUZA que começou a diligência, pelo seqüestro do Colégio Santiago na Villa da Vitória e prisão de sete jesuítas que ali se achavam. Em seguida seqüestrou as residências de Itapóca e Araçatiba e as missões dos reis Magos e Iiritiba, prendendo os padres que nela estavam em número de oito. Por último, fez o arresto da Fazenda de Muribéca, onde encontrou dois jesuítas, que como os quinze já referidos foram enviados para o Rio de Janeiro onde permaneceram até serem embarcados para o exílio.

A Fazenda de Muribéca era a maior e a mais importante propriedade da Companhia, nessa Capitania estendendo-se as suas terras além do Rio Itabapoama, pela parte do Sul.

Era formada de terras compradas a Bernardo Aires Samora, Antonio Dortas e outros das que foram doadas pelo Conde de Castelo Melhor (seis léguas) e pelo governador do Rio de Janeiro, Dr. Alvaro da Silva Albuquerque em 1702, compreendendo estas últimas, as que se achavam entre os rios caudalosos de Muriaé, Paraíba e Itabapoama.

Tinha de extensão nove e meia léguas de testada por costa e oito e meia léguas para o interior em terras de sertão. Principiava no Rio Guaximtiba, que fica ao sul de Manguinhos, correndo pela costa do mar, caminho do Norte a até a última barreira do Siri, da mesma parte do Norte. Embora fossem as terras da Muribéca tombadas pelo Dr. Maltures de Macêdo, sobre elas houve sempre contendas judiciais principalmente, por parte dos conquistantes e entre estes os índios Guarulhos que afinal foram obrigados a entregar as que estavam de posse, que diziam estar incluídos na sua sesmaria.

(*) Historiador

Depois de incorporada à Coroa Portuguesa foi arrendada a Manoel da Silva Braga sendo um dos fiadores Manoel Gomes de Oliveira, assistente em Campos, falecendo o arrendatário sem pagar as prestações devidas, o ouvidor Dr. José Ribeiro Guimarães Atahayde, fez o seqüestro nos bens do Salvador que foi arrendada por 16\$000 por ano. Depositando-se o preço do arrendamento até 1783.

Mais tarde a Fazenda de Muribéca foi arrematada em 25 de Julho de 1777 por José da Cruz, que dela tomou posse 25 de Agosto do dito ano.

O novo proprietário teve de sustentar fortes demandas com confinantes e mesmo estranhos, que contavam com o apoio do ouvidor José Pinto Ribeiro, de triste recordação para os campistas.

Este magistrado mandou até afixar editais convidando a todos que pretendesse terras da dita fazenda, que requeressem cartas de sesmaria, o que deu lugar a reclamação do arrematante que foi atendido com a carta régia de 24 de Julho de 1802, dirigida ao mesmo ouvidor da Capitania do Espírito Santo, ordenado-lhe que não continuasse a fazer perturbação alguma a José da Cruz e Silva, porque tendo arrematado a Fazenda que possui, deve nela ser conservado pacificamente... e por isso deveis abstervos de qualquer causa que promova inquietação e desordem.

Falecendo em 1803 o proprietário da Fazenda de Muribéca, essa passou a sua viúva D. Angélica de Jesus Maria e seus filhos.

Além da Fazenda de açúcar que era bem montada possuía o acervo muito muito gado vacum e cavalari.

O governador do Espírito Santo exercia grande pressão sobre os fazendeiros, proibindo mesmo que exportassem os seus açúcares e gados para o Rio de Janeiro e Bahia, obrigando-os a vender na mesma Capitania, a um seu protegido. Se qualquer uma pessoa de Campos ou de outra procedência ali aparecesse para comprar quaisquer produtos, só era permitida a venda, depois de obtida a licença por custosas portárias.

Em 1805 D. Angela e seus filhos levaram o fato ao conhecimento da Coroa e pediram que fossem exigidas ordens ao governo da Bahia para este fazer cessar o abuso e excessivo procedimento daquele governador, sobre o qual tinha jurisdição. Em 3 de setembro do mesmo ano foi expedida a carta régia de acordo com o pedido, depois de ouvido o conselho ultramarino que deu parecer favorável. A 18 de junho de 1806, passou-se previsão para tombamento da Fazenda Muribéca, a requerimento do Capitão Antonio José Ferreira de Abreu e mais herdeiros do falecido José da Cruz e Silva.

"Muribéca, Muri-béca, mosca importuna, mosquito perdinaz". (Das efemérides Campistas do Dr. A. Lamêgo).

CRÍTICA

Amylton de Almeida e sua “múltipla presença”

Francisco Aurélio Ribeiro (*)

Conheci Amylton de Almeida, pessoalmente, no início dos anos oitenta, quando fui apresentado a ele por Silvio, na Livraria Capixaba, como o “mais recente professor de Literatura da UFES”. Pronto, lá vinham pedradas. Ser professor da UFES, para ele, naqueles tempos, era sinônimo de academicismo, arrogância e, e por que não, ignorância da vida comum dos mortais. De cara, perguntou o que estava procurando em uma livraria, lugar que “professor da UFES não costumava frequentar. Disse-lhe que buscava algum lançamento de Margueritte Yourcenar, escritora belgo-francesa que fazia muito sucesso após o estouro de vendagem de “memórias de Adriano”. Logo veio-me com pedras dizendo que “professor da UFES” só lia isso mesmo, “modismos e lacan-cancan” e que eu deveria ler Gertrude Stein, muito melhor escritora do que Yourcenar e uma revolucionária. Confesso que havia lido pouca coisa de Stein, mas isso motivou-me a ler, com meus alunos de “História de Literatura”, no semestre seguinte, as poucas obras editadas, no Brasil, G. Stein,; Três Vidas e Autobiografia de Alice Tokas, só para confirmar que Yourcenar era muito melhor. G. Stein nunca teve a profundidade, a beleza estética, a pesquisa e tantos outros de Yourcenar. Ambas homossexuais, a segunda nunca fez disso uma bandeira ou estigma. O importante para ela não era “uma rosa”, mas a vida e a literatura. Amylton sabia disso e, mais tarde, pude comprová-lo.

Alguns anos depois, estivemos juntos na tomada do R.U. da UFES como “Casa da Cultura”, na elaboração do documento cultural para o governo Gerson Camata e fui seu aluno num curso sobre Fasbinder. Depois, saí para o Mestrado e Doutorado, 1985 a 1989, o Cícero e o Aldi morreram, nos vimos pouco. Comecei a estudar a literatura do Espírito Santo e o procurei sobre as primeiras versões de Blissful agony (cuja cópia ele me deu). Li o seu **A passagem do século** e soube do **Autobiografia de Herminia Maria**, que tive a oportunidade e o prazer de editar em 1994.

Como Secretário de Produção e Difusão Cultural da UFES, a partir de 1992, encontrei-o sempre, assistindo aos filmes do Metrópolis e sempre me provocando com algumas brincadeiras tipo “professor da UFES” não trabalha, dizendo nunca me encontrar na minha sala. Respondi-lhe que, por isso mesmo é que trabalhava, porque a cultura nunca está na sala ou gabinete, mas no mundo, além das paredes. Ele também sabia disso e pedia, sempre, que não deixasse o Cineclube Metrópolis acabar. Sei que ficou satisfeito com o novo Metrópolis que

Escritor e professor da UFES. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-Santense de Letras.

construímos no campus.

Em 1982, não entendi muito bem o que aconteceu no Auditório do Colégio do Carmo, lotado com quase mil pessoas, durante o seminário “Literatura e Marginalidade”, promovido pelo DEC e UFES. Tudo me pareceu muito performático e superficial; mais de dez anos depois, fui entender a importância daquilo tudo e passei a pesquisar a literatura do Espírito Santo, sob o prisma da marginalidade. Amylton me fez enxergar muita coisa, principalmente nas críticas literárias e cinematográficas que fazia como ninguém.

Hoje, pego para ler o **A múltipla presença**, Vida e obra de Amylton de Almeida, organizado, pela amiga comum e colega professora Deny Gomes. Leio a biografia escrita, emotivamente, por Jeanne Bilich e amarro linhas da vida de Amylton, que um dia, vi soltas e desalinhadas. Leio o ensaio de Deny, sobre dramaturgia, arrolada por Luiz Claudio Gobbi; seus vídeos, sempre premiados, comentados por Carlos Henrique Gobbi; o diálogo epistolar de Fabiano Gonçalves e Marcelo Siqueira, belíssimo, sobre a construção de único filme, ainda inédito, **O amor está no ar**, o depoimento de Paulo Maia sobre “Jornalismo” e a reconstrução do seu principal papel, o de “Crítico”, feita por João Barreto, Margarete Taqueti e Fabíola Mazzini. Para matar a saudade, atizar as lembranças ou informar o leitor mais recente, a obra inclui mais de sessenta críticas sobre filmes realizadas de 1974 a 1995.

Parabéns à prefeitura de Vitória, à Deny e a todos os realizadores pelo indispensável **A múltipla presença**, Vida e obra de Amylton de Almeida, homenagem mais que merecida a esse crítico da cidade e de seus costumes, amante da verdade, cavaleiro da dor. Sua passagem nos deixou um pouco mais órfãos, muito mais sós, mas sua presença entre nós, ainda que curta nos ensinou a olhar, mais crítica e apaixonadamente, o mundo e seus habitantes.

O autor é escritor e professor da UFES e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-santense de Letras.

As mãos no fogo - romance da vida gasta

Luiz Busatto (*)

Chegando ao final, o romance de Reinaldo Santos Neves atinge o seu significado original que era **O centauro na forca**. Este ser, misto de homem e de cavalo, com duplo coração, simboliza, na mitologia, a irrupção do elemento inferior, da força cósmica suplantando o espírito, os instintos, o consciente. É o problema central de Graciano, protagonista do romance. Se Graciano é poeta, canta a decadência, canta a vida gasta. Nele se desencadeiam as forças do elemento inferior que o suplantam. O desejo de posse sexual com exclusivismo, incestuoso, é uma clareira evidente destas forças que condimentam a trama de uma tragédia em projeto, em devir. O desejo irrompe dentro e fora do clã familiar, e portanto, conjuga os elementos lícitos e os elementos interditos. Dir-se-ia que Graciano sintetiza a implosão das superestruturas da família Vaz no seu aspecto hipócrita, falseadores do intercâmbio social.

Toda a ação do romance decorre, pois do ajustamento do personagem ao mundo que o cerca. Graciano vive estruturas burguesas onde a luta não é pela vida, para ganhar a vida, mas a luta é por “como gastar a vida” o menos melancolicamente na sua monotonia. De outra forma, como entender a constante relação do texto com **A Terra gasta** de T. S. Eliot? Graciano tem uma fixação sexual, o tabu da virgindade como polo norteador do casamento. Mas o casamento em si mesmo se lhe afigura como um contrato falido, um caminhar para a forca. Entre assumir responsabilidades e fixar-se em regressões infantilizadas, em uma volta ao passado familiar, Graciano ziguezagueia a esmo. Graciano é um perdido na trama da vida vitoriense e nunca se encontra. A busca do prazer manifesta a frustração do status familiar adquirido por circunstâncias alheias à sua vontade. Graciano é arrastado no fluir dos acontecimentos. Nada do que tem vale. Os próprios laços familiares degeneram.

O livro **As mãos no fogo** mostra a implosão da família Vaz, até onde chega desde sua grandeza passada ou sonhada. Graciano conhece todas as nuances da grandeza passada e das atuais misérias diárias. Graciano é a síntese desta antítese.

A técnica é algo de novo no campo narrativo. Se se entrar pela teoria da intertextualidade como carnavalização, há muito que dizer. A ironia do texto o projeta sobre um fundo cultural que remonta não só o melhor da literatura portuguesa e medieval, mas a própria literatura latina da decadência, ao **Satiricon** de Petrônio. Também à sátira menipéia da tradição. As análises de Bakhtin à poética de Dostoievski são muito apropriadas a este texto. O texto se faz linguagem a

(*) Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-santense de Letras. Professor - Doutor em Literatura Brasileira. Crítico e Escritor.

partir de outras linguagens entre as quais se ressalta a de T. S. Eliot em **The Waste land**.

As mãos no fogo é o romance da vida gasta, um mundo decadente, da inversão de valores, de deslocamento das primazias. O personagem Graciano não faz a sua vida mas a vida o vai fazendo, entropicamente.

A SEDUÇÃO DA LINGUAGEM

A LINGUAGEM ERÓTICA NO ROMANCE A CRÔNICA DE MALEMORT DE REINALDO SANTOS NEVES

Maria Lucia Kopernick (*)

(...) **A palavra pode ser erótica sob duas condições Opostas, ambas excessivas: se for repetida a todo transe ou ao contrário se for inesperada, Suculenta por sua novidade (...) Barthes**

Escritor capixaba contemporâneo, Reinaldo Santos Neves escreveu quatro romances. Rejeitou o primeiro, deixando em cena, **A crônica de Malemort, As mãos no fogo, o romance graciano e Suéli, romance confesso**. Sua base de escritura está solidamente fincada na linguagem e os seus romances são a um só tempo exercícios de simplicidade e complexidade. Eles são simples porque há uma preocupação com o divertimento do leitor, observada através de certa linearidade das histórias que permitem uma leitura de superfície fácil e agradável. Complexos, porque há no plano da linguagem uma grande força de verbalização, de dizer coisas norteadas por outros textos, que são lastros explícitos, colocados à disposição do leitor para uma investigação mais profunda.

Em linhas gerais, **A crônica de Malemort** é o relato de aventuras cavaleirescas, próprias da Idade Média, meados do século XIV. Em certo momento da narrativa a ação é situada no tempo e a informação de data é repassada: **Então veio o ano de mil CCCLV** (p. 105). O romance possui algumas características bem acentuadas de Saga. Uma delas é o formato em crônica, cuja relação com fatos temporais está implícita no próprio nome: "Khronos", nome grego de Saturno, deus mitológico do tempo. O relato histórico embutido no texto também enfatiza a forma da crônica. Esse relato do fato histórico refere-se à Guerra dos Cem Anos (França e Inglaterra) e um dos momentos marcantes é a captura do rei da França pelas forças do Príncipe de Gales, durante a batalha de Poitiers, assim descrito no livro:

Aquela noite o príncipe de Galles comeu com o rei Jehan e com muitos dos grandes senhores franceses que foram presos na batalha. Sabei que o príncipe serviu ele mesmo o rei Jehan e seus grandes senhores, e não quis por nenhuma maneira sentar-se a par do rei, dizendo ainda que não era digno de se sentar à mesa com rei tão poderoso como aquele e tão bom cavaleiro que de

(*) Escritora e Crítica. Mestranda em Letras na UFES.

melhor não havia no mundo. Aí demonstrou o príncipe que era gentil cavaleiro e cortês à maravilha, fazendo a seu prisioneiro todo aquele serviço que pôde e toda honra. (p.125).

O formato de crônica é recurso que propicia diversas leituras. Uma vez que ela, por definição, capta flagrantes da vida, pitorescos e atuais, torna-se bastante adequada a uma constante atualização textual, quer dizer o formato admite uma ambigüidade temporal e apesar de localizada em época bem determinada, pode ser remetida a qualquer tempo, por associação. Ressalte-se que esta crônica não é igual ao gênero de hoje, consagrado por Rubem Braga e que normalmente é publicado nos jornais.

Uma outra característica da saga é o relato das peripécias de um clã ou ajuntamento de famílias que obedecem a um único chefe. Neste caso, o romance trata da trajetória da família do senhor Malemort, Rogiers de Giac, também chamado Rogiers Besedeable. Ele é o pai de quatro filhos: Rogiers Amidieu, Thibert de Giac, Gilles Blanchemains e Katherine de Malemort. Conta ainda o livro a história dessa família, suas disputas, vitórias, destruição e seus envolvimento com a Casa de Nelle. O senhor de Nelle é suserano de Besedeable, nos moldes das relações feudais. Além de relatar as aventuras de uma família, a saga fala também dos seus desvios, sendo seu desfecho sempre pessimista. Na **Crônica de Malemort** isto fica bem claro porque no fim do romance todos morrem.

Miguel Depes Tallon, em resenha para o Jornal do Brasil de outubro de 1978 indica este romance como fonte de estudo tanto para a história, professor que é desta disciplina, quanto para a literatura. Diz ele: "Mais do que uma experiência, é uma bem sucedida reconstituição da Idade Média, podendo, inclusive, ser adotado como livro texto em qualquer cadeira de História de Literatura ou de História Medieval".

Neste estudo pretendo levantar alguns aspectos da linguagem erótica do romance **A crônica de Malemort**, partindo do recorte de três cenas, entre tantas outras que o texto oferece: tentação da carne, que sofre o filho mais velho, Rogiers Amidieu, a traição de Rogiers Besedeable ao seu suserano, Senhor de Nelle,; a prática de incesto dos dois filhos de Rogiers Besedeable: Thibert de Giac e Khaterine de Malemort.

No romance **A crônica de Malemort**, a luxúria, pecado capital segundo os cânones da Igreja instaurada, impera sobre a família Besedeable. O próprio nome Besedeable já implica uma marca de malignidade pelo jogo de palavras beijar (baiser/francês) e diabo (deable) ou pela corruptela de bis+deable, diabo mais uma vez, duplamente diabo. Logo no início do livro, após a marca das páginas

anteriores que se perderam, tem-se a seguinte referência à luxúria, à fornicação: **que é esse maior de todos os VII pecados maiores, porque o corpo e alma do homem, que deve ser morada de Deus, por esse pecado é feito morada do diabo. (P.9).**

De toda a família, o único que escapa do pecado é Rogiers Amidieu, filho mais velho, que também encerra no nome a diferença do seu caráter. Amidieu, ou seja, amigo de Deus. Assim, diferentemente do pai, ele é um exemplo de virtude e castidade, guardando em seu coração toda a pureza e integridade do seu amor a Deus.

Por isso mesmo, torna-se no livro a vítima ideal para sofrer toda sorte de tentações e torturas. **Ele dormindo, o diabo, que nunca dorme, vinha-o muitas vezes tentar em seu sono, fazendo-o sonhar uns sonhos muitos sujos e vergonhosos. Nesses sonhos aparecia-lhe aquela mulher Osane que um dia vira deitada com seu pai, segundo já ouvistes nesta história; e ela vinha, rindo, e se achegava a ele, mostrando o corpo alvo como geadas, e estendia os braços e abria as pernas para o colher no cárcere de seu pecado, em meio do veneno dos seus peitos e do fogo mortal de seu ventre. E seu corpo a acendia todo e queimava como se estivesse em chamas, e seu entendimento se turvava, e sua vontade começava a se corromper; seu coração, tão direito e tão forte em castidade, começava a fazer-se tão pequeno e tão fraco que já não podia litigar contra os maus desejos do corpo;**

Neste fragmento pode-se observar a delicadeza das imagens, bem apropriadas ao caráter virtuoso do rapaz: **corpo alvo como geadas; cárcere do seu pecado: veneno de seus peitos; fogo mortal de seu ventre.** Essas imagens, embora referindo-se a ela, qualificam e sensualidade/sexualidade dele. O uso do conectivo "e", recurso típico do relato oral, em todo o romance repassa a idéia de gradação, envolvendo o fôlego do leitor, especialmente nas cenas eróticas, ao mesmo tempo em que o remete, neste caso específico, para o sentido de tentação.

Os verbos no pretérito, com predomínio do imperfeito, contribuem para acentuar o aspecto de continuidade gradativa da ação do desejo, continuidade reforçada pela forma nominal do gerúndio, em três momentos decisivos: a tentação do diabo quando vem a ele, dormindo; a maneira da mulher vir-lhe em sonhos, rindo; e a ação de manifestar-se ao seu desejo, mostrando. Tudo isso realizado no texto por um toque de mágica sutil, expressado pela perífrase verbal "fazendo-o sonhar". A locução verbal é característica da linguagem informal e também determinante de ação contínua. Neste caso parece remarcar o conflito entre a castidade e o desejo carnal. Diante da sinceridade de propósitos do rapaz, o desejo só poderia mesmo realizar-se nos sonhos, momento em que as defesas estão abertas

e os resquícios do dia podem agir sem freios.

Selecionei este outro recorte para mostrar a violência das imagens na cena de traição de Rogiers Besedeable ao seu suserano, dormindo com a mulher deste enquanto seu corpo é velado na capela da herdade. Outra razão da seleção, é o destaque na presença do narrador, que diferentemente da cena anterior, aparece em primeira pessoa, envolvido com os atos como se estivesse ele mesmo agindo no lugar dos personagens.

(...) E eu queria que os pudésseis ver, e seus corpos nus, e seus beijos vergonhosos, e seus loucos abraçamentos, e seus movimentos desvairados, e seus vícios desprezíveis, e toda sua fornicação sem freio e os ruídos que faziam assim como bestas sem razão. E seu senhor jazendo morto na capela, e os homens bons rogando a Deus por sua alma, eles ouvindo o som das preces e orações, e o nome de Deus, e o de Jesus Cristo, e o de Nossa Senhora Virgem Maria, e todavia por nenhuma destas santas coisas não deixaram de fazer aquele seu pecado muito grande. E, soltando-se livremente àqueles prazeres e deleitações, parecia-lhes que nunca haviam de morrer. (P.19-20).

A crônica de Malemort apoia-se na linguagem de cantos de cavalaria, razão pela qual o tom do romance também se aproxima do maravilhoso, próprio daquelas narrativas. Maravilhoso é um termo cuja origem se identifica no século XIV e que mantém relação de sentido de mirar, contemplar. Nesse recorte, a questão do "ver" está bem evidenciada, como se pôde observar.

Assim, a inferência que se pode fazer a respeito do recorte recai sobre a curiosidade de sua construção: a interferência do narrador Thomas Meschin falando em primeira pessoa, convidando alguém (o leitor ou uma platéia) a admirar-se com ele do milagre de ver e ouvir a cena libertina narrada na crônica e retirada de um outro conto e por ele tornada viva como se estivesse acontecendo diante de seus olhos. **E eu queria que os pudésseis ver - E queria que pudésseis ouvir.**

A oposição entre o pecado e o momento de contrição religiosa diante da morte fica bastante evidenciada pelo uso de certas palavras e imagens. Os **vícios desprezíveis, a fornicação sem freio nem mesura**, o estado de bestas sem razão opondo-se às orações que invocam **o nome de Deus, e o de Jesus Cristo, e de Nossa Senhora Virgem Maria**. O gozo sagrado referindo-se à morte e a uma possível comunhão de corpos, relações proibidas: **E soltando-se livremente àqueles prazeres e deleitações, parecia-lhes que nunca haviam de morrer**. Por outro lado, é o narrador da crônica e seu desejo de mostrar que tem o controle da situação: eu queria. Então, é pelos olhos dele e por suas palavras que a cena se descortina aos nossos olhos. Mais forte do que isso ainda, é a cumplicidade em que ele estabelece com o leitor/ouvinte através do chamamento vós, aplicado diante

da imagem e diante da audição: **pudésseis ver e pudésseis ouvir**. Compreende-se por esse efeito que as duas pontas da cadeia - narrador e leitor (nome e verbo) - consigam escapar da punição (religiosa, social, moral, ética), embora também participem com seus corpos, pelos sentidos, da lascívia pecaminosa em que a narrativa as envolve.

Outra cena a destacar é a do incesto: **E que vos direi de Thibert de Giac e de Katherine sua irmã? Bem sabeis que eles se amavam de tão louco e desmesurado amor que nunca homem prezou tanto sua mulher, nem mulher seu marido. E digo-vos declaradamente que se amavam tanto que se queriam perder um pelo outro. E quando viram começar-se a grande morte, logo se temeram de morrer dela, e disseram-se que não morressem sem antes cumprir seu desejo e prazer. Ai, senhores, então foi posto em obra aquele seu pecado que até ali foram somente nos olhos e nas palavras e na vontade do coração. E uma noite dormiu o irmão com a irmã assim como se fossem marido e mulher. E ela disse, quando o viu chegar: Vem-te, meu irmão, meu amigo, meu esposo, vem-te para mim. E ele disse: Abre-te, amiga minha, pomba minha, formosa minha, abre-te para mim. E ela: Ai meu irmão, que formosa espada grande e dura, e eu serei a sua bainha! E ele entrou a ela espedaçou-lhe a virgindade que ela mantinha tão contra seu coração. E ela Aa, aa, aa, oo meu Deus, minha dor, meu prazer, minha morte, minha vida! E teve tão grande prazer que a fez transbordar fora de si, em êxtase. E nós, tapemos a vista ante tão estranho pecado e horrível. (P.43)**

Em relação ao recorte anterior, este apresenta uma estranha ironia. O narrador demonstra dúvida a respeito de como irá apresentar a cena, apela ao conhecimento prévio do ouvinte sobre o amor dos dois personagens e depois de contar tudo em seus mínimos detalhes, o convida a fechar os olhos.

Esta cena também difere das demais, porque nela o ato amoroso é descrito em seus momentos mais íntimos, havendo até diálogo entre as personagens (discurso direto). O motivo da prática de tão grave pecado está implícito no dado histórico. Um dos males que assola a Idade Média é a peste e num tempo de "doenças" que dizimavam todas as pessoas - nobres e plebeus - o efêmero da vida só podia ser compensado pelo desfrute de prazeres. A **grande morte** era uma ameaça muito grande porque real, imediata, concreta, enquanto que um pretense sofrimento após a vida, abstrato, no fogo do inferno, não se materializava. O medo da morte, portanto, age como justificativa primeira para essa relação consanguínea.

Outra diferença está determinada pelo modo como o sentimento se apresenta. Enquanto nas outras cenas havia a predominância do desejo puramente carnal, nesta o desejo dos corpos está misturado a um sentimento de alma. Os dois

irmãos amam-se além do que podem controlar. Este não parece ser um amor banal porque em todo o romance ele resiste, firme e fiel, a todas as desventuras que lhe vêm acontecer.

A linguagem que trata desse encontro dos dois irmãos, embora clara e direta, é também extremamente elegante. A marcação do ato sexual é feita pelo sinal de pontuação, os dois pontos. Quer dizer, eles são usados mostrando o encontro dos dois corpos. É como um recurso de demonstração. Reiterando o que é demonstrado pelo sinal gráfico, a fala de cada um completa a cena com delicadeza quase fraternal. Mantém-se, porém, um registro linguístico de alto padrão e até a manifestação do gozo dela é pescado de um livro de reflexões religiosas da época medieval: "Boosco Deleitoso".

As expressões **amiga minha, pomba minha, formosa minha**, explicam o carinho e a certeza de posse da amada que o irmão tem e é expressada na repetição do pronome possessivo. A metáfora do órgão sexual dele, **formosa espada e grande e dura**, aplica-se perfeitamente aos padrões da época que a crônica narra, quando era a espada o símbolo de honra dos homens.

Em seu livro **O erotismo**, Georges Bataille destaca três formas de erotismo: o erotismo dos corpos, dos corações e sagrado. Nos fragmentos que destaquei, a predominância erótica está concentrada nos corpos, embora a cena de Rogiers Amidieu mantenha uma forte interligação com o sagrado (simulacro de ritual - sacrificador e vítima), a de Rogiers Basedeable menos forte mas guardando algum laço, pelo menos o de profanação, e a de Khaterine de Malemort esteja predominantemente centrada no coração, pelo amor que sentem um pelo outro os dois irmãos.

Para Bataille, o significado do erotismo dos corpos está estritamente ligado à violação do ser dos que nele participam. Essa violação está estritamente relacionada à morte e ao assassinio. Tendo o erotismo dos corpos algo pesado e de sinistro, ele protege a descontinuidade individual e protege-se mais ou menos invariavelmente no sentido dum egoísmo cínico.

Para os padrões sócio-culturais de hoje o comportamento das personagens pode ser divisado como cínico, exceção feita a Rogiers Amidieu que em todos os momentos demonstra a sinceridade de seus propósitos de entrega a Deus. A posição do narrador Thomas, por exemplo, é moralista em princípio, mas é aparente o gozo com que ele nos mostra as cenas mais escabrosas, pedindo nossa concentração, para depois, hipocritamente, chamar a atenção para os horrores desse voyeurismo, nosso e dele. A ação desse narrador moralista, distanciado no tempo dos fatos, mas que os presentifica com tamanha nitidez que chegamos a ter noção deles como se estivessem projetados numa tela de cinema à nossa frente, guarda em si

um forte caráter sadomasoquista porque ao mesmo tempo em que libera o aspecto luxurioso das personagens, fazendo-os acompanhar e vivenciar com elas suas loucuras, na mesma medida ele nos acena com seu horror visualizado e com a repressão do castigo para tão desenfreadas liberdades.

O hedonismo levado a efeito até as últimas consequências (a morte), caracteriza a proteção de descontinuidade individual de que nos fala Bataille. A linguagem, como diz Barthes, fere ou seduz e é pela linguagem que somos seduzidos e feridos neste romance que se utiliza do antigo e do novo para registrar na palavra a marca do erótico em suas diversas manifestações.

Maria Lucia Kopernick

(Comunicação proferida na V Bienal de Estudos do GELES - Grupo de Estudos da Linguagem - ES - UFES, em 23 de outubro de 1996)

SUELI - ROMANCE CONFESSO

Tânia Cristina Vargas Canabarro ()*

Esta obra é acima de tudo um exercício de metalinguagem. É o romance falado do romance (texto auto-referencial) e é especialmente o processo da criação romanesca que pretendemos enfocar por considerar ser este aspecto mais significativo em **Sueli - romance confesso**, de Reinaldo Santos Neves.

Nesta obra o que comanda a escritura é a metaficção e a metalinguagem. É um ensaio sobre a criação literária e a criação da linguagem, incluindo frequentes experiências linguísticas. Capítulos inteiros e trechos vários são dedicados à metaficção e à metalinguagem (cap. 118 - p. 152, 40, 154, 172). **Sueli** é uma história de como nasce um romance-amor e o romance-gênero literário. A discussão sobre a ficção e sobre a linguagem constitui o próprio objetivo do romance. Esta obra pesca na realidade a ficção e a ficção na realidade.

A linguagem do romance **Sueli** se torna o centro da própria narrativa e estimula a reflexão e a interpretação. Por isso o narrador de **Sueli** é reflexivo e filosófico, estabelecendo conexões entre os fatos cotidianos, relacionados a outros, intertextualizando-os. Um narrador que experimenta palavras, cria neologismos, reconstrói sintaxes, que interpreta o discurso das personagens com uma pitada de ironia (p. 73). Assim, Reynaldo emite juízo de valor sobre as personagens a partir de suposições que parece não ter compromisso com os fatos objetivos (p. 113).

O personagem narrador tem fixação pelo nome "Sueli". Desta forma, o próprio nome ou o próprio que dá título ao livro é explorado das mais variadas formas na tentativa de desdobrar a linguagem sobre si mesma. Afinal Sueli não é um nome qualquer, é o nome da mulher amada e em cada uma dessas estranhas combinações, está mantida aos olhos do personagem narrador o encanto próprio do nome Sueli: "Um nome sem encanto, a não ser o encanto de ser o dela: Sueli é o nome de Sueli" (p. 25).

O narrador ao manifestar suas próprias limitações, através da auto-análise e da auto-ironia, se iguala às demais personagens (p. 48). Ocorre, assim, distanciamento formal do narrado consigo mesmo como técnica narrativa.

As técnicas narrativas são peças fundamentais nessa construção romanesca da realidade; uma realidade-ficção que compõe com a ficção-realidade um espectro do mundo em que Sueli se confunde com Sueli e Reynaldo com Reinaldo. A paixão amorosa é o leit-motiv do romance (obra); o autor reproduz a realidade sem preocupação de explicá-la, apenas a nomeia, cita-a. A realidade não mais existe, o que existe é a linguagem, a poesia a literatura .

(*) - Escritora e crítica - Mestranda em Letras na UFES.

O ponto de vista do narrador se sobrepõe ao das personagens decorrendo daí a predominância do discurso indireto, que muitas vezes se impõe resposta ao direto e vice-versa, dando dinamismo ao texto , graça sobretudo à articulação de recursos (p. 24).

Em **Sueli** o encadeamento de idéias é privilegiado e se dá naturalmente, com a conseqüente incidência do gênero dissertativo. Podemos observar constantes intercalações entre os períodos através das digressões dissertativas que abordam a questão da metaficção e da metalinguagem.

Nesta obra encontramos experimentos linguísticos de diversa ordem. Às vezes o narrador reinventa sintaxes, outras vezes quebra o curso gramatical normal ou cria formulações novas, desvios literalmente trabalhados que levam à recriação da linguagem. Essas particularidades gramaticais imprimem originalidade ao texto e reforçam sua estrutura (p. 14, 40, 44, 72, 102, 116, 118, 145, 152).

O autor, através do personagem-narrador declara seu prazer de trabalhar a linguagem e seu amor por ela, utilizando-se do recurso intratextual para se referir a outra obra de sua autoria, **A Crônica de Malemort (p. 102)**.

O narrador de **Sueli** busca inspiração para a trama no corriqueiro que serve também de base para a estruturação do texto, com a conseqüente aproximação entre a língua e a escrita/literária e a oral/informal e é o próprio narrador que, em tom de ironia, considera a banalidade da situação vivida. (p. 152). Em **Sueli** há um reforço do ato de fazer literatura a partir do cotidiano. Esse processo se dá com a espontaneidade de um contador de casos. Assim o narrador vai introduzindo naturalmente a metaficção e a metalinguagem na narrativa, o que reforça o sentido coloquial do texto, onde um fato vai dando lugar a outro e uma idéia vai chamando outra, num encadeamento lógico dos fatos e idéias (p. 53-53, 154).

O capítulo 1 inicia-se como uma espécie de mini-ensaio sobre a relação entre o romance e a poesia dando lugar em seguida à narrativa, que por sua vez, segue recheada de expressões ou períodos dissertativos (p. 12).

Em **Sueli** as metáforas são coloquiais e bem humoradas aproximando o leitor do texto. Essas figuras originam-se de temas relacionados aos pássaros (p. 15), às águas (p. 29), ao fogo (p.83), ao ar (p.46), à política (p.35, ao teatro (p.59) e a tantos outros; produzindo ricas imagens revestidas de simplicidade.

Podemos observar com essa compilação de metáforas que a tônica é a ironia (cap. 95). Temos ainda a metáfora como banalização (p.117). O resultado é a aproximação de polos aparentemente contraditórios, literariedade e oralidade.

Figuras de pensamento como paradoxo (p.50 e 34), trocadilho (p. 41, 60, 160) e alusão (p. 59, 71, 90), também aparecem com freqüência nesta obra desempenhando o destacado papel de articuladores de sentido do romance.

No romance **Sueli** a ciranda intertextual envolve, principalmente, Rubem Braga, Evelyn Waugh, T. S. Eliot, James Joyce, Roland Barthes, Robert Graves, Jazz, cinema e outros textos de Reinaldo Santos Neves.

As referências intertextuais merecem destaque especial nesta obra como instrumento de transformação e de reativação do sentido, rompendo a linearidade da narrativa (p. 25, 35, 37, 75, 79, 80, 89, 120, 125, 131, 138, 142). O uso intertextual a serviço da revitalização da linguagem é outro recurso trabalhado pelo autor (p. 37, 38, 75, 77, 87). Além de intratextualidades com outros textos do próprio Reinaldo Santos Neves (p. 40 e 47).

Observa-se em **Sueli** um duplo movimento: a manifestação de literariedade na linguagem coloquial e a valorização da linguagem em fatos corriqueiros. Neologismos, termos estrangeiros, ditados populares e clichês são elementos captados ao acaso e servem para estabelecer a comunicação do narrador com o leitor, produzir efeito semântico e recriar a realidade cotidiana, imprimindo força à significação que o narrador quer dar às suas impressões (p. 26, 41, 62, 66, 98, 146 e p. 13, 14, 16, 30, 146).

De fato, a escolha das palavras é um dos principais aspectos que revelam a sensibilidade e a perspicácia de Reinaldo Santos Neves em contar fatos corriqueiros, realmente ocorridos e transformá-los em literatura. Assim, o romance-amor dá origem ao romance-gênero literário, no qual a linguagem é, sem, dúvida a principal personagem nessa obra.

Tânia Cristina Vargas Canabarro

"Escrever é uma consequência": Saint - Exupéry

Telma Martins Boudou (*)

Trazer o universo do escritor francês Saint-Exupéry, para uma mesa redonda que enfoca a figura do escritor espanhol Garcia Lorca, coloca, de imediato, a presença de uma ponte histórica que abraça, de margem a margem, a contemporaneidade dos dois universos - Lorca morre em 1936, Saint- Exupéry em 1944. Nossa reflexão parte dessa constatação, a da simultaneidade das duas vozes poéticas, mas não vai se formular em termos comparativos, já que, formalizar um paralelo da produção dos dois autores, necessitaria de pesquisa a longo prazo e de maturação analítica e verbal. Vamos nos limitar aqui, a apontar alguns ângulos da obra do escritor francês, acreditando que tal ênfase venha oferecer uma modesta contribuição para uma abordagem em que se sintonize o autor e o seu tempo, entenda-se, uma abordagem que ressalte a historicidade de uma escrita e o seu papel face aos acontecimentos.

A indagação sartreniana em torno da questão " Que é escrever ? " se detém sobre a ação de desvendamento do escritor. Diz Sartre que : "Falar é agir; uma coisa nomeada não é mais inteiramente a mesma perdeu a sua inocência".(1). E que " o escritor decidiu desvendar o mundo e especialmente o homem para os outros homens, a fim de que estes assumam em face do objeto, assim posto a nu, a sua inteira responsabilidade."(1). Essa reflexão sobre a ação desvendante do escritor nos convida a interrogar o que o universo exuperiano nos revela sobre o mundo e sobre nós mesmos. É, nos adentrarmos, num universo feito de ação e palavra, esta última remetendo à primeira, e surgindo como consequência do vivido. Sabe-se, o artista, autor de Courrier Sud, Vol de Nuit, Pilote de Guerre, Citadelle, Le Petit Prince, é aviador. "Ecrire est une conséquence".(2). Com efeito, o artista vem dar estilo e força estética às mais nobres experiências do aviador. As duas figuras, tornam-se indissociáveis, fusionam-se numa só, a do escritor/narrador. É do aviador que o artista recolhe continuamente as descobertas; é a vivência do ofício - este ou outro, pouco importa - que o conduz à escrita. Recordemos este depoimento:"Não foi o avião que me levou ao livro; se eu tivesse sido operário de minas, teria procurado sob a terra um ensinamento".(3). As descobertas são aquelas que desvendam para o homem "adormecido" sua condição de homem, o rosto do destino. Na palavra, o escritor inscreve sua consciência humanística. Pela palavra o leitor nasce para uma descoberta. Na origem e na entrega o ato de escrever é consequência. Escreve-se porque se tomou consciência; escreve-se para que se tome consciência. Assim em Terre de Hommes, a figura do velho burocrata, cego

(*) Depto de Línguas e Letras/UFES

para a luz da consciência, descrito na sua rotina e ritos abafantes, é interpelada pela voz do narrador. " Não queres te inquietar com grandes problemas, te destes muito mal para esquecer tua condição de homem. Não és o habitante de um planeta errante, não te fazes nenhuma pergunta sem resposta: és um pequeno burguês de Toulouse. Ninguém te segurou pelos ombros quando ainda era tempo. Agora, a argila da qual és formado secou, e endureceu, e nada em ti poderia agora acordar o músico adormecido ou o poeta, ou o astrônomo que talvez habitasse em ti."(4). É para a consciência que, na primeira página de *Terre de Hommes*, apela o narrador/poeta ao rememorar sua primeira noite de vôo na Argentina. Percebe-se aí, que a consciência é o terreno sobre o qual fertilizará a verdade de cada um. e desde já, Saint-Exupéry, alicerça metaforicamente seu projeto humanístico. "Tenho sempre, diante dos olhos, a imagem de minha primeira noite de vôo na Argentina, uma noite sombria onde cintilavam, sós, como estrelas, as raras luzes esparsas na planície. / Cada uma assinalava, neste oceano de trevas, o milagre de uma consciência. (...) É necessário se comunicar com alguns desses fogos que queimam ao longe, no campo."(5). A paisagem humana que chega ao aviador sobrevoando a planície, é apreendida pela imaginação poética do narrador que aterriza na interioridade do homem para exortá-lo à construção de uma terra : a Terra dos Homens. Papel preponderante da consciência, na formulação estética de um humanismo inserindo-se dentro de uma visão moderna do mundo que coloca Saint-Exupéry em plena simbiose com Nietzsche et Gide, em relação dialética com Malraux. Humanismo da "grandeza humana" calcado na noção de heroísmo visto como um meio de aperfeiçoamento individual, solicitando do homem uma contínua experiência de ultrapassagem de si mesmo, renúncia de conforto pessoal, em prol de uma causa coletiva, em benefício de um dever plenamente assumido. Moral heróica de estirpe corneliana, sem dúvida, e que recebe o encorajamento de um escritor da época, de Gide, que vê esboçar-se a carreira de Saint-Exupéry moralista. "Eu lhe congratulo particularmente por esclarecer esta verdade paradoxal, para mim de uma importância psicológica considerável : que a felicidade do homem não está na liberdade, mas na aceitação de um dever."(6). Herdeiro de Nietzsche que escreve "é necessário ir além de ti mesmo, ir mais longe, subir mais alto até ver as estrelas sob teus pés", (7) e de Gide que recomenda "uma existência patética preferível à tranquilidade", (7) Saint-Exupéry assume uma literatura de ação em que a figura e / ou a personagem do aviador se entrega por inteiro à busca, à aventura, ao heroísmo. Geração de aviadores heróicos vivenciando nos ares uma epopéia corneliana. A dimensão do vivido sustenta a ficção: a escrita retira sua seiva da ação; "escrever é uma consequência". Face ao homem de pensamento, Saint- Exupéry faz da ação a "honra da escrita". Nela seus personagens, fora do

comum, trazem o selo de uma moral de "super homens." Diz Maja Destrem : "Nietzsche e Gide conceberam uma moral e a exprimiram em belos vôos literários. Saint- Exupéry foi o único a vivê-la, no perigo e na plenitude."(8). Assim, Guillaumet, piloto e personagem, ao término de sua errância de quatro noites e cinco dias no frio e no gelo na Cordilheira dos Andes, confessa : "O que salva, é dar um passo. Ainda um passo. É sempre o mesmo passo que se recomeça. / O que eu fiz, eu juro, jamais nenhum animal o teria feito."(9). Humanismo situando-se no limite das forças humanas. Idealismo para uns. Utopia para outros. Assim, também Malraux, romancista da grandeza humana retoma a frase de Guillaumet ajustando-a à medida do homem: "O humanismo não é dizer ; o que eu fiz, nenhum animal teria feito, mas dizer : " Nós recusamos o que queria em nós a besta, e nós queremos reencontrar o homem onde quer que tenhamos encontrado o que o esmaga." Os dois autores se encontram mas divergem quanto à vivência da condição humana. Na frase malruciana o homem não se rebaixa ao animal, mas se afasta do super-homem e face ao que o esmaga, tira sua força na dignidade de ser simplesmente homem. Mas, para além desta crítica, o humanismo de Saint-Exupéry seduz pelo que ele revela da qualidade do homem. Convence por trazer a marca da experiência vivida. Atrai pela autenticidade da aventura e pela transcendência das reflexões. Este gosto pela aventura Saint-Exupéry a conhece, ele e seus companheiros, com quem partilha na solidão dos vôos, o silêncio das alturas, a poesia dos astros, com quem enfrenta as panes, o inusitado, o desconhecido, o deserto, o oásis. Na narração do artista, o relato vai além da experiência e se reveste de tragicidade e poeticidade ao atingir o âmago da veracidade pungente da condição humana. Evoquemos um pequeno fragmento em que a errância no deserto passa a ser também a própria errância da busca existencial.

"(...) Ontem, eu andava sem esperança. Hoje, estas palavras perderam o sentido. Hoje, nós andamos porque andamos. Assim os bois sem dúvida, na lavoura. Eu sonhava ontem com paraísos de laranjais. Mas hoje, não existem mais, para mim paraísos. Não acredito mais na existência das laranjas."(10).

Como se vê a simplicidade do discurso se alia à abrangência da reflexão. Convém ir além da pele do discurso para nos darmos à leitura de sua obra.

Assim é, do avião, considerado como um meio, e não como um fim, que Saint-Exupéry tece uma escrita humanística - porque pontilhada de reflexões sobre o homem - e humanitária - porque voltada para a consciência da solidariedade necessária entre os homens. O avião, figura visível deste universo, se presta a um desdobramento imagístico cujo alcance explicaria a articulação aviator/ escritor. Com efeito, a máquina ou a escrita têm a seu serviço seus mais nobres operários. Deles, depende o refinamento tecnológico ou escritural. A máquina e/ou a escrita

não são, estão. Nesse processo de aperfeiçoamento, a obra em si só é perceptível na sua totalidade, não nas partes que a compõem. O operário então trabalha com o polimento dessas partes, de geração em geração, tomando o conjunto ágil e harmonioso na sua leveza e simplicidade, até chegar à "uma forma perfeitamente desabrochada, uma sorte de conjunto espontâneo, misteriosamente ligado, e da mesma qualidade que a do poema."(11). As partes, a serviço do conjunto. "Ao término de sua perfeição a máquina se dissimula," diz Saint-Exupéry, e conclui "para além da ferramenta, e através dela, é a velha natureza que encontramos, a do jardineiro, do navegador, ou do poeta."(11). Vê-se então a importância dada ao homem no seu fazer manual, como parte integradora de um conjunto mais vasto. A velha figura humana, pelos atos mais simples, participa do crescimento da humanidade. Sabemos que Saint-Exupéry trabalhou para o estabelecimento das linhas aeropostais entre a América Latina e a França. Do avião, da escrita, corre a mensagem, de escala em escala, de palavra em palavra. É essa verdade que aprende o aviador; nomeá-la, poetizá-la passa a ser tarefa do escritor. "Tal é a moral que Mermoz e outros nos ensinaram. A grandeza de um ofício é talvez, antes de tudo, a de unir os homens : só existe um luxo verdadeiro, é o das relações humanas."(12).

Portanto, é na prática assumida de um ofício, e através dele que o homem enraíza sua verdade. Para ela vive, por ela morre. O essencial é para o homem "atingir essa verdade". E Saint-Exupéry fala do "terreno que fundamenta os homens," que os dignifica e que confere grandeza tanto ao obscuro combatente da Frente de Lutas de Madrid como a Mermoz em plena glória." (13). A chama que os alimenta vem da verdade de cada um. Compreende-se pois a atitude de radical tolerância de Saint-Exupéry diante da diversidade de ações e de comportamentos humanos. Uma vez tocado por uma verdade o homem se baterá por ela. É impulsionado por ela. Que se destaque em *Terre des Homme* este fragmento:

"Desde então não nos surpreendamos. Aquele que não suspeitava do desconhecido adormecido nele, mas que uma só vez, em um porão de anarquistas em Barcelona, senti-o despertar por causa do sacrifício, da ajuda, de uma imagem rígida da justiça, esse aí, só conhecerá uma verdade; a verdade dos anarquistas. E aquele, que uma vez ficou de guarda, para proteger um povo de pequenas monjas ajoelhadas, amedrontadas, nos mosteiros da Espanha, esse aí morrerá pela Igreja." (14).

Desperto para uma verdade o homem não se desviará do caminho ou da ação que ela direciona. Em um outro momento diz Saint-Exupéry :

"Se você tivesse objetado a Mermoz, quando ele seguia em direção à vertente chilena dos Andes, com sua vitória no coração, que ele estava enganado, que uma carta de comerciante, talvez não valesse o risco de sua vida, Mermoz

teria rido de você. A verdade é o homem que nascia nele quando ele passava pelos Andes."

(...) "Se voce quiser convencer do horror da guerra aquele que não recusa a guerra, não o trate de bárbaro: procure compreendê-lo antes de julgá-lo."(15).

Para Saint-Exupéry é vão discutir as ideologias. Para quê? Todás são demonstráveis, pela lógica; "(...) Todos, sob palavras contraditórias, exprimimos os mesmos ímpetos. Nos dividimos sobre os métodos que são os frutos de nossos raciocínios, não sobre os fins: eles são os mesmos."(16)

Sendo assim, Saint-Exupéry prefere, no dizer de Maja Destrem "situar-se acima das mesquinhas e sanguíneas querelas políticas para atingir o essencial: a qualidade e não os sistemas, o indivíduo e não os poderes, a espécie e não as massas." (17).

A moral exuperiana engaja esta parte do homem que se abre para uma verdade cuja força o faz nascer. É sobre este nascimento que medita Saint-Exupéry. É ele que sua poesia celebra e é para ele que se volta seu humanismo. É na tomada de consciência do seu papel no mundo, por mais apagado que seja, que o homem dá sentido à sua existência e à sua morte. Por sua obra o homem redimensiona sua condição humana, enaltece-a, toma-a grande face ao destino. Nesse sentido a afirmação "escrever é uma consequência" nos parece dialogar com esta outra de Malraux, "a arte é um anti- destino". Para Saint-Exupéry o homem aspira ao seu crescimento. Em Terre des Hommes lemos o relato de uma experiência do eu narrado, que vem ilustrar essa necessidade do homem, a de se elevar acima do que o constrange, de buscar um caminho para fazer face ao destino.

"Eu visitei na Frente de Lutas de Madrid uma escola instalada há 300 metros das trincheiras, por trás de um pequeno muro de pedras, sobre uma colina. Ali um militar ensinava botânica. Desmontando com suas mãos os frágeis órgãos de um coquelicot, ele atraía para si peregrinos barbudos que (...) vinham na sua direção, apesar das granadas, (...). Uma vez instalados em torno do militar. eles o ouviam, atenciosamente. Franziam as sobrancelhas, apertavam os dentes, não compreendiam muita coisa da lição, mas haviam-lhe dito: "Vocês são uns brutos, mal estão saindo de suas cavernas, é necessário alcançar a humanidade! e eles se apressavam a passos pesados para ir ao encontro dela."(18)

Consciente da ameaça que pesa sobre o homem, seu humanismo não deixa de cair numa certa angústia. A guerra é absurda porque não dá sentido algum à morte. Diz Saint-Exupéry: "Cada um se instala ao abrigo de um muro de cimento, cada um lança, noite após noite esquadrilhas que torpedeiam o outro nas suas entranhas. A vitória pertence àquele que apodrecerá por último. E os dois adversários apodrecem juntos."(19)

Preocupado com os males que atingem a humanidade, Saint-Exupéry insiste sobre aquele que mina o homem do interior, aquele que mata o Homem no homem. Numa das últimas páginas de Terre de Hommes Saint-Exupéry medita sobre a extensão deste mal. Citemos as últimas frases:

(...) "O que me atormenta, não é a miséria, na qual, pensando bem, nos instalamos tão bem quanto na preguiça. Gerações de Orientais vivem na sujeira e se habitua com isso. O que me atormenta, as sopas populares não curam. O que me atormenta, não são nem estes vazios, nem estas feridas, nem esta feiura. É um pouco, em cada um destes homens, Mozart assassinado."

Se, à força de prosseguir sua ação desvendando a realidade humana, o humanismo de Saint-Exupéry evolui no sentido de uma exortação à fraternidade entre os homens, se se volta para uma escalada, através de uma aventura do espírito, ele não se fecha, nem determina comportamentos. A literatura de Saint-Exupéry não é "engajada, nem "desengajada", sua moral não é imperativa, como assinala Maja Destrem. Somos restituídos à nossa liberdade, à solidão de nossas escolhas. E ainda no dizer de M. Destrem, "ele deixa a escolha entre Jesus e Nietzsche, entre o serviço e a fuga, entre a espada e a rosa."(20)

A vida de Saint-Exupéry traz a marca singular de uma aventura no espaço, exposta a riscos e perigos. Riscos e perigos plenamente assumidos, não pelo gosto do perigo em si, mas por algo diferente, que o afasta do toreador: " Não é pelo avião que se arrisca sua vida.(...) Não se trata de viver perigosamente. Esta fórmula é pretensiosa. Os toreadores não me agradam muito. Não é o perigo que eu amo. Eu sei o que eu amo. É a vida."(21)

Aventura que terminará em tragédia em julho de 1944 com a morte do autor, desaparecido misteriosamente em ação, em uma última missão de vôo durante a guerra. Morte prematura, Saint-Exupéry morre aos 44 anos de idade, em curiosas circunstâncias; seus restos, assim como os de seu avião não foram encontrados. Morte heróica, antevista e celebrada nos interstícios da escolha, e que nos faz lembrar uma outra afirmação de Malraux "a morte converte a vida em destino." Aqui vida e obra mais do que nunca se entrelaçam. Que se pense nas últimas páginas de O Pequeno Príncipe, que também desaparece sem deixar rastros. Autor e personagem parecem viver os mesmos papéis, sofrer o mesmo destino. Em perspectiva fugidia, eles continuam, na imaginação dos leitores, alimentando a mesma legenda, na utopia da escrita.

Notas:

I- Todas as citações colocadas no corpo deste trabalho são traduções nossas.

1 - Sartre, Jean-Paul. Que é a Literatura? São Paulo: Ática S. A.,1989, p.20-21.

- 2 - Saint- Exupéry. Apud Boullé, Jean. Introdução à Terre des Hommes. Paris: Classiques Larousse, p.20.
- 3 - Saint-Exupéry. Apud Destrem, Maja. Saint- Exupéry. Paris: ed. Paris- Match,' 1974, p.126
- 4 - Saint-Exupéry, Antoine. Terre des Hommes. Paris: Classique Larousse, p. 28
- 5-Ibid, p.21
- 6 - Gide. Apud Destrem Maja. Saint-Exupéry. Paris: ed. Paris-Match, p.122
- 7 - Nietzsche. Apud. Destrem Maja. Saint-Exupéry. Paris: ed. Paris-Match, 1974, p125
- 8 - Destrem, Maja. Op, cit. p.125.
- 9 - Saint-Exupéry, Antoine .Op. cit. p.35
- 10 - Ibid, p.44
- 12 - Ibid, p.33
- 13 - Boullé, Jean. Resumo cap. I e II in Terre des Hommes op. cit. p.76
- 14 - Saint-Exupéry, Antoine. Op. cit. p.79
- 15 - Ibid. p.79
- 16 - Ibid. p.79
- 17 - Destrem, Maja. Op. cit. p131
- 18 - Saint-Exupéry, Op. cit. p.83
- 19 - Ibid, p.82
- 20 - Destrem, Maja. Op. cit p.129
- 21 - Saint-Exupéry, Antoine. Op. cit. p.73

HOMENAGEM

HUGO VIOLA

(Esboço biográfico)

A vida de Hugo Viola impõe-se como uma sábia lição de dinamismo àqueles que dela tomam conhecimento. Semelhantemente aos bandeirantes que estão na história de nossa Pátria como verdadeiros plantadores de cidades, Hugo Viola fez emergir de um terreno pantanoso um aprazível bairro que muito veio colaborar na solução do grave problema residencial de Vitória.

Este espírito empreendedor característico da personalidade de Hugo Viola foi forjado nas lutas que empreendeu durante o decorrer de sua existência.

Nascido do antigo Distrito Federal a 19 de Outubro de 1896, passou a sua infância em São Paulo estudando e se aperfeiçoando na profissão de topógrafo. Foi um destemido soldado nos campos de batalha, quando o Brasil declarou Guerra à Alemanha, pois ao lado da Itália, Pátria dos seus antepassados, lutou com denodo em favor dos seus ideais democráticos.

Em 1919 regressou ao Brasil fixando-se no Rio de Janeiro, onde passou a se dedicar a tarefa de construção de prédios. Em 1923 constituiu família transferindo-se para Vitória onde estabeleceu-se com uma oficina de marcenaria.

Mas, estas atividades profissionais, posteriores ao seu regresso da Europa, ficavam aquém de sua grande capacidade empreendedora, dos sonhos que colavam em seu espírito. Buscava, Hugo Viola, durante o transcorrer de seus dias a oportunidade de edificar uma obra que pela sua grandeza, ultrapassasse o limite de sua própria existência. Vivia nesta busca inconstante, quando se deteve, certo dia, a admirar a extensa baixada da margem esquerda do Rio Marinho. Seu sonho delineou-se, tornou-se mais evidente, pois sentiu que a construção de um bairro residencial naquele local, dotados dos requisitos necessários a uma vida salutar, correspondia plenamente à meta que desde há muito buscava alcançar.

Visando concretização dos seus objetivos, fundou a 17 de janeiro de 1936 a CIA MELHORAMENTOS DE VITÓRIA, com a finalidade primordial de adquirir a Fazenda Paul que compreendia "aquelas terras à esquerda do Rio Marinho...". A aquisição somente se procedeu após intermitentes lutas contra a série de obstáculos que se opuseram. Estas dificuldades provocaram o atraso do desenvolvimento do plano de Hugo Viola, mas não implicaram, entretanto, no esmorecimento de seus ideais.

Efetuada a compra a perspicácia comercial de Hugo Viola, levou a CIA MELHORAMENTOS DE VITÓRIA a ceder ao Instituto da Estiva, hoje "IAPETC", com o objetivo de valorizar o imóvel, um terreno com pouco mais de 6.000 metros

quadrados com a condição daquela autarquia construir casas imediatamente naquela região. As construções foram levadas a efeito e no dia 29 de Outubro de 1942 foram entregues as escrituras das doações .

Paralelamente à medida de ceder parte do terreno ao Instituto dos Estivadores, o que podemos considerar também uma atitude de alto cunho filantrópico, a CIA MELHORAMENTOS DE VITÓRIA passou a tarefa de planejar o aproveitamento do terreno, como também, lotear e passar os primeiros contratos. Em todas estas ações iniciais, decisivas ao êxito do vultoso empreendimento que se lançava a CIA MELHORAMENTOS DE VITÓRIA se fez sentir a segurança do líder HUGO VIOLA. Um pequeno erro seria inadmissível, pois este se multiplicaria por centenas de vezes visto ser a construção de 100 (cem) casas a meta inicial. Mas Hugo Viola, para quem a obra significava a concretização de antigos sonhos , transformou-se num guardião alerta a todos os detalhes. Impôs-lhe noites insones, esforços desmedidos e conseqüentemente, todos estes passos iniciais reduntaram em sólida base para o sucesso da construção do bairro.

Em 1947, ano decisivo para a CIA MELHORAMENTOS DE VITÓRIA, foi dado início a construção de 100 casas, cumprindo o programa que traçara, qual seja o de construir 100 casas do TIPO POPULAR, com o pagamento a longo prazo em forma de aluguel.

Obtendo pleno êxito ao desenvolvimento desta parte inicial de seu planejamento a CIA MELHORAMENTOS DE VITÓRIA sob a segura direção de Hugo Viola lançou-se à execução de planos mais arrojados. A estes, outros se sucederam. E , o "bairro Hugo Viola" transformou-se numa promissora realidade.

Falecido em 11 de Maio de 1953, Hugo Viola não teve o seu nome perpetuado no bairro que fez nascer. A Imprensa falada e escrita, populares, empreenderam entusiástica campanha no sentido de substituir para "HUGOLÂNDIA" a denominação de "JARDIM AMÉRICA", escolhida por Hugo Viola. Entretanto este, na sua grande simplicidade absteve-se de consentir tal alteração. Talvez, pensasse ao escolher a denominação "JARDIM AMÉRICA" homenagear às lembranças de sua outrora mocidade vivida em São Paulo e no Rio de Janeiro, cidades que possuem bairros com semelhantes nomes. Ou, quem sabe, voltou-se para o Continente americano numa mensagem de reconhecimento à bela história do seu povo onde o dinamismo, a força empreendedora, a bravura, ressalta-se em cada fato.

Como real tributo aos seus esforços Hugo Viola talvez esperasse algo mais profícuo do que uma simples associação do seu nome à denominação ao bairro. Haveria possibilidade de ambicionar como retribuição as suas lutas, o progresso crescente de JARDIM AMÉRICA, a sua inabalável posição no conceito

daqueles que o conhecem como um dos mais agradáveis recantos residenciais do Estado do Espírito Santo.

ALANY GONÇALVES SUZANO
VITÓRIA, 13 de Outubro de 1966

O CENTENÁRIO DE HUGO VIOLA

(Ligeiro histórico de sua vida)

Oneyda Viola Maio ()*

Transcorre no dia 19 de Outubro deste ano, o primeiro CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE HUGO VIOLA, nascido em 1896, no Rio de Janeiro, então capital da República e falecido em Vitória em 11 de Maio de 1953.

Este homem valoroso, sincero e empreendedor, forjado na disciplina do caráter e na valorosa escola da vida, assemelhou-se aos bandeirantes paulistas como verdadeiro sementeiro de cidades.

O que mais impressionou em HUGO VIOLA, não foi o fato dele ter construído Jardim América, bairro que inaugurou o desenvolvimento e o progresso de Cariacica, foi o seu espírito humano, preocupado sempre com os problemas sociais, com o que podia fazer pelas pessoas humildes e necessitadas. Correu em suas veias enquanto viveu o sangue generoso dos pioneiros que amavam a liberdade e a igualdade entre os homens.

Em São Paulo, berço dos imigrantes italianos mais ilustres, HUGO VIOLA estudou e se aperfeiçoou na profissão de topógrafo, o que lhe valeria o privilégio de alocar as áreas onde foram construídos os aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Espírito Santo.

Descendente de italianos, no transcurso da I Guerra, ocorrida em 1914 a 1918, foi para a Itália lutar contra a Alemanha, destacando-se como soldado e recebendo várias condecorações.

Em 1919 regressou ao Brasil fixando-se no Rio de Janeiro, onde se dedicou à tarefa da construção civil. Casou-se com a senhora MARTHA PAMPURI VIOLA em 1923, abandonando seu sonhos de adquirir grandes áreas de terra na deserta Copacabana, para ali contruir uma nova cidade, vindo então para Vitória, onde fixou moradia na rua Thiers Vellozo, no centro da cidade, estabelecendo-se com uma oficina de marcenaria.

HUGO VIOLA tinha dentro de si a consciência de que não nasceu para ser marceneiro. Fervilhava em sua alma inquieta o desejo de dedicar-se a construção de uma grande obra.

Enquanto esperava o futuro, HUGO VIOLA com a ajuda dos filhos, abriu a importante avenida Vitória, demonstrando competência e capacidade.

Amadurecia dentro dele o projeto que haveria de tornar realidade: a construção de Jardim América.

Foi, assim que certo dia, ao admirar a extensa baixada da margem esquerda do rio Marinho, de propriedade da fazenda Paul, HUGO VIOLA anteviu o futuro,

(*) Filha de Hugo Viola. Escrito em Vitória, 1996.

imaginando construir no local um bairro residencial para a população de baixa renda, bairro que no seu entender faria parte de Vitória e não de Cariacica, motivo porque batizou a empresa que fundou com aquela finalidade de "COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DE VITÓRIA", e não de Cariacica.

A empresa de HUGO VIOLA foi fundada em 17 de Janeiro de 1936 e sobre ela escreveu o jornalista Waldir Menezes, em "A TRIBUNA", de 24 de Abril de 1949:

"O bairro de Jardim América veio resolver o grave problema residencial de Vitória, problema esse que, nos grandes centros urbanos, desafia a inteligência e a argúcia dos homens de governo e que, comumente, permanece sem solução com tendência a cada vez mais se agravar.

Tendo em consideração a alta significação econômica e social que a criação daquele bairro tem para Vitória, aqui vai a minha citação, para que não seja esquecida, por justiça aos que trabalharam, para despertar a atenção dos nossos homens de governo.

Com o fito de valorizar o imóvel, logo no início, a COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DE VITÓRIA realizou a primeira importante etapa de seus programas: a aquisição do terreno. Agora seria meter a mão à obra, planejar, projetar, passar os primeiros contratos, lotear e construir; alcançar sua meta principal que era construir 100 casas populares, para serem vendidas a preços razoáveis e em prestações mensais.

A empresa doou ao então Instituto de Estiva (depois IAPETC) um terreno de pouco mais de 6.000 metros quadrados, com a condição daquela autarquia construir casas naquela área. As construções foram levantadas a efeito e a 29 de Outubro de 1942 foi lavrada a escritura oficial de doação. A 1º de Novembro daquele mesmo ano foi inaugurado solememente a Vila "Malcher de Sousa", conjunto residencial com 26 casas.

Assim, o planejamento, a modalidade de vendas, a planta das construções e toda uma série de elementos que em um tal programa entra em jogo, teria de ser dosado com a maior atenção, julgada com todo cuidado, medida e pesada com o maior carinho".

A respeito de HUGO VIOLA disseram as seguintes personalidades:

EDMAR LUCAS DO AMARAL - (O Jornal do Rio de Janeiro): "Às nossas hosanas ao movimento de inteligência e espírito iniciado por este valoroso batalhador HUGO VIOLA".

AMÉRICO GUIMARÃES COSTA - (A TRIBUNA): "Tardia, mas ainda em tempos, paga a dívida de gratidão para com o batalhador incansável e dedicado, à causa e coisas do bairro de Jardim América: foi concedida a HUGO VIOLA a

dedicatória de uma rua daquele progressista bairro, que lembrará sempre tanto aos moradores de Jardim América, como a visitantes, a personalidade que lhe dedicou tanto amor e carinho".

L.B.O. - (Jornal Livre): "Se este ilustre homem estivesse vivo nos dias atuais, teria uma mensagem especial aos jovens de hoje. Tal mensagem conteria as abstrações de sua experiência e uma exaltação que significaria um "brado de alegria" - um chamamento às necessidades urgentes de compreensão e amor. Suas palavras aos jovens seriam assim reproduzidas - "Os jovens representam um grande potencial, vamos acreditar neles".

MESQUITA NETO - (A GAZETA): "Houve um tempo em que pelo reconhecimento do valor da obra de Hugo Viola, amigos e admiradores quiseram dar o nome de Hugolândia a Jardim América. Surgiram, porém, restrições e a idéia não foi aproveitada. Fomos dos que a esposaram. Todavia, como o que vale, em tudo, é o maior número, a quantidade e não a qualidade, aquela venceu, Jardim América ficou, mas Hugo Viola também continuou porque os que sabem sonhar e realizar não morrem nunca. Que importa não tenha concordado, muitos, em denominar o bairro com um nome em cuja composição entrasse o seu? Quem pode esquecer que foi Hugo Viola o idealizador de Jardim América? Não é preciso que os filhos possuam os apelidos dos pais para o representarem na continuação prática ou emocional da existência. Jardim América existe porque é resultado do seu amor à terra, do seu desejo de servir, de ser útil e de fazer o bem".

OSWALDO OLEARI - (A GAZETA): "As homenagens a Hugo Viola, fundador de Jardim América, nunca ultrapassaram as lembranças de amigos que o viram sonhar, lutar e realizar um obra. Lanço sugestão de dar-se à Avenida América, ora trabalhada pela prefeitura de Cariacica e que vai ser transformada na mais bela do bairro o nome de Hugo Viola".

EDGARD FEITOSA - (A GAZETA): "Jardim América, é uma força propulsora do Estado, através da indústria e do labor de seus habitantes. Os filhos de Hugo Viola, todos honraram a terra natalinos setores em que atuam, honram e dignificam o seu nome e seguem a sua obra dignificante".

DJALMA JUAREZ MAGALHÃES - (Jornal da Cidade): "Morto, parece ainda melhor do que vivo, esse vulto imenso e valoroso, de idealista e sonhador, dignificou Vitória com o seu trabalho e imortalizou-se ao contruir Jardim América, o inesquecível Hugo Viola".

UCHÔA DE MENDONÇA - (A GAZETA): "Raras casas guardam na sua arquitetura a lembrança do velho construtor, idealista, abnegado e totalmente voltado para o trabalho abolindo a vaidade e os interesses pessoais. Ao meio dos repazes, dos enfeites, das solenidades demagógicas, o nome de Hugo Viola nem

citado foi, e bem melhor, senão o pobre homem estaria remoendo uma arenga na sua tumba diante da cruel demagogia dos homens que viveram mais em busca de votos do que construir a grandeza da terra".

MARIA NILCE - (Jornal da Cidade) - "Lembrar Hugo Viola é lembrar do valor, do mérito, de um homem feito de bronze, que a tudo venceu com honestidade e deixou em Jardim América espalhados os frutos de sua generosidade e da sua imortalidade".

ROSENDO SERAPIÃO DE SOUZA FILHO - (A GAZETA): "Hugo Viola é possuidor por legítimos títulos, da propriedade da antiga fazenda Paul, onde criou um bairro operário, com vendas feitas a prestação, inédita no Espírito Santo, quíça no País, ali tendo construído mais de 100 casas, recebendo por este motivo a gratidão da comunidade".

Os filhos de Hugo Viola permaneceram em Jardim América até hoje, o que não fizeram muitos dos que se beneficiaram da obra realizada por Hugo Viola, que vindos do interior do Estado, só assim puderam educar seus filhos em escola da Capital. Eles permaneceram em Jardim América apenas para cuidar de seus negócios, indo residir em bairros nobres de Vitória, longe do calor humano da cidade construída em Jardim América pelo idealismo de Hugo Viola.

Hugo Viola, para quem a obra de construir Jardim América significava a concretização de um velho sonho, transformou-se em guardião alerta do futuro do que chamava "sua cidade", sendo injustas as manobras que foram feitas para não permitir que o bairro se chamasse "HUGOLÂNDIA".

Falecido em 11 de Maio de 1953, HUGO VIOLA não foi merecidamente homenageado com a perpetuação de seu nome no bairro que fez nascer. A imprensa falada e escrita, intelectuais e políticos, empreenderam entusiástica campanha em favor de se substituir por "HUGOLÂNDIA" a denominação de Jardim América, mas não tiveram êxito por motivos injustos.

O braço e o espírito indominável de HUGO VIOLA são exemplos de vida para as novas gerações, esses jovens que ele tanto compreendeu e incentivou de modo carinhoso e sincero, afirmando: "Nossos jovens representam um grande potencial, vamos acreditar neles".

ONEYDA VIOLA MAIO
(filha de Hugo Viola - VITÓRIA, 1996)

MEMÓRIAS

NEWTON FREITAS (1909 - 1996)

Renato Pacheco ()*

Ó, quantas vezes tenho lamentado a falta de boas biografias de capixabas que se distinguiram, não só na vida política e econômica, como nas letras e nas artes. Nada parecido com um Sacramento Blake, para o Rio de Janeiro. Que fazer? Somos pobres e desleixados com nossa memória. Houve esforços de Amancio Pereira, do Almanaque da Casa Verde, do historiador Elmo Elton, mas, repito, muito ainda há que fazer.

Quem sabe quem foi NEWTON FREITAS? Pouca gente.

Para começo de conversa, ele era o famoso ZICO de dezenas de crônicas de Rubem Braga. Era a Newton, no exterior que o "sabiá da crônica" dirigia suas notícias de nossa boa terra.

Quando o entrevistei, em 1995, para O Diário Newton Freitas esbanjou sua notória habilidade como "causeur". Contou-me passagens de sua vida como esquerdista na era de Vargas, e depois como servidor contratado do Itamaraty. Iniciou no serviço da imprensa um banco de dados. Fez a pasta de um único brasileiro, mas, tão bem a fez, que, continuada por seus colegas, muitos anos depois os Embaixadores sempre falavam "no fichário que o Newton fez...".

Exilado no Cone Sul, pela ditadura de Vargas, muito fez pela divulgação de nossa literatura. Em espanhol publicou "Alô afro-brasileiros", "Ensayos americanos", "Garibaldi na América", "Literatura del Brasil" em colaboração com sua esposa, a grande escritora Lídia Besouchet, "Jaburuna" (livro que merece ser traduzido), Dom Casmurro de Machado de Assis (versão para o espanhol). Foi também traduzido para a Civilização Brasileira e Nova Fronteira .

Ingressando no serviço civil do Ministério de Relações Exteriores, foi adido cultural na Bélgica e na Inglaterra. No governo Jânio Quadros foi diretor da Agencia Nacional. A seguir, foi adido cultural no México e Argélia e adido de Imprensa na França e Espanha.

Em sua passagem última por Vitória, Newton Freitas nos contou que sofrera operação nos pulmões, em Madri. Quando o médico lhe mostrou pedaço do órgão enegrecido por muitos anos de fumo, Newton tirou um pacote de cigarro que estava escondido, no leito, e deu-o de presente ao operador. Se voltou a fumar não sei.

Telefona-me o Antônio Carlos Vianna Braga, da Livraria Dom Quixote, dá-me notícia do falecimento do Newton Freitas em agosto de 1996 no Rio de Janeiro. Fornece-me também interessantes notas autobiográficas que estão

(*) Presidente de Honra do IHGES. Membro da Academia Espirito Santense de Letras. Romancista, historiador, poeta, contista, folclorista.

publicadas neste número da Revista de nosso Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Em nome de nosso comum amigo Rubem Braga, com afetuosa despedida, deixo meu Adeus, Zico.

E, fica o registro, para que, quando for feito o Dicionário Biográfico dos Capixabas não falte a informação sobre o grande vitoriense que foi, em vida, **NEWTON FREITAS!**

LEMBRANÇAS ANTIGAS DE VITÓRIA

Newton Freitas ()*

Antes dos 50. Contar com quem? Os amigos que ainda viviam estavam mais enterrados que os do cemitério. Eram para mim verdadeiros fantasmas. Os que habitavam as ilhas vizinhas, lá, já não as habitavam mais. Uns, mortos, outros, desaparecidos. Onde estaria o velho Nicolau, o grego que possuía uma rede de arrastão na Ilha dos Frades e lá morava em uma casa modesta, de telhas vãs estilo colonial, com crianças em volta, filhos dele e de outros pescadores, descalço e assustado com a presença de qualquer forasteiro?

A Ilha estava situada na embocadura da Barra e era castigada sempre e sempre pelo nordeste ou - o que era pior - pelo vento sul que sopra fortemente. O velho Nicolau recebia na sala de visitas e oferecia habitualmente um café adoçado com açúcar preto de um gosto bem suspeito. Estava sempre com uma manta sobre os ombros e calçava uns tamancos portugueses. Era magro e friorento. Na ilha vizinha, a “Ilha do Boi”, vivia um casal jovem. Eram pescadores, mas também cultivavam a terra. Plantavam cana, milho e outros cereais; era uma ilha fértil, com árvores frutíferas cuja produção eles tentavam vender: jaqueiras, mangueiras, bananeiras, tamarindos... Como havia naquele tempo tantas chácaras em Vitória (a maior de todas as ilhas da desembocadura do Rio Santa Maria) era difícil alguém vender o que colhesse. A abundância de abacate, melancias, abacaxis, laranjas, bananas, carambolas, cajú, fruta-de-conde, abiu, ameixas, afora as frutas silvestres, como pitangas, caboins, maracujás, goiabas, mamão, araçá e infinidade de legumes e tubérculos, como aipins, batata, mandioca. Abundância e abundância. Com um pequeno anzol podia-se tirar do mar ou dos rios, palmitumas, carapebas, baiacus e carapaus na quinta das casas cujos fundos davam para a baía, tudo ali estava à mão. Enchia-se a casa com alimentos que davam para abastecer toda a família, e isso sem nenhum trabalho. À falta de diversões organizavam-se pescas e caçadas. Era um prazer reunir-se à noite, nas noites de lua cheia, para agarrar caranguejos e guanhamuns que saíam de seus buracos, dos mangues, para a desova. E em pequena canoas ia-se tirar das rochas à beira-mar o sururu, os mexilhões e conseguir dos pescadores de arrastão, as miuçáias: ouriço do mar, etc.

Com tarrafas e redes de mão, conseguia-se o camarão e os lagostins. A tartaruga e a lagosta eram abundantes, porém de difícil captura. Enfim, a enseada de Vitória era uma boca aberta a todos os peixes do mar. Pelos arredores caçavam-se perdizes, siriemas, iambus, patos selvagens, veados, pacas, cotias. Havia de tudo. Até onças, mas essas, poucos se aventuravam a lhes dar a caça.

(*) Material oferecido à Revista pelo consócio Antônio Carlos Viana Braga. O A. trabalhou durante muitos anos no Ministério das Relações Exteriores e veio a falecer em agosto de 1996.

Era um paraíso à Rousseau. A vida corria solta e alegre como os ventos da tarde. As montanhas com seus perfis naturais ainda não cortadas pelas escavadoras de hoje, e nem suas florestas devastadas pelas serras implacáveis da indústria madeireira que iniciavam suas fainas. Éramos quase felizes. Melhor: inconscientes. Percorríamos remando todos os recantos da baía. Anos mais tarde, navegando pelo litoral, senti a poesia de Casimiro de Abreu. Um moço desenganado, tísico aos vinte anos, com a sensibilidade de um velho sexagenário e gasto voltando para o passado, para os tempos que se foram. A natureza humana é propensa a esquecer os infortúnios e lembrar-se das coisas agradáveis dos tempos felizes. Durante o longo caminho que trilhamos na vida, aparecem sempre os marcos das tribulações e dos momentos tristes da nossa vida. Acontece porém que procuramos afastar da nossa memória esses momentos, tantas vezes quanto eles emergem e com tal insistência que ao fim, eles vêm já apagados, como seixo que, de tanto rolar, já perdeu suas arestas primitivas. E no fim da vida a gente se agarra aos belos momentos, apaga os maus, voltando para as madrugadas claras e suaves e para os campos floridos e fragrantos. (continuo otimista).

.....

Meu avô materno chamava-se, ou melhor, chamavam-no Benedito do Sacramento.

Conheci-o já velho, com seus 70 anos, porém bastante forte. Era de estatura mediana, ombros largos e pernas curtas. Nesse tempo seu filho mais velho era o patrão da canoa grande de arrastão que pescava na embocadura da baía e mesmo nas praias do litoral, tendo às suas ordens de quinze a vinte homens. Pescavam duas ou três vezes por semana nas praias da baía...

No verão, na época da safra, que durava de novembro a fevereiro, a rede e seus pescadores se transportavam para a Ilha dos Frades. Acampavam na parte de fora, parte Este numa praia em forma de concha. Habitavam em dois grandes quitungos - palhoça indígena de forma cônica - coberta de palhas (sapê) que caiam até o rês do chão. Numa delas moravam as mulheres, noutra, os homens. dormiam em redes ou jiraus cobertos de esteiras feitas com gramíneas nativas. Enquanto os homens saíam ao amanhecer em suas canoas para lançar o arrastão, as mulheres cuidavam dos afazeres domésticos: preparação das crianças, lavagem de roupas e alimentação da família. Essa era em geral à base de peixe, fruta e raízes, sem faltar a carne seca e o feijão. As mulheres constituíam uma tribo. Eram das famílias dos pescadores: mulheres, irmãs e filhos. De vez em quando (eu era pequeno), me permitiam passar uns dias no quitungo, em companhia de meus tios. Meu avô raramente comparecia. Ficava em Vitória e pescava sozinho, buscando peixes na embocadura do rio com rede de cerco. Eu esperava esses dias com ansiedade.

Como me divertia! Banhava-me o dia inteiro, nu, com meus primos e os filhos dos pescadores. Gostava também de acompanhar as mulheres quando esta iam até o centro da ilha buscar água de fonte, num lugar denominado Pedras Azuis. A ilha tinha vários “olhos d’água” potável. De Pedras Azuis, situado numa elevação, avistava-se a casa de pedra e tijolos, com telhas vãs, do grego Nicolau. Esse grego era dono de uma rede de arrastão, único concorrente de meu avô Bino. Nicolau, arrendatário da ilha, alugava na época da safra (nunca se soube bem a combinação entre os dois), o lado este da ilha que está situado na entrada da barra. Essa parte da ilha, nos meses de inverno, quando o vento sul a castiga, é quase inabitada. O grego, como vivia na ilha, construiu sua casa no lado oposto, mais abrigado da intempérie.

Ao lado, outra ilha verdejante, a Ilha do Boi, povoada por um casal de moradores ainda jovens, cujo nome não recorro. Sei que ela era uma morena viçosa e bonita. Eram as duas ilhas grandes, apenas menores que a de Vitória. Frente a elas, do lado oposto, estendia-se a Praia Comprida, a do Suá, e dos Homens e outras mais. Naquele tempo essas praias eram quase inabitadas. Na Praia Comprida havia a casa elegante do inglês Mr. Lemotte e a alguns quilômetros mais longe, o palacete de Mr. Bhering, representante do Hard & Rand, Casa Exportadora de Café, sobre uma colina cheia de verde, por ele batizada de Santa Helena. Frente a essas ilhas e praias, do outro lado da entrada da barra, fica o Monte Moreno, (o morro de Nossa Senhora da Penha com o seu convento colonial) e nos pés dessas montanhas o farol da barra; sobre a península e num remanso formado por uma península a pequena Ilha da Baleia, com sua pequena praia, seus coqueiros e bananeiras, canaviais e frutos do mar e da terra...

Grande parte da minha infância passei na Ilha da Baleia. Meu pai, prático da Barra da Vitória, costumava levar-me quando o movimento de navios era pequeno ou mesmo nulo. Na enseada entre o Monte Moreno e a ilha havia um pequeno canal margeado com praia de areia branca. Aí, meu irmão Wilson e eu, nadávamos...Bananeira, mamoeiros e outras árvores frutíferas. Meu pai criava galinhas. Eram todas negras, de uma raça que eu nunca soube o nome.

.....

Antônio Murubéca - Murubéca era um dos homens de rede de pesca do meu avô Bino. Vinha a ser meu primo pois era filho do irmão mais velho do meu avô materno, o velho Jesuíno. Murubéca o visitava três a quatro vezes por ano, em Maruípe onde ele morava numa casinha de taipa, coberta de telha vã, com sua companheira, velha índia também, de raça diferente. Era uma índia de cabelos corrediços e de cor branca - nem vermelha - nem cobriça. As demais características das moças, como olhos rasgados, etc., não deixavam dúvida quanto à sua raça. Ele

era bem diferente. Alto, levemente encurvado, espadaúdo, tipo acabado de aimoré. Como meu avô era analfabeto, tinha descido com a família das serras dos Aimorés à procura do litoral. Eles antes de ganharem o litoral - longa viagem - fizeram um estágio no Aldeamento indígena do Pancas, à margem esquerda do Rio Doce, um pouco abaixo da atual cidade de Colatina. Pancas fora outrora uma aldeola indígena. Naquela época, durante a colônia passou a ser administrada pelo governo e pelos padres franciscanos que por sua vez herdaram todas as missões depois da expulsão jesuítica. Nessa época o aldeamento achava-se em completo abandono, apenas se administravam rudimentos de catecismo por um padre que aparecia de tempo em tempo. Contava-me que no princípio, assim lhe contaram os mais velhos, os pais dos pais de seus pais, os jesuítas ensinavam a ler e a escrever em tupi e em língua cristã. Mas que quando ele e os seu abandonaram o aldeamento nas margens do Rio Doce, a desorganização foi tal, que nem é bom falar. O cacique responsável recebendo governo, subministros que se traduziam em fumo e cachaça. Permanecer naquele aldeamento, era esperar ser consumido pela febre palustre. Eu passava horas e horas ouvindo as histórias de tio Jesuíno, comendo batata doce assada chupando cana de açúcar. Eram pitorescas suas histórias contadas numa linguagem poética muito embora estropiando as palavras na sua pronúncia “sui generis”. Da sintaxe de tio Jesuíno nem falar. Bem pouca coisa ele tirava da terra com seus processos primários de cultivo. Também era obrigado a lutar contra os pássaros que comiam as frutas de seu pomar e as formigas que devastavam a plantação ainda em broto. A natureza era mais forte que o homem que não conhecia meios de vencê-la. Lembro-me de um acidente insólito, sucedido certo dia em que ele, com sua linguagem pitoresca, nos contava - a mim e ao meu irmão Wilson - episódios de uma chuvada que caíra sobre seu sítio alguns dias antes de nossa chegada: a chuva forte e grossa arrastara até os objetos, os poucos móveis de sua choupana. Com meu irmão, ouvíamos com muito respeito e atenção, mas não conseguimos conter o riso quando ele dizia: “Água por aqui! Água por ali!”.

Um dia nosso riso irritou de tal maneira o velho Jesuíno, que ele agarrando um cajado que sempre estava ao seu lado, saltou sobre nós e se não corrêssemos morro abaixo, teríamos sido vítima da sua ira, pois, apesar de octogenário era ainda bem sacudido. Desde este dia aprendemos a ouvi-lo com mais cuidado e precaução.

Anos mais tarde - e hoje mesmo - lamento não ter estado mais tempo ouvindo-o. Que de coisas teria me contado naquele linguajar. Só me dei conta da beleza das suas histórias muito tempo mais tarde. Era pura poesia. Como (só com a distância vim a perceber) sabia encher com comparações tudo...

História da minha família materna contada por Tio Jesuíno e mais tarde confirmada por meu Avô Bino.

“Depois da morte de nosso pai, resolvemos abandonar a encosta da Serra dos Aimorés e buscar terras melhores. Levantamos a colheita e tudo o que tínhamos e partimos em busca de melhores terras para acampar. Foi assim que, por informações, viemos a bater no Aldeamento Indígena Pancas, às margens do Rio Doce. Éramos dez, nove irmãos todos homens e minha mãe Ela era quem mandava porque os aimorés, nós pelo menos, vivíamos num regime matriarcal. Há muito que vivíamos isolados, pois nossa tribo tinha sido dizimada pelas febres e uma grande parte dela havia seguido com Jesuítas para o litoral. Daí talvez nos viesse a idéia do litoral. Assim chegamos. Foi uma espécie de estupor quando olhamos pela primeira vez o mar. Que imensidade! Era uma praia enorme, branca e limpa, com um montão de água entre verde e azul. Soubemos mais tarde que se chamava Piraém. Nunca entendi porque deram um nome tão feio: Peixe Podre. Merecia um nome mais bonito. Pois foi aí nessa praia virgem, que onde não havia sequer um morador diante de nossos olhos, que armamos nosso quitungo. Enquanto não tínhamos rede tivemos de pescar com linha. E para isso foi preciso ir mar afora, muito dentro do mar em busca dos bancos pesqueiros”. Ele foi contando a história dessa família que deixara a terra selvagem da Serra dos Aimorés para viver da pesca. Os sete irmãos logo que a aurora nascia no horizonte saíam numa canoa feita de um só pau e por eles mar adentro. Ele, Jesuíno, como o mais velho, ficava de guardião e com a mãe cuidava dos afazeres caseiros. “Tudo ia correndo bem, continuou contando. “Mas um dia o mar embraveceu, nuvens negras transformaram o dia em noite e a canoa de pesca com os sete irmãos jamais voltou.

Dias e dias esperamos por eles. Certo dia, a algumas léguas dali, apareceu a canoa vazia, os corpos ficaram sepultados no mar”. Bino fez-se homem, foi pra Vitória de onde nunca mais quis sair. Casou-se, criou filhos e teve sua rede. Nunca mais o tornei a ver. Eu tentei voltar para morrer em meus pagos, retomou o relato. “Minha mãe estava velha e alquebrada. Há algumas léguas da praia, aqui nestes morros, parecidos a nossa Serra dos Aimorés, parei. Minha mãe morreu; casei e nasceu Murubéca, Antônio Murubéca, como depois o batizaram em Vitória. Nós já éramos todos cristãos novos, batizados no Pancas e tomamos nossos novos nomes. De sobrenome nos deram o de Sacramento. Eu passei a me chamar Jesuíno e o menor de nós todos, Benedito. Murubéca ficou vivendo com Bino e de vez em quando sobe a serra para nos ver. Também, o que ficaria fazendo aqui? Vivemos para comer, graças a Deus. Mas três a quatro vezes por ano, ele aparece por aqui. Mora longe, bem sei, e a caminhada é penosa. Procuro agradá-lo quando ele aparece por

aqui, dou-lhe frutas, limões da terra, laranja, mamão, mandioca e aipim. Quando posso, galinhas de Angola e ovos. Pato e galinhas não posso criar; o gambá as devora.

Como sempre às três da tarde quando o sol era menos inclemente, tomavam o caminho de volta. A caminhada era longa, de cinco a sete horas. Chegávamos sempre à noite em Vitória; era um alívio quando atravessávamos a ponte da passagem. Nesse tempo eu andava pelos meus 11 anos, era grande e avisgado e quando ia passar os dias Santos e os feriados em Capuaba, atravessava a baía a canoa ou a nado para visitar meus avós. Passava em geral o dia inteiro ao lado deles, contando minha vida no colégio ou a visita que tinha feito ao seu irmão Jesuíno, em Maruípe.

Ele me escutava; fumando ou mascando fumo de corda ou enrolando grossos cigarro de palha; consertando as redes estropiadas; colocando bóias de cortiça ou pingente de chumbo para submergi-las melhor. O caso é que nunca o vi que não estivesse fazendo alguma coisa; as mãos sempre as tinha ocupadas...

“Pega!” costumava dizer quando ao despedir-me e tomar-lhe a benção dava-me uma pataca de cobre ou uma moeda de prata. Sua generosidade vinha talvez do desconhecimento do valor do dinheiro. Apreciava mais - isso assim, a troca de mercadorias ou objetos.

Interessava-se vivamente por tudo que eu lhe contava, principalmente com o que estava relacionado com o seu irmão Jesuíno. Soube alguns anos mais tarde, que eles nunca mais se viram. Desconheciam suas próprias famílias. A tragédia de Piraém os afastou definitivamente. Afora o dia de são Benedito, em que ele punha colarinho e gravata e calçava borzeguins para acompanhar a procissão do Santo que lhe dera seu nome, o velho Bino só saía de casa pelas madrugadas ou à boca da noite para recolher os cercos que ele armava nas desembocaduras do rios tributários, da enseada. Percorria assim, léguas de caminho líquido à vela ou remando em suas pequenas canoas de um só pau. Usava pouco, bem pouco, as pernas; sempre se locomovia com os braços, remando. Por isso era de dorso forte e de braços musculosos, atlético, enfim.

.....

Aí pelos anos vinte, ainda era meu avô Bino quem controlava e administrava as finanças da rede. Comprava os apetrechos e pagava o pessoal. Como naquele tempo a moeda divisionária era bastante diversificada! Havia moedas de prata, de níquel, de cobre. Que variedade! Falava-se em vintém, pataca, meia pataca, tostão, cruzado, mil réis, etc., e também havia uma infinidade de cédulas, papel moeda em qualidade. Para os analfabetos era um verdadeiro mar

revolto, um quebra cabeça infernal. Não me lembro de todas as moedas. Meu avô, portanto, dependia das luzes de seu filho mais velho, alfabetizado e que aos poucos foi se apropriando e administrando os negócios da família.

O que eu sabia é que na casa do meu avô não havia nem lápis nem papel. Quando chegava o dinheiro da venda dos peixes, meu avô colocava todo dinheiro em um pequeno monte sobre a mesa. Dividia tudo em partes iguais. A primeira divisão era feita em duas partes, uma para ele e a outra para os pescadores. Da parte do meu avô, ele tirava a parte das despesas de manutenção da rede. A parte restante era dividida com a família. E a família, além do casal Bino, compunha-se de meus tios José, Manuel e minha mãe. Ora há muito que minha mãe não tinha nada haver com a rede, pois estava casada e não necessitava de ajuda; mas a parte dela era sagrada, assim como o peixe que lhe era entregue todas as vezes que se pescava. A única vinculação que existia de nossa família com os afazeres da pesca, era quando da época da safra, nos meses de pleno verão, as cocadas de açúcar preto com amendoim, espécie de pé-de-moleque, que minha mãe preparava, mandava vender aos pescadores que estavam trabalhando no quitungo. Era uma alegria presenciar e mesmo colaborar na confecção do doce. O açúcar ia ao fogo dentro de um grande tacho de cobre e fervia até ao ponto exato. Deitavam-se então grãos de amendoim. Cosido o amendoim e com a concha grande, derramava-se a massa ainda quente numas forminhas feitas de gravatá verde e preparadas de antemão que eram colocadas sobre uma mesa de peroba ou de outra madeira dura, até esfriar; retirado das forminhas depois de algum tempo, os pés-de-moleque estavam em condições de serem vendidos. Essa era a única e última vinculação da minha família com a rede de pesca do meu avô Bino. A rede terminou desaparecendo. Meu avô morreu. Ainda me lembro da última vez que o vi; eu estudava no Rio. Ele chegara acompanhado do meu cunhado, Prates, numa manhã chuvosa, maio, no noturno de Vitória-Rio. Era já centenário. Olhara o Rio sem nenhum interesse, nem espanto, apesar de ser a primeira vez que viajava. Viagem inútil. Os médicos examinaram-no e mandaram-no de volta. O câncer de boca estava em estado adiantadíssimo. Estávamos em 1927. Anos depois soube da morte de minha avó, centenária também, pois, ela era mais velha que meu avô. Quando voltei a Vitória, anos mais tarde, tudo estava mudado. A rede havia desaparecido. Meu tio Bino era funcionário dos correios de Vitória, Tesoureiro. Meu outro tio Mané Bino, trabalhava como Sinaleiro.

E assim, minha família materna foi se desagregando. Os índios foram se acabando. Minha mãe casara-se com meu pai, que não tinha nenhuma mistura de sotaque; tinha a origem portuguesa antiga; dos donatários; por sua vez, meu tio, também se casara com mulher branca, creio que de ascendência italiana, pois

chamava-se Lyra. O último dos Sacramento não se casou, creio mesmo que não deixou prole. Do meu pai não se pode dizer o mesmo. Anos mais tarde, de volta a Vitória, fui conhecendo então novos irmãos. Filhos é claro de outras mães, mas eram muitos...

Figuras de nossa história política.

ANTÔNIO GIL VELLOZO (1915 - 1966) R.P.

Antônio Gil Vellozo nasceu em 1915 e faleceu, vítima de acidente automobilístico, em 1966, quando exercia o cargo de Deputado Federal. Era filho do jornalista e advogado Luiz Adolpho Thiers Vellozo e de D. Clementina Moreira Vellozo.

Estudou em Vila Velha, na escola da professora D. Julia e depois no Ginásio Espírito Santo. Entre seus colegas, por ser magro e alto tinha o apelido de Canguru.

Aos 16 anos começou a trabalhar, no Diário Oficial e posteriormente em A Gazeta (fundada por seu genitor) onde foi redator e gerente.

Entrou para a política vilavelhence em 1945, ingressando nos quadros da extinta União Democrática Nacional (UDN) da qual nunca se afastou, até a extinção do partido. Foi Vereador, Prefeito (em Vila Velha), Deputado Estadual, Deputado Federal.

Seu prematuro falecimento foi imensamente sentido, em nosso Estado e na Câmara Federal, onde contava com largo círculo de amigos e admiradores.

O então o Governador Rubens Rangel decretou luto oficial, por três dias. A Prefeitura de Vila Velha, através de proposta do Vereador Moacyr Loureiro Pereira, deu-lhe o nome à principal avenida da orla atlântica, iniciando-se na Avenida Gastão Roubach e indo até a Ponta de Itapoã.

Inúmeros jornalistas, em artigos assinados, louvaram o grande capixaba, entre os quais citamos Celso Bonfim, Guilherme Santos, Theomar Jones, Djalma Juarez Magalhães e Osdiva Bruzzi Conti.

Sua memória foi, quando de seu falecimento, reverenciada na Assembléia Legislativa do Estado, Câmara Federal (onde lhe renderam homenagens 15 Deputados) no Conselho Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo e no Plenário do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

Sobre o Distinto político de nossa terra, o Departamento de Pesquisa do Jornal do Brasil publicou a seguinte notícia, em sua edição de 01.03.1966:

Um Gil alto e brincalhão

Quando o Deputado Gil Veloso esteve doente, há algum tempo os amigos brincaram:

-Vamos trazer para você a cama do De Gaulle.

Por ser alto e magro, ganhou o apelido de Canguru entre os íntimos, que duvidavam de se encontrar uma cama para seu corpo comprido .

Gil Veloso, capixaba de Vila Velha, onde nasceu em junho de 1915, era um homem brincalhão, muito estimado, principalmente na Câmara Federal. Fã de briga de galo, foi grande incentivador dos esportes no Espírito Santo.

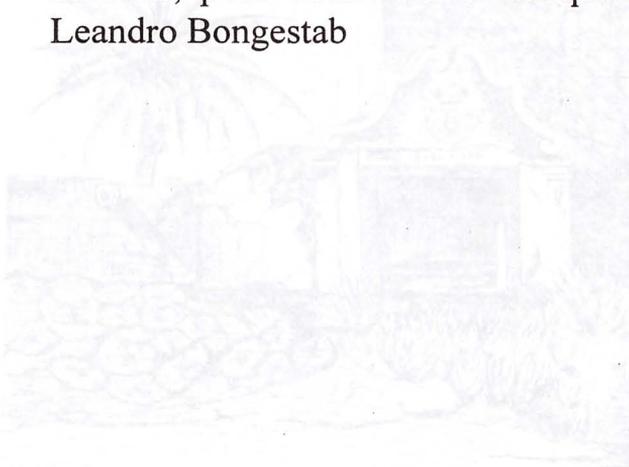
Descendente de Thiers Veloso, fundador do mais antigo jornal capixaba - A Gazeta - o Deputado Gil Veloso era formado em Contabilidade e se fez corretor de seguros e de imóveis. Depois, seguindo as pegadas dos pais, tornou-se jornalista, chegando a redator-chefe do Diário Oficial do Estado. Também trabalhou em **A Gazeta**, foi fundador e diretor de **O Continente** e fundador da Associação Espírito-santense de Imprensa.

Membro da extinta UDN desde 1945, sua estréia política foi em 1950, quando se elegeu Vereador em Vila Velha. Quatro anos depois era Deputado Estadual chegando a prefeito em 1958 e a Deputado Federal em 1962. Politicamente era reformista católico e de doutrina social-democrática e ideologicamente centrista. Dentro da Câmara dos Deputados era lacerdista firme e ao mesmo tempo amigo de Amaral Neto, a quem procurou poupar quando a UDN o expulsou do Partido. Era membro da Comissão de Economia da Câmara e como udenista presidiu o Diretório Municipal de Vila Velha foi Secretário-Geral e Presidente do Diretório Regional do Espírito Santo.

Fora de suas atividades políticas, Gil Veloso era Diretor da empresa de seguros e corretagens que fundou e Membro da Academia de Letras Humberto de Campos, de Vila Velha. Tinha um hobby curioso: colecionar recortes de jornais. Era casado com D^a Zita Botelho Veloso e deixa os filhos Angela Maria, Luís Adolpho e Beatriz Helena.



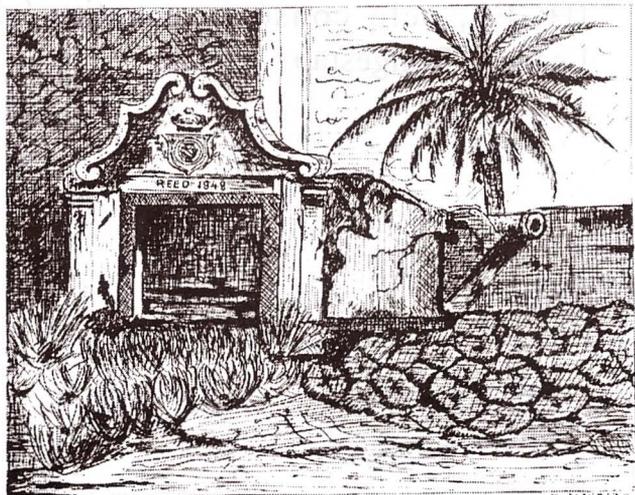
BICOS DE PENA, do artista M. Oliveira,
adquiridos no Rio de Janeiro e doados ao
IHGES, pelo consócio e antiquário
Leandro Bongestab



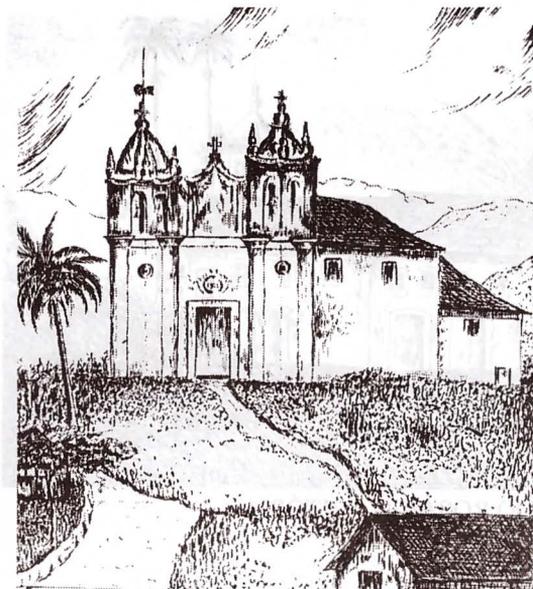
PARLAMENTO FORTE DE SÃO



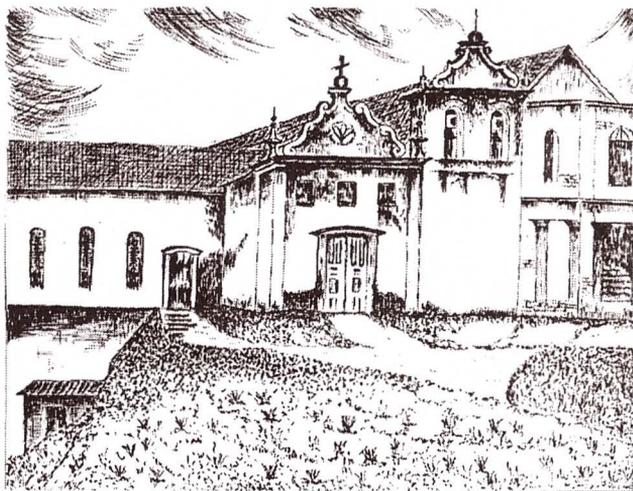
CAPELA DE SANTA LUZIA - VITÓRIA



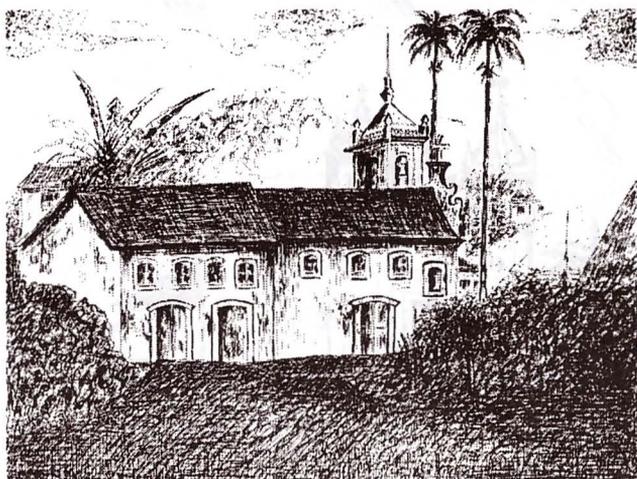
PORTÃO DO FORTE DE S. JOÃO



IGREJA DE VIANA



CONVENTO S. FRANCISCO - VITÓRIA



IGREJA DO ROSÁRIO - VITÓRIA

GARRINCHA: Um mito com quem estive...

Fernando Granhuns Cavalcanti ()*

Alguns amigos do IHGES, desportistas que são, incumbiram-me de escrever acerca da biografia de Garrincha. Peço desculpas e fico devendo, pois se trata de uma tarefa que demanda estudo, para o qual não tenho disponibilidade no momento. Todavia, posso repassar a passagem de Garrincha por Vitória, em 1974, com quem tive contato direto, na condição de preparador físico do Santo Antônio Futebol Clube.

Era aniversário do Santo Antônio Futebol Clube, em novembro de 1974 e sua diretoria queria trazer a nossa Capital um grande time do Rio de Janeiro e alguns craques, conhecidos no cenário do futebol nacional. O escolhido foi o Vasco da Gama, que estava no auge naquele ano e os craques foram Swingue (ex-Palmeiras e Seleção Brasileira), Fontana (ex-Cruzeiro, Vasco e nascido aqui) e Garrincha. Todos aceitaram o pedido, inclusive Swingue vinha para assinar um contrato com o Santo Antônio e posteriormente assinou com a Desportiva; Fontana para prestar uma homenagem ao clube que defendeu pela primeira vez e Garrincha por interferência de Elza Soares, com quem vivia na época. O mito chegou no dia 18 de Novembro, daquele ano, indo hospedar-se no Hotel Prata, centro de Vitória. A imprensa da nossa Capital deu aquela força, especulando muito sobre a partida que fariam Vasco da Gama e Santo Antônio Futebol Clube, com os reforços dos citados craques. É claro que nossa torcida ficou toda ouriçada. Viam-se carros desfraldando suas bandeiras pelas ruas, torcedores usando suas camisas vermelhas, etc. Apesar de Garrincha já ter parado há quase 10 anos, a sua imagem ainda em todo Brasil era como se o mesmo estivesse em forma. Luiz Nunes, em seu livro “Alegria do Povo” diz, “sempre haverá em qualquer parte do mundo alguém para querer marcar Garrincha e virar mais um “João”, não importando o tempo.” Desta forma, aquele homem nascido na pequena Pau Grande, operário da América Fabril, que jogou no Botafogo e na Seleção Brasileira, estava agora em minhas mãos naquela noite de 19 de Novembro de 1974, para enfrentar o Vasco da Gama, com a mesma humildade de antes, fazendo seu aquecimento, no vestiário, à direita do Estádio Engenheiro Araripe.

Claro que nós vivíamos um sonho, pois aquele mito já havia sido 2 vezes campeão mundial de futebol, campeão brasileiro pelo Botafogo, rodado o mundo e nós naquele momento estávamos comandando um gênio.

Estádio lotado, e nosso técnico Manoel Ivo (já falecido) havia conversado com Garrincha, dizendo-lhe que preferia lançá-lo no segundo tempo e o mesmo

(*) Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Desportista e Historiador.

foi taxativo aceitando a sugestão. Entrada da equipe em campo e foi aquela calorosa recepção com todos aclamando e gritando por Garrincha. O que se viam eram torcedores vascaínos, antoninos ou de outros clubes torcendo pelo mito, fã segundo Bóris Fausto do “passarinho de vôo curto”, ou melhor, segundo Juca Kfoury, de um “Chaplin imprevisível”.

Terminada a partida, com o resultado de Vasco da Gama, 2 e Santo Antônio Futebol Clube, 1, armou-se uma grande confusão à porta do vestiário, eram torcedores querendo abraçar Garrincha, tendo nós jogadores e comissão técnica grande dificuldade para chegar ao mesmo. Garrincha na sua simplicidade abraçava a todos, tirava fotografia com as crianças e agradecia aos dirigentes a oportunidade dada pelos mesmos.

O Santo Antônio tinha alguns compromissos pelo interior, mas infelizmente os consagrados craques optaram por partir para seus compromissos. Entretanto a sua presença naquele jogo marcou muito para o Santo Antônio Futebol Clube. O que se via em Garrincha era o prazer de jogar, como se o mesmo fosse um amador, o amor pela camisa quando se entregava de corpo e alma para ganhar as partidas, como fez contra o Vasco da Gama.

Contudo, a violência, a doença, a ganância dos cartolas (parou de jogar aos 32 anos) fez com que aquele mito morresse alguns anos depois, como nasceu, pobre, esquecido pelos amigos.

Da saudade de nossas conversas no Hotel Prata nunca esquecerei, Garrincha com seu jeito matreiro nos contava sua glória na Suécia, no Chile e o último campeonato mundial de que participou, na Inglaterra, em 1966. Sim. Garrincha, ficará eternamente na memória daqueles que o viram jogar, dos torcedores que acima de torcerem por seus clubes torciam por Garrincha Futebol Clube.

Ao Manoel Ivo, Joel Serrano e outros dirigentes que a memória agora não me traz, meus agradecimentos em nome de Garrincha, por tudo aquilo que fizeram pelo Santo Antônio, quando nosso mito defendeu suas cores, em nossa Capital.

**PESAGEM DOS ATLETAS NA PARTIDA CONTRA O VASCO DA
GAMA - REALIZADA DIA 19/11/74 EM FESTA DE ANIVERSÁRIO DO
CLUBE COM GARRINCHA, FONTANA E SWING VESTINDO A
CAMISA DO CLUBE**

<u>NOME</u>	<u>ANTES</u>	<u>DEPOIS</u>
Garrincha.....	79	77
Fontana.....	81	80
Swing.....	73	71
George.....	70	68
Ferreti.....	62	60
Mauricio.....	71	68
Adalberto.....	64,5	62
Gaicho.....	61	59
Pogito.....	70	68
Ely.....	70	68,5
Ziza.....	69	67
Zureta.....	69	67
Elizio.....	58	56,5
Baiano.....	70	69
Pulica.....	68	67
Jorginho.....	60,5	—
Jorge Luiz.....	74	—
João Viana.....	67	—

Observação: Os atletas convidados Garrincha e Fontana, fizeram questão de fazer o aquecimento juntamente com os outros atletas durante o mesmo tempo que foi de 10 minutos.

Vitória, 20 de novembro de 1974.

Fernando Passarinho
Preparador Físico



Garrincha, Passarinho e Fontana.

A ARTE DE FAZER AMIGOS

José Hygino de Oliveira ()*

Se alguém lembrasse de escrever um manual sobre a arte de fazer amigos, certamente se basearia nos conhecimentos e na experiência dos capixabas. Estes, são fatos de todos os dias, sobejamente demonstrados pelos que habitam, pelo direito de nascimento ou pelos vínculos de adaptação, durante anos de convivência entre nós. Chama-se de “capixaba” não apenas ao que viu a luz do sol sob nosso céus, mas também o que, integrando-se à gleba, aprendeu a amá-la e respeitá-la. E o amor que lhes inspira é tão intenso, tão impetuoso, que eles, egoisticamente, julgam-se donos de tudo, defendem-na arduamente, como se fosse um patrimônio de família, ameaçado por mãos estranhas e mal intencionadas.

Esta é uma das razões mais fortes, por que a terra progride, avoluma-se sempre, desdobrando-se e continuamente: a singularidade do cavalheirismo com que os capixabas distinguem aos que os visitam e o orgulho que lhes invade, ao perceber, no forasteiro, um pouco de interesse pelas belezas desta terra magnífica. Assim, qualquer um que aporte, mesmo que dotado de um espírito crítico, de uma dose acentuada de prevenção, será desarmado pela acolhida que o espera, as atenções que o cercarão. E teremos, de então para diante, mais um defensor intransigente dos nossos foros de prosperidade e de riqueza. E, quando os que vieram, no desempenho de qualquer missão, se retiram, levam sempre, para outros lugares, palavras de louvor de nossa hospitalidade, conceitos de enaltecimento à nossa gente. Porque aqui encontraram calor e amizade. Por isso, Vitória se torna o grande e atrativo centro cosmopolita desta orla maravilhosa do Atlântico. Mudamos daquela época de despreocupação absoluta, sem problemas e sem cálculos, para um aglomerado vibrante, intenso e movimentado, aparelhando com os mais prodigiosos e construtores do Universo.

E como disse o trovador Mesquita Neto :

Vitória, para cantar-te
Não quero telas nem rimas.
Basta olhar em toda parte
O amor, a vida que animas.

Vitória é a cidade- atração, o imã que chama ao seu seio elementos das mais variedade estirpes, prontos a intensificar e desdobrar este trecho admirável

(*) Membro do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-santense de Letras. Escritor e Historiador.

do litoral brasileiro, que possui as mais belas praias do mundo. E, um resultado da nossa expansividade, do nosso sentimento fraterno, de compreensão e de estímulo, formam-se, para aqui, caudalosas correntes imigratórias, que nos desvanecem e orgulham.

Não foi apenas a inspiração do poeta que nos fez “herdeiros de um passado glorioso”. Nosso próprio ardor proclama em tom solene, que “somos a falange do presente em busca de um futuro esperançoso”. O nosso agradecimento, em qualquer das suas manifestações, é uma fórmula sagrada, que representamos coisa muito séria no consenso dos valores positivos nacionais porque entre nós sobejam inteligências as mais diversas. A par das notas de ternura, de evocação e de espiritualidade, assistimos ao ciclo mais emocionante e intenso por nós palpitante de vida e de energia. Vamos vivendo um período magnífico de trabalho e de cooperação recíproca, em todos nós, sentimos um instintivo orgulho de “nossa” cidade, cujo prestígio defendemos e cuja proteção servirá de exemplo fecundo aos que nos hão de suceder. E, com isto lucramos, pois que avoluma o coeficiente de capitais circulando entre nós, desdobra-se o interesse pelas nossas cousas, tornam-nos conhecidos além-fronteiras, o nome de Vitória atravessa terras, fura continentes, sorve a imensidão dos mares, e faz com que o vocábulo “capixaba” adquira foros cosmopolitas, graças à nossa grande alma, tão grande, que nela cabem os nossos irmãos de todas as origens e procedências.

José Hygino de Oliveira
Taneco

**A POESIA É
NECESSÁRIA**

EPITÁFIO

ANTÔNIO DA SILVA MONTEIRO (*)

Para o poeta Otinho

Nasceu tangencial da silva
viveu no limite
realidade fantasia
e morreu de
secante
alheio a
estatísticas

27.01.96

.O.

(*) Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

A SONDA

Papiniano Carlos ()*

Não chorarei mais meu navio
para sempre naufragado
em mim mesmo sepultado.

Na brisa ondulante pavio
ele arde alado .

É imenso infinito sombrio
este rio
que jamais será sondado.

Onde a âncora? a sonda ?
Arde sepulto na onda
meu infinito rio.

Arde meu navio
alado!

Papiniano Carlos

Pedrouços

12/10/95

(*) Poeta, romancista e contista português

Balada dos Sete Povos das Missões

Carlos Nejar ()*

-Para Bárbara e Sérgio Paulo Rouanet.

As pedras sabem
dos homens, sabem
da história, as
ruínas.

Nenhuma flor
e alguns pássaros
talvez tenham conhecido
cada cidade, em sotaina
da noite, presa
às raízes.

Um alarme bate asas ?
Revoar de índios caídos.
Um povo passado
em armas, almas
passadas a limpo
no juízo de musgo
e barro. E noutro,
já sem ouvidos.

Sete Povos,
sete pedras
das missões
dos jesuítas,
sacramentados
no lacre da morte
se apagam,
hirtos,

(*) Membro do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, da Academia Brasileira de Letras e Academia Espírito-santense de Letras. Poeta e romancista

E a memória perde
o guizo de cascavel,
o veneno,
Pelos troncos calcinados,
a traição se disfarça
na manhã sem um ruído.

Mas as pedras
não são mudas,
as pedras
do amor banido.

Sob os troncos calcinados,
a dor se livrou
dos símbolos.

Qual o tempo
que resiste ?

2.

Os guaranis dormem dormem
com seus palmos e utensílios,
as casas de adobe enormes,
agora na terra viva.

A república dos padres,
junto às árvores, respinga
jaculatórias imóveis
e ambições de lajes
úmidas.

Quanta infâmia
pela boca
do arrancado sino,
quantos crimes
na garganta
e as pedras

aos sons
não comem.

Os guaranis dormem dormem
com musculosos cavalos.
Sem que possam cavalgá-los.

3.

Porém, têm memória
as pedras. Têm tímpano
as pedras, língua.

Filosofam
vez e outra.
Falam
com os olhos fitos.
E na lógica se esgueiram.
Cheiram. As pedras
vibram como órgão, violinos.
Choram cordas persuasivas.

Pedras de roubo, tratados,
rapinagem, vilania.
Pedras de guerras
torpes. Pedras de sol,
pedras-luas. Civilizadas,
insones.

A memória se insinua
nas inscrições.
Pedras-mulas
levam cargas
de vergonha.
Não morre mais
o que viram:
Pedras de todos
os homens.

Carlos Nejar

ULTIMO DUELO

Jorge Medauar ()*

Nesta noite,
luto com minhas sombras
e vou partindo,
elo por elo,
todos os fios que me ligam à vida,
no meu último duelo.

(*) Poeta, contista e romancista.

CANTIGUINHA LÍRICA MUITO CHEIA DE ESPERANÇA

Bruno Torres Paraíso ()*

“...esta sensibilidade que é uma antena delicadíssima, captando pedaços de todas as dores do mundo, e que me fará morrer de dores que não são minhas”.

Newton Braga

O homem estava sozinho no alto do monte e pensou:

“... abrir a bolsa de couro e dar... e sorrir...”

O homem estava sozinho na avenida Rio Branco

na hora do “rush” e pensou:

“... estender a mão de paz e calor e abraçar... e sorrir...”

A prostituta estava sozinha no “trottoir” da noite fria e sonhou:

“... ser olhada sem condenação e amar... e sorrir...”

Mas não pode. Não pode! É preciso condenar. Quantas pedras houver, atirar. É preciso atirar e matar, matando o perdão. E o dedo em riste apontar. Acusar! Acusar! Acusar! Acusar! E matar a pureza. Impedir a nobreza. Sufocar a coragem. E moedas contar! Contar! Contar!

L O C U P L E T A R !

E fazer da Carne do próximo o Banquete mais lauto. E do seu sangue vivo o melhor vinho na melhor taça. E gozar o ter sido eleito. E não deixar ninguém entrar.

Fora os importunos! Que o mundo tem dono!

E, afinal, que custava parar, abrir a bolsa de couro e dar... e sorrir... estender a mão de paz e calor e abraçar... e sorrir... olhar sem condenar e amar... e sorrir?...

(*) Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Cachoeirense de Letras. Escritor e Jornalista é Editor de “Rumos do Desenvolvimento”.

MÁSCARA DE GESSO

Xerxes Gusmão Neto ()*

move a mão, mexe o corpo
entorna o caldo, contente-se
deixar o fogo queimar a idéia
é afugentar a máscara de gesso

os casamentos florescem
nas tardes de outono
e as caridades fenecem
nos dias cansados do eremita

acene para o velho na janela
e compreenda a guitarra chorando
é o último compromisso
da saudade complacente

a imagem do santo
enfeitada de rosas
não abençoa aos passantes
com seus rancores e dores

é melhor fechar os olhos
e inventar um novo quadro
antes que seja cedo.

(*) Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Advogado, Poeta, Jornalista, Contista.

A CANÇÃO E O VENTO

Heraldo Brasil ()*

A noite perguntou
se ela ouvia
a minha serenata,
a rosa sorriu com ironia
da noite ciumenta

A noite e rosa
juntaram-se a ela
e não ouviram mais nada,
só restou a madrugada
sensata
recolhendo acordes que o vento
espalhava.

Na rua vazia
a viola gemia
a canção que ficava.
No peito a angústia,
na viola a saudade,
na madrugada
agora o vento espalhou
a canção que não ficou.

março/1963

Versos musicados por Ivan Reis, colocados entre as 15 primeiras canções,
do II Festival Capixaba de Música Popular Brasileira, em 1969.

(*) Jornalista, poeta, contista e funcionário público aposentado

TRANSCRIÇÕES

A epopéia da imigração libanesa

Mansur Challita

O Líbano tem apenas 10.500 Km², mas graças a seus imigrantes, espalhados nos cinco continentes, essa pequena pátria geográfica é aureolada por uma pátria espiritual do tamanho do mundo.

Para situar a origem da emigração libanesa, deve-se remontar quatro mil anos de história, até à época em que as cegonhas - e os fenícios - começaram a viajar para além do horizonte.

As inscrições das pedras da Gávea e da Paraíba indicam (talvez provam) que os fenícios, os primeiros libaneses, descobriram o continente americano antes de Colombo.

Não remontaremos, porém, tão longe.

A emigração libanesa contemporânea data da segunda metade do século XX. Começou nos Estados Unidos em 1856; na Austrália, em 1876; no Brasil e na Argentina, em 1880; no México e na Colômbia, em 1882; nos países africanos, em 1892.

Estima-se que há, aproximadamente, 18 milhões de libaneses e seus descendentes no mundo. Duas de suas comunidades se destacam nitidamente das demais: a do Brasil (10 milhões) e a dos Estados Unidos (2 milhões).

Vêm depois, por ordem decrescente de sua importância numérica, as comunidades da Argentina, países árabes, Austrália, México, Canada, países europeus, Venezuela, América Central, Uruguai, Colômbia, Chile e outros.

Todos esses países foram teatros das mesmas árduas lutas iniciais. Seguidas pelos mesmos sucessos espetaculares. Típico é o caso de Lahud Kairttz. Era um humilde carregador do pequeno porto libanês de Sidon. Chegou a Buenos Aires em 1880. Trabalhou no comércio e tornou-se, não somente um milionário, mas também um dos homens mais prestigiosos da alta sociedade. Entre 1922 e 1925, o presidente da República almoçou várias vezes em sua casa. Quando morreu, em 1935, seu corpo foi baixado à sepultura condecorado com uma medalha do Vaticano e com a Legião de Honra da República Francesa.

Dentro dessa presença mundial, o país de predileção do emigrante libanês tem sido invariavelmente o Brasil. De cada cinco emigrantes, dois escolhem o Brasil e três vão para as demais nações do mundo.

O primeiro a chegar ao Brasil, Yussuf Mussa Miziara, aportou no Rio de Janeiro em 1880. Desde então, o movimento migratório se desenvolveu em quatro etapas sucessivas:

1. Dos primórdios até os anos 1900, era uma emigração de ensaio. Os imigrantes eram camponeses robustos, que não recuavam diante de dureza alguma. Viajavam na terceira classe de navios superlotados, que levavam alguns meses para atravessarem o Mediterrâneo e o Atlântico. Dedicavam-se ao comércio ambulante. Pouco a pouco, penetravam no interior. No sertão brasileiro, o mascate desempenhou um papel histórico. Chegava onde nem o comércio nem o correio podiam ainda chegar. Suas mercadorias representavam o progresso, a civilização. Seu alvo era juntar algum dinheiro e voltar ao Líbano.

2. Na realidade, pouco a pouco, fixa-se. Abre pequenas vendas, onde há de tudo. Estabelece pequenas indústrias caseiras. Em vez de voltar, manda vir parentes, vizinhos, conterrâneos. José Abrahão se lembra da emoção do pai, Melhem. Pergunto-lhe: Melhem de quê? -Não sei. Nunca consegui pronunciar o nome da família dele. Chegou em 1882 e morreu em 1941. Ajudou quase 400 famílias a virem para cá. Envia-lhes dinheiro, conselhos...

3. Graças ao instinto ancestral, esses pequenos negociantes tornam-se em poucas décadas capitães da indústria e do comércio. Os mais eminentes projetam seu nome em todo o Brasil: Jafet, Maluf, Calfat, Neder, Racy, Calil, Jabour, Cury, Atallah, e muitos outros. Mais do que quaisquer outros imigrantes, instalam-se em toda parte neste imenso Brasil. Mas em parte alguma formam quistos isolados. Pelo contrário, integram-se, tornam-se brasileiros convictos, orgulhosos de sua cidadania, ajudados pela cordialidade da alma brasileira.

4. Na quarta e última etapa, podemos dizer que não há mais libaneses, mas brasileiros de origem libanesa. Seus sucessos, suas contribuições ao progresso do Brasil não mais se contam. Fundam indústrias companhias, cidades, jornais... Ministros de Estado, governadores, senadores, deputados, presidentes de tribunais, membros da Academia Brasileira de Letras, profissionais eméritos, em todos os campos.

Pergunta-se, às vezes, como tão poucos imigrantes se transformaram em tantos milhões de descendentes. A resposta está na vitalidade da raça e na sua capacidade de preencher espaços vazios. Mussi Karam emigrou sozinho, em 1924. Hoje, tem 50 descendentes, entre filhos, netos e bisnetos. Emile Saleh Abi-Rama veio em 1928. Teve 10 filhos, a maioria dos quais são hoje casados, com filhos e netos. A família Abu-Jamra, que iniciou no Brasil com Ibrahim e Said, chegados respectivamente em 1895 e 1899 conta hoje com 600 integrantes.

O que há ainda de libanês nesses brasileiros de origem libanesa? Aquele parentesco espiritual misterioso, que se perpetua através de gerações. Para os mais sensíveis entre eles, o Líbano representa a figura do pai, avô ou bisavô - daquele que veio para o Brasil na terceira ou quarta classe de qualquer navio disponível, foi mascate, foi parcimonioso para consigo mesmo, mas gastava sem contar para

enviar os filhos às melhores universidades é fazer deles sonhos concretizados.

Assim são os libaneses do Brasil que querem voltar ao Líbano (Na realidade, são menos de 3%, comparados com os 70% que voltam ao Líbano de outros países). Assim mesmo, eles conservam no seu coração de brasileiros, um canto para aquele Líbano distante que só lhes pede para serem os melhores homens e os melhores cidadãos possíveis.

**Mansur Challita é escritor,
Jornalista e presidente da
Associação Internacional Gibran**

(Transcrito de A Gazeta, Vitória, sábado 21/12/96)

Flauta em surdina

João Baptista Herkenhoff

Mais uma vez este professor itinerante, caminhando pelo Brasil, não estava em Vitória quando foi lançado o livro póstumo de Homero Mafra. Mas passei na Livraria da Ilha e comprei lá meu exemplar.

“Flauta em surdina” foi o inspirado título dado ao volume de crônicas. A publicação dos textos, o resgate dessa obra literária tão importante deve-se ao esforço do jornalista Pedro Teixeira. A partir das crônicas publicadas no jornal **A Ordem**, Pedro Teixeira construiu um livro. Como o próprio pesquisador registra, os tipos da gráfica do jornal estavam muito usados e, às vezes, foi preciso “desvendar” o sentido das frases truncadas.

Publicar crônicas tão magistrais, num jornal do interior, só realça a grandeza humana e a humildade de Homero Mafra. Ainda mais: publicar crônicas, num jornal como **A Ordem**, onde a garra e a arte do tipógrafo Jair Mello supriam as deficiências e omissões da oficina do jornal...

Penso que as crônicas reunidas no livro “Flauta em surdina” têm o toque do universal, na perspectiva do local. É como alguém que da Pedra do Jaspe ou das alturas dos Pontões visse todas as estrelas do mundo, numa noite clara de Verão.

Estamos diante, não de um cronista de São José do Calçado, mas de um cronista do Brasil. Tivessem essas crônicas sido publicadas num jornal de circulação nacional e Homero Mafra figuraria entre os vultos maiores da crônica, em nosso país. Sua capacidade de identificação com o povo, com os mais simples, mais sofridos, a sinceridade de sua dor diante da dor alheia, sua profunda solidariedade humana fazem de Homero um São Francisco de Assis da literatura.

E o mais belo, e o que justifica essa comparação entre a obra humana de Homero Mafra e a obra humana do santo de Assis - é que Homero refletiu nos seus textos os mais profundos sentimentos de vida.

Como se parece com Francisco, que conversava com os passarinhos, este Homero que compreendia tão profundamente a relação entre as crianças e os papagaios multicoloridos que elas soltavam, nas tardes quentes, para voar, com a própria alma, pelos céus da cidade.

O humanismo das crônicas também sempre esteve presente nas sentenças do magistrado. Algum dia, alguém deverá fazer, com as decisões de Homero Mafra o trabalho de pesquisa que Pedro Teixeira fez com as crônicas.

Homero freqüentava, com a mesma simplicidade, os jogos de futebol do

“Torneio do Tabalhador”, em Calçado, a feira e os feirantes da Rua Constante Sodré em Vitória, as rodas da política e sociais. Em ambientes tão diferentes, o que ele buscava, no fundo, era compreender o enigma humano.

As novas gerações não o conheceram. E é este o grande mérito deste “objeto” que se chama “livro”.

Belo serviço prestaram à cultura capixaba todos os responsáveis pela edição de “Flauta em surdina”.

É uma obra que, para quem conheceu Homero Mafra, proporciona um reencontro emocionante. E para tantos que não o conheceram, esses jovens que estão a entrar na universidade, “Flauta em surdina” revela um escritor, um humanista, uma pessoa que sofreu mas que, sofrendo, engrandeceu-se como “gente”.

Ele não se dizia um “crente”. Mas não recusou o convite de D. Luís Gonzaga Fernandes para ajudar a refletir sobre o projeto de instituição, em Vitória, da Comissão “Justiça e Paz”. Nem calou sua voz e sua autoridade moral para defender unidos membros dessa Comissão. que veio a responder a processo no Tribunal pelo fato de integrá-la, mesmo sendo um magistrado. Parece que se aplica a, Homero uma passagem do próprio Evangelho. Não é quem, diz “Senhor”, que entrará no Reino dos Céus, mas quem pratica a Justiça e serve ao Amor.

Homero Mafra foi um símbolo de juiz, um exemplo de ser humano, uma dessas pessoas que mantêm em nós a esperança de que um mundo melhor um dia virá.

João Baptista Herkenhoff
escritor, membro da CJP de
Vitória e da Comissão Brasileira
de Justiça e Paz .

(Transcrito de A Gazeta, Vitória, 25/01/97)

Nossos comunistas históricos em Santa Teresa

Luiz Carlos Biasutti

No “JL”, Jornal de Letras, Artes e Idéias, de Lisboa (Portugal), edição de 17 de dezembro de 1996, surpreendeu-nos a entrevista na primeira página de Maria Alzira Silva com Ivan Pedro Martins, que “vive em Portugal, em Cascais, homem de cultura e cidadão empenhado e é o único sobrevivente dos que dirigiram a lendária Intentona Comunista de 1935 no Brasil”.

Aos 82 anos de idade, autor de vários livros, Ivan Pedro Martins assim contou a sua vida: “o pai era baiano, a mãe suíça, a infância passada num meio composto de 75 por cento de italianos, 15 por cento de alemães e dez por cento de brasileiros”. Qual seria este lugar? Nada mais, nada menos do que Santa Teresa (ES). Conta o herói comunista que o pai era médico da estrada de ferro Oeste de Minas e um convite levou-o a exercer a profissão na vilazinha bucólica de Santa Teresa, ES, o tal lugar com gente de varias nações.

Interessante, para nós capixabas, as impressões do velho comunista sobre Santa Teresa e sua infância: “Pontificavam cerca de oitenta casas e viviam meio milhar de pessoas”. Foi uma espécie de pequeno milagre das recordações de infância. Aos cinco anos, o jovem Ivan ingressa no colégio dos padres, com colegas italianos. “Cheguei a ser coroinha...” - o nome brasileiro para os meninos que ajudam a missa. O sentimento religioso encontra um solo fértil no seu coração infantil. Um sentimento que, mais tarde, será transferido para a sede de justiça e de igualdade para a militância política”.

Estudou no Colégio Ítalo-Brasileiro até 1925, inclusive quando foi para o Rio de Janeiro, engajando-se a partir de 1931 como universitário nos movimentos do Partido Comunista Brasileiro. Seu pai, que ficaria mais quatro anos em Santa Teresa como médico (foi um dos líderes de uma greve ocorrida na Faculdade de Medicina na Bahia), formaria uma das **primeiras “alas esquerdas” do Partido Comunista no Teresense F. Clube de Santa Teresa**, com o centroavante vermelho, Parafuso (ninguém lembra o nome deste funcionário do Fomento Agrícola), Dr. Martins e A. Perini (este com apenas 15 anos).

O Jornal de Santa Teresa, “O Povo”, em sua edição de 11 de abril de 1920, na primeira página, sob o título de “Greves e Socialismo”, assim concluía: “...a classe proletária vai ganhando terreno e, a continuar por essa forma, mais cedo ou mais tarde a sociedade internacional terá que passar por uma reforma completa. Os governos constitucionais serão substituídos por outros de forma socialista, desaparecerão as distinções de classes e o trabalho será comum a todos

os indivíduos”. Em 25 de julho de 1920, na segunda página, sob o título “OS SOVIETS”, o articulista saúda os ideais de Trostky e Lenine, apesar de não comungar com os ideais socialistas.

Com o golpe de Getúlio, o comunismo teresense hibernou. Todavia, com a queda do ditador em 1945, nossos comunistas novamente reapareceram com entusiasmo, principalmente pela liderança de Alfeu Maculan, na construção do Fórum de Santa Teresa. Ficou famosa a grande faixa: “**Tudo pela Constituinte**”, entre a foice e o martelo na fachada do Bar do Ricardo Pasolini. Num eleitorado de pouco mais de dois mil votantes, o candidato do P.C. à Presidência da República, Iedo Fiuzza, obteve mais de quatrocentos votos e na inauguração do monumento aos pracinhas, não faltou o “**Viva a União Soviética**”.

Depois, o Governo Dutra acabou com o Partidão. O próprio Ivan Pedro Martins conta em sua entrevista no citado jornal português que, após a militância, prisão e exílio no Uruguai, abandonou o partido e deu uma guinada de 180 graus, indo trabalhar com Roberto Campos na Embaixada do Brasil na Europa. Comunista mesmo de Santa Teresa até o fim, militante de importância nacional, somente foi Orlando Bonfim Júnior, que seria martirizado pela revolução de 1964.

(Transcrito de A Gazeta, Vitória, 05/02/97)

Juízes de antigamente

João Baptista Herkenhoff

Não se trata de aprisionamento ao passado, mal que atinge com freqüência as pessoas que já não são tão jovens. Mas o passado guia o presente. Sempre guiou.

Ao escrever esta página, penso sobretudo nos meus alunos que hoje integram a magistratura. Precisam de guias esses jovens para lhes indicar o caminho, para lhes estimular as renúncias.

Mas os guias a que vou me referir não são exemplo apenas para juizes e juristas em geral. São estrelas para o povo. As virtudes que destacamos não integram somente o código de ética dos magistrados. Servem de inspiração para o cotidiano das pessoas.

Seleciono quatro juizes como paradigmas. Escolha tão restrita não fecha o círculo dos magistrados dignos de servirem como exemplo. Mas o leitor verá porque escolho quatro. Não são apenas quatro juizes. São quatro modelos de exercício da magistratura, quatro formas de, nobremente, ser juiz, quatro maneiras de dignificar e tomar proficua a existência.

Começo por Carlos Teixeira de Campos. A inteireza moral é atributo inerente à função de juiz. Juiz que não seja íntegro não é juiz. Degrada a toga, da qual deveria ser desvestido. Merece a condenação fulminante do profeta Isaías:

“Ai daqueles juizes que lavram sentenças opressivas e denegam justiça aos fracos”.

Mas a inteireza moral alcança às vezes as culminância da sublimidade, do heroísmo, da entrega pessoal absoluta. Este é o caso de Carlos Teixeira de Campos.

Basta o registro de um episódio para lhe destacar a grandeza Juiz de início de carreira, o Tribunal de Justiça cogitou de promovê-lo. Com firmeza e serenidade afirmou aos desembargadores que colegas mais antigos e de maior mérito faziam jus à deferência. Com esse fundamento ético, recusou a promoção. Para quem é estranho ao mundo do Direito, esse fato pode não impressionar muito. Mas a magistratura é uma carreira. Sobretudo quando se é jovem absorvemos, sem muita análise, esse princípio que integra a “cultura” da magistratura: “é preciso fazer carreira”. Depois, quando a gente vai ficando mais velho e menos tolo, relativiza a “ideologia” inculcada e conclui, sabiamente, que lutar, só vale a pena, por uma cadeira no Céu, de preferência à direita do Pai.

O segundo magistrado que desejo destacar foi Homero Mafra. Homero

soube unir a Justiça e a misericórdia. Deu à magistratura o toque de humanismo, aquele toque de humanismo, de compreensão, de empatia, que transforma o ofício de juiz em arte, em mergulho na alma, em rompimento das fórmulas, na busca do eterno, esse eterno que ele cultuou com santidade, mesmo sem expressar essa crença.

Graças ao voto e à posição inadequada de Homero Mafra livre-me, sem punição, do processo que foi aberto contra mim, em plena ditadura pelo, fato de ter implantado, com outros companheiros, e ter presidido - magistrado da ativa - a Comissão “Justiça e Paz” da Arquidiocese de Vitória.

Nosso terceiro juiz é Renato José Costa Pacheco. Talvez tenha sido o primeiro magistrado brasileiro a perceber, em toda a sua amplitude, o caráter multidisciplinar do Direito. Sua paixão pela História, pela Sociologia, pela Educação e pela Literatura, em certo momento de sua carreira, foi considerada pelos superiores hierárquicos um senão, uma reserva, um deslustre. Juiz, segundo essa visão míope, tinha que conhecer Direito, e não aventurar-se por essas áreas tão pouco “jurídicas”. Dedicar-se ao ensino, assessorar com brilho, como o fez, o Conselho Estadual de Educação (com remuneração, diga-se de passagem) foram consideradas condutas que desmereciam o magistrado. Esqueceram seus julgadores que o juiz é melhor juiz quando tem do mundo uma visão panorâmica. Esqueceram que a tarefa do juiz é, em si mesma, uma tarefa pedagógica.

Nosso quarto e último juiz é Mário da Silva Nunes. Muito antes do “Estatuto da Criança e do Adolescente”, Mário Nunes já advogava as teses que o Estatuto veio consagrar. Mário foi desembargador, mas, a meu ver, Mário foi sobretudo o grande juiz de Menores. Surpreendi uma cena que lhe define o zelo pela criança. Perto da antiga Rodoviária de Vitória, um incauto policial reprimia um menor com brutalidade. Mário Nunes deixou de lado a doçura que o caracterizava e assumiu a ira santa a que a Bíblia se refere. Tomou a defesa da criança, declinou sua condição de juiz de Menores, repreendeu o policial e aproveitou para dar a ele uma bela lição a respeito dos motivos pelos quais a lei protege o menor.

Nestes tempos de hedonismo sem limites, de competição sem barreiras, de busca de resultados, a qualquer custo, é necessário contrapor o perene transitório, para neutralizar o pragmatismo e a ausência de ética vigentes na sociedade.

João Baptista Herkenhoff é livre docente da UFES, escritor e membro da Comissão Justiça e Paz.

(Transcrito de A Gazeta, Vitória, 28/09/96)

Que me desculpem a irreverência

Orlando Moraes

Escrevo contra a privatização dos bancos oficiais não por oposição ao Governo e, sim, porque conheço razoavelmente o sistema bancário, face à minha condição de funcionário do Banco do Brasil durante cerca de 30 anos.

Desde os tempos mais remotos, o comércio do dinheiro é um excelente negócio, mesmo quando o agente do empréstimo usa somente seu próprio capital, como é o caso dos agiotas, e adotando taxas de juros apenas um pouco acima das de mercado ou da limitada por lei, conforme já vigorou entre nós.

Esse negócio se torna melhor ainda quando exercido por um sistema bancário organizado, que tem o privilégio de trabalhar preponderantemente com capital alheio, captado sob a forma de depósito em conta corrente à vista (sem juros na maioria dos países civilizados), e com todo seu poder multiplicador, visto que o empréstimo nunca sai imediata e totalmente do Banco, e sim como um crédito que é utilizado por etapas.

Há mais um detalhe: nos países capitalistas mais avançados e mesmo entre nós, nos velhos tempos, um **spread** de 4% ao ano, isto é, a diferença entre a taxa de captação e a de empréstimo, era considerado suficiente para bem remunerar o serviço e o capital. Imagine o leitor com o **spread** de 4% ao mês, como é hoje permitido aqui no Brasil, sob as vistas complacentes das autoridades. O negócio se transforma num “filé mignon” de primeira qualidade e é por isso que os gringos estão alvoroçados com a perspectiva de abocanhar boa parte do sistema bancário brasileiro, apesar de desmoralizado como está por negócios ruinsos.

Mesmo sem os recursos tecnológicos de hoje, mas graças a comandos seguros e independentes, e a administrações bem austeras, os bancos oficiais dos Estados, liderados pelo Banco do Brasil, funcionaram muito bem desde a década de 40 até o início da de 70.

Todo o sistema bancário entrou em decadência, inclusive vários grandes bancos privados, como o Nacional, o Econômico, o Meridional, o Comércio e Indústria de São Paulo e o Auxiliar de São Paulo, em parte por improbidade e ineficiência administrativa e também devido à falta, ultimamente, de uma fiscalização mais rigorosa do Banco Central.

De natureza técnica, a causa principal da desorganização do sistema foi a correção monetária. Criada em 1965 para corrigir semestralmente ativos e passivos, inclusive financeiros, seu espaçamento foi sendo reduzido para 120, 90, 60, 30 dias, passando, enfim, a ser diária, devido à velocidade da inflação, mas também

realimentando-a fortemente.

Estabeleceu-se então, uma correria das pessoas físicas e das empresas em direção aos bancos para aplicar e proteger suas disponibilidades financeiras da desvalorização crescente e outra dos bancos, em busca dos clientes para otimizar seus lucros com o **float** inflacionário.

Sem qualquer critério técnico, abriram-se agências e postos de captação em excesso, às vezes em ruas bem próximas, inclusive para alegria dos assaltantes, dos falsos empresários e dos maus pagadores. Assim como havia facilidade para depositar, havia também para sacar e ficar inadimplente.

Em suma, o sistema bancário-financeiro foi vítima da ditadura dos militares, com a correção monetária mal usada, e da ditadura dos monetaristas do Banco Central, cujas decisões nem sempre foram submetidas ao Legislativo e cuja fiscalização foi de uma ineficiência decepcionante, praticamente inexistindo. Ficamos aparentemente livres da correção monetária, hoje camuflada nos juros excessivos, e outros pontos falhos da política econômica persistem, aguardando soluções, que terão certamente de vir, observadas as conveniências da sociedade. Mas que não seja a privatização indiscriminada, sobretudo pelo capitalismo internacional.

Já temos uma rede bancária privada respeitável e União e Estado não devem abrir mão de manter um Banco como seu caixa, seu principal arrecadador de impostos e aplicador desses recursos, praticamente gratuitos, no financiamento de atividades essenciais, como a agricultura. Bem administrados, esses bancos são excelentes fontes de renda.

De resto, que me desculpem a irreverência, mas seria uma grossa burrice, senão refinada esperteza, entregar ao capitalismo internacional nossos bancos oficiais, depois de tanto dinheiro do povo aplicado em seu saneamento financeiro.

**Orlando Moraes é escritor e
membro do Instituto Histórico
e Geográfico**

(Transcrito de A Gazeta, Vitória, 21/12/96)

Anchieta e o Espírito Santo

José Ignacio Ferreira

José de Anchieta foi com razão denominado o Apóstolo do Brasil. E os lugares brasileiros mais ligados à sua memória são o Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Em São Paulo e Rio de Janeiro, participou da fundação das vilas, depois cidades e metrópoles. No Espírito Santo, viveu seus últimos 12 anos, vindo a falecer em Reritiba, hoje Anchieta, há quatro séculos.

Tudo isso merece e precisa ser muito bem lembrado. Inclusive pela memória espírito-santense, por suas instituições e nosso povo. Existem patrimônios de exemplos de pessoas, não só de monumentos materiais.

Anchieta nasceu em 19 de março de 1534, no arquipélago espanhol das Canárias, em Tenerife. Era parente do próprio Santo Inácio de Loyola, fundador dos jesuítas, através de um avô basco imigrado às Canárias, primo-irmão do pai de Santo Inácio. Aos dezessete anos de idade Anchieta ingressava na Ordem por esta fundada, porém, na Universidade de Coimbra, em Portugal, interrompendo os estudos dois anos após, ao ver-se logo transferido ao Brasil, onde a Companhia de Jesus desenvolvia grande catequese.

Embarcou para a Bahia em 1553, no grupo de inicianos chefiado pelo padre Luís da Grã, um dos sucessores de Nóbrega no provincialato, trazidos na comitiva de Duarte da Costa, segundo governador-geral do Brasil colonial. Pouco depois, Anchieta estava em São Paulo, entre os fundadores da vila, em seguida capital da capitania e Estado, hoje uma das megalópoles do planeta, que não esquece sua lembrança. No centro metropolitano esconde-se entre os arranha-céus o pátio do Colégio, seu berço.

Os tamoios rebelados queriam impedir a colonização portuguesa, moviam-lhe guerra incessante. Anchieta, sempre defensor dos índios contra a escravização, ofereceu-se como refém para dialogar a paz. Ao longo dos três meses de cativo, escreveu nas areias da praia de Iperoígue o poema em latim **De Bealá Virgine Dei Matre Maria**, o qual teve assim de decorar para depois reescrever e publicar. Foi dos primeiros missionários a aprender o tupi a ponto de escrever “A Arte da Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil”, a primeira daquele idioma, publicada em Coimbra, em 1595. Escreveu também numerosos autos de teatro e poemas em castelhano, língua materna, e português, com traduções por ele feitas em língua indígena.

Sempre na linha de frente da catequese, Anchieta participa igualmente da fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, pelo governador-geral Mem de

Sá, para isso vindo da Bahia, e da expulsão dos franceses liderada por Estácio de Sá, morto nos combates, e sobrinho do governador-geral. Em 1582, Anchieta está entre os criadores do Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro, Santas Casas iniciadas pela Rainha Dona Leonor, esposa de Dom João II, em Lisboa, dali espalhadas por todo o mundo lusófono.

Desde 1578, Anchieta havia sido nomeado provincial, cargo que exerceu até 1585. Fora ordenado sacerdote em 1577. De 1585 a 1597, exercerá o missionarismo na capitania do Espírito Santo, falecendo em Reritiba, naquele último ano. O anticlericalismo do Marquês de Pombal tentará mudar o nome da cidade para Benevente, terminando por predominar o de Anchieta, consagrado pela vontade popular.

A fama de santidade de Anchieta fez com que seus restos mortais fossem dispersos em Vitória do Espírito Santo, Salvador da Bahia e Lisboa. Já em 1598, aparecia a primeira biografia “Breve Relação da Vida e Morte do Padre José de Anchieta”, de autoria de Quirício Caxa, seguida pela “Vida do Padre José de Anchieta... Taumaturgo do Novo Mundo”, em 1672, por Simão Vasconcelos, ambos jesuítas.

O percurso da sua canonização foi iniciado em 1617. Foi declarado Venerável em 1736 e Beato em 1980. Portanto, só falta a etapa final de proclamação como santo. O Brasil precisa mobilizar-se para esta consagração, que se projeta, em Portugal e na Espanha. A iniciativa deve caber ao Espírito Santo e São Paulo. Não existe nenhuma canonização de brasileiro nato ou adotivo, mais um sinal do desinteresse pela projeção internacional, da mesma forma que nunca foi concedido Prêmio Nobel a escritor brasileiro. Portugal, porém, tem vários santos e um Prêmio Nobel de Medicina, o de 1949, conferido a Egas Moniz, por cirurgia cerebral, então pioneira.

A canonização de Anchieta pode ser o começo de uma nova fase de prestígio mundial brasileiro.

José Ignácio Ferreira é senador.

(Transcrito de A Gazeta, Vitória, terça-feira, 4/03/97).

Tio, padrinho e compadre

Sérgio Misse

Não sei se com vocês acontece o mesmo, mas tenho uma certa dificuldade em escrever, especificamente, sobre pessoas de quem gosto muito. Acabo sempre, contando uma história e, no meio, incluindo-as, como forma de explicitar meus sentimentos. Este bloqueio se manifesta, em maior intensidade, quando se trata de determinadas pessoas. Meu tio, Dr. José Moyses, é uma delas.

Questiono o porquê desta limitação e, aparentemente, não encontro uma explicação clara.

Será que a admiração e o respeito que tenho por ele são as causas principais?

Será por que sempre esteve presente em fatos marcantes da minha vida?

Será por que foi a primeira referência, na minha infância, de uma pessoa de sucesso profissional? Escutava minha mãe - toda orgulhosa - falar sobre suas conquistas no campo da medicina, no Rio de Janeiro, sem, contudo, imaginar o sacrifício que teve que fazer, antes, durante e depois de cursar a faculdade e, ainda, de uma certa forma, “tomar conta” do irmão mais novo, Gabriel, iniciando o Curso de Odontologia. Mais do que isso, seu sucesso vinha, sempre, acompanhado de referências sobre a forma correta e ética que praticava sua profissão procurando ajudar os que dele precisavam. Era com esta imagem na cabeça que seus sobrinhos o esperavam, em Cachoeiro de Itapemirim, nas suas visitas à “terra”. Sua chegada significava presentes, novidades e “casos” sobre a Capital Federal. Com certeza, foi o nosso primeiro ídolo.

Será por que, além de sobrinho, sou seu afilhado de batismo, o que me conferia um certo “status”, junto aos primos? Meu pai, quando queria exemplificar sua influência, contava que foi ele quem transformou-me neste “torcedor doente” do Fluminense, “por um punhado de balas”.

Será por que passei com ele o meu primeiro “sufoco”, fora de casa? Aos sete anos, - em 1952 - quando fiz a primeira viagem ao Rio de Janeiro, foi em sua companhia que conheci os principais pontos turísticos da antiga Capital. Num certo domingo, levou-me à Praia de Copacabana - lotada como sempre - para um banho de mar. Divertia-me a valer, quando Tio José resolveu dar “uma voltinha” com amigos. Orientou-me para que ficasse sentado na areia, ao lado dos nossos pertences, até seu retorno. Como eu me achava muito sabido, foi ele se afastar e eu decidi dar um mergulho. Quando sai d’água, não consegui mais me localizar. Rapidamente, entendi que Copacabana não era Marataízes; estava “perdidinho”.

Completamente atordoado e transtornado, acabei recolhido pelo salva-vidas, que entregou-me aos cuidados de uma senhora “enorme de gorda”. Fiquei quietinho, ao seu lado, aguardando os acontecimentos. Depois de uma “eternidade”, aparece o Tio, com seu jeito brincalhão, transformando meu choro em alegria fazendo amizade com todos que me ajudaram e voltamos para casa.

Será por que quando adoeci gravemente, aos 9 anos, veio do Rio para ajudar-me? Amanheci com febre. Todos achavam que era mais uma inflamação de amígdalas, tão comum no meu caso. Mas, no outro dia não conseguia mais andar. As pernas não obedeciam ao meu comando e doíam ao toque. Os inúmeros exames a que me submeti, descartaram a possibilidade de paralisia infantil; todavia, não resultavam um diagnóstico. Ele chegou, organizou uma junta médica com os melhores profissionais locais, orientou e acompanhou - mesmo de longe o meu tratamento. Foram quase três meses de expectativa. Recuperei-me; até hoje não sei ao certo o que se passou. Pode ser que ele se lembre.

Será por que sempre foi o “anjo da guarda” dos meus pais? Quando eles mudaram-se para Vitória a amizade e o relacionamento com Tio José ficou muito mais forte. Acompanhou meu pai até os seus últimos dias. É um grande amigo de minha mãe. Será por que morei em sua casa numa época especial para mim? Fui estudar em Vitória, visando o vestibular para a Faculdade de Engenharia. Até que arrumasse um lugar para morar, fiquei em sua casa. Meses depois, todo sujo de óleo queimado e com o cabelo semi-raspado, foi lá que festejei a minha entrada na Universidade. Será por que convidou-me para ser o padrinho de crisma de seu filho, Felipe José? Assim tornou-se meu Compadre.

Será por que em meus recentes momentos de aflição e amargura, encontro paz na leitura do texto que escreveu, como apresentação, no meu livro “Farewell Angelina”?

Será por que em tantos outros fatos de minha vida sempre recordo de sua presença?

Não sei. Só sei que é muito mais difícil para mim escrever sobre ele. Se assim não fosse, nesse dia 4 de abril que se aproxima - dia do seu aniversário - faria um enorme esforço - dentro das minhas limitações de escritor - para presentear-lo com um texto que fizesse justiça a sua bela trajetória de vida. Como não consigo, só me resta desejar ao Dr. José Moysés - meu Tio, Padrinho e Compadre - um Feliz Aniversário!

(Transcrito de A Gazeta, Vitória, 11/04/95)

RESENHAS

Lágrimas do riso

Xerxes Gusmão Neto ()*

“Sou um sujeito cheio de recantos.
Os desvãos me constam.
Tem hora leio avencas.
Tem hora, Proust.
Ouço aves e beethovens.
Gosto de Bola-Sete e Charles Chaplin.

O dia vai morrer aberto em mim.”

MANOEL DE BARROS

Neste sábado de chuva, céu escuro e alma cinza, me debruço sobre a extraordinária poética de Manoel de Barros, no seu “Livro Sobre Nada”, na verdade um tratado sobre o Tudo da existência. E este poema citado, da seção Desejar ser toca de punhal afiado a minha sensibilidade. E viajo no lombo do cavalo branco da infância na permanente busca dos meus próprios recantos e os meus muitos e labirínticos desvãos. No documentário dessa viagem recorto as imagens do esquisito, do paradoxal, do bonito, do terno, do choro dolorido. E também do riso largo, da curta comemoração da vitória, da descoberta.

Puxo do álbum já desbeijado a sinuosa presença do menino desajeitado, com seus livros e cadernos carregados pra todo lado, do terreiro de secar café à lavoura do alto de difícil acesso. Esses objetos do aprender eram acomodados num saco de estopa velho, daqueles que já haviam servido para o transporte do café seco e que agora ficavam ali no segundo tempo de sua utilidade, servindo ao menino estranho ou ao pai dele, para amenizar a chuva fina e fria chegando ao seu corpo. Que retrato denso: o jovem pai, em plena chuva, seguindo para a lavoura, quase nada protegido por aquele velho saco de estopa.

Manoel de Barros diz: “o dia vai morrer aberto em mim”. Esse dia é tal qual uma ferida que não fecha, um projeto de livro que não se conclui, uma excursão que não tem fim. E essa sensação de fratura exposta, de jogo inacabado ou de música interrompida, essa coisa real e translúcida ao mesmo tempo, reflete em mim, tantas luas depois, aquele mesmo cenário dos livros lidos à sombra dos cafezais ou daquela boa laranjeira do morro, parada quase que obrigatória para o almoço ou o café, motivos para uma pausa, um descanso, um dedinho de prosa.

(*) Poeta, Cronista, Jornalista, pertence ao IHGES.

Era quase um desligar do tempo para uma vida fluida, melhor.

O poema fala de Proust, Beethoven, Bola-Sete e Charles Chaplin. Faço minha adaptação pessoal para reescrevê-lo dentro de mim mesmo, com as figuras de Jean Paul Sartre, Tom Jobim e Carlos Drummond de Andrade. E mantenho com ênfase o fantástico Charles Chaplin, aquele Carlitos tão marcante em todos os meus degraus de tempo, inclusive agora quando escuto os acordes belíssimos de “Limelight”, me recordando das desventuras do homenzinho de chapéu coco, bengala e uma ternura maior do que todos os defeitos do mundo. Quantas vezes chorei no escuro do cinema, tocado pela magia da arte desse eterno palhaço.

Um instante assim tão para o sublime não é fácil de se alcançar. É igual àquela paisagem da Pedra Azul vista da janela do restaurante daquele hotel do morro: um cheiro de floresta se misturando aos milenares aromas da lembrança cósmica, o mundo estático por alguns minutos à espera de uma grande revelação ou mesmo de um poeta inspirado que pudesse transcrever em palavras ou sons ou figuras ou movimento aquela eternidade espelhada numa tela natural, ali, à nossa disposição. Entrelaço o menino com o saco de estopa, a lágrima no escuro do cinema, a beleza daquele curto momento, cacos de vida.

“Com pedaços de mim eu monto um ser atônito.”, continua dizendo Manoel de Barros. E lendo seu livro, ouvindo música, vendo a chuva, viajando no tempo, vou revelando para dentro de mim uma consciência absoluta de que também não deixo de ser, tal qual o poeta, um mero ser atônito. E continuo fabricando o caminho do amanhã com letras bem nítidas, na cor acre do sentimento. E entalho nesse pedaço miúdo de firmamento que me coube nesta manhã gris a certeza de que é interessante viver. Finalmente, deixo cair no teclado da máquina uma lágrima chapliniana, pura lágrima do riso.

CRÔNICAS DE IVAN MAZZINI

José Sebastião Witter ()*

Poucos ou talvez nenhum dos membros da confraria do Ettore se lembra de como um professor paulista passou a gostar desta cidade encantadora que é Vitória. A data é distante. O ano, talvez, 1973. Foi amor à primeira visita. Responsável: mestre Eurípedes Simões de Paula. E, também outro mestre José Ribeiro de Araújo.

Depois a sucessão de vindas...E o encontro com o cronista.

O livro publicado pela UFES em 1995 é obra de mestre. Convivo com ele, esporadicamente, desde muito tempo, por três ou quatro dias ou até menos a cada ano, e busco na leitura e releitura de seus contos e escritos, o diálogo gostoso que se prolonga nas ausências. Procuo pôr a cabeça no lugar para me identificar melhor com o livro que leio e seus autores ou autor e começo a entender o significado maior da obra *CRÔNICAS DE ROBERTO MAZZINI*, coletânea organizada por Ivan Borgo e que reúne o seu trabalho intelectual que é, ao mesmo tempo uma ode a Vitória e um desvendar do mundo pelo olhos aguçados do homem denso e sensível. Borgo cria Mazzini para externar o que a sua modéstia e timidez de jovem não permitia explicitar e diz Renato Pacheco que não são separáveis um do outro e, por isso, quando apresenta o livro diz sempre que “os entende e não o entende”. Creio que ficará mais claro se usarmos o apresentador e suas palavras para dizer o que nos vai pela cabeça: “... Vejo-os, globe-trotters, com suas recordações ecumênicas, principalmente cidadinas, em Veneza, Roma, Florença, Pádua, Londres, Nova Iorque, Lisboa, Madrid e Tóquio. Porém, vejo-os, sobretudo em suas raízes ítalo-capixabas, dentro daquele complexo rural-urbano que Geert Banck batizou de estratégias de sobrevivência ou “caçar com gato”, em suas puríssimas lembranças serranas e marítima, das serras azuis de Campinho às aragens marítimas de Vitória. Um longo caminho, desde o menino de Araguaia até as essências estéticas finíssimas de Roberto Mazzini, daquelas que só se encontram nas autêntica obras primas... Grazie, Mazzini”.

Pois, das minhas leituras me permito rebatizar o cronista e chamá-lo de Ivan Mazzini... Veja como somos, cada um procura apropriar-se dos outros e impor-lhe seus desejos. Assim vivem os escritores...

Pois bem, crônicas ou livros de crônicas não podem ser resenhados ou noticiados pura e simplesmente. A análise que cabe é a de um observador literário, de um crítico de arte, ou de um especialista de história literária. Mas o que fazer quando um leitor tem por ofício a história e busca nos escritos de Borgo um pouco

(*) Historiador, Professor-doutor da USP e diretor do Museu Paulista.

dela?

As crônicas acabam por ser reprodutoras de momentos de nossa história, pensados a partir de Vitória, e atingindo o universo. São temas aparentemente dispersos, mas coesos no olhar arguto do escritor. Ou não será história falar de Firenze e Veneza? Ou não será história falar de Ginger e Fred na visão de Fellini? Ou simplesmente de Araguaia?

Uma das crônicas tem sabor especial, a Inauguração do Trianon. Sobre o acontecimento dois trechos memoráveis: "...Um grande dia. Vitória, a cidade, curvava-se diante da nação de Jucutuquara com a estréia do novo cinema ao pé da Pedra do Bode e, mais importante a cinqüenta metros de sua casa. E, em seguida: ...Bondes lotados despejavam cidadãos e esposas com seus vestidos recendendo a alfazema. Muitos, um tanto incrédulos, buscavam conferir a grande novidade. O Trianon representou uma espécie de rebelião nos costumes. Todo mundo sabia o que era próprio em matéria de cinema na capital do Espírito Santo na altura da metade do século..."

Não sei bem como terminar estas anotações. Acho que basta acrescentar que Ivan Lorenzoni Borgo ou Ivan Borgo ou Roberto Mazzini, múltiplos de um acabam sendo para mim Ivan Mazzini um grande autor de espírito capixaba e alma universal.

E, tenho dito.

SZYMBORSKA, NOBEL 96

ADAM EMIL CZARTORYSKI ()*

“-Meus leitores são homens e mulheres do povo. É aquele leitor que depois de comprar o livro, confere para saber quanto dinheiro sobrou. Mas mesmo assim, compra”. São palavras de Wislawa Szymborska, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura de 1996.

Antes do Nobel, Szymborska já havia ganhado o Prêmio Goethe de Poesia, a maior premiação da Academia Alemã, em 1991, e outras premiações, graças aos seus mais de 180 poemas que fizeram dela uma autora consagrada no Leste Europeu e em toda a Europa Ocidental.

Polonesa, nasceu no dia 23 de julho de 1923, na cidade de Bninie, perto de Poznan. Wislawa Szymborska, estudou Literatura Polonesa e Sociologia na Universidade Jaquelona de Cracóvia. Durante mais de 20 anos, manteve uma crônica no semanário “Zycie Literackie” (Vida Literária) de Cracóvia e em outras publicações culturais. O seu Debut literário se deu em 1945, com o poema “Skukam Slowa” (Procurando Palavras) e que foi muito bem recebido pela crítica. Depois vieram “Perguntas a mim mesmo”, “Apelo ao Yéti”, “O Sal”, “Porque vivemos”, “Leituras não obrigatórias”, “Grande número”, “Os homens na ponte”, “Começo e fim” e inúmeros outros.

Wislawa Szymborska é uma poeta irônica, cujos versos misturam política em sua fase inicial, com loas de pós guerra, com temas mais abrangentes e universais. Sua poesia segundo críticos literários, é, assim, irônica, seca e direta como outros poetas de sua geração na Polônia.

Szymborska, apareceu na Galeria do Nobel de Literatura, ao lado de seus compatriotas Sienkevitz, Isaac Singer, Gunter Grass (aparece como alemão, mas, nasceu e passou sua juventude em Gdansk) e Czeslaw Milosz, que ganhou o prêmio em 1981 e que muitos julgam ser lituano.

Alguns dos poemas de Wislawa Szymborska, com tradução de Henryk Siewierski e José Santiago Naud:

(*) Membro do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo é Jornalista e Cônsul Honorário da Polônia

VIETNAM

Mulher, como te chamas? - Não sei.

Quando nasceste, tua origem? - Não sei.

Por que cavaste um buraco na terra? - Não sei.

Há quanto tempo estás aqui escondida? - Não sei.

Por que mordeste o meu anular? - Não sei.

Sabes, não te faremos mal nenhum. - Não sei.

De que lado estás? - Não sei.

É tempo de guerra, tens de escolher. - Não sei.

Existe ainda a tua aldeia? - Não sei.

E estas crianças, são tuas? - Sim.

WIETNAM

Kobieto, jak sie nazywasz? - Nie wiem.

Kiedy sie urodzilal, skad pochodzisz? - Nie wiem.

Dlaczego wykopalas sobie nore w ziemi? - Nie wiem.

Odkad tu sie ukrywasz? - Nie wiem.

Czemu ugryzlal mnie w serdeczny palec? - Nie wiem.

Czy wiesz, te nie zrobimy ci nic zlego? - Nie wiem.

Po czyzej jestel stronie? - Nie wiem.

Teraz jest wojna, musisz wybrac. - Nie wiem.

Czy twoja wies jeszcze istnieje? - Nie wiem.

Czy to sa twoje dzieci? - Tak.

UTOPIA

Ilha na qual tudo se explica.

Aqui se pode pisar o chão das provas.

Não há outros caminhos a não ser o do acesso.

Os arbustos até se vergam ao peso das respostas.

Aqui cresce a árvore da Justa Suposição
Com os ramos há séculos desenleados.

Deslumbrantemente simples a Árvore do Entendimento
Ao pé da fonte que se chama Então é Isso.

Quanto mais na floresta, mais largamente se abre
O Vale da Evidência. "

Qualquer dúvida, o vento a dissipa.

Sem apelo o eco toma a palavra
E de bom grado explica os mistérios dos mundos.

À direita a caverna onde jaz o sentido.

À esquerda a Lagoa da Profunda Convicção.
Do fundo desprende-se a verdade, e vem levemente à tona.

Domina o vale a Certeza Impassível.
Do seu pico espalha-se a essência das coisas.

Apesar das suas seduções, a ilha está deserta
E pegadas miúdas visíveis nas margens
Voltam-se em direção ao mar.

Como se daqui apenas se partisse
E sem retorno mergulhasse na profundidade.

Na vida inconcebível.

UTOPIA

AIMOTOTUA

Wyspa, na której wszystko się wyjaśnia.

Tu można stanąć na gruncie dowodów.

Nie ma dróg innych oprócz drogi dojścia.

Krzaki aż uginają się od odpowiedzi.

Rosnie tu drzewo Słusznego Domysłu
o rozwiklanych odwiecznie galeziach.

Olsniewająco proste drzewo Zrozumienia
przy źródle, co się zwie Ach Wiele To Tak.

Im dalej w las, tym szerzej się otwiera
Dolina Oczuwistości.

Jeli jakies zwatpienie, to wiatr je rozwiewa.

Echo bez wywołania glos zabiera
i wyjaśnia ochoczo tajemnice światów.

W prawo jaskinia, w której leży sens.

W lewo jezioro Głębokiego Przekonania.
Z dna odrywa się prawda i lekko na wierzch wypływa.

Góruje nad doliną Pewności Niewzruszona.
Ze szczytu jej roztacza się istota rzeczy.

Mimo powabów wyspa jest bezludna,
a widoczne po brzegach drobne ślady stóp
bez wyjątku zwrócone są w kierunku morza.

Jak gdyby tylko odchodzono stąd
i bezpowrotnie zanurzano się w topieli.

W życiu nie do pojęcia.

AUTOTOMIA

Em perigo, a holotúria divide-se em duas:
uma delas entrega-se à voracidade do mundo,
a outra lhe escapa.

Desagrega-se de repente em perdição e salvação,
em multa e em prêmio, no que foi e no que será.

No meio do corpo da holotúria abre-se um abismo
com duas margens subitamente estranhas.

Numa a morte, noutra a vida.
Aqui desespero, alento ali.

Se houver uma balança, os pratos não oscilam.
Se houver justiça, aqui está.

Morrer quanto necessário, sem exceder a medida.
Crescer de novo quanto necessário a parte que se salvou.

É verdade, também nós podemos nos dividir.
Mas apenas em corpo e suspiro cortado.
Em corpo e poesia.

De um lado a garganta, do outro o riso,
leve, rapidamente sumindo.

Aqui um coração pesado, ali non omnis moriar,
três palavras apenas como três penas aladas.

O abismo não nos separa.
O abismo nos circunda.

AUTOTOMIA

W niebezpieczeństwie strzykwa dzieli się na dwoje:
edna siebie oddaje na potarcie światu,
druga soba ucieka.

Rozpada się gwałtownie na zgubę i ratunek,
na grzywnę i nagrodę, na co było i będzie.

W połowie ciała strzykwy rozdziela się przepasc
o dwóch natychmiast obcych sobie brzegach.

Na jednym brzegu śmierć, na drugim życie.
Tu rozpacz, tam otucha.

Jeśli istnieje waga, szale się nie chwieja.
Jeśli jest sprawiedliwość, oto ona.

Umrzec ile konieczne, nie przebrawszy miary.
Odrośnąć ile trzeba z ocalonej reszty.

Przypadamy się dzielić, och prawda, my także.
Ale tylko na ciało i urwany szept.
Na ciało i poezję.

Po jednej stronie gardło, śmiech po drugiej,
lekki, szybko milkący.

Tu ciężkie serce, tam non omnis moriar,
trzy tylko słówka jak trzy piórka wlotu.

Przepasc nas nie przecina.
Przepasc nas otacza.

MUSEU

Há pratos, mas falta apetite.
Há alianças, mas falta reciprocidade
Pelo menos desde há trezentos anos.

Há o leque - onde os rubores?
Há espadas - onde a ira?
E o alaúde nem tange à hora gris.

Por falta de eternidade, juntaram

Dez mil coisas velhas.
Um guarda musgoso cochila docemente
Com os bigodes caindo sobre a vitrine.

Metais, barro, pluma de ave
Triunfam silenciosamente no tempo.
Apenas um alfinete da galhofeira do Egito ri zombeteiro..

A coroa deixou passar a cabeça.

A mão perdeu a luva.
A bota direita prevaleceu sobre a perna.

Quanto a mim, vivo, acreditem por favor.
Minha corrida com o vestido continua.
E que resistência tem ele!
E como ele gostaria de sobreviver!

MUZEUM

Sa talerze, ale nie ma apetytu.
Sa obraczki, ale nie ma wzajemnosci
od co najmniej trzystu lat.

Jest wachlarz - gdzie rumience?
Sa miecze - gdzie gniew?
I lutnia ani brzeknie o szarej godzinie.

Z braku wiecznosci zgromadzono

dziesiec tysiecy starych rzeczy.
Omszaly wozny drzemie slodko
zwiesiwszy wasy nad gablotka.

Metale. glina, piórko ptasie
cichutko tryumfuja w czasie.
Chichocze tylko szpilka po smieszce z Egiptu.

Korona przeczekala glowe.

Przegrala dlon do rekawicy.
Zwycietyl prawy but nad noga.

Co do mnie, zyje, prosze wierzyc.
Mój wycig z suknia nadal trwa.
A jaki ona upór ma!
A jak by ona chciala przezyc!

QUANDO FALA O SILÊNCIO

MIGUEL DEPES TALLON (*)

O poeta Berredo de Menezes está de volta, agora, com um livro de sonetos, a que tituló de “Vozes do Meu silêncio”.

O livro, impresso pela GRAFITUSA, contém oitenta sonetos de variadas épocas. Assim, o primeiro data de 1947, e o último, de 1948. Na verdade, o Poeta buscou enfiar todos os demais entre os seus dois sonetos mais antigos.

A lírica de Berredo de Menezes é perfeita em termos de composição e imagens. Em “Lembranças de um Luar”, o poeta escreve:

“Há restos de lembrança neste luar,
telhados velhos no farol de um sonho,
sobras de algum crepúsculo bisonho
com sabor de saudade, angústia e mar.

“Há um gesto de amor - quem sabe um grito -
perdido no silêncio da distância;
- talvez um olhar em transe no infinito
brincando de sonhar no chão da infância -

Em “Tardes Antigas”, Berredo mescla cansaço e solidão:

“Há tardes como Pássaros ao vento,
sem rumo e sem caminho de chegar;
vazias como a luz do esquecimento
na tristeza de um sino a repicar.

.....

“Eu sou a tarde que não teve história,
paisagem que se move na memória,
em busca de uma luz para a ilusão;

“Sou o filho mais velho do cansaço,
o silêncio maduro de um abraço,
num gesto que ilumina a solidão.”

Há no lirismo de BM uma sensível preocupação com o “eterno retorno” sem que este seja, necessariamente uma repetição do mito de Orfeu. Em muitas das composições do autor, a infância está presente, como nos dois versos iniciais de “Na Rota do Vazio”:

“Sonhei que era menino e cavalgava
um luar de outono navegando um rio,”

Em seus sonetos, Berredo de Menezes apresenta uma temática variada, desde a tentativa de resgate da infância, até as desilusões da maturidade, com suas angústias e sua solidão, sem contudo, em nenhum momento abdicar da sua profunda esperança no ser humano, fazendo, ainda, o que é importante, concessões ao humor, como no soneto “O SPA de Lígia Azevedo”:

“Neste Arraial d’Ajuda, a que me imponho
regime alimentar de sede e fome,
estou vivendo a luz de um novo sonho,
onde mais é feliz quem menos come.

“Beber, que é bom, só mesmo água gelada,
após longo passeio em marcha forte,
e um chafé com sabor de quase nada,
que desce suave pra esquecer a morte,

“E em tudo ancora um gosto de lembranças
que nos faz acordar as esperanças
de viver como um sonho à beira-mar,

“tendo Lígia Azevedo - doce guia,
tornando realidade a fantasia
de nos fazer mais belos, sem sonhar.”

O volume todo é muito bonito e está de parabéns o poeta pela seleção que fez de seus sonetos, provando que, também pelo silêncio, é possível falar, e com eloquência.

10.06.96